



Universidade de Brasília  
Instituto de Letras – IL  
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas - LIP  
Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL

DANIELE GRUPPI DE MENDONÇA

**REPRESENTAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NOS  
TEXTOS OPINATIVOS DA *FOLHA DE S. PAULO* AO LONGO DE UMA  
DÉCADA (2011 A 2020)**

Brasília – DF  
2024

DANIELE GRUPPI DE MENDONÇA

**REPRESENTAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NOS  
TEXTOS OPINATIVOS DA *FOLHA DE S. PAULO* AO LONGO DE UMA  
DÉCADA (2011 A 2020)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Linguística, área de concentração Linguagem e Sociedade.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Viviane de Melo Resende  
Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Carolina Lopes Araújo

Brasília – DF  
2024

DANIELE GRUPPI DE MENDONÇA

**REPRESENTAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA:  
TEXTOS OPINATIVOS DA *FOLHA DE S. PAULO* AO LONGO DE UMA  
DÉCADA (2011 A 2020)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Doutorado em Linguística, área de concentração Linguagem e Sociedade.

DEFENDIDA E APROVADA EM: de abril de 2024

COMISSÃO EXAMINADORA

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Viviane de Melo Resende – LIP/UnB**  
Presidenta (PPGL/ UnB)

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Carolina Lopes Araújo**  
Copresidenta / Coorientadora (FUP/UnB)

**Prof.<sup>o</sup> Teun A. van Dijk**  
Avaliador externo (Centre of Discourse Studies)

**Prof.<sup>a</sup> Viviane Cristina Vieira**  
Avaliadora interna (PPGL/UnB)

**Prof.<sup>a</sup> María Pilar Acosta Tobar**  
Avaliadora externa (Instituto Federal de Brasília)

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Elizabeth Ruano-Ibarra**  
Suplente (PPGECsA/ UnB)

GD240p GRUPPI DE MENDONÇA, DANIELE

REPRESENTAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA  
NOS TEXTOS OPINATIVOS DA FOLHA DE S. PAULO AO  
LONGO DE UMA DÉCADA (2011 A 2020) / DANIELE  
GRUPPI DE MENDONÇA; orientadora Viviane de Melo  
Resende; coorientadora Carolina Lopes Araújo. -  
- Brasília, 2024. 244 p.

Tese (Doutorado - em Linguística) --  
Universidade de Brasília, 2024.

1. população em situação de rua. 2.gênero  
opinativo. 3.estudos críticos do discurso. 4..  
I. de Melo Resende, Viviane , orient. II.  
Araújo, Carolina Lopes, co orient. III. Título.

*Eu sou aquela mulher  
a quem o tempo  
muito ensinou.*

*Ensinou a amar a vida.  
Não desistir da luta.  
Recomeçar na derrota.  
Renunciar a palavras e pensamentos negativos.  
Acreditar nos valores humanos.  
Ser otimista.*

*Creio numa força imanente  
que vai ligando a família humana  
numa corrente luminosa  
da fraternidade universal.  
Creio na solidariedade humana.  
Creio na superação dos erros  
e angústias do presente.*

*Acredito nos moços.  
Exalto sua confiança,  
generosidade e idealismo.  
Creio nos milagres da ciência  
e na descoberta de uma profilaxia  
futura dos erros e violências do presente.*

*Aprendi que mais vale lutar  
do que recolher dinheiro fácil.  
Antes acreditar do que duvidar.*

*(Cora Coralina)*

## AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo dom da vida;

À professora Viviane Resende, por acreditar em mim, pela brilhante orientação, pelo apoio que extrapolou a atividade acadêmica. Você é inspiração!;

À professora Carolina Araújo, pela coorientação, pela disponibilidade, pela formatação deste trabalho e pela amizade;

À Acolhética, grupo que me acolheu, compartilhou angústias e contribuiu generosamente para o desenvolvimento deste trabalho;

À Universidade Brasília e ao Programa de Pós Graduação em Linguística (PPGL), pela oportunidade de crescimento acadêmico e pela qualidade do ensino.

Ao professor Teun A. van Dijk e às professoras Viviane Cristina Vieira, María Pilar Acosta Tobar e Elizabeth Ruano-Ibarra que leram este trabalho e aceitaram compor a banca de defesa desta. Que honra poder contar com vocês!;

Ao Cesar Camasão, por aceitar participar deste trabalho;

À Preta, por cuidar do Heitor e da casa enquanto me dedicava a esta tese;

Aos meus amigos e às minhas amigas, por estarem sempre comigo;

À minha família: meus pais, Agnaldo e Angelina, meus irmãos, Michele e Fernando, meus cunhados, Fernando e Priscila, meus sobrinhos, Theo e Dante. Vocês são minha base!

Ao meu esposo George, por sonhar comigo;

Ao Heitor, que deixou essa jornada mais leve e um pouco mais cansativa também. Quantas alegrias e aprendizados você me trouxe!

## RESUMO

Esta tese apresenta resultados de pesquisa sobre a representação da população em situação de rua nos textos opinativos publicados pela *Folha de S. Paulo* ao longo da década de 2011 a 2020. Fazem parte do *corpus* 108 textos, sendo dez textos publicados em Editoriais, 41 em Tendências e Debates e 57 no Painel do Leitor, incluídas as 81 imagens publicadas nesses três cadernos. Esse *corpus*, que foi organizado com o auxílio do *software* NVivo, representa a totalidade dos textos opinativos tematizando a situação de rua publicados pela *Folha* no período pesquisado. Estudar gêneros opinativos é relevante porque representam a posição do jornal (Editorial), de especialistas (Tendências e Debates) e de leitoras e leitores (Painel do Leitor), sendo, portanto, uma amostra de como diversos atores com diferentes visões no mundo constroem representações acerca da situação de rua. A necessidade de entender mais sobre o processo de produção discursiva da *Folha de S. Paulo* nos gêneros opinativos motivou entrevista com o editor-adjunto de Opinião Cesar Camasão, que foi indicado pelo jornal para essa interlocução. Este estudo, que está baseado numa perspectiva crítica e transdisciplinar, ancorado nos Estudos Críticos do Discurso (ECD), explorou a articulação, para a análise de textos, de duas abordagens: a dialético-relacional (Fairclough, 2001, 2003) e a sociocognitiva (van Dijk, 2012, 2015, 2016, 2017), em diálogo com autores/as latino-americanos/as (Resende, 2019, 2020; Vieira, 2020; Macedo, 2022; Pardo, 2019; Fox, 2021). Outra perspectiva explorada foi a Gramática do *Design* Visual (GDV), voltada para as investigações das imagens que compõem os textos do *corpus*. As análises de metáforas (Charteris-Black, 2004; Resende, 2020), da categoria interdiscursividade (Fairclough, 2001, 2003), da estratégia do quadrado ideológico (van Dijk, 2015, 2017) e da GDV (Kress, van Leeuwen, 2021) foram reveladoras dos sentidos expressos nos textos opinativos sobre a situação de rua. As análises apontam que a população em situação foi representada principalmente em termos de benefício, ocupação, invisibilidade, objetificação, perigo e doença. Essas representações negativas fazem parte de estratégias discursivas contra o grupo, naturalizando medidas violentas que são tomadas contra ele. Os discursos mapeados no *corpus* foram: da desigualdade social, da assistência social, do medo e da imobilidade. Eles corroboram para a perpetuação da situação de rua como questão social com que a agenda pública pouco se engaja, a não ser em termos de segurança. Imagens no *corpus* acrescentam uma dimensão generalizante da situação de rua. São fotos que focam mais os espaços públicos e que não promovem empatia entre leitores/as e quem vive em situação de vulnerabilidade.

**Palavras-chave:** Estudos Críticos do Discurso. Gêneros opinativos. Jornalismo. População em situação de rua.

## ABSTRACT

This thesis presents the results of research into the representation of the homeless population in opinion pieces published by *Folha de S. Paulo* between 2011 and 2020. The *corpus* includes 108 texts, ten of which were published in Editorials, 41 in Trends and Debates and 57 in the Reader's Panel, as well as 81 images published in these three sections. This *corpus* represents all the opinion pieces on the street situation published by *Folha* in the period under study. Studying opinionated genres is relevant because they represent the position of the newspaper (Editorial), experts (Trends and Debates) and readers (Reader's Panel), and are therefore a sample of how different actors with different world views construct representations about the street situation. The need to understand more about *Folha de S. Paulo's* discursive production process in opinion genres prompted an interview with the deputy editor of Opinion, Cesar Camasão, who was appointed by the newspaper for this dialogue. This study, which is based on a critical and transdisciplinary perspective, anchored in Critical Discourse Studies (CDS), explored the articulation of two approaches to analysing texts: the dialectical-relational (Fairclough, 2001, 2003) and the socio-cognitive (van Dijk, 2012, 2015, 2016, 2017), in dialogue with Latin American authors (Resende, 2019, 2020; Vieira, 2020; Macedo, 2022; Pardo, 2019; Fox, 2021). Another perspective explored was Visual *Design* Grammar (VDG), which focussed on investigating the images that make up the texts in the corpus. The analyses of metaphors (Charteris-Black, 2004; Resende, 2020), the category of interdiscursivity (Fairclough, 2001, 2003), the strategy of the ideological square (van Dijk, 2015, 2017) and the VDG (Kress; van Leeuwen, 2021) were revealing of the meanings expressed in the opinionated texts on homelessness. The analyses show that the homeless population was represented mainly in terms of benefit, occupation, invisibility, objectification, danger and disease. These negative representations are part of discursive strategies against the group, naturalising violent measures taken against them. The discourses mapped in the *corpus* were: social inequality, social assistance, fear and immobility. They corroborate the perpetuation of homelessness as a social issue with which the public agenda engages little, except in terms of security. Images in the *corpus* add a generalising dimension to the street situation. They are photos that focus more on public spaces and do not promote empathy between readers and those living in situations of vulnerability.

**Key-words:** critical discourse studies; Opinionated genres; journalism; homeless population.



## RESUMEN

Esta tesis presenta los resultados de una investigación sobre la representación de las personas en situación de calle en los artículos de opinión publicados por *Folha de S. Paulo* entre 2011 y 2020. El *corpus* incluye 108 textos, diez de los cuales fueron publicados en Editoriales, 41 en Tendencias y Debates y 57 en el Panel de Lectores, así como 81 imágenes publicadas en estas tres secciones. Este *corpus*, organizado con ayuda del Nvivo, representa todos los artículos de opinión sobre la situación de la calle publicados por *Folha* en el período estudiado. El estudio de los géneros de opinión es relevante porque representan la posición del periódico (Editorial), de los expertos (Tendencias y Debates) y de los lectores (Panel de Lectores), y por lo tanto son una muestra de cómo diferentes actores con diferentes visiones del mundo construyen representaciones sobre la situación de calle. La necesidad de comprender mejor el proceso de producción discursiva de *Folha de S. Paulo* en los géneros de opinión motivó una entrevista con el subdirector de Opinión, Cesar Camasão, designado por el periódico para este diálogo. Este estudio, que se basa en una perspectiva crítica y transdisciplinar, anclada en los Estudios Críticos del Discurso (ECD), exploró la articulación de dos enfoques de análisis de textos: el dialéctico-relacional (Fairclough, 2001, 2003) y el socio-cognitivo (van Dijk, 2012, 2015, 2016, 2017), en diálogo con autores latinoamericanos (Resende, 2019, 2020; Vieira, 2020; Macedo, 2022; Pardo, 2019; Fox, 2021). Otra perspectiva explorada fue la Gramática del Diseño Visual (GDV), centrada en la investigación de las imágenes que componen los textos del corpus. Los análisis de las metáforas (Charteris-Black, 2004; Resende, 2020), la categoría de la interdiscursividad (Fairclough, 2001, 2003), la estrategia del cuadrado ideológico (van Dijk, 2015, 2017) y la GDV (Kress, van Leeuwen, 2021) fueron reveladores de los significados expresados en los textos de opinión sobre las personas en situación de calle. Los análisis muestran que la población sin hogar fue representada principalmente en términos de beneficio, ocupación, invisibilidad, cosificación, peligro y enfermedad. Estas representaciones negativas forman parte de estrategias discursivas contra el colectivo, naturalizando las medidas violentas adoptadas contra ellos. Los discursos mapeados en el *corpus* fueron: desigualdad social, asistencia social, miedo e inmovilidad. Corroboran la perpetuación de la situación de calle como una cuestión social con la que la agenda pública se compromete poco, excepto en términos de seguridad. Las imágenes del *corpus* añaden una dimensión generalizadora a la situación de calle. Son fotos que se centran más en los espacios públicos y no promueven la empatía entre los lectores y quienes viven en situación de vulnerabilidad.

**Palabras clave:** Estudios Críticos del Discurso. Géneros de opinión. Periodismo. Personas en situación de calle.

## LISTA DE SIGLAS

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental	ADPF
Análise Crítica da Metáfora	ACM
Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde	CNES
Cadastro Único	CadÚnico
Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas	CETAD
Comando da Capital	PCC
Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais	CEP/CHS
Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua	CIAMP-Rua
Conselho Nacional de Direitos Humanos	CNDH
Consultório na Rua	CR
Defensoria Pública da União	DPU
Equipes de Consultórios de Rua	eCR
Estudos Críticos do Discurso	ECD
Gramática do <i>Design</i> Visual	GDV
Grupo Executivo da Indústria de Papel e Artes Gráficas	GEIPAG
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas	IBGE
Instituto Brasileiro de Economia	IBRE
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	Ipea
Instituto Nacional de Direitos Humanos da População de Rua	INRua
Instituto Verificador de Comunicação	IVC
Linguística Sistêmico-Funcional	LSF
Movimento Passe Livre	MPL
Movimento Nacional da População em Situação de Rua	MNPR
Movimento dos Trabalhadores Sem Teto	MTST
Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade	NELiS
Organização Mundial da Saúde	OMS
Partido da Social Democracia Brasileira	PSDB
Plano Emergencial de Ampliação de Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas no Sistema Único de Saúde	PEAD
Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas	PIEC
População em Situação de Rua	PSR
Política Nacional de Promoção de Saúde	PNPS
Política Nacional para a População em Situação de Rua	PNPOSR
Programa Operação Trabalho	POT
Produto Interno Bruto	PIB
Quadrado Ideológico	QI
Supremo Tribunal Federal	STF
Sistema Único de Saúde	SUS
Tecnologias de Informação e Comunicação	TIC's
Teoria Conceitual da Metáfora	TCM

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo tridimensional de Fairclough.....	71
Figura 2 - Funcionamento social da linguagem .....	75
Figura 3 – Discurso-Cognição-Sociedade.....	79
Figura 4 - Autoesquema ideológico .....	84
Figura 5 - Desenho metodológico .....	91
Figura 6 - Fases da investigação do <i>corpus</i> gerado.....	96
Figura 7 - Metáfora conceitual SITUAÇÃO DE RUA É GUERRA.....	101
Figura 8 - Metáfora conceitual SITUAÇÃO DE RUA É DESTRUIÇÃO .....	102
Figura 9 - Classificação hierárquica.....	105
Figura 10 - Quadrado Ideológico .....	106
Figura 11 - Categorias para análise multimodal.....	109
Figura 12 - Estrutura representacional .....	110
Figura 13 - Função interativa: distância e olhar.....	110
Figura 14 - Três angulações .....	111
Figura 15 - Exemplos da função composicional .....	112
Figura 16 - Grupos criados e árvore de “Nós” e “SubNós” .....	162

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Tópico guia .....	97
Quadro 2 - Chaves conceituais mapeadas .....	121
Quadro 3 – Metáforas visuais conceituais.....	174

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Recorrência de textos opinativos entre 2011 a 2020 .....	93
Gráfico 2 - Quantidade de textos por ano.....	94
Gráfico 3 - Quem assina os textos da seção Tendências e Debates?.....	114

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1 SITUAÇÃO DE RUA NO CONTEXTO BRASILEIRO .....</b>	<b>20</b>
<b>1.1 Capitalismo, urbanismo e situação de rua no Brasil .....</b>	<b>20</b>
<b>1.2 Os impactos provocados pela pandemia .....</b>	<b>25</b>
<b>1.3 Políticas públicas: Consultório na Rua e Moradia Primeiro .....</b>	<b>29</b>
1.3.1 Consultório na Rua .....	29
1.3.2 Moradia Primeiro .....	32
<b>1.4 A chamada “Cracolândia” e as formas de gestão do espaço .....</b>	<b>35</b>
<b>2 MÍDIA E DISCURSO .....</b>	<b>41</b>
<b>2.1 Mídia brasileira na era dos conglomerados .....</b>	<b>42</b>
<b>2.2 <i>Folha</i>: 100 anos .....</b>	<b>47</b>
2.2.1 Posicionamentos da <i>Folha</i> em momentos históricos e políticos .....	51
2.2.2 A <i>Folha</i> na era digital.....	54
2.2.3 Caderno Opinião .....	55
<b>2.3 Representação de grupos subalternizados no jornalismo brasileiro.....</b>	<b>61</b>
<b>3 ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO: REFLEXÕES TEÓRICAS .....</b>	<b>66</b>
<b>3.1 Estudos Críticos do Discurso e colonialidade do saber .....</b>	<b>66</b>
<b>3.2 Tríades dos ECD .....</b>	<b>69</b>
3.2.1 Teoria social do discurso.....	70
3.2.2 Abordagem sociocognitiva.....	77
<b>3.3 Representação imagética .....</b>	<b>86</b>
<b>4 PERCURSOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>89</b>
<b>4.1 Reflexões iniciais .....</b>	<b>89</b>
<b>4.2 Questões de pesquisa .....</b>	<b>90</b>
<b>4.3 Construção e organização do <i>corpus</i> .....</b>	<b>91</b>
<b>4.4 Estratégia e categoria de análise textual.....</b>	<b>98</b>
4.4.1 Interdiscursividade .....	98
4.4.2 Metáfora .....	99
4.4.3 Quadrado Ideológico .....	105
<b>4.5 Categorias de análise imagética.....</b>	<b>108</b>
<b>5 INTERDISCURSIVIDADE, POLARIZAÇÃO E METÁFORAS: ANÁLISE GERAL DOS DADOS.....</b>	<b>113</b>
<b>5.1 Análise crítica de metáforas.....</b>	<b>116</b>

<b>5.2</b>	<b>Representações polarizadas e metafóricas .....</b>	<b>122</b>
5.2.1	Jornal (endogrupo) X População em situação de rua (exogrupo) .....	123
5.2.2	Leitora e leitor (endogrupo) e PSR (exogrupo).....	131
5.2.3	Vozes da lei (endogrupo) e PSR (exogrupo).....	137
5.2.4	Políticos (endogrupo) e PSR (exogrupo).....	140
5.2.5	Igrejas e População em situação de rua.....	144
<b>5.3</b>	<b>Reflexões .....</b>	<b>147</b>
<b>6</b>	<b>O QUE DIZEM AS IMAGENS DO <i>CORPUS</i> SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA? .....</b>	<b>150</b>
6.1	Fotos de arquivo, legenda, crédito e galeria de imagens: como a <i>Folha</i> trabalha essas informações? .....	151
6.2	Organização do <i>corpus</i> imagético .....	159
6.3	Gramática de Design Visual.....	161
6.4	Metáforas visuais .....	173
6.5	Reflexões .....	179
	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>182</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>188</b>
	<b>APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>206</b>
	<b>APÊNDICE B – RECORTE ENTREVISTA CESAR CAMASÃO.....</b>	<b>208</b>
	<b>APÊNDICE C - QUADROS DE METÁFORAS CONCEITUAIS E EXPRESSÕES METAFÓRICAS .....</b>	<b>215</b>
	<b>APÊNDICE D - QUADRO COM NOMES DAS GALERIAS DE IMAGENS, LINKS E DATAS DE PUBLICAÇÃO .....</b>	<b>227</b>
	<b>APÊNDICE E - PLANILHA DE IMAGENS .....</b>	<b>228</b>

## INTRODUÇÃO

Esta tese tem como objetivo investigar a representação da situação de rua na *Folha de S. Paulo*, um dos principais veículos de comunicação brasileiros, tendo como base os Estudos Críticos do Discurso (ECD). A *Folha* é considerada o jornal brasileiro com mais audiência paga. Segundo dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC), fechou o ano de 2023<sup>1</sup> com 797 mil exemplares diários pagos e 755,5 mil assinantes digitais.

O jornal repercute frequentemente a situação de rua em sua produção noticiosa, provavelmente porque São Paulo é a cidade com o maior contingente populacional nessa situação no país e pelo forte apelo especulativo de sua presença para o mercado imobiliário. O levantamento do Observatório Nacional de Direitos Humanos, plataforma do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, baseada nos dados do Cadastro Único (CadÚnico) apontou que, em julho de 2023, a cidade de São Paulo tinha uma população em situação de rua maior do que a população total de 89% dos municípios brasileiros. Esse estudo estima que há cerca de 55 mil pessoas vivendo nas ruas da cidade.

A *Folha* é um dos veículos de comunicação de massa mais antigos do país: completou cem anos de existência em 2021. Esses dados mostram a relevância da *Folha* e justificam a decisão por concentrar nela esta pesquisa. Apesar de o jornal ser apenas um entre tantos outros no país, pode revelar uma prática discursiva mais ampla, o que também respalda a relevância desta investigação.

Para as análises, concentrei-me nos textos opinativos que abordam a situação de rua, publicados entre 01 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2020, especificamente nas seções Editorial, Tendências e Debates e Painel do Leitor. Ao todo, fazem parte do *corpus* de análise 108 textos, sendo dez textos veiculados no caderno Editorial, 41 em Tendências e Debates e 57 no Painel do Leitor, incluídas 81 imagens publicadas nesses três cadernos. A organização dos textos coletados ocorreu com o auxílio do *software* NVivo. Além disso, esta tese conta com uma entrevista com o editor-adjunto do jornal Cesar Camasão. A intenção dessa conversa é buscar informações sobre a prática discursiva que não são acessadas somente com os textos coletados.

A escolha dessas três seções se justifica, pois os editoriais são textos relevantes, que caracterizam o posicionamento do jornal. Conforme Mont'Alverne (2017), o editorial coloca

---

FOLHA DE SÃO PAULO (2022). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/01/folha-confirma-lideranca-em-assinaturas.shtml>. Acesso em: 12 abr. 2024.

em domínio público assuntos, eventos e ideias para consumo e discussão em um fórum democrático, atuando também como porta-voz da linha ideológica de cada veículo. Dessa forma, entender como o jornal difunde sua visão particular de mundo sobre questões políticas econômicas e sociais pode ajudar a compreender os valores-notícia<sup>2</sup> pelos quais o jornal se pauta.

A subseção Tendências e Debates foi criada em 1976. Na página da subseção, o jornal explica que a publicação “obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo”. Normalmente, pessoas que têm autoridade em algum setor, como especialistas, políticos/as, operadores/as de Direito, empresários/as, assinam os textos. Aos sábados, o jornal lança uma questão polêmica que é respondida com um artigo favorável e outro contra, nesse caso em textos convidados.

Também em 1976 foi criado o Painel do Leitor, que publica opiniões de leitores/as. São textos curtos, com o máximo de cinco linhas, que normalmente remetem a uma matéria que o jornal produziu. Essa subseção é tão significativa que em 2021 o jornal promoveu mudanças com o objetivo de estimular ainda mais a participação do público. O Painel do Leitor foi incluído na editoria de Interação, criada também em 2021, com o propósito de “aprofundar a conversa com o público que consome informação na *Folha* e estimular o bom debate nos espaços públicos do jornal, com menos discurso de ódio e mais espaço para diálogos qualificados” (Folha de S. Paulo, 2021). Entre as ações, o jornal faz pedidos para leitores/as compartilharem suas histórias sobre determinado assunto em evidência no noticiário. Além disso, o Painel do Leitor passou a ser temático, com um assunto por edição. É também por meio dos comentários de leitores/as que o jornal avalia a sua própria atividade.

Contemplando todas as seções opinativas da *Folha*, busco abarcar neste trabalho visões de mundo diferentes de diversos atores: do jornal, em seus editoriais; de especialistas, em Tendências e Debates, e de leitores/as que tomam seu tempo para debater situação de rua no jornal, apresentando conteúdos que o veículo considera relevantes para serem publicados. Dessa forma, busquei observar como esses textos opinativos fazem a representação da população situação de rua, pois isso impacta sobre como se percebe e se reage à questão social. As representações que são construídas discursivamente pela mídia podem oferecer chaves interpretativas que naturalizam discursos meritocráticos e legitimam a violência, a gentrificação e o higienismo (Mendonça, 2020).

---

<sup>2</sup> São de critérios que definem se um fato ou acontecimento será ou não notícia.



Como delimitação de tempo para estabelecer o *corpus* completo, decidi analisar a década de 2011 a 2020, conhecida como década perdida, assim como o período de 1980 a 1990. De acordo com o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), em termos econômicos foi pior que a década de 1980. O Produto Interno Bruto (PIB), o PIB per capita, o consumo e o investimento em 2020 foram todos menores que os de 2011. Essa recessão econômica reflete um quadro de empobrecimento ainda ampliado com a pandemia por Covid-19, contexto em que metade desta pesquisa se desenvolveu, e as políticas governamentais abertamente contrárias à distribuição de renda e aos direitos sociais.

Portanto, meu objeto de estudo é a representação da situação de rua nas publicações das subseções de Opinião (Editorial, Tendências e Debates e Painel do Leitor), ao longo da década de 2011 a 2020, considerando a multimodalidade. As imagens têm sido amplamente utilizadas nas publicações e investigá-las é também compreender que sentidos e práticas discursivas disseminam.

Embora já haja estudos sobre a representação da situação de rua na mídia (Resende, 2008, 2021, 2022; Ramalho I., 2020; Pardo, 2008, 2011; Pardo Abril, 2006, 2008, Lésmer Montecino, 2010, 2011; Bessa, 2009, 2014; Molina, 2012, 2017, Garcia da Silva, 2008, 2009), esta pesquisa propõe trazer um nova visão por seu corte longitudinal, que considera um período de dez anos; por se concentrar nos textos opinativos, já que muitas pesquisas se debruçam na cobertura noticiosa; por abordar a representação imagética, que carece de ser mais explorada nas pesquisas sobre o tema; e por incluir entrevista com o editor da *Folha de S. Paulo*, Cesar Camasão, que possibilitou a compreensão da produção discursiva do jornal, mais especificamente da seção Tendências e Debates. Sendo assim, meu objetivo é focalizar as discussões sobre a representação midiática da população em situação de rua nesse escopo específico.

Importante destacar que minha relação com a temática se iniciou bem antes do doutorado. Em 2017, ingressei no Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELiS/CEAM/UnB) e comecei a trabalhar no projeto *Representação midiática da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua no jornalismo on-line* (CNPq 304075/2014-0). O estudo analisou, com base em categorias discursivas, textos coletados nos portais dos jornais *O Globo*, *Correio Braziliense* e *Folha de São Paulo*, no recorte temporal de 2011 a 2013, e eu me dediquei ao tratamento do *corpus* de notícias do portal *Folha de S. Paulo*.

Desse trabalho surgiu minha pesquisa de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, sobre representações de pessoas em situação de rua

nas notícias tematizando ações e políticas públicas veiculadas na *Folha de S. Paulo* entre 2016 e 2018. Os dados apontaram para uma filiação do jornal aos padrões hegemônicos para abordar a situação de rua, ao legitimar vozes dominantes como fontes, as quais oferecem chaves interpretativas desfavoráveis às pessoas em situação de rua, pois naturalizam discursos meritocráticos e legitimam a violência, a gentrificação e o higienismo, que são a tônica das ações e políticas públicas de São Paulo.

Toda essa trajetória de construção de conhecimento nesta temática me possibilitou uma compreensão aprimorada para as abordagens nesta tese. Trouxe provocações para a minha prática profissional, já que também sou jornalista, e desta minha formação também vem meu interesse em investigar o problema social por meio da representação midiática. Acarretou também inquietações quanto ao meu papel social. Neste sentido, esta pesquisa é também um ato de solidariedade com o outro (van Dijk, 2020) que não se encerra com este trabalho. É preciso continuar este percurso, buscando influenciar transformações que resultem em justiça social. No entanto, reconheço meu limite analítico, afinal ocupo um espaço de privilégio enquanto pesquisadora branca e de classe média, que pode reduzir minha capacidade de compreensão.

Busco responder às seguintes perguntas de pesquisa: 1) Como os textos opinativos se referem à população em situação de rua no intervalo de 2011 a 2020?; 2) Quais discursos são articulados sobre a situação de rua?; 3) O que as imagens dizem sobre a população em situação de rua?; 4) Quando a população em situação de rua é pauta para o caderno Opinião?; 5) Como o editor da *Folha de S. Paulo* entrevistado avalia a forma como o jornal aborda a questão da situação de rua na seção Opinião e como acredita que isso impacta na formação da opinião pública?

Para abordar essas questões com base nos dados coletados, tenho como ancoragem os Estudos Críticos do Discurso (ECD), a partir de Norman Fairclough, que propõe uma abordagem dialético-relacional, e de Teun A. van Dijk, que incluiu em sua teoria uma dimensão cognitiva deixada de lado por boa parte dos estudiosos/as do campo. Essa base teórica, além de propiciar uma “análise crítica de realidades de injustiças e desigualdades”, no caso a situação de rua, “fornece um aparato teórico prático, com base no estudo da linguagem, que pode ser útil na luta política que precede à transformação desses contextos” (Magalhães; Martins; Resende, 2017, p. 176).

Utilizo ainda a análise de metáfora, tendo como referência o trabalho de Charteris-Black. Para o autor, as metáforas podem “influenciar o caminho em que problemas sociais são

conceituados” (Charteris-Black, 2004, p. 23), sendo, portanto, categoria analítica de especial relevância para os ECD. Para a análise dos textos multimodais, recorro à Gramática do *Design Visual* (GDV), desenvolvida por Kress e Van Leeuwen (2021). Ao longo deste trabalho, apresento alguns excertos dos dados, sendo que utilizei o recurso do recuo e da numeração sequencial parênteses, de (1) a (65), para destacá-los no texto.

Esta tese está organizada em seis capítulos. No primeiro capítulo, relaciono a situação de rua ao capitalismo no contexto brasileiro, já que o sistema provocou transformações nas relações de trabalho e produção, acentuando as desigualdades e a utilização das ruas como espaço de sobrevivência. Depois, abordo o impacto da pandemia e da política extremista de direita (2019-2022) sobre a população em situação de rua, ressaltando o desmonte dos mecanismos de proteção social. Em seguida, trato de duas políticas públicas que apresentam bons resultados: o Consultório na Rua e o Programa Moradia Primeiro. Por fim, discuto a situação de rua na cidade de São Paulo, focando a questão na chamada “Cracolândia” e nas formas de gestão desse espaço urbano.

No segundo capítulo, meu objetivo é refletir sobre transformações do jornalismo brasileiro, principalmente a partir da formação dos grandes conglomerados de mídia, os quais começaram a se constituir no início do século XX. Abro o capítulo discutindo esse processo, que se iniciou a partir de 1970 e se delineou em escala mundial a partir dos anos 1990. Abordo a história da *Folha de S. Paulo*, que é o objeto deste estudo e o segundo conglomerado de mídia do país. Discuto como grupos subalternizados são representados no jornalismo brasileiro, destacando trabalhos de pesquisadores/as que trataram essa relação entre a situação de rua e a mídia.

O terceiro capítulo é teórico. Explico por que busco compreender aspectos da situação de rua à luz do discurso. Ressalto os enquadres dos Estudos Críticos do Discurso (ECD) e sua utilidade para discutir problemas sociais, como a situação de rua. Apesar de incluir referências a autores/as latino-americanos/as, as duas linhas teóricas a que me dedico mais profundamente são baseadas em Norman Fairclough, que propõe a abordagem dialético-relacional, e Teun A. van Dijk, que propõe análise com base na tríade discurso, cognição e sociedade. Por isso, trago conceitos que são base para as duas vertentes e que são fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, sustentando sua afinidade dialógica e complementaridade para estudos do discurso. Reservo uma seção desse capítulo para tratar da multimodalidade, utilizada no exame dos textos multimodais.

No quarto capítulo traço o percurso metodológico da pesquisa. Começo com reflexões sobre o estudo de natureza qualitativa e multimetodológica. Logo após, foco minha atenção nas questões de pesquisa e detalho o processo de construção do *corpus*, organização e tratamento dos dados com o software NVivo. Apresento também as categorias de análise utilizadas. Os dois próximos capítulos são de análise. O quinto reúne as análises dos textos em seu aspecto verbal, estudando a interdiscursividade, a estratégia argumentativa e analítica do quadrado ideológico (QI), incorporando a ela a análise de metáfora. Já o sexto capítulo concentra as análises dos aspectos visuais dos textos, com base na Gramática de Design Visual.

Por fim, apresento reflexão a partir das duas etapas de análises realizadas para compreender, de fato, a representação discursiva da situação de rua nos textos opinativos da *Folha de S. Paulo* e os impactos dessa representação para naturalização e aceitação social do problema.

## 1 SITUAÇÃO DE RUA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Este primeiro capítulo aborda a relação entre situação de rua, capitalismo e urbanismo no contexto brasileiro. Está dividido em quatro partes. Na primeira, exploro as características do capitalismo, sistema que provocou transformações nas relações de trabalho e produção, acentuando desigualdades e massificando a utilização das ruas como espaço para moradia e garantia da sobrevivência. Uma das consequências disso, como também discuto no capítulo, foi que a urbanização buscou atender o capital e a classe dominante. Destaco que, apesar desse contexto exigir um sistema protetivo e um poder público preocupado com a questão social, o que se observa no Brasil é o contrário.

O descaso do Estado com a questão social ficou ainda mais evidente na pandemia, que ressaltou ainda outros elementos históricos da rualização. Por isso, na segunda seção, reflito sobre impactos da pandemia para a população em situação de rua, uma das mais afetadas. Menciono algumas ações do governo federal para mitigação dos efeitos da pandemia. Apesar dessas medidas, o que ficou evidente foi a negligência do poder público que demorou para agir e que há anos foca em políticas de assistência social que priorizam medidas superficiais como o abrigo tradicional. Ficou claro também a necessidade de se conhecer o grupo e de se produzirem dados, além de se repensarem ações e políticas integradas para a população em situação de rua que considerem o processo histórico.

Nesse sentido exploro, na terceira parte do capítulo, duas políticas públicas que têm apresentado bons resultados e que objetivam cuidar e incluir para superar a situação de rua: o Consultório na Rua e o Programa Moradia Primeiro. Apesar dessas políticas intersetoriais, o poder público pratica frequentemente atos higienistas e de segregação contra pessoas em situação de rua. Algumas dessas ações excludentes são pontuadas na última sessão do capítulo, em que discuto a situação de rua na cidade de São Paulo, focando a questão na chamada “Cracolândia” e as formas de gestão desse espaço urbano, sobretudo de 2011 a 2020, período que o meu *corpus* de análise abrange.

### 1.1 Capitalismo, urbanismo e situação de rua no Brasil

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil ocorreu junto ao movimento de colonização, com regime de produção baseado na escravização negra, nas palavras de Kowarick (1994). O autor explica que o tráfico de pessoas se tornou um potente fator de acumulação primitiva, já que gerava excedente de mão de obra por intermédio da comercialização de pessoas escravizadas. Esse excedente acentuava a pauperização de trabalhadores/as rurais e urbanos/as.

Além disso, o intelectual afirma que esse tipo de comércio acelerou também a acumulação primitiva de capital para a burguesia europeia e colonial. Neste sentido, contribuiu também para o avanço do capitalismo europeu (Kowarick, 1994). O intelectual faz uma analogia com a expansão capitalista nos países europeus. Enquanto lá os camponeses retirados de suas terras eram transformados em força de trabalho, no Brasil, as pessoas escravizadas impulsionavam com seu trabalho forçado o processo produtivo.

O fim da colonização e da escravização coincidem com a introdução do café na economia brasileira e provocam a formação de uma nova classe social, além daquela formada por capitalistas, banqueiros, políticos, comerciantes e negociantes, de um lado, e por pessoas escravizadas do outro: a classe formada por pessoas alforriadas, chamada “escravos libertos” (Pereira, 2008).

A força de trabalho desses “homens livres”, no entanto, não foi incorporada ao processo produtivo. Foi substituída por imigrantes europeus, vindos inicialmente da península itálica e dos territórios germânicos, e, posteriormente, da Espanha, Portugal e Japão. Segundo Pereira (2008), o governo brasileiro buscou o embranquecimento da população brasileira, pois “acreditava-se que para o país se modernizar e atingir o progresso desejado, o mesmo deveria sofrer limpeza étnica, trocando a [suposta] incapacidade racial dos negros pela [suposta] força e virtude dos europeus” (Pereira, 2008, p. 48). A vinda, portanto, dos europeus teve essa natureza eugênica racista.

Kowarick (1994) argumenta ainda que os imigrantes, fugindo de fome ou perseguição, tiveram de se submeter à disciplina do trabalho. Sendo assim, foram direcionados para as regiões dinâmicas do café e constituíram a maior parte do proletariado que operava as máquinas das indústrias de São Paulo. O auge da imigração europeia na cidade foi em 1893, quando os dados do censo da época apontavam que as pessoas nascidas no exterior representavam 55% da população de São Paulo (Caldeira, 2000; Fausto, 1984).

Já as pessoas antes escravizadas, quando conquistaram a liberdade, ficaram sem assistência do Estado, sem acesso a moradia e sem condições de se fixar em alguma atividade laboral, o que as condicionava à “miséria e à dependência dos grandes produtores ou fazendeiros” (Pereira, 2008, p. 47), que, segundo Kowarick (1994, p. 13), encaravam “os libertos” como “vadios, carga inútil e desclassificados para o trabalho”. Dessa forma, as pessoas negras libertadas compunham o grupo das empobrecidas, sendo que elas representavam a maior parte da população do país, chegando a cerca de 65% dos habitantes, excluindo-se as populações indígenas (Pereira, 2008).

A partir das décadas de 1950, o processo industrial brasileiro foi intensificado, assim como a urbanização. Para Santos (1993), o processo brasileiro de urbanização está associado com o do empobrecimento, cujo *locus* passa a ser, cada vez mais, a cidade grande, já que a zona rural repelia os empobrecidos, e os trabalhadores da agricultura passaram a viver mais em espaços urbanos.

São Paulo, que se destacou como centro cafeeiro, também esteve à frente do processo industrial brasileiro. Conforme Caldeira (2000), a industrialização transformou a cidade num espaço caótico. Na virada do século, a construção era intensa. Novas fábricas eram erguidas uma atrás da outra. Para se ter uma ideia, no final do século XIX, existiam 91 fábricas, que em 1918 passaram a ser quase duas mil. O número elevava-se para 12 mil em 1947 (Petroni, 1955).

Esse crescimento industrial provocou a migração tanto da população rural, formada por descendentes de pessoas antes escravizadas e de imigrantes, que estavam em busca de trabalho urbano, quanto das elites paulistas, que também se moviam do interior do estado para a capital. A fim de abrigar trabalhadores, casas eram construídas rapidamente e perto das fábricas e dos trilhos dos trens. Comércio e serviços intercalavam-se com residências.

Apesar de a elite e os trabalhadores viverem próximos, estavam separados pelos tipos de moradias:

Enquanto a elite (da indústria e da produção de café) e uma pequena classe média viviam em mansões ou casas próprias, mais de 80% das habitações de São Paulo eram alugadas (Bonduki 1983: 146). A propriedade de uma casa não era definitivamente uma opção para os trabalhadores, que em sua maioria viviam em cortiços ou casas de cômodos, todos superpovoados (Caldeira, 2000, p. 214).

Segundo Caldeira (2000), durante esse processo de intensa urbanização cresciam, por parte da elite, preocupações em torno de saúde e higiene, ligadas também à moralidade. “Questões sobre como abrigar os pobres e como organizar o espaço urbano numa sociedade que se industrializava estavam ligadas ao saneamento” (Caldeira, 2000, p. 214). Com isso, as intervenções do Estado durante as primeiras décadas do século XX voltaram-se para a reconstrução dos espaços urbanos, para a higienização das cidades e para o controle social da população (Pereira, 2008)<sup>3</sup>.

Caldeira (2000) divide as fases de desenvolvimento de São Paulo em três etapas, sendo a primeira a fase de segregação por moradia (do final do século XIX até os anos de 1940). A segunda forma urbana (dos anos 1940 até 1980) é conhecida como centro-periferia, em que a

---

<sup>3</sup> Essas ainda são a tônica das políticas públicas para os espaços empobrecidos nos dias atuais.

cidade viveu uma expansão horizontal e grupos sociais se distanciaram: as classes média e alta se concentraram nos bairros centrais, com boa infraestrutura, e os empobrecidos viviam nas precárias e distantes periferias. Este padrão de urbanização é marcado pela aquisição da casa própria, que se torna uma regra para a maioria dos moradores, tanto para os ricos como para os empobrecidos, e ainda pelo uso do ônibus pelas classes trabalhadores e de automóveis pelas classes médias e altas.

Entre os anos de 1960 e 1970, destaca-se a construção de apartamentos pela cidade, principalmente na parte sudoeste, afastando-se do centro. Nesta década, o centro de São Paulo deixa de ser o único núcleo comercial e de serviços. Escritórios e residências começaram a se espalhar pela Avenida Paulista, pelos Jardins e pela Avenida Faria Lima. Esta região ficou conhecida como o “novo centro” e passou a atrair as classes mais abastadas. Para Villaça (2003, p. 29), “os chamados novos centros (os das elites) tendem a se transformar nos centros principais, já que tendem a abrigar as instituições de comando da sociedade”. Com esse deslocamento, ocorre um processo de desvalorização do centro principal, mas este nunca perdeu a sua importância (Villaça, 2003).

A terceira forma urbana (a partir dos anos 1980) foi marcada pela desaceleração do crescimento econômico, que tornou mais difícil a compra de lotes e a autoconstrução por parte trabalhadores/a empobrecidos/as, que acabaram voltando para os cortiços da área central e submetendo-se ao regime de moradias alugadas, o que consome parte importante dos ganhos dessas famílias. Aqueles que não conseguiam pagar o alto preço dos aluguéis de um cômodo na região foram viver na rua. Nesse período, houve redução na segregação socioespacial, pois tanto pessoas com renda familiar média quanto pessoas empobrecidas passaram a ser encontradas nas mesmas zonas urbanas. Assim, diferentes grupos sociais ficaram próximos novamente, mas separados por muros e tecnologias de segurança. Caldeira (2000) chamou esse novo padrão de segregação espacial de “enclaves fortificados” e definiu São Paulo como “cidade de muros com uma população obcecada por segurança e discriminação social (Caldeira, 2000, p. 231).

É nesse contexto de desenvolvimento do capitalismo e de urbanização que se expande a situação de rua no Brasil e, mais especificamente, na cidade de São Paulo. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a população em situação de rua no Brasil é de 281.472 pessoas (IPEA, 2020). O estudo aponta que, em uma década, de 2012 a 2022, o aumento dessa população foi de 211%, uma expansão muito superior à da população brasileira, que neste mesmo período cresceu 11%. Os dados são de dezembro de 2022 e foram obtidos



pelo Cadastro Único (CadÚnico), já que o censo demográfico realizado pelo IBGE continua seguindo o modelo tradicional de contagem que inclui apenas a população domiciliada.

O fenômeno, portanto, está relacionado “aos processos históricos de dominação e distribuição de poder” (Rodrigues; Fernandes, 2020, p. 41), os quais envolvem o sistema de classificação social, que privilegia a branquitude “em um pacto fechado, cíclico e narcísico, que mantém as estruturas estabelecidas pela classe dominante” (Teixeira; Oliveira, 2022, p. 380).

Esse processo demanda um sistema protetivo e um poder público que se responsabilize perante a questão social. No entanto, o que ocorreu foi o desmonte dos mecanismos de proteção social e a superexploração do trabalho pelo capital. Como exemplos recentes dessa situação, temos a aprovação das reformas da previdência e trabalhista, em 2019, e da Emenda Constitucional 95, em 2016, que congelou gastos sociais por 20 anos, sendo a assistência social uma das áreas mais afetadas. A medida congelou despesas públicas e passou a corrigi-las apenas pela inflação, provocando uma redução dos gastos com serviços de proteção social<sup>4</sup>.

Acrescenta-se a isso o fato de o orçamento para a área social ser cada vez mais garantido por emendas parlamentares. Conforme o site da Câmara dos Deputados<sup>5</sup>, em 2021, a participação das emendas parlamentares no orçamento da assistência social chegou a 43%. Por esse sistema, parlamentares definem o destino da verba, dificultando o planejamento das gestões, fragilizando a área e afetando a vida de milhares de pessoas em vulnerabilidade, que ficam sem a garantia de atendimento.

Conforme Nlesso, Rizzotti e Mustafa (2021), os rumos de um modelo econômico que deixa as marcas mais perversas da desigualdade e do empobrecimento, somado à retração do papel do Estado para o social, desenham o cenário atual de profunda crise não só econômica, mas também social, política, ambiental e sanitária. De acordo com Dardot e Laval (2016), trata-se da crise da “governamentalidade neoliberal”<sup>6</sup>, ou seja, de “um modo de governo das economias e das sociedades baseado na generalização do mercado e da concorrência” (Dardot; Laval, 2016, s/p), o qual também é responsável pela naturalização da situação de rua, na medida

---

<sup>4</sup> Em 2023, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar n. 93/2023 (PLP 93/2023), ou “Novo Arcabouço Fiscal”, que substituiu o teto de gastos e prevê um mínimo para o crescimento dos gastos públicos, condicionado ao aumento da receita. Apesar de o governo propagar que se trata de um mecanismo para estabilizar a dívida pública, mantendo gastos sociais e investimentos públicos, especialistas alertam que a medida precariza o serviço público e continua a sufocar as políticas sociais.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/818018-consultora-da-camara-aponta-queda-do-gasto-do-governo-federal-com-assistencia-social/>. Acesso em: 25 fev. 2022.

<sup>6</sup> Essa é a quarta crise estrutural do capitalismo desde o fim do século XIX, sendo que as anteriores ocorreram nas décadas de 1890, 1930 e 1970.

que legitima a exclusão e justifica medidas assistenciais que não consideram fatores estruturais e históricos (Ávila; Molina, 2017).

A natureza histórica e social da formação da população vivendo em situação de rua no Brasil tem como resultado sua diversidade. Conforme Silva M. (2006), trata-se de um grupo heterogêneo, ou seja, que inclui características distintas, como tempo de permanência na rua, causas imediatas que conduziram à situação de rua, relações que estabelecem com o trabalho antes e após a situação de rua e perfil socioeconômico. No entanto, a autora aponta que existem condições ou características comuns que permitem identificar a população em situação de rua como um grupo populacional específico: 1) condição de pobreza extrema; 2) rompimento de vínculos familiares ou sua fragilização - pode estar relacionado à questão econômica, como ausência de trabalho e renda, mas também com desavenças afetivas, preconceitos relacionados à orientação sexual, intolerância às situações de uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas; e 3) inexistência de moradia convencional regular e utilização da rua como espaço de moradia e sustento por contingência temporária ou de forma permanente. Isso faz com que as pessoas procurem espaços públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixos de viadutos), áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos) ou albergues para pernoitar e abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias, no processo de construção de saída das ruas.

## **1.2 Os impactos provocados pela pandemia**

No dia 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia em Wuhan, na província de Hubei, na China. O vírus causador parecia desconhecido. Uma semana depois, as autoridades confirmaram a identificação de um novo coronavírus que estava sendo chamado temporariamente de 2019-nCoV. A OMS declarou a pandemia no dia 11 de março do ano seguinte, e o novo coronavírus recebeu o nome de SARS-CoV-2, responsável pela doença que ficou conhecida como Covid-19.

Neste mesmo dia, a *Folha* republicou matéria do *The New York Times* que relacionava a Covid-19 e a situação de rua, com uma entrevista com Drew Harris, analista de saúde populacional na Universidade Thomas Jefferson. Mesmo sem conhecer a doença, o especialista já se preocupava com as pessoas vulneráveis: “O que acontece com os trabalhadores autônomos, os trabalhadores pagos por hora, e com as pessoas da economia do frila, quando os negócios pararem? E os moradores de rua que dependem de caridade e de serviços de apoio?”.

Nessa época ainda não se imaginava o efeito catastrófico que a pandemia iria causar em todo o mundo.

As medidas sanitárias prioritárias recomendadas para contenção da pandemia foram isolamento, distanciamento social, higiene e uso de máscaras. No entanto, essas orientações são ilógicas para a população em situação de rua, que não tem acesso fácil a locais onde lavar as mãos com regularidade, não tem casa onde se isolar e nem como fazer distanciamento social, já que muitas dormem em espaços de acolhimento que recebem dezenas e até centenas de pessoas. A interrupção da circulação social também provocou impacto direto no acesso a recursos para sobrevivência do grupo, cuja subsistência ocorre principalmente por meio do trabalho informal e de doações. Neste e em outros aspectos a pandemia tornou evidentes as injustiças inerentes a sociedades capitalistas e trouxe “a concepção ampliada de saúde ancorada no posicionamento ético e político, que compreende sua relação direta com as condições de vida e de trabalho” (Teixeira; Oliveira, 2022, p. 367).

Segundo Silva, Natalino e Pinheiro (2020), com o decorrer do período pandêmico, o governo federal, que manteve uma política de descaso com a população brasileira, publicou diretrizes nacionais voltadas principalmente para o acolhimento regular e provisório das pessoas em situação de rua. No entanto, conforme os autores, a oferta de vagas foi insuficiente. Além disso, houve recusa em deixar a rua justificada pelas condições aquém das desejáveis nos acolhimentos institucionais, gerando insegurança para a população em situação de rua (Silva; Natalino; Pinheiro, 2020). A situação precária dos abrigos expõe usuários não só à Covid-19, como a outras doenças, como tuberculose.

Outra medida foi disponibilizar vagas de hospedagem em hotéis e pousadas. Em São Paulo, a Lei nº. 17.340/2020, que dispõe sobre medidas de proteção de saúde pública e de assistência social, prevê em seu artigo 13 que o Poder Público poderá disponibilizar vagas de hospedagem em hotéis, pousadas, hospedarias e assemelhados para a população em situação de rua. A implantação dessa medida, entretanto, esbarrou na burocracia estatal e demonstrou o descaso com o grupo. Segundo Maciel, Silva e Souza (2020), em São Paulo, no primeiro edital publicado em 5 de maio de 2020 no Diário Oficial do Município, nenhum hotel se apresentou como disponível. No segundo edital, sete estabelecimentos foram inscritos, porém nenhum habilitado.

Dessa forma, a política de abrigamento mostrou-se ineficaz, apontando, conforme recomendações do Ipea, a necessidade de fortalecimento de políticas para a população em situação de rua seguindo a metodologia “Moradia Primeiro” (*housing first*), que prioriza o

acesso imediato a uma unidade habitacional individual, com dignidade e acompanhamento de uma equipe multidisciplinar. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos instituiu o modelo como programa nacional, por meio da Portaria n.º 2.927 de 26 de agosto de 2021<sup>7</sup>.

Foram adotados também, em diferentes tempos, o auxílio emergencial, a isenção de tarifas, a realização de oficinas de orientação, a instalação de pias e banheiros em locais públicos, a distribuição de alimentos, de itens de higiene e de máscaras, dentre outras medidas. Vale destacar que a transferência de renda foi feita para pessoas de baixa renda, ocupadas em atividades informais. As pessoas em situação de rua, em geral, tiveram dificuldades para acessar o auxílio emergencial, muitas por falta de documentação. Isso mostra mais uma vez que é preciso romper com os “obstáculos de acesso às políticas de transferência de renda, particularmente as relacionadas ao acesso a tecnologias de informação e comunicação (TIC’s), documentação e ‘bancarização’” (Silva; Natalino; Pinheiro, 2020, p. 15).

Esses problemas não são novidades, só foram realçados com a pandemia que provocou um aumento no número de pessoas vivendo nas ruas. Em São Paulo, a legislação municipal prevê a realização da contagem de pessoas em vulnerabilidade a cada quatro anos. O último levantamento seria feito em 2023, mas foi antecipado<sup>8</sup> e realizado entre outubro de dezembro de 2021, devido à pandemia da Covid-19 e suas consequências socioeconômicas. De acordo com esse censo municipal há 31.884 vivendo nas ruas. Em 2019, eram 24.344 pessoas: o aumento numérico é de 7.540 pessoas, equivalendo a toda população em situação de rua contada no Rio de Janeiro. No entanto, o Movimento Nacional da População em Situação de rua e o padre Julio Lancelloti, considerado uma liderança pela sua atuação junto ao grupo, questionaram essa quantidade, a qual consideram que foi subestimada, o que teria ocorrido por problemas metodológicos.

Apesar desse aumento na quantidade de pessoas em situação de rua, Tiengo (2021) aponta que não houve uma mudança de perfil. Para ela, a pandemia aprofundou o desemprego e outras expressões da questão social, refletindo no aumento do número de pessoas em situação de rua:

O que há é um aumento no desemprego, que contribui para ampliação da superpopulação relativa. Aumentando, por consequência, a sua parcela que

---

<sup>7</sup> Trataremos mais sobre o Programa Moradia Primeiro na terceira seção deste capítulo, intitulada Políticas públicas: Consultório na Rua e Moradia Primeiro.

<sup>8</sup> Prefeitura de São Paulo (2022). Disponível em: <https://www.capital.sp.gov.br/noticia/censo-antecipado-pela-prefeitura-de-sao-paulo-revela-que-populacao-em-situacao-de-rua-cresceu-31-nos-ultimos-dois-anos>. Acesso em: 12 out. 2022.

vivencia maior pauperismo, aqueles que vivem em situação de rua. O perfil continua sendo formado majoritariamente por homens, em idade economicamente ativa, que perderam o emprego e anteriormente à situação de rua já viviam em meio à precarização, com empregos de baixa remuneração, que exigem poucos anos de escolaridade, em alguns casos bicos; alguns deles vivenciaram a migração em busca de melhores condições de vida e, nas ruas, vivem da realização de pequenos serviços. O que podemos dizer é que existe um contingente de pessoas que está há pouco tempo em situação de rua, remetendo a esse período da pandemia, que ainda se encontram num primeiro momento da vida nas ruas (Tiengo, 2021, p. 59).

A falta de dados precisos reflete também na avaliação do impacto da pandemia sobre o grupo, tanto que não há dados que façam esse apontamento. O Labcidade e a Clínica Luiz Gama investigaram dados inéditos sobre os óbitos por Covid-19 na cidade de São Paulo, organizada pelo Projeto Recovida, que realizou uma reavaliação da mortalidade por causas naturais entre março de 2020 a maio de 2021. Identificaram, nesses 14 meses, pelo menos 96 óbitos de pessoas em situação de rua, quase o dobro dos identificados pelos Consultórios na Rua. Isso mostra que o impacto foi maior do que apresentado pelos dados oficiais.

O estudo sugere ainda que a invisibilidade dos óbitos da população em situação de rua, em certa medida, parece ter sido uma escolha, já que durante dois anos de pandemia não foram adotadas todas as medidas possíveis voltadas à população em situação de rua. Essa conclusão aponta para uma prática de necropolítica (Mbembe, 2017), que determina quem deve viver e quem deve morrer, por meio de um exercício de biopoder. Nesse caso, o risco de morte de pessoas em situação de rua e de outros grupos vulnerabilizados não mereceu especial atenção dos poderes públicos, e a omissão desses dados aponta o descaso político. Segundo a pesquisa do projeto Recovida, procedimentos simples, como a inclusão de uma pergunta nos formulários médicos e registros de óbito que identificassem a condição de moradia, com respostas padronizadas, que contemplassem “situação de rua” e “centros de acolhida/albergues”, entre outras possibilidades, ajudaria a ter uma dimensão real de como o grupo foi afetado.

O contexto pandêmico enfatizou, portanto, a negligência do Estado que vem há anos se pautando por uma política de assistência social ineficaz, que prioriza medidas superficiais como o abrigamento tradicional. Evidenciou também a vulnerabilização desse grupo. “O caráter invisível do vírus pode ter revelado em escala global o que esta população já sofre historicamente, como o sentido da desconfiança, da proximidade como um risco e do contato como uma impossibilidade” (Robaina, 2020, p. 86). Além disso, mostrou a necessidade de informações para evitar a reprodução da invisibilidade social no que se refere às ações e políticas públicas voltadas à população em situação de rua.

Diante deste contexto, fica o desafio de se repensar essas políticas nesse período pós-pandemia para que em situações de emergência seja possível obter resultados efetivos e inclusivos, já que no horizonte próximo parece improvável a solução da questão da situação de rua, conforme Robaina (2020). Ressalto na próxima sessão exemplos de políticas públicas que visam ampliar o foco das práticas para além da assistência social.

### **1.3 Políticas públicas: Consultório na Rua e Moradia Primeiro**

Nos anos 2000, o direito das pessoas em situação de rua entrou na agenda pública, com a instituição da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), por meio do Decreto n.º 7.053, de 23 de dezembro de 2009, após ampla pressão popular por parte dos movimentos da população em situação de rua. Essa política é “identificada por muitos como marco na transição da população situação de rua de fetiche do assistencialismo para ‘sujeito coletivo de direitos’” (Correio; Costa, 2014, p. 31). A partir dela, foram implementadas iniciativas e formuladas políticas públicas pautadas pela Política Nacional.

A seguir, destaco duas políticas públicas voltadas para a população em situação de rua: Consultório na Rua, implementada em 2011, e Moradia Primeiro, em 2021. As duas políticas visam garantir direitos fundamentais a essa população: acesso à saúde e à moradia, respectivamente.

#### **1.3.1 Consultório na Rua**

O Consultório na Rua (CR) é proposto a partir da compreensão de que a população em situação de rua enfrenta dificuldades para acessar os serviços de saúde e de assistência social. É constituído por equipes compostas por profissionais de diversas formações disciplinares que atendem a população em situação de rua *in loco*, de forma itinerante, podendo realizar atendimentos na rua e nas unidades de saúde. A concepção dessa política vem de dois programas: Consultório de Rua e as equipes de Saúde da Família sem domicílio - posteriormente denominadas de Equipes da Saúde da Família para a População em Situação de Rua (Barbosa, 2018).

O Consultório de Rua foi uma iniciativa do Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD) que, funcionando desde 1985 na cidade de Salvador, era um dos poucos serviços de saúde pública de atenção especializada aos usuários de substâncias psicoativas e respectivos familiares. Por meio de uma pesquisa etnográfica, a equipe técnica percebeu que crianças e adolescentes, em situação de rua, tinham dificuldade de chegar até o CETAD para

atendimento, ou por não o conhecerem, ou por não terem condições mínimas de frequentar regularmente um serviço, ou ainda pelo fato de estarem em uma condição de exclusão social que travava esse acesso (Nery Filho; Valério; Monteiro, 2011).

Foi, então, proposto um projeto cujos resultados, obtidos entre 1981 e 1991, constituíram a base para a proposição do que veio a ser chamado de Consultório de Rua, que tinham como objetivo a atenção à saúde dessa população, especialmente no que se refere à associação entre vulnerabilidade social e abuso de substâncias (Nery Filho; Valério; Monteiro, 2011). Entre outras diretrizes, baseava-se na redução de danos, por meio da promoção do autocuidado, de orientações sobre modos de usos de substâncias químicas menos perigosas, sobre ações a serem tomadas após o uso, além de distribuição de preservativos, seguida de instruções sobre modo de uso e orientações sobre doenças contagiosas e infecções sexualmente transmissíveis.

Diante de uma avaliação positiva do Consultório de Rua, o Ministério da Saúde inseriu a política como uma das estratégias do Plano Emergencial de Ampliação de Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas no Sistema Único de Saúde – PEAD, e em 2010 também foi incorporado ao Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas – PIEC, com a intenção de aumentar o acesso aos serviços de saúde e melhorar o atendimento oferecido pelo SUS a usuários e usuárias de substâncias psicoativas.

Com relação às Equipes de Saúde da Família sem Domicílio, estas foram implantadas primeiramente em Belo Horizonte, em 2002. Além dos atendimentos, foram realizados levantamento de bibliografia e mapeamento da rede de atenção à população em situação de rua na cidade. “Com o tempo, a equipe formou grande rede que se comunicava intensamente por telefone, e-mail ou reuniões, com o objetivo de prestar suporte necessário a esse grupo social” (Brasil, 2012a). Posteriormente outros municípios, como Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo e Curitiba implementaram as equipes com o objetivo de propor atendimento à saúde das pessoas em situação de rua de forma itinerante.

A partir dessas duas experiências foi proposto o Consultório na Rua, cuja formalização só foi publicada no Diário Oficial da União em 24 de outubro de 2011, e a normativa com as diretrizes de organização e funcionamento dessas equipes só saiu no ano seguinte, por meio da Portaria n.º 122, de 25 de janeiro de 2012. A Portaria define que as equipes (eCR) integram o componente atenção básica da Rede de Atenção Psicossocial e desenvolvem ações de Atenção Básica, devendo, portanto, seguir a Política Nacional de Atenção Básica (Brasil, 2012b).

A Portaria dispõe acerca do cálculo da quantidade máxima de equipes de Consultório na Rua que podem ser financiadas pelo Ministério da Saúde. Além disso, determina que se utilize os dados dos censos populacionais relacionados à população em situação de rua como base para estipular o número máximo de eCR financiados pelo Ministério da Saúde por município. O parâmetro a ser adotado é de uma eCR a cada oitenta a mil pessoas em situação de rua. A Portaria n.º 122/2012 também trata do incentivo financeiro mensal de custeio ofertado pelo Ministério da Saúde às prefeituras que implantassem essas equipes em seus territórios (Brasil, 2012b).

De acordo com Barbosa (2018), o CR foi a forma que o “Ministério da Saúde encontrou para contemplar diversos olhares sobre a saúde da população em situação de rua, não se restringindo aos cuidados relativos ao uso abusivo de substâncias psicoativas” (Barbosa, 2018, p. 60) O autor pontua ainda que essa mudança atendeu aos anseios do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), que defendia o atendimento às diferentes necessidades de saúde das pessoas em situação de rua.

Segundo Barbosa (2018), outras normativas e iniciativas do governo federal contribuíram para a implementação dessas equipes e para o fortalecimento dessa estratégia, como o lançamento, em dezembro de 2011, do “Programa Crack, é Possível Vencer!”, que previa a estruturação da rede de cuidados e tinha como um de seus objetivos criar 308 equipes de Consultório na Rua em diferentes locais do país com mais incidência de consumo de crack.

No entanto, Medeiros e Cavalcante (2018) apontam que após quatro anos do Consultório na Rua, apenas 80 municípios, além do Distrito Federal, aderiram à iniciativa e se habilitaram a implantar equipes, representando 30% das cidades elegíveis e 37% das equipes previstas pela Portaria n.º 122, de 25 de janeiro de 2012. Conforme os pesquisadores, a maior expansão do CR ocorreu entre 2013 e 2014, época em que houve intenso monitoramento da implantação das equipes por meio do “Programa Crack, é Possível Vencer”, e o incremento do recurso federal destinado ao custeio mensal do CR. Em 2015, ocorreu a desaceleração na implementação do CR, devido ao contingenciamento de recursos no governo federal. Apesar dessa desaceleração, dados recentes do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES) e citados por Machado (2021), apontam que desde o início de seu processo de implantação, em 2012, até 2020, o crescimento do número de Consultório na Rua no Brasil foi de, aproximadamente, 264%, sendo que o SUS conta com 171 eCR.

Ferreira, Rozendo e Melo (2016) avaliaram a implantação do programa em Maceió e, segundo as pesquisadoras, os resultados demonstraram que a estratégia Consultório na Rua é



avaliada positivamente pelos usuários e usuárias. Os participantes da pesquisa destacaram o apoio social, o afeto, a oportunidade para mudar de vida, a melhoria no acesso aos serviços de saúde, o compromisso da equipe e relação de respeito estabelecida entre equipe e usuários. Mas, para as autoras, o governo federal precisa considerar a “heterogeneidade política, socioeconômica e as capacidades dos governos municipais, de modo a gerar cooperação interfederativa e, por conseguinte, êxito na efetividade de suas políticas públicas” (Ferreira; Rozendo; Melo, 2016, p. 8).

### 1.3.2 Moradia Primeiro

Outro exemplo de política pública para pessoas em situação de rua que tem alcançado resultados positivos é o Moradia Primeiro, programa inspirado no *Housing First*, idealizado pelo psicólogo Sam Tsemberis, da ONG estadunidense *Pathways to Housing*, na década de 1990. Esse modelo, que entende a moradia como a primeira etapa da intervenção, virou política pública nos Estados Unidos em 2009 e se estendeu pela Europa, onde o modelo começou a ser testado em 2011 em algumas cidades (Brasil, 2020; Moreira *et al.*, 2017).

Nesse programa, o acesso à habitação permanente e individualizada é ponto de partida e não a última etapa da intervenção. Ou seja, o acesso imediato a uma casa é o início do percurso para recuperação, autonomia e inclusão social. Sendo assim, não se exige participação prévia em programas de tratamento e reabilitação. Faz oposição ao “modelo escada”, no qual é preciso vencer etapas para se conquistar a casa própria, que seria uma espécie de recompensa no final do processo.

O programa Moradia Primeiro concebe a pessoa como protagonista das próprias escolhas, e não condicionada ou orientada a escolhas. “Cabe a ele, portanto, decidir se e a quais tratamentos submeter-se ou não, administrar seus recursos financeiros e escolher, no seu ritmo, a descontinuação do uso de entorpecentes”. (Moreira *et al.*, 2017, p. 56). Além disso, a pessoa recebe apoio individualizado. Mais uma diferença para o “modelo escada”, baseado na institucionalização, ou seja, em tratamento igual, oferecido nos abrigos, para todas as pessoas. Reconhece, ainda, o direito de viverem de forma independente e não serem forçadas a conviver com outras, como nos abrigos (Brasil, 2020, Fundação Getúlio Vargas, 2017). Importante ressaltar que as residências não podem ser em um local hostil, mas que favoreça o bem-estar e a reintegração na sociedade (Moreira *et al.*, 2017, p. 55).

No Brasil, algumas experiências relacionadas ao modelo são recentes. Moreira *et al.* (2017) destaca, no âmbito das políticas estaduais, o Programa De Braços Abertos,

implementado em São Paulo, pelo então prefeito Fernando Haddad, em 2014. O programa focava moradia em primeiro lugar para tratar pessoas em situação de drogadição, estabelecendo alguns hotéis para receber as pessoas cadastradas no programa. O custo per capita era de R\$ 1.086 mensais, valor determinado pelo POT (Programa Operação Trabalho), referente ao trabalho, moradia e alimentação (Moreira *et al.*, 2017). Apesar de ter alcançado bons resultados até 2016, teve fim em 2017, com a gestão do então prefeito João Doria (PSDB), que focou, primeiro, no combate à drogadição e negou as políticas de redução de danos.

Em agosto de 2018, a Prefeitura de Porto Alegre implantou um projeto-piloto do programa Moradia Primeiro, como desdobramento do Plano Municipal de Superação de Rua. O programa Moradia Primeiro utilizava recursos oriundos de convênio com o Ministério da Justiça. O objetivo era disponibilizar temporariamente um imóvel onde pessoas em situação de rua pudessem morar, sendo o aluguel custeado pela prefeitura. O acordo inicial estabelecia 306 bolsas de auxílio-moradia no valor de R\$ 500, sendo 153 bolsas por semestre. O contrato previa a duração de seis meses, podendo ser renovado por mais seis meses. Foram pré-selecionadas 70 pessoas, por meio de abordagens das equipes da Secretaria Municipal de Saúde, para receber o benefício.

Com relação aos imóveis, a prefeitura criou um site para que proprietários manifestassem voluntariamente interesse em participar do programa, recebendo um aluguel solidário. À prefeitura, cabia atuar como fiadora do aluguel e acompanhar individualmente os beneficiários. Esse procedimento foi atribuído aos profissionais de saúde e de assistência social, os quais deveriam realizar visitas quinzenais ao imóvel para verificar suas condições e se responsabilizando por qualquer dano (Tavares, 2021).

Um ano após a implementação, o jornal *Correio do Povo* noticiou<sup>9</sup> que o programa esbarrava na escassez de interessados em locarem seus imóveis. Além disso, alguns imóveis eram considerados inadequados para participação no projeto, seja pelas condições, localização ou por questões legais. O projeto descartava o uso de espaços públicos desocupados. Três anos depois, o mesmo problema ainda foi verificado. Conforme o *Gazeta Gaúcha*<sup>10</sup>, o desinteresse se deveu ao valor oferecido para o aluguel, que de R\$ 500, incluindo água, luz e condomínio, foi reajustado para R\$ 800 em 2020, e o prazo do contrato passou a ser de 12 meses. Além disso, o jornal apontou que o baixo interesse também se devia ao desconhecimento do Moradia

---

<sup>9</sup> Nunes, R. (2021); Bueller (2019).

<sup>10</sup> Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/03/programa-de-aluguel-solidario-para-moradores-de-rua-enfrenta-falta-de-interesse-de-proprietarios-ckmkmmz2r001n01984572kvwi.html>. Acesso em: 05 out. 2022.

Primeiro. Em 2021, ano de encerramento do projeto, o total de beneficiários chegou a 84 pessoas.

Tavares (2021) ressalta outra dificuldade na implementação do Moradia Primeiro: os perfis de imóveis disponíveis não atendem a todas as pessoas em situação de rua, pois são heterogêneas e apresentam demandas diferentes. Por exemplo, ela cita catadores de material reciclável interessados que optaram por aguardar mais tempo por um imóvel que pudesse abrigar seus carrinhos, e as famílias com filhos pequenos que não podem ser abrigadas em pensões ou pousadas com espaços comuns compartilhados.

A autora avaliou o Programa Moradia Primeiro em Porto Alegre e constatou que ele trouxe inovação às políticas habitacionais, mas não é voltado a todas as pessoas em situação de rua, o que pode gerar frustração àquelas que não são atendidas por ele. “O desenho institucional do programa carrega construções sociais que podem ser aprimoradas para melhor atender a heterogeneidade da população em situação de rua” (Tavares, 2021, p. 95). Tavares (2021) também ressalta como ponto positivo do programa o custo mais baixo por pessoa do que abrigos convencionais.

Em maio de 2019, por meio do Instituto Nacional de Direitos Humanos da População de Rua – INRua, e da Arquidiocese de Curitiba, a capital paranaense também deu início ao Projeto Moradia Primeiro. Atualmente o projeto dispõe de quatro moradias, atendendo a cinco pessoas. As pessoas atendidas recebem uma moradia individual (ou para família) mobiliada e com os principais utensílios para o início de sua residência. A equipe cedida pelas instituições parceiras colabora na integração com a comunidade e na solução de problemas, como emprego, educação, tratamento de saúde e psicossocial, e educação financeira. Vale ressaltar que não há financiamento do poder público e não há, em Curitiba, nenhuma normativa que oriente os projetos de *Housing First*.

Em dezembro de 2021, o governo federal instituiu o projeto Moradia Primeiro<sup>11</sup>, prevendo investimento inicial de R\$ 9,2 milhões. A residência temporária é oferecida a pessoas com mais de 18 anos e que vivem há mais de cinco anos em situação de rua. Têm prioridade aquelas com possibilidade de agravamento relacionado ao abuso de álcool ou de outras substâncias psicoativas, ou com comprometimento da saúde mental, ou egressos de medida protetiva ou socioeducativa (Brasil, 2021). O programa estabelece suporte para acesso a políticas públicas, serviços e atividades comunitárias e incentivo à convivência com os vizinhos e comunidade local. O Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), em

---

<sup>11</sup> Portaria n.º 2927, de 26 de agosto de 2021.

reportagem para o portal Terra<sup>12</sup>, ressaltou que a moradia social é uma solução, mas criticou a concessão de moradias “temporárias” e o orçamento para o projeto.

Apesar dessas duas políticas públicas destacadas, baseadas na PNPS, que marca “uma mudança de postura do Estado em relação à população em situação de rua, o poder público não deixou de praticar ações com a perspectiva de controle e repressão” (Barbosa, 2018, p. 50). De acordo com o autor, ações estatais divergentes e conflitantes são estabelecidas, sendo o ponto comum antagônico as políticas sociais e as políticas de segurança pública ou urbanas.

Em virtude desse cenário, em julho de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) deu prazo de 120 dias para elaboração de um plano nacional de ação e monitoramento para a implementação da PNPSR, com a participação, dentre outros órgãos, do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (CIAMP-Rua), do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), da Defensoria Pública da União (DPU) e do Movimento Nacional da População em Situação de Rua. A medida é considerada um avanço para a defesa dos direitos humanos dessa população.

Em atendimento a essa recomendação, foi retomado o CIAMP-Rua. Criado em 2009, elegeu, em outubro de 2023, 22 novos integrantes para atuação até 2025. A eleição adotou critérios de paridade étnico-racial e de gêneros e conferiu mais participação a quem já teve experiências vivendo em situação de rua.

Na próxima sessão, abordo a chamada “Cracolândia” e a gestão desse espaço.

#### **1.4 A chamada “Cracolândia” e as formas de gestão do espaço**

O crack foi introduzido em São Paulo no final na década de 1980 e início dos anos 1990. Segundo Raupp e Adorno (2011), o consumo da substância começou em bairros periféricos da cidade. A entrada da droga nessas regiões foi seguida de um aumento da violência, com atuação de grupos de extermínio, provocando a migração de pessoas usuárias de *crack* para o centro, onde se sentiam mais seguras que num bairro distante.

Nessa época, o centro já se encontrava bastante deteriorado e com várias edificações abandonadas por falta de investimento. Esse cenário resulta “da imponência e da centralidade econômica produzida pelo Estado e pelo capital desde a atividade exportadora cafeeira do século XIX” (Cordovil, 2016, p. 6), que provocou o deslocamento da elite da região e, conseqüentemente, ocupação por grupos sociais mais empobrecidos.

---

<sup>12</sup> Delgado, M (2022). Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/brasil-tem-boom-de-populacao-de-rua-que-segue-invisivel-para-o-poder-publico,1d4e75aa6a437df3a0ba5cef2d875b5bq7700pzo.html>. Acesso em: 06 out. 2020.

O consumo e a venda da substância aumentaram bastante na região, que “ganhou no imaginário da cidade o *status* de ‘nação independente’ em meados da década de 1990” (Raupp; Adorno, 2011, p. 2.614). O ano de 1995 foi considerado o momento de “escalada” da droga entre pessoas em situação de rua. Nesse mesmo ano, o jornal *O Estado de S. Paulo* usou pela primeira vez o termo “Cracolândia” em reportagens sobre apreensões e prisões relacionadas à droga por parte da recém-criada Delegacia de Repressão ao Crack. Apesar de o uso do termo ter se consolidado e ser usado amplamente, Cruz M. (2023) alerta para o fato de o nome “Cracolândia” vincular essas existências ao crack, desconsiderando todas as ausências de garantias dos direitos humanos.

Segundo Fromm (2023), o local se constitui como um refúgio urbano para ex-presidiários, pessoas em situação de rua, trabalhadores, migrantes, prostitutas, usuários de drogas e portadores de problemas psiquiátricos, dentre outros que não têm para onde ir. A autora cita as estruturas de desigualdade que levam as pessoas para a “Cracolândia”: 1) As políticas de despejo realizadas na cidade; 2) A expulsão de usuários de drogas de seus bairros de origem pela organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) ou por moradores; 3) O pagamento de passagens para pessoas em situação de rua irem para a capital por parte das prefeituras de diferentes cidades do Estado; 4) O fato de encarcerados de São Paulo, quando cumpridas suas penas, precisarem de dinheiro para voltar para suas regiões, o que pode levá-los a se fixarem na Cracolândia, 5) Pessoas que frequentam o local aos finais de semana para relaxar e consumir droga, deixando o “fluxo” mais intenso nesses dias.

Em 1997, sob o comando do então governador Mário Covas (PSDB), ocorreu a primeira ação policial para prender usuários de substâncias psicoativas na região, chamada de Operação Tolerância Zero, em referência à política estadunidense Tolerância Zero, baseada na filosofia da Lei e Ordem. Por ela, o Estado deve agir com firmeza policial e rigor penal (Sampaio, 2020). Assim, os pequenos delitos deveriam ser punidos e os suspeitos, encarcerados, antes que eles praticassem crimes graves. Essa estratégia de segurança pública foi amplamente utilizada pelo então presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, no combate às drogas, e atingiu desproporcionalmente pessoas negras de classes empobrecidas. Para Wacquant (2007), a política teve seu “emprego seletivo num quadrante restrito, localizado bem na base do espaço urbano e social, que contribuiu para superlotar as celas estadunidenses e rapidamente ‘escurecer’ seus ocupantes” (Wacquant, 2007, p. 114).

Aqui no Brasil não foi diferente e, ainda, inspirou outras operações policiais, especialmente a partir da primeira década dos anos 2000, devido à ideia de “epidemia do crack”

(Magalhães T., 2015), difundida pela mídia. Todas com o objetivo de combater o tráfico de drogas e acabar com a “Cracolândia”, o que ainda não aconteceu.

Nesse contexto, vale mencionar a Operação Limpa, deflagrada em 2005 na gestão do então prefeito José Serra (2005 a 2006), quando também foi lançado o Projeto Nova Luz, com a intenção de promover a “reconfiguração” e “requalificação” da área, por meio da demolição de vários imóveis para modernizar o bairro. O próprio nome da operação “Limpa” reforça o caráter higienista<sup>13</sup> da intervenção. Essa “limpeza” propiciaria uma “cara nova” ao bairro da Luz (Projeto Nova Luz). De acordo com Raupp e Adorno (2015), essa ação policial atingiu diretamente usuários de crack.

Vários estabelecimentos, particularmente pequenos hotéis que se prestavam ao comércio e uso da droga foram interditados, expulsando usuários das ruas que frequentavam. Esses acabaram se deslocando para outras quadras, ampliando a “cena de uso” (Alves; Pereira, 2021, p. 474). Para Alves e Pereira (2021), esse processo dá chance ao capital imobiliário de ampliar a área disponível no processo de gentrificação.

O conceito de gentrificação é atribuído a Ruth Glass. Em seus estudos sobre Londres na década de 1960, ela usou a expressão para denominar o processo de expulsão dos operários de alguns bairros centrais da cidade para que a classe média pudesse habitá-los. Smith (2006) retomou esse termo, para se referir às mudanças urbanas de Nova Iorque. Para ele, desde o início dos anos 1960 e até os primeiros anos do século XXI, emergiu um “novo urbanismo” (ou forma urbana), no qual a gentrificação representa uma dimensão central.

De Glass a Smith houve uma “mudança na forma de pensar a paisagem urbana” (Paes, 2017, p. 669). A preocupação com moradores de classe média e alta passou para o urbanismo, o emprego, o consumo e o lazer. Paes (2017, p. 668) enumera os processos socioespaciais inerentes à gentrificação:

a inversão privada de capital para a criação de novos espaços destinados ao comércio, aos serviços e às moradias; a atração dos grupos sociais de alto poder aquisitivo; a expulsão ou a remoção de grupos sociais populares; a especulação imobiliária e o aumento do preço do solo; a expansão do consumo cultural; a dissolução e a recriação de traços identitários associados ao lugar; a gentrificação simbólica (Martí-Costa; Durán; Marulanda, 2016, p. 131) do patrimônio cultural; as políticas e os mecanismos de facilitação dos investidores privados; a atividade turística como estratégia econômica e competitiva entre as cidades (Paes, 2017, p.668).

---

<sup>13</sup> Intervenções higienistas também ocorreram antes do surgimento do crack. Nesse contexto, é possível citar o Projeto Polo Luz, realizado em parceria entre os governos estadual e federal, que restaurou a Pinacoteca do Estado, a Estação Júlio Prestes e a da Luz, em 1998 (Nasser, 2016).

Para Smith (2006), a década de 1990 marca o início da generalização da gentrificação, que está associada ao abandono das políticas progressistas do século XX e a ascensão das políticas neoliberais. Desta forma, a gentrificação se espalhou pelo mundo, tomando como referência, segundo Paes (2017), o Planejamento Estratégico desenhado para a renovação urbanística de Barcelona, que ficou conhecido como Modelo Barcelona, expandido à exaustão. Inclusive foi usado na cidade do Rio de Janeiro, para os Jogos Olímpicos de 2016, no Brasil. Para Paes (2017), as premissas das políticas de produção do espaço urbano são, em grande medida, corretivas e submissas às regras do mercado.

Raupp e Adorno (2011) apontam que outras ações inspiradas na “Operação Limpa” ocorreram, mas com o suporte de funcionários da limpeza urbana. Os autores acrescentam que “além do caráter nitidamente higienista das ações de expulsão dos ‘grupos indesejáveis’ do bairro da Luz, a associação entre moradores de rua e uso de drogas colabora para exacerbar os fortes estigmas associados a estes” (Raupp; Adorno, 2011, p. 2617).

Os pesquisadores pontuam ainda que os projetos de “revitalização”, na prática operações de expulsão de pessoas em situação de rua e usuários de crack, apontam a necessidade de uma via de ação alternativa para lidar com a questão da droga, em decorrência da ineficácia das ações repressivas. “Como não se consegue lidar com o problema, modifica-se o espaço urbano, tornando-o menos permeável aos grupos desviantes e mais acessível ao controle social” (Raupp; Adorno, 2011, p. 2621).

Alves e Pereira (2021) analisaram as duas primeiras décadas da “Cracolândia”, do início dos anos 1990 a 2010, e avaliam que “as ações policiais mais contundentes foram esporádicas no tempo, buscando um efeito muitas vezes proeminentemente midiático e sem maiores consequências no sentido de pôr fim à ‘Cracolândia’” (Alves; Pereira, 2021, p. 480). Além disso, os autores apontam que essas operações estiveram articuladas a interesses do mercado imobiliário.

Além da violência policial, observa-se também a internação como forma de gestão do espaço público, tanto que, em 2009, a gestão municipal de Gilberto Kassab (PSD) realizou a Ação Integrada Centro Legal que previa, pela primeira vez, a internação de forma voluntária. Foram mantidos policiais militares 24 horas na região para realizar os encaminhamentos. A ação foi marcada “pela improvisação e falta de entrosamento” (Alves; Pereira, 2021, p. 475). Um dos exemplos da falta de planejamento foi o encaminhamento de 265 pessoas para centros de atendimento municipais, onde havia vagas apenas para 60. Oito anos depois dessa ação, deu-se início ao Programa Redenção também pautado pela internação. Esse nome, que sugere que

o programa seria “a salvação” de pessoas usuárias de substâncias psicotrópicas, carrega uma vinculação religiosa explícita.

Em 2012 foi criado o programa Centro Legal. O uso do termo “legal”, que tem relação com lei, sugere um centro com controle, normalizado. Este programa se desdobrou na Operação Centro Legal, mais conhecida como Operação Sufoco, devido à violência empregada. Ou seja, para que a população se retirasse do centro, sufocaram-na, tentaram fazer com que ela perdesse sua respiração, sua força vital. Alves e Pereira (2021, p. 466) afirmam que a Defensoria Pública agiu como resposta para garantir o direito de permanência das pessoas na região (Alves; Pereira, 2021, Magalhães I., 2017). A violência empregada gerou diversas formas de resistência e uma articulação ativista inédita (Nasser, 2016), além do deslocamento de usuários de crack e de pessoas em situação de rua, como ocorreu em ações anteriores.

No entanto, a Operação Sufoco é considerada “um ponto de virada na forma de gestão desse espaço por ter reconfigurado seu campo político” (Nasser, 2016, p. 29). A partir dela, programas sociais começaram a ser mais frequentes na área, como a implementação dos programas estadual Recomeço, em 2013, e municipal De Braços Abertos, em 2014 (na gestão de Fernando Haddad, do PT). Enquanto o primeiro entendia que o tratamento da drogadição deveria ter por base a abstinência, o segundo apostava na ressocialização de dependentes químicos a partir do conceito de redução de danos. Analisando os programas pelos nomes, é possível afirmar que o primeiro entende ser a abstinência necessária para “recomeçar” a vida, já o segundo traz um caráter mais acolhedor de “abraçar”, “receber”. Por meio dessa ideia e sem recorrer à internação, o De Braços Abertos buscava incentivar a redução do consumo e o aumento da autonomia pela oferta de emprego e moradia, mas foi interrompido quando João Doria (PSDB) assumiu a prefeitura, em 2017, e substituído pelo programa Redenção, baseado na internação compulsória de dependentes.

Em maio de 2022, mais uma grande ação policial ocorreu na Cracolândia, a Operação Caronte, liderada pela Polícia Civil. Sob a alegação de ação baseada em investigação e inteligência, a investida policial repetiu “o roteiro de intimidação e violência, para evitar e dispersar as concentrações de pessoas em situação de rua, mantendo-as circulando por diversos pontos” (Marino *et al.*, 2022, s/p). Como resultado, Marino *et al.* (2017) apontam a formação de, no mínimo, 16 ‘Cracolândias’ na área central e a “desconfiança das pessoas em situação vulnerável em relação aos órgãos públicos, o que compromete as abordagens e formação de vínculos pelas equipes de assistência” (Marino *et al.*, 2022, s/p). A Operação Caronte contou



com diversas fases, ou seja, com várias ações policiais durante o ano e foi encerrada com a alteração na liderança do governo Estadual.

Ao assumir o governo do Estado, em janeiro de 2023, Tarcísio de Freitas (Republicanos), anunciou o programa Reencontro para a Cracolândia, que é conjunto de ações do governo estadual em parceria com a prefeitura da capital paulista. Inclui mais patrulhamento policial na região, ampliação de serviços de saúde e de assistência e foco na internação de usuários de substâncias psicoativas. O nome sugere o “reencontro” da população vulnerável com as forças policiais e os mecanismos de controle, ou seja, nada de novo na proposta.

O que se observa é que a cada governo há descontinuidade de projetos iniciados por gestões antecessoras para levar o crédito de alguns projetos ou para deslegitimar a eficácia de outros implantados anteriormente, prevalecendo a disputa política acima dos interesses e necessidades da população (Mendonça, 2020).

Cordovil (2016) ressalta os interesses por trás dessa política de repressão e internação naquele território: o alto preço do solo urbano da área central e a ausência de espaços disponíveis à expansão comercial e financeira. “O processo de valorização imobiliária tende a ser propagado como forma de progresso econômico e desenvolvimento, omitindo e escondendo em seu interior aspectos conflitantes e excludentes” (Cordovil, 2016, p. 6).

O fato é que a ‘Cracolândia’, fruto do processo de crescimento de São Paulo e da degradação de seu Centro, envolve diversos atores com diferentes interesses influenciando sua dinâmica. O local, de territorialidade itinerante (Amaral, Andreolla, 2020), ou seja, de pessoas que se dispersam e alteram sua localização dentro da região central, está sujeito a gestões pautadas em soluções emergenciais, pontuais e violentas, que degradam vidas de pessoas já vulnerabilizadas, para se construir um ambiente propício aos negócios (Amaral, Andreolla, 2020).

Conforme Robaina (2011), embora esse conjunto de ações instituídas dificulte a permanência da população em situação de rua nos espaços urbanos das grandes cidades, faz com que essa renove suas estratégias de sobrevivência. Dessa forma, quanto mais se investe no “fim da Cracolândia” por meio da instrumentalização da violência, mais ela se firma como uma aporia urbana (Fromm, 2017), ou seja, como algo que parece sem solução, o que enseja mais impasses e disputas.

No próximo capítulo, a fim de preparar a discussão dessas questões com base nos dados, abordo a relação “Mídia e Discurso”.

## 2 MÍDIA E DISCURSO

Neste capítulo, meu objetivo é refletir sobre as transformações no jornalismo brasileiro, principalmente a partir da formação dos grandes conglomerados de mídia, os quais começaram a se constituir no início do século XX. Desta forma, começo o capítulo discutindo sobre esse processo, que vai se consolidar a partir de 1970 e se delinear em escala mundial a partir dos anos 1990, e suas implicações discursivas.

Como essa história do jornalismo e da imprensa no Brasil tem desdobramentos na *Folha*, sigo contando sobre a trajetória desse veículo que possui pouco mais de cem anos de existência. Traçar esse percurso é importante pois pode nos apresentar entendimentos sobre como o jornal, por meio de seus discursos, se posiciona para defender os seus interesses e os da “elite simbólica”<sup>14</sup> (van Dijk, 2015) em suas pautas diárias. Também abordo as características das subseções do caderno Opinião da *Folha* que estão em análise neste trabalho.

Um dos grandes problemas dos conglomerados de mídia é que eles impedem a circulação de diversidades informativas, trazendo representações inadequadas de pessoas empobrecidas, além de excluir fontes alternativas de informação. Nesse sentido, a última seção deste capítulo, é voltada para mostrar como grupos subalternizados são representados no jornalismo brasileiro, destacando trabalhos de pesquisadores/as que trataram dessa relação entre mídia e situação de rua.

Destinar um capítulo sobre a mídia é necessário, pois essa é uma “parte inerente da estrutura de poder societal” (van Dijk, 2015, p. 74) e, além disso, seu discurso é tão penetrante e tão lido e compartilhado e por tantas pessoas de maneira mais ou menos simultânea como nenhum outro é (van Dijk, 2015). Isso faz com que ela ocupe uma posição de poder privilegiada.

Além disso, conforme van Dijk (2015), a mídia, como instituição de poder, detém o controle do discurso público e, portanto, controla a mente do público, ou seja, controla aquilo que o público quer e faz, por meio de discursos que repercutem em seu/sua leitor/a, os quais podem persuadir, seduzir, doutrinar ou manipular. Essa influência na mente dos cidadãos exerce um papel na reprodução da estrutura social (van Dijk, 2015), mas também pode contribuir para uma mudança nessa estrutura. Isso justifica um olhar mais apurado para sua trajetória, características atuais e atuação da mídia.

---

<sup>14</sup> Pessoas com mais poder simbólico são consideradas “elites simbólicas. Conforme van Dijk (2015, p. 23), “são políticos, jornalistas, escritores, professores, advogados, burocratas e outros que possuem acesso especial ao discurso público, ou os diretores empresariais que indiretamente controlam tal acesso, por exemplo, como donos de impérios da mídia.”

## 2.1 Mídia brasileira na era dos conglomerados

A mídia brasileira é dominada por grandes conglomerados, sendo a *Folha*, objeto desse estudo, um deles. Os conglomerados começaram a se constituir no início do século XX, inaugurando uma nova fase no jornalismo, que se estabelece como empresa e passa a ser um negócio lucrativo. Até esse momento, a imprensa tinha cunho político-literário. As redações eram comandadas por escritores e intelectuais.

Mastrini e Becerra (2003) destacam quatro fatores que interferiram no processo de concentração midiática: o salto tecnológico promovido pela convergência de suportes e mecanismos de distribuição no domínio da informação e comunicação; a deterioração ou desmantelamento de empresas e entidades públicas; as estratégias de globalização dos principais grupos do mercado e a expansão da publicidade como mecanismo privilegiado de financiamento dessas atividades.

Quanto ao papel da publicidade nesse processo, Fonseca (2005) ressalta que teria sido contraditório. Segundo a pesquisadora, se por um lado possibilitou o desenvolvimento das empresas jornalísticas, fomentando a sua modernização gráfica e editorial, por outro estimulou a monopolização, com a concentração de propriedade da imprensa jornalística e a redução no número de veículos.

Moraes, D. (2000) acrescenta outros dois fatores nesta lista que favoreceu o predomínio dos oligopólios de mídia e entretenimento: as desregulações neoliberais e a omissão dos poderes públicos em seu papel regulador e fiscalizador. Esse cenário de fusões transnacionais coincide com a utilização ampla da tecnologia, com o aumento da velocidade da informação proporcionado pela internet e com o crescimento do jornalismo digital e, conseqüentemente, a crise da imprensa escrita.

Todos esses fatores provocaram alterações principalmente na natureza do jornalismo. Para Fonseca (2005), nesse início do século XXI, “a nova concepção de jornalismo em emergência, cuja denominação ainda está por ser formulada, afasta-se da ideia de mediação” (Fonseca, 2005, p. 170). Isso significa que o/a jornalista não tem mais o papel de mediador/a, daquele/a que relata, explica, interpreta e analisa questões de interesse público para a sociedade, daquele/a que contribui para a formação da opinião pública.

De acordo com a autora, o que está se desenhando é um jornalismo basicamente informativo, prestador de serviços, subordinado à lógica capitalista da corporação que o explora como negócio. A noção de informação incorpora outras concepções além da notícia, as quais são listadas por Moraes, D. (2004): informação de base (bancos de dados, acervos digitais,

arquivos multimídias), informação cultural (filmes, vídeos, jornais, programas televisivos, livros etc.) e know-how (invenções, patentes, protótipos etc.).

Esse novo jornalismo, caracterizado pela submissão aos interesses dos grupos e pelo monopólio das informações, é, por definição, antidemocrático (Frigotto, 2019). “O argumento de que o controle social da mídia é censura dissimula o caráter de censura da grande mídia empresarial ao pensamento divergente, fermento da ordem democrática” (Frigotto, 2019, p. 74).

A censura empresarial a que Frigotto (2019) se refere está nas estruturas hierárquicas das corporações, refletindo nas linhas editoriais, nas redações e nas pautas. E isso pode ser evidenciado na declaração do editor-adjunto do caderno Opinião, Cesar Camasão para esta tese:

- (1) O jornal é uma empresa, né? Visa lucro. Não é uma entidade filantrópica, isso qualquer jornal do mundo (...) O jornal tem seus interesses. O editorial é ali mostrando seus interesses, como ele pensa. Não cabe a mim avaliar isso. (...) O jornal tem total liberdade definir o que é publicado. Tem compromisso com ninguém. Às vezes, as pessoas confundem isso. É curioso. Poxa, como não vai publicar meu informativo? Não vamos! (...) Agora, a *Folha* tem seus preceitos, tem seus interesses e vai publicar o que for de acordo (Entrevista Camasão, 2023).

Ou seja, os interesses econômicos dos veículos de comunicação, ou das empresas capitalistas, balizam as coberturas e as discussões, impactando no exercício da cidadania democrática, pois para exercê-la a pessoa precisa estar informada para poder opinar e intervir politicamente. Mas, nos termos de Chauí (2019), a questão econômica dos meios de comunicação rouba essa possibilidade.

Frigotto (2019) explica que o monopólio da informação se manifestou de forma “aberta e permanente na manipulação da opinião pública durante a construção do golpe de Estado de 2016 e continua no apoio às reformas em curso que anulam direitos elementares e afetam em especial os pobres” (Frigotto, 2019, p. 75). Em 2016, as corporações midiáticas brasileiras, por meio de seus portais, rádios, televisões, revistas, redes sociais, apoiaram as manifestações de rua e pannels em favor do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

O autor lembra que a mídia brasileira está concentrada nas mãos de poucas famílias, que dominam, controlam e manipulam mais de 90% da informação. A *Folha*, por exemplo, é controlada pela família Frias e pela Portugal Telecom, também acionista da Vivo. A fusão *Folha e Universo Online* (UOL) foi anunciada em 2005 e a nova empresa passou a se chamar *Folha-Uol S/A*. Com o negócio, o grupo formou o segundo conglomerado de mídia do país.

Apesar de a Constituição brasileira proibir que políticos controlem empresas de mídia, dados da Media Ownership Monitor (MOM)<sup>15</sup>, de 2017, apontam que, na época, 32 deputados federais e oito senadores controlavam meios de comunicação, ainda que não fossem seus proprietários formais. Essa situação é grave, pois os políticos podem utilizar os meios dos quais são proprietários para defender seus próprios interesses.

Em vários estados, as afiliadas das grandes redes são comandadas por empresas que representam diretamente políticos ou famílias com uma tradição política, geralmente proprietárias de empresas em mais de um setor da mídia. Esse fenômeno é conhecido como “coronelismo eletrônico”<sup>16</sup>. Conforme Chauí (2019), a forma privatizada das concessões públicas de canais de rádio e televisão concedidos a parlamentares e *lobbies* privados contribuiu para esse cenário, pois quem deveria fiscalizar as concessões públicas se torna concessionário privado, aproveitando-se de um bem público para manter privilégios, monopolizando a comunicação e a informação.

Para Lage, em entrevista concedida a Martins (2014), a posse de veículos por políticos decorre, de um lado, da origem histórica regional da imprensa e, de outro, da estratégia que redes instaladas no Brasil montaram com modelos e capital estrangeiro. Lima (2004) aponta que os interesses privados dos parlamentares coincidem muitas vezes com o interesse dos grandes grupos e isso forma um círculo vicioso difícil de quebrar. O quadro é tão complicado que raramente o assunto entra na agenda política dos candidatos à eleição, independente do cargo.

Outro dado relevante dessa pesquisa do MOM é que os principais acionistas dos grupos de comunicação possuem atividades em outros setores econômicos, como educacional, financeiro, imobiliário, agropecuário, dentre outros. A *Folha*, por exemplo, está no mercado financeiro por meio da empresa de pagamentos online PagSeguro, e na área de educação a distância, já que é proprietária da UOL Edtech, formada por empresas que oferecem serviços como cursos online profissionalizantes, e pós-graduação a distância.

Dessa forma, é interessante refletir sobre os interesses empresariais da mídia brasileira e como ela os defendem em suas pautas diárias. É preciso considerar ainda o perfil do seu leitor típico, pois é pensando no seu público consumidor de informação que ela emite seus discursos.

---

<sup>15</sup> Repórteres Sem Fronteiras (2017). Disponível em: <https://rsf.org/pt/noticia/oligopolios-de-midia-controlados-por-poucas-familias-reporteres-sem-fronteiras-e-o-intervozes-lancam>. Acesso em: 20 dez. 2021.

<sup>16</sup> O termo nasceu na imprensa na década de 1980 para explicar um suposto envolvimento de lideranças políticas, especialmente parlamentares no exercício do mandato eletivo, com emissoras de rádio e televisão. O termo depois começou a ser amplamente utilizado, inclusive no ambiente acadêmico.

No caso da *Folha*, segundo o próprio jornal, seu público possui cerca de 40 anos e um alto padrão de escolaridade e renda, sendo parte das classes A ou B.

Vale ressaltar que os conglomerados de mídia *offline* também dominam o *online*. A pesquisa “Monopólios Digitais – concentração e diversidade na internet”, realizada pela Intervezes, (Intervezes, 2018) mostra que os dois veículos informativos *online* de maior audiência no país são o Globo.com (Grupo Globo) e o UOL.com.br (Grupo Folha).

Um dos grandes problemas dos conglomerados de mídia é que eles impedem a circulação de diversidades informativas, “disseminando concepções de mundo afinadas com o mantra do consumismo e valores que regem a lógica do capital” (Moraes, D., 2019, p. 10). Nesse sentido, a notícia precisa se tornar uma mercadoria vendável e a vida de imigrantes, de pessoas pertencentes a comunidades subalternizadas e empobrecidos não tem esse apelo comercial necessário. Isso explica a ausência ou tratamento minimizado na imprensa. “É como se o cotidiano da escassez e da exclusão não tivesse relevância para ser abordado e discutido” (Moraes, D., 2019, p. 39).

No entanto, quando a vida desses sujeitos sociais está relacionada à violência, à criminalidade e às tragédias, ganha mais espaço. Parece haver um agendamento já construído para as notícias sobre esses cidadãos e enquadramentos já definidos, uma vez que as representações desses grupos são majoritariamente “desfavoráveis e danosas e costumam gravitar em torno de um conceito-chave: estereótipo, derivado do grego *stereós* (‘sólido’) + *týpos* (‘molde’, ‘marca’, ‘sinal’)” (Filho, 2004, p. 46).

Para Moraes, F. (2018), esses enquadramentos viciados são frutos de um jornalismo pautado na objetividade, que é uma concepção estadunidense introduzida na imprensa jornalística brasileira, principalmente a partir de 1960, e que sobrevive ainda hoje como norteadora do fazer jornalístico ao lado da “neutralidade” e da “universalidade”. Segundo Moraes, F. (2019), a objetividade tem sido evocada atualmente com mais força, “dentro de um contexto de verificação de dados fortemente instigado pelo que se convencionou chamar *Fake News*” (Silva; Moraes, 2019, p. 8).

Seguir o caminho da objetividade é, segundo a socióloga Gaye Tuchman (1999, p. 74) como um “ritual estratégico” dos jornalistas para se defender das críticas e justificar seu conteúdo. Entre os procedimentos técnicos para se perseguir objetividade, segundo a autora, está a de usar aspas para expor a opinião de outras pessoas (chamadas fontes), a de usar estatísticas ou dados numéricos para reforçar afirmações do texto - o que van Dijk (2008) refere como “*number game*” -, a de buscar várias versões de um fato e a de estruturar a informação

em pirâmide invertida, ou seja, narrando-se os fatos mais importantes primeiro e depois desenvolvendo o texto para os de relevância menor. Os fatos mais importantes devem ser colocados no primeiro parágrafo, chamado de *lead*, em português, lide. Este deve responder as seguintes perguntas: o quê? quando? quem, onde, como e por quê? sobre o evento narrado.

Silva e Moraes (2019, p. 8) afirmam que a noção de objetividade se constitui a partir das estruturas epistêmicas do sistema-mundo capitalista, patriarcal, ocidental moderno, que reproduz ideologias, como a do machismo, a do racismo e a do classismo. A autora afirma que os valores-notícia são pautados por esses requisitos e “tudo o que não corresponde a eles é ‘excluído’, por não ser adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional” (Silva; Moraes, 2019, p. 16). Cruz G. (2017) acrescenta que a objetividade coloca uma condição de “pretensa universalidade. Universalidade que julga, reduz e desarticula conhecimentos, grupos e indivíduos” (Cruz G., 2017, p.4-5).

Além disso, como pontua van Dijk (2015), há uma exclusão de fontes alternativas de informação e de outros dados considerados relevantes na descrição dos acontecimentos mundiais. Por exemplo, posso citar os resultados analíticos da minha dissertação (Mendonça, 2020) que apontam a legitimação pela *Folha* das “elites simbólicas” (van Dijk, 2015) como fontes ao abrir mais espaço de voz a elas nas notícias, sendo o governo o ator social mais acionado pelo jornal para falar sobre população em situação de rua. Assim, reproduzem representações particulares de mundo, cujos discursos estão em conformidade com as ideologias dominantes.

Diante desse contexto, vale ressaltar a preocupação que Filho (2004) traz de que a disseminação de representações inadequadas e a limitação de “vozes” alternativas são sensíveis para o processo democrático, cujo desenvolvimento demanda a opinião esclarecida de cada cidadão a respeito de questões cruciais da vida política e social.

Apesar desses entendimentos e preocupações de estudiosos/as da área, a percepção do jornalista da *Folha* ao tratar da população em situação de rua é outra:

- (2) Os textos que eu recebo não é a opinião do jornal, é a opinião do autor. O que eu posso dizer sobre a opinião da *Folha* é de acolhimento, de responsabilidade social, de responsabilidade pública, que é uma situação extrema e que tem que ser oferecido abrigo, tem que ser oferecido uma oportunidade de trabalho, que é o seu tema mais moderno hoje, não basta tanto você ter um monte de abrigos (...) a gente é contra a arquitetura hostil. Todas essas questões que envolvem. É uma visão humanista, diria. Não posso falar em nome da *Folha*, Daniele, mas eu posso dizer como jornalista que trabalha lá e o que a gente observa. A *Folha* foi uma posição totalmente humanista, de opção de acolhimento e de

respaldo público, cabe ao poder público, ajudá-las a sair dessa situação com programas (Entrevista Camasão, 2023).

Essa declaração confirma a necessidade de levar os resultados deste estudo tanto para a *Folha*, como para outros profissionais da mídia e para estudantes da área para que aprendem representações não estereotipadas de grupos sociais subalternizados e para que articulem vozes alternativas em seus textos, buscando assim influenciar positivamente os rumos da democracia brasileira. No entanto, é preciso lembrar que as forças econômicas, incluindo tanto os interesses do jornal como as pressões do mercado (publicidade), podem dificultar ou impedir que isso aconteça.

Essa história do jornalismo e da imprensa no Brasil reflete na *Folha*, cuja história pode ser dividida em duas fases. A primeira é a empresarial, que vai desde 1921, quando foi criada, até 1962, quando Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho adquiriram a empresa que estava com dificuldades financeiras e iniciaram o processo de modernização do jornal, preparando-o para a era das indústrias culturais. A segunda fase é a da indústria cultural e conglomerado nacional e transnacional, instituída em 1962 sob o comando de Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. Mais sobre essa trajetória na seção a seguir.

## **2.2 *Folha*: 100 anos**

A história da *Folha* começou em 1921, quando circulou, pela primeira vez, em 19 de fevereiro, o jornal *Folha da Noite*, liderado por um grupo de jornalistas que atuavam até então em *O Estado de S. Paulo*, entre eles Olival Costa e Pedro Cunha. O jornal nasceu com as intenções de oposição a este que era o principal periódico da época, e de lucro (Muniz, 1999). O vespertino dirigia-se ao público urbano de classe média.

Em 1924, a *Folha da Noite* foi proibida de circular devido ao apoio ao movimento tenentista de Isodoro Dias Lopes. Para burlar a proibição, no dia seguinte o jornal saiu com o título *Folha da Tarde*, que posteriormente tornou-se de fato um jornal (Muniz, 1999). No ano seguinte, já com uma receita e um lucro considerável, foi fundado o matutino *Folha da Manhã*.

Apesar de terem, inicialmente, apoiado o tenentismo, posicionaram-se contra a revolução empreendida por Getúlio Vargas, e com a vitória do movimento, as *Folhas* foram vendidas a Octaviano Alves de Lima, um fazendeiro e comerciante. As *Folhas* mantiveram uma linha política avessa ao governo Vargas e mais próxima dos interesses dos produtores rurais de São Paulo, ou seja, à elite da época, e não mais à classe média.

Em 1945, em uma nova troca de proprietário, passaram a ter o controle dos jornais o fazendeiro Alcides Ribeiro Meirelles, o advogado José Nabatino Ramos e o administrador



Clóvis Queiroga. Alguns meses depois o advogado José Nabatino assumiu a empresa, implementando reformulações e introduzindo regras editoriais e de estilo na Redação.

Segundo Muniz (1999), a fase Nabatino foi caracterizada pelo crescimento do capital da Empresa *Folha da Manhã*, pela transferência da sede para a rua Barão de Limeira, onde se localiza até hoje, e pelo lançamento de mais um periódico: em 1949, foi criada a *Folha da Tarde*. “As Folhas deixaram de ser o porta-voz de um setor de classe específico e tornaram-se porta-voz da classe dominante em seu conjunto” (Muniz, 1999, p. 35).

Em 1960, ocorreu a consolidação dos três jornais em um só: a *Folha de S. Paulo*, nome que se justifica por ser como os jornais eram conhecidos no interior do Estado. Para essa unificação, foi alegada a falta de fatos novos em quantidade suficientes para alimentar três jornais autônomos na feitura e a pretensão de ser um veículo nacional.

Com dificuldades financeiras, após a greve de jornalistas de 1961, que paralisou todos os veículos de comunicação de São Paulo, a empresa foi vendida, em 1962, para Octavio Frias de Oliveira, empresário, e Carlos Caldeira Filho, engenheiro da construção civil, inaugurando uma nova fase do jornal. Foi o início da formação do grande complexo empresarial de indústria cultural em que se transformou a *Folha de S. Paulo*. No ano seguinte, ocorreu a aquisição dos jornais *Notícias Populares* e *Última Hora*, além de parte da *TV Excelsior*. Passaram a administrar a rádio *Gazeta* e os periódicos *A Gazeta* e *A Gazeta Esportiva*, veículos editados pela *Casper Líbero*.

Em 1964, a *Folha* apoiou o estabelecimento do regime militar, fato que contribuiu para o crescimento do jornal e da indústria cultural do país. Muniz (1999) explica que as políticas econômicas da ditadura introduziram no país uma fase monopolista, com inversões de capitais estatais para a indústria de base e de bens de capital, promovendo uma ascensão econômica da classe média (público leitor em potencial) em detrimento dos setores operários.

A fase monopolista também foi marcada pelo desenvolvimento do mercado publicitário, sendo o Estado um anunciador de peso. As propagandas institucionais ou de serviços de estatais ou de campanhas, como “Brasil: ame-o ou deixe-o” e “Ninguém segura este país”, forneciam receitas para as agências de publicidades e para os veículos de comunicação. Além disso, Muniz (1999) ressalta que o governo militar desenvolveu o parque gráfico e editorial brasileiro por meio da constituição do Grupo Executivo da Indústria de Papel e Artes Gráficas (GEIPAG), que aprovava a importação de equipamentos para aprimorar a qualidade técnica do setor.

Além do GEIPAG, outras situações evidenciaram como os proprietários da *Folha* foram beneficiados com o regime militar. Frias recebeu por parte do governo Estadual paulista em

1962 a concessão da administração da estação Rodoviária da Luz (estação de desembarque dos ônibus interestaduais e intermunicipais, antes da construção da Estação do Tietê), e Carlos Caldeira foi nomeado para prefeito de Santos em 1979 no governo de Paulo Maluf.

Em 1965, dois marcos para história da *Folha*: os jornais passaram a constituir uma corporação maior: o *Grupo Folha* e, visando a reestruturação da produção da notícia, Claudio Abramo foi contratado. “Uma vez na chefia da redação, comecei a mudar o jornal; mas era muito difícil, porque não havia dinheiro. Então comecei a criar profissionais” (Abramo, 1988, p. 86). Além disso, o jornalista reduziu o número de seções da *Folha* e passou a pautar mais a cidade e o movimento estudantil que havia se iniciado em 1967. “Isso deu um grande impulso ao jornal. A *Folha* passou a ser vendida em massa para os estudantes, bem como a *Folha da Tarde*, que, (...), atravessava uma fase brilhante”. (Abramo, 1988, p. 87).

A *Folha da Tarde* foi relançada em 1967 e, segundo Pires (2008), fazia defesa do regime militar deliberadamente. A maneira como reproduzia as informações advindas dos órgãos de repressão e o fato de possuir jornalistas policiais levaram a *Folha da Tarde* a ficar conhecida como o jornal de “maior tiragem do país”, em alusão aos “tiras” que trabalhavam na redação, e “diário oficial da OBAN” (PIRES, 2008, p. 18). Já a *Folha de S. Paulo* não explicitava o apoio. “De 1969 até 1972 a *Folha* atravessou um período (...) em que não havia espaço político algum no jornal. Na verdade, o jornal não tinha condições de resistir a pressões do governo, e por isso não provocava” (Abramo, 1988, p. 87).

Em 1974, quando foi sinalizada a intenção de abertura política, Frias e alguns dirigentes da redação, como Claudio Abramo, viram nesse processo a oportunidade de construir uma identidade política diversa de *O Estado de São Paulo*, considerado o principal concorrente da *Folha*, e assim ampliar o seu público leitor. A partir de então começou a se abrir para articulistas de diferentes bases ideológicas, como Fernando Henrique Cardoso, Eduardo Suplicy e lideranças estudantis e sindicais. No ano seguinte, houve a criação da seção Tendências e Debates, atraindo intelectuais, e passou a reportar violações de direitos humanos. Nesse mesmo ano também foi criado o Painel do Leitor. Sobre essas mudanças na política editorial, Abramo (1988) escreveu:

Frias decidiu mudar a *Folha* basicamente por razões de competição de mercado. O Estado podia ficar na oposição sem perder prestígio, pois era e sempre foi do establishment; sobre o Estado nunca pesou uma ameaça real. A *Folha* podia obedecer integralmente à censura, mas não era de confiança. Ao contrário de hoje, não fazia parte do poder. Frias percebeu então que seu jornal só poderia prosperar num regime democrático, e por isso adotou a linha combativa (Abramo, 1988, p. 88).

De acordo com Muniz (1999), essa transformação da linha política editorial foi interrompida em 1977, com o que chamou de Caso Diaferia. Lourenço Diaferia era um colunista que comentou sobre o ato heroico de um sargento que salvou uma criança de ser atacada por ariranhas do zoológico de Brasília escrevendo que preferia o militar ao Duque de Caxias. O Exército considerou a matéria ofensiva à memória de Duque de Caxias. Essa provocação ou manipulação (Abramo, 1988, p. 90) levou à prisão de Diaferia e o jornal publicou sua coluna em branco no dia seguinte. Levou também ao afastamento de Abramo da redação.

Em 1978, surgiu o Conselho Editorial da *Folha*, responsável por reformular a política editorial, e definiram-se as diretrizes do que seria o *Projeto Folha*, defendendo o aperfeiçoamento técnico e o apartidarismo. Passou a apoiar a convocação de assembleia constituinte e o restabelecimento das eleições diretas para Presidente da República.

No ano de 1984, Octavio Frias Filho assumiu a direção de Redação, no lugar de Boris Casoy, e implantou, de fato, o *Projeto Editorial*, que preconizava um *jornalismo crítico, pluralista e apartidário*. Conforme Muniz (1999), esse projeto foi “o divisor do trato da questão jornalística, agora comparada a uma indústria vendedora de uma mercadoria (notícia) e que deveria adaptar-se às exigências deste mercado sob pena de sucumbir” (Muniz, 1999, p. 50). Neste mesmo ano, houve a publicação do *Manual da Redação*, com o objetivo de padronizar critérios técnicos editoriais.

Com o manual, os textos do jornal tonaram-se mais curtos e objetivos. A jornalistas cabia entregar pontos de vistas opostos e nunca se posicionar explicitamente, deixando a opinião para os editoriais e para os textos de colunistas. A utilização de gráficos, tabelas e elementos didáticos foi ampliada. Além disso, o manual impôs metas de produção e sistema de avaliação. Como resultado, houve uma demissão em massa, de iniciativa da empresa ou de profissionais. “A *Folha* divulgava uma imagem de jornal ligado à democracia, enquanto mantinha um ambiente bastante autoritário em sua redação” (França, 2015, p. 31).

De lá para cá, já foram publicadas cinco edições do *Manual da Redação*: 1984, 1987, 1992, 2001 e 2018. A mais recente traz uma seção dedicada ao comportamento de jornalistas nas redes sociais. Lançou também setes projetos editoriais: 1981, 1984, 1985, 1986, 1988, 1997 e 2017, este último destacando a relevância do jornalismo profissional para combater as notícias falsas, sob o argumento de que o diálogo pluralista faz contraponto à intolerância nas redes sociais.

### 2.2.1 Posicionamentos da *Folha* em momentos históricos e políticos

O ano de 1984 também entrou para a história da *Folha* devido à campanha pelas eleições diretas para presidente da República. “A *Folha* foi o meio de comunicação brasileiro que deu mais ênfase às manifestações e que utilizou a ampla cobertura dada para a construção de uma autoimagem para o jornal” (Muniz, 1999, p. 30). Além de cobrir massivamente a mobilização usando de forma corrente a expressão “diretas-já”, o periódico publicou uma tarja “Use amarelo pelas diretas-já” na capa na semana anterior a votação, cor que simbolizava a campanha. Depois, na edição que noticiou a derrota, a tarja pedia “Use preto pelo Congresso Nacional”, numa demonstração de luto pela derrota das Diretas. Nesse mesmo dia, publicou o editorial “Cai a emenda, não nós”, crítico aos “maus parlamentares” que votaram contra.

A partir de então, segundo Muniz (1999), a sociedade passou a ver a *Folha* como porta-voz de seus interesses e ela assumiu o “espaço ocupado até então pela imprensa alternativa” (Muniz, 1999, p. 38). Em 1986, a *Folha* emergiu como o maior jornal em circulação no país, patamar atribuído ao *Projeto Folha* e a defesa da Campanha Diretas Já.

Em 1990, oito dias após a posse de Collor, ocorreu uma operação da Polícia Federal na sede do periódico devido a uma denúncia de irregularidades na conversão da moeda de cruzados novos para cruzeiros em faturas publicitárias emitidas pela *Folha*. De acordo com França (2015), a operação pode ser interpretada como retaliação de Collor às reportagens publicadas pelo jornal em 1989, que foram desfavoráveis à imagem do político.

Nos dias seguintes à operação, o jornal publicou várias notícias sobre o episódio e sobre outras ações policiais ligadas ao Plano Collor, apontando “arbitrariedade, autoritarismo e desrespeito à Constituição” (França, 2015, p. 47). O episódio fez também com que o “jornal aproveitasse a ocasião para reafirmar o discurso sobre si mesmo que fazia desde o final dos anos 1970, de que seria um jornal compromissado com a democracia e a liberdade de expressão” (França, 2015, p. 51).

Em 1992, a imprensa, em geral, dava destaque ao escândalo de corrupção a que o nome do presidente estava diretamente ligado e à profunda crise econômica e política que assolava o país. França (2015) conta que a *Folha* incentivou as pessoas a usarem preto no assim chamado “domingo negro”, por meio de um editorial extraordinário na capa da edição de sábado (15 de agosto), intitulado “Luto”; e de tarjas pretas nas capas das edições de sábado e domingo, nas quais se lia “Use preto em protesto”, num claro apoio ao *impeachment* de Collor. Além dessas ações, utilizou as campanhas publicitárias de crítica ao governo como autopromoção da imagem

do jornal e até encomendou uma pesquisa de opinião. “Novamente, a *Folha* usava a defesa dos leitores e não dos governos para reforçar sua imagem democrática” (Pires, 2008, p. 83).

Conforme França (2015), a edição da *Folha* que noticiou o *impeachment* apresentava uma capa colorida em que se destacava no topo “Vitória da Democracia”. “O jornal investiu especialmente em fazer essa primeira página, pois as edições em 1992 eram todas em preto-e-branco. A circulação de edições coloridas diárias só ocorreu a partir de março de 2003” (França, 2015, p. 57). Nessa época, Frias já controlava sozinho o *Grupo Folha*, que na época publicava a *Folha*, a *Folha da Tarde* (substituída em 1999 pelo periódico *Agora São Paulo*) e o *Notícias Populares* (extinto em 2001).

Outro momento em que a cobertura da *Folha* expôs sua linha “político-ideológica” foi durante os protestos de junho de 2013. Segundo Alves Filho (2016), o posicionamento inicial foi de contrariedade em relação às manifestações, mudando após os protestos se espalharem pelo país. No entanto, para ele, a imagem do Movimento Passe Livre (MPL) nos editoriais continuou negativa. “A *Folha* se manifesta ora apontando soluções para algumas das questões presentes nos protestos, ora opinando sobre ações propostas pelos agentes públicos” (Alves Filho, 2016, p. 55).

Em sua dissertação de mestrado, Alves Filho (2016) apontou que, embora a *Folha* tenha noticiado a atuação do movimento e inclusive tenha realizado matérias que explicavam o MPL a seu público, “essa cobertura se deu por meio da utilização de uma série de adjetivos e destaques da atuação do MPL que tinham muito mais a intenção de deslegitimar o movimento” (Alves Filho, 2016, p.93).

Em 2014, quando a presidenta Dilma Rousseff foi eleita para o segundo mandato presidencial, já se discutia o processo de *impeachment*, conforme aponta Rebouças (2019): “Mesmo antes de tomar posse, o cenário já estava montado para a apresentação da tese do *impeachment*; as dificuldades do governo serviram como reforço para argumentação dos jornais” (Rebouças, 2019, p. 96).

Segundo o autor, em seus editoriais a *Folha* “hesita, aponta a dificuldade de cravar juridicamente os possíveis crimes da presidenta e, finalmente, defende a queda da chapa presidencial e a realização de novas eleições” (Rebouças, 2019, p. 20). O autor afirma que o jornal fez uso repetido de termos como “desvario”, “remédio constitucional”, “remédio amargo”, “remédio extremo” e “solução traumática”. “Até que, quando o jornal decidiu que Dilma deveria renunciar ao cargo, os editorialistas não admitiram outra possibilidade: ‘A presidente Dilma perdeu todas as condições de governar o país’” (Rebouças, 2019, p. 79-80).

No editorial do dia 13 de maio de 2016, um dia após a aprovação da abertura do processo e do afastamento de Dilma pelo Senado Federal, a *Folha* mostra apoio ao presidente interino Michel Temer e à agenda liberal:

*Temer fez de tudo para se distinguir de Dilma. De fala concatenada ao tom moderado, dos recados a empresários aos sinais a investidores, das mesuras aos parlamentares à insistência no legalismo, em tudo o interino se distanciava a quem substitui (...) assumiu sem rodeios um discurso liberal, estabelecendo vagos limites para o poder público e enaltecendo a importância das parcerias com o setor privado para que o país volte a crescer (Folha de S. Paulo, 2016, grifos nossos).*

De acordo com o site de acompanhamento da cobertura da grande mídia sobre temas de economia e política, produzido pelo Laboratório de Mídia e Esfera Pública (LEMEP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Manchetômetro, 2021), na gestão Temer, houve tendência à queda do número de editoriais negativos ao Governo Federal na Folha. “Nota-se que, embora predomine a cobertura negativa a Michel Temer na Folha, houve significativamente mais editoriais ambivalentes, neutros e, também, favoráveis ao ex-presidente”. O site também aponta defesa do jornal à operação Lava Jato.

Com relação a Jair Bolsonaro, a relação entre ele e a Folha já era estremecida antes mesmo de assumir a presidência, no entanto, o jornal sempre se mostrou favorável às políticas neoliberais de seu governo. O Manchetômetro destaca que a cobertura contrária a Bolsonaro se intensificou em 2021, o que pode estar relacionado ao desempenho do país diante da pandemia de Covid-19 e suas consequências nas diversas áreas.

Além de mostrar posição contrária ao presidente nos editoriais e em sua produção noticiosa, o jornal desenvolveu iniciativas com esse intuito, como o “Bolsonômetro” que divulgou as informações falsas ou imprecisas do presidente desde a posse, e o lançamento da campanha pela democracia, retomando o símbolo das “Diretas” pelo uso do amarelo e da frase “Um jornal a serviço da democracia” em substituição temporária à frase “Um jornal a serviço do Brasil”. Com essa campanha, o jornal sustenta que a democracia neste governo está em risco e assume-se como seu defensor.

Quanto aos ataques de 8 de janeiro de 2023, em que um grupo de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) invadiu e depredou as sedes dos três Poderes, em Brasília, a *Folha de S. Paulo*, ao contrário de O Globo e do Estado de São Paulo, não relacionou os ataques dos manifestantes com a figura e o entorno do ex-presidente. Essa constatação é resultado do trabalho de Drummond e Manginelli (2023) que investigaram todos os textos editoriais sobre o assunto publicados do dia 1º até o dia 18 de janeiro.

O editor-adjunto Cesar Camasão comenta sobre o posicionamento político do jornal:

- (3) Sabemos aqui que há uns quatro anos, (...) o próprio Bolsonaro criticava a *Folha*. Então, dava a impressão que a *Folha* era o jornal de oposição ao governo. Nunca foi. A *Folha* é crítica seja o governo qual for. Quando era o FHC, diziam que a *Folha* era petista, depois entrou o Lula e a *Folha* vira tucana, um exemplo mais antigo, mais ou menos nessa linha. E agora a gente está virando de direita, porque somos críticos ao governo, mas somos críticos a qualquer governo, essa é a nossa linha mestra da *Folha* (Entrevista Camasão, 2023).

Esse levantamento dos momentos relevantes para o país e que foram também marcantes para a história da *Folha*, assim como a declaração do editor, apresentam um entendimento muito mais sobre posicionamento econômico do jornal do que político, já que sempre se alinhou aos detentores do capital. Isso já nos sinaliza para a abordagem do jornal sobre a situação de rua no centro de São Paulo, uma área alvo de especulações de investidores.

### 2.2.2 A *Folha* na era digital

Em 1995, estreava a *FolhaWeb*, primeiro canal de notícias da *Folha* na internet. Neste início, tratava-se de um jornal que reproduzia as reportagens do impresso. No ano seguinte, a *Universo Online* entrou no ar, disponibilizando a edição diária da *Folha de S. Paulo*, os arquivos da *Folha*, com cerca de 250 mil textos, as reportagens do *The New York Times* (traduzidas para o português), os jornais *Folha da Tarde* e *Notícias Populares*, os classificados, entre outras publicações. Além disso, havia as salas de bate-papo, que foram responsáveis por alavancar o crescimento do site. O logotipo do UOL surgiu então pela primeira vez (Lucena, 2008).

Depois, em 1999, foi rebatizada de *Folha Online* e, de fato, entrou na *web* (Lucena, 2008), modificando a produção de notícias, que nessa época publicava material de agência (de notícias) e alguma publicação que a era feita durante o dia. “As notícias eram empilhadas nos sites: as mais recentes apareciam em primeiro lugar, mesmo que não fossem necessariamente as mais importantes” (Lucena, 2008, p. 23) e havia a corrida entre os veículos para ver quem colocava mais notícias no ar mais rapidamente.

Já em 2000, a *FolhaWeb* ganhou sua primeira versão com formato clássico de portal. O site mudou de nome mais uma vez (*Folha.com*). A cada dez minutos, mais ou menos, era colocado no ar um texto consolidando as informações mais recentes e oferecendo ao público que estivesse abrindo a página naquele instante um quadro geral dos acontecimentos.

Em 2012, passou a se chamar apenas *Folha de S. Paulo*, acelerando o processo de fusão das operações impressa e online, ocorrida fisicamente na redação dois anos antes. Nesse mesmo

ano, implementou o chamado *paywall* (muro de pagamento) poroso<sup>17</sup>, modelo de cobrança de conteúdo no ambiente digital que perdura até hoje e foi adotado por outros veículos.

Em 2017, lançou o novo *site*, adaptável a diferentes tamanhos e formatos de telas, em telefones, computadores e tablets. As mudanças do site anteciparam a reforma visual da versão impressa que ocorreu meses depois. O site ficou com *layout* mais limpo, com fotos, vídeos e infográficos ampliados nas reportagens e nas páginas principais. Essa reforma visual ficou bastante evidente no nosso *corpus*. Nos textos anteriores à 2017 há poucas imagens, enquanto nos posteriores quase todos os textos possuem fotografias mesmo que esses não tenham pessoas em situação de rua ou exponham o fenômeno de alguma forma. Devido a essa valorização dada pelo jornal aos elementos visuais, estes também serão estudados nesta tese.

Em abril de 2020, devido ao contexto de pandemia e da explosão de notícias falsas, o site da *Folha* bateu seu recorde histórico de audiência: 74 milhões de pessoas visitaram o site do jornal. Isso mostra que, diante do contexto das notícias falsas, as pessoas começaram a procurar por informações em “veículos confiáveis”. Segundo o atual diretor de redação do periódico, Dávila (2021), em aula magna de jornalismo, trata-se do “maior número desde 1995, quando o site foi ao ar. É mais da metade, quase 2/3 da internet brasileira”. Já no primeiro trimestre de 2021, foi registrado o universo de 24 milhões de visitantes únicos. Esse alcance do jornal e seu potencial para repercutir seus discursos em muitos/as leitores/as mostram a sua relevância e justificam a decisão de ser o objeto dessa investigação. A seguir, dedico-me a caracterizar as subseções de Opinião as quais são investigadas neste trabalho.

### 2.2.3 Caderno Opinião

A produção noticiosa da *Folha*, além de vasta, é diversificada: entrevistas, notícias, reportagens, charges, colunas, vídeos, crônicas, opinião de leitores/as ..., sendo que todo o conteúdo é organizado em seções. São algumas das seções do jornal (divisão interna): Opinião, Poder, Economia, Cultura, Mundo. Cada um desses canais permite uma construção discursiva diferente e muitas possibilidades de análises.

A Opinião foi escolhida, como objeto de análise deste estudo, por ser uma seção que traz argumentações que fomentam debates sobre questões polêmicas e relevantes. O jornalista Cesar Camasão (2023) sustenta que o que o jornal espera “(...) não é determinar padrões, não influenciar o que o leitor pensa, mas que aquilo sirva de base para ele fazer as suas próprias

---

<sup>17</sup> Esse modelo permite a leitura gratuita de determinado número de textos por mês e limita o acesso frequente ao site apenas para assinantes.



reflexões. Essa é a ideia do Jornalismo de Opinião”. Ou seja, nessa perspectiva, é um espaço importante para fazer o público pensar e formar sua opinião.

O caderno Opinião é composto pelas seguintes subseções: Editorial (espaço onde a *Folha* expressa seu ponto de vista, por meio de textos não assinados), Tendências/Debates (onde são publicados artigos de leitoras e leitores com assinatura, sem necessariamente traduzir a opinião do jornal), Painel do Leitor (*sic.*, local em que são publicadas sugestões de pautas, elogios, críticas aos textos, dentre outras manifestações de leitores/as), Ombudsman (é um espaço de auditoria interna em que um/a profissional com estabilidade profissional pelo período do contrato, e por isso supostamente com liberdade de crítica, assina comentários críticos sobre o jornal e os meios de comunicação), Charge e Colunas e blogs (espaço fixo em que profissionais escrevem com determinada regularidade para o jornal).

Para este trabalho, no entanto, vou concentrar as investigações nos textos que abordam a situação de rua em: Editorial, Tendências/Debates e Painel do Leitor. Por considerar que os discursos veiculados nesses canais têm bastante poder de penetração e por se tratar de uma amostra de visões de mundo de diferentes atores: do jornal, em seus editoriais; de especialistas, em Tendências/Debates, e de leitoras e leitores, vale concentrar as análises nesses espaços. Dessa forma, apresento cada um deles a seguir.

### 2.2.3.1 Editoriais

Os editoriais se caracterizam por serem textos não assinados, sendo a autoria atribuída à empresa jornalística, que assume um posicionamento perante diversos temas. Ou seja, não têm compromisso com a pretensão de imparcialidade das notícias. Esse posicionamento se revela primordial principalmente em momentos políticos marcantes e de tensão para a sociedade brasileira. Dessa forma, os editoriais têm a expectativa de oferecer à “audiência um quadro interpretativo para compreender a realidade” (Mont’Alverne; Marques, 2015, p. 133).

Os editoriais são considerados espaços políticos, já que procuram estabelecer um diálogo com as elites políticas e econômicas do país e ressaltar reivindicações a quem julgam ser responsável por atendê-las, utilizando-se de seu poder de pressão e da credibilidade junto à sociedade (Mont’Alverne, 2017). Dialogando com essa ideia Muniz (1999), diz que os editoriais “fazem um trabalho de convencimento, persuasão, apoio, contestação e coação ao Estado para a defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam” (Muniz, 1999, p. 5).

Mont'Alverne e Marques (2015) argumentam que apesar de os editoriais serem usados como capital social para pressionar agentes políticos, têm também que atender a necessidade de oferecer à audiência um produto que atenda a determinadas expectativas. Isso “exprime uma tensão entre os interesses privados e coletivos presentes na configuração do produto jornalístico” (Mont'Alverne; Marques, 2015, p.122). Segundo os autores, editoriais jornalísticos tentam cumprir o papel de fiscalizar os agentes políticos e se pretendem um representante do público.

Para Marques, Mont'Alverne e Mitozo (2018), o editorial pode destacar a empresa como líder de opinião – seja para seus/suas leitores/as, para políticos, para agentes econômicos, para jornalistas ou, mesmo, para jornais de menor porte que replicam conteúdo dos veículos de mais prestígio. Marques, Mont'Alverne e Mitozo (2018) afirmam que o editorial pode revelar:

(a) como é construída a interpretação ou a perspectiva da instituição acerca de determinado fato; (b) quais estratégias são utilizadas pela empresa jornalística quando ela reivindica posição de autoridade junto à audiência e ao campo político; e (c) as possíveis transições das opiniões/posicionamentos do jornal em relação às pautas no curso do tempo (Marques; Mont'Alverne; Mitozo, 2018, p. 226).

Dessa forma, entender como o jornal difunde suas opiniões, suas visões particulares de mundo sobre questões, políticas, econômicas e sociais pode ajudar a compreender os valores-notícia pelos quais todo o jornal se pauta. Além de aprofundar questões tratadas nas notícias, as publicações podem pautar questões que se encontram fora da agenda imediata do noticiário.

Nesses cem anos de existência, a *Folha de S. Paulo* deixou de publicar editoriais entre 1972 e 1976 e, depois, novamente suspendeu em 1977. Nos anos 1990, publicava três editoriais diários. A partir de 2006 começou a publicar dois textos e, em algumas ocasiões, apenas um. Segundo Patu (2019), as opiniões da *Folha* expressas nos editoriais são delineadas em debates internos rotineiros, que cabe à editoria de Opinião fomentar. A partir de contribuições de profissionais da casa e especialistas de variadas tendências, a Direção de Redação, que se reporta à presidência da empresa, define a posição a ser defendida.

As reuniões de pauta que definem os editoriais, de acordo com Patu (2019), são conhecidos como almoços de editoriais, e ocorrem em geral a cada 15 dias, às sextas, e reúnem pouco mais de 20 pessoas, entre editorialistas (encarregados de redigir editoriais), editores/as (responsáveis por cadernos e seções do jornal) e representantes do comando da Redação e da empresa, além de convidados/as eventuais.

### 2.2.3.2 Tendências e Debates

As publicações da subseção Tendências e Debates, na classificação de Marques e Assis (2016), são consideradas como artigos. Trata-se de textos carregados em opiniões e assinados por pessoas que colaboram com a produção do jornal, ou seja, não possuem vínculo empregatício. A subseção foi criada em 1976 com o objetivo de atrair intelectuais que passaram a reportar violações de direitos humanos. Na página da subseção, o jornal explica que a publicação “obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo”.

Lima, F. (2019), que foi *ombudsman* da *Folha*, explica que a subseção funciona como uma janela para expor interesses em conflito. “Parece feio falar em interesses, mas é disso que se trata. Mesmo a defesa de algo visto como louvável é feita por alguém com algum interesse - e não há nada de errado nisso” (Lima, F., 2019, s/p). Para ela, a ideia é que os textos tenham qualidade e despertem o interesse geral.

Em entrevista, o editor Cesar Camasão explicou que a seção Tendências e Debates é muito procurada e “certamente a seção de artigos mais disputada do país”. Normalmente, são publicados dois, às vezes, três artigos, sendo um só no site. Os textos que saem no impresso obrigatoriamente saem no site do jornal, mas, às vezes, o artigo é publicado somente na versão online. Segundo ele, “de 30 sugestões de texto que a gente recebe, a gente aproveita duas, talvez uma no dia ou nenhuma. Então, é muito, muito difícil, conseguir publicar um artigo na *Folha*. A gente é muito criticado por isso”. Para Lima F. (2019), a seção Tendências e Debates é uma “grande vitrine na página 3” e “um ativo importante da *Folha*” (Lima, F., 2019).

A seção Tendências e Debates também pode ser propositiva. Aos sábados, propõe uma pergunta e seleciona duas fontes para responder, sendo uma a favor e outra contra um determinado tópico considerado de relevância pelo jornal. O editor Cesar Camasão explica como funciona:

- (4) São assuntos que ambos os lados possam discorrer de forma coerente. Propomos, eu aprovo, com a direção do jornal essa pergunta, e a gente busca os autores. É um movimento diferente. A gente convida pessoas que vão responder sim ou não àquela pergunta. (...) por exemplo, um cara vai escrever, olha, sou favorável por isso e por isso, e outro não, textos iguais, iguais eu digo do mesmo tamanho, publicados na mesma página, e depois são republicados no site também. Esse é o principal dos artigos que propomos, né? E também eventualmente acontece um formato, não sei se vocês viram, que se chama “O Assunto É”. Por exemplo, fizemos “O Assunto É” um mês da guerra de Israel e Hamas, e a gente convidou o embaixador palestino no Brasil e o seu colega israelense, e cada um deu suas versões ali, seus entendimentos sobre a guerra. Então esses são os propositivos, mas a grande maioria, sim, é

o que recebemos de sugestão. E acontece também um terceiro formato que é convidar, ou eu tomo essa iniciativa de convidar uma certa personalidade para escrever sobre algum assunto, personalidade eu digo, mas pode ser um acadêmico, um economista, e aí a gente convida. Olha, você gostaria de escrever na *Folha*, tal. Se a pessoa topa, escreve. Por exemplo, eu poderia agora daqui uma semana, ver se a Ana Hickmann, se ela gostaria de escrever sobre tudo que aconteceu. É, vou dar um exemplo assim, que teria apelo jornalístico, né? Para convidar alguém. Então é mais ou menos nessa linha que são três frentes propositivas e que nós buscamos o autor. Mas a grande maioria é, sem dúvidas, sugestões que chegam por e-mail. Muita gente tem meu WhatsApp, assessores de imprensa (Entrevista Camasão, 2023).

Outros movimentos propositivos que a *Folha* faz também foram mencionados pelo editor entrevistado:

- (5) Nos tempos do Bolsonarismo, a gente sempre procurou dar espaço para que membros influentes do governo, ligados à gestão Bolsonaro, pudessem escrever. Porque também há uma questão, e eu vou ser sincero com você. Os progressistas nos procuram mais, porque a *Folha* tem esse viés histórico. Então é muito mais fácil receber um artigo de deputado do PSOL, querendo publicar, do que um deputado do PL, mais bolsonarista. E a gente sentia falta de que membros do governo escrevessem no portal. Então, houve uma procura muito grande naquela época de tentar que ministros escrevessem, deputados proeminentes, senadores, enfim, gente do governo para que houvesse também esse... esse lado também fosse apresentado, para que não ficasse só crítica ao governo, que era natural que acontecesse. Porque a gente recebia muitos artigos de crítica ao governo. Nem sempre a gente foi exitoso. Algumas dessas pessoas convidadas não aceitaram escrever (Entrevista Camasão, 2023).
- (6) O mesmo vale, por exemplo, e é algo que a gente busca, que é outro exemplo, o mundo evangélico. A gente tem muita dificuldade de trazê-los para o mundo real. O que acontece? A gente consegue trazer evangélicos progressistas, batistas, outras... o neopentecostal, não. Você não sabe quantas vezes eu tentei que escrevessem no jornal. Como eu falei, a *Folha* é a favor da legalização das drogas e do aborto. Então isso já é algo que... Eu ouvi isso de uma pastora uma vez, eu falei, poxa, para pastora progressista que costuma escrever com a gente, por que é tão difícil? Aí ela falou: “Eu acho que não vai conseguir. Eles não vão escrever pra *Folha* porque depois podem ser cobrados na igreja. Os próprios fiéis. A *Folha* tem essa postura muito progressista no costume, eles são contrários. Mas a gente tenta, eu sempre continuo tentando. (...). Claro, a gente tem um limite, não é publicar nada que resvale em crime, em preconceito, em anticientificismo, enfim... Há algum limite que a gente publica, estando dentro desses limites, a gente pode sim, tanto no espectro direita como para a esquerda, e eu acho que é isso que a gente busca todo dia, nem sempre a gente consegue, com todas essas questões que eu te falei, mas é um caminho a correr sempre (Entrevista Camasão, 2023).

Em geral, os textos publicados são assinados e há um miniperfil de autoras/es. Lima F. (2019) ressalta que o *Manual da Redação* estabelece que o miniperfil de autoras/es de textos de opinião destaque informações de pertinência jornalística, a critério editorial ou da Secretaria de Redação. Segundo Lima F. (2019), em assuntos em disputa, se existe uma relação da autoria com representação legal das partes, essa questão precisa ser exposta nessa minibiografia. Já em

tópicos menos delicados, os autores em busca da aproximação com a neutralidade, podem usar apenas o chapéu de acadêmicos.

### 2.2.3.3 *Painel do Leitor*

O Painel do Leitor realiza o gênero carta e foi criado em 1976, assim como Tendências e Debates. São textos curtos, máximo cinco linhas, que normalmente remetem a uma matéria que o jornal produziu, o que marca o caráter intertextual desse gênero. Na assinatura das cartas do Painel, além do nome, há a identificação da região da leitora ou leitor.

As publicações realizam vários objetivos, como elogiar, criticar, aconselhar, sugerir, reclamar, solicitar, agradecer, fiscalizar, entre outros. Além desses propósitos relacionados ao ponto de vista do público, há a posição dos veículos de comunicação, que buscam com o canal uma aproximação com leitores/as.

Miranda (2017) argumenta que a carta tem um aspecto politemático, já que permite abordagem diversa sobre vários assuntos e, assim, “posicionar-se favoravelmente ou não, contribuindo, desta forma, para a formação da opinião de outros leitores” (Miranda, 2017, p. 84).

Cavalcanti e Pinto (2009) alerta que as cartas não são réplicas de seus originais, pois há interferência do jornal, por isso, ela afirma que as cartas implicam coautoria. Por questões de espaço ou clareza, “as correspondências podem ser resumidas, recortadas ou mesmo parafraseadas, embora o leitor já esteja, por aviso da própria publicação, situado geralmente próximo aos meios para contato, ciente desta intervenção” (Cavalcanti; Pinto, 2009, p. 2236).

A *Folha*, normalmente, compila os comentários numa única página e faz uma manchete como se fosse uma notícia, para atrair leituras: “Leitores comentam obrigatoriedade de comprovante de vacina” e “Gasolina a R\$ 8 o litro e encontro com ministra do STF são temas de comentários”. Além desse título geral, há chamadas menores, normalmente com duas a três palavras, antes do comentário: “Moro e os 3.7 milhões”, “Livre mercado?” e “Recordes da Covid”.<sup>18</sup> Os títulos são elaborados pelo editor, e assim já mostram a interferência do jornal.

Cavalcanti e Pinto (2009) ressaltam ainda que esse processo em coautoria das cartas, isto é, o envolvimento de mais vozes discursivas na produção e na publicação evidencia o aspecto dialógico das cartas, reforçado pelo fato de elas poderem gerar respostas da redação ou

---

<sup>18</sup> Esses exemplos foram retirados da edição de 30 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2022/01/leitores-comentam-obrigatoriedade-de-comprovante-de-vacina.shtml>. Acesso em: 31 jan. 2022.

ainda reação de outros/as leitores/as, prolongando o seu “ciclo comunicativo” (Cavalcanti; Pinto, 2009, p. 2236). Sobre essa questão, Miranda (2017) argumenta:

A carta do leitor, como enunciado concreto, forma uma cadeia de relações entre enunciados anteriores, entre outros gêneros do jornal e entre enunciados futuros. Vemos, pois, que a inteireza de um enunciado, seu acabamento, se dá nesse processo de conclusibilidade resultante da alternância de turno entre os sujeitos do discurso (jornal e leitor; leitor e jornal/leitores) e na possibilidade de resultar respostas outras (Miranda, 2017, p.85).

A relevância dessa subseção é tão significativa que o jornal, em 2021, o Painel do Leitor foi incluído na editoria de Interação, criada também em 2021, com o propósito de “aprofundar a conversa com o público que consome informação na *Folha* e estimular o bom debate nos espaços públicos do jornal, com menos discurso de ódio e mais espaço para diálogos qualificados” (Folha de S. Paulo, 2021).

Entre as ações, o jornal passa a publicar com frequência iniciativas pontuais, como concursos de legendas e de respostas, e pedidos para leitores/as compartilharem suas histórias sobre determinado assunto em evidência no noticiário. Segundo o jornal, a intenção com essa mudança é estimular a troca de ideias para ter um conteúdo editorial mais rico. Além disso, aos domingos, o Painel do Leitor passa a ser temático, com um assunto por edição.

### **2.3 Representação de grupos subalternizados no jornalismo brasileiro**

Nesta seção, aponto alguns trabalhos que abordam representações de pessoas em situação de rua na mídia. Com isso, minha proposta é destacar o que tem sido pesquisado sobre essa temática. Além disso, estes estudos ajudam a compreender como essas representações discursivas são construídas e como são problematizadas, desenvolvendo conhecimento científico, os quais contribuíram como referencial teórico desta tese. Alguns estudos utilizam a mesma abordagem que escolhi para as investigações da tese: os Estudos Críticos do Discurso (ECD), outros trazem abordagens teórico-metodológicas diferentes, que engrandecem igualmente a discussão sobre essa temática.

Em Resende e Gomes (2018), apresenta-se o resultado parcial do projeto de pesquisa “Representação midiática da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua no jornalismo on-line”, que analisa dados de notícias sobre a situação de rua no jornalismo *web* publicados entre 2011 e 2013 nos jornais *web* *Correio Braziliense*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*. De acordo com a autora, as “análises sugerem naturalização da violência contra a população em situação de rua, num efeito retórico de distanciamento, que não provoca empatia

entre quem lê o jornal e as pessoas [em situação de rua] vítimas da violência representada” (Resende; Gomes, 2018, p. 189).

Como desdobramento do projeto coordenado por Resende, foram realizadas duas dissertações de autoria de Mendonça (2020) e Ramalho I. (2020). A primeira focou nas representações de pessoas em situação de rua nas notícias sobre ação e políticas públicas veiculadas na *Folha de S. Paulo* entre 2016 e 2018. Os resultados obtidos apontam para uma filiação do jornal aos padrões hegemônicos para abordar a situação de rua, ao legitimar vozes dominantes como fontes, as quais oferecem chaves interpretativas desfavoráveis às pessoas em situação de rua, pois naturalizam discursos meritocráticos e legitimam a violência, a gentrificação e o higienismo, que são a tônica das ações e políticas públicas de São Paulo.

O objetivo do estudo, segundo Mendonça (2020), foi trazer o entendimento de como a *Folha de S. Paulo* colabora para a reprodução discursiva da desigualdade social, na forma como defende seus interesses particulares, assim como o da classe dominante, por meio de notícias. Desse trabalho, surgiu a necessidade de continuar investigando essas representações, mas em textos opinativos, pontapé para a construção desta tese.

Em Ramalho I. (2020), a proposta foi investigar a representação de pessoas em situação de rua nas notícias com temáticas de violação de direitos e violência veiculadas nas plataformas digitais do jornal *Correio Braziliense* entre os anos de 2014 e 2018. A autora fez um recorte que analisou mais detalhadamente como os textos abordam a mulher em situação de rua. Ela destacou que a representação da situação de rua nas vozes atribuídas a mulheres em situação de rua ocorreu de forma minoritária por discursos que compreenderam a situação de rua como violação de direitos. Por outro lado, foi representada majoritariamente por discursos de culpabilização, naturalização e romantização.

A autora também constatou que nos textos sobre violência há a associação entre pessoas em situação de rua e pessoas em situação de drogadição, e que moradores/as locais, trabalhadores/as e turistas tiveram mais espaço para a propagação de seus discursos. O trabalho da pesquisadora também identificou textos em que figuraram discursos como a ineficiência dos órgãos de segurança pública e a privação de liberdade como meio de ressocialização.

Em Dantas (2018), buscou-se refletir sobre a representação do grupo na mídia carioca, mais especificamente os jornais *O Globo*, *Extra* e *O Dia*. O autor também discutiu as representações no segmento alternativo, que foi a página *Rio Invisível* na plataforma de rede social *Facebook*. O foco foi a relação com o espaço urbano, suas significações e conflitos gerados sobre o território. Conforme o autor, os jornais construíram suas narrativas,

principalmente a partir do viés assistencialistas, que colocam a pessoa em situação de rua em posição de passividade, de necessidade. Com exceção de *O Dia*, que explora passividade deste segmento, mas não reforça o assistencialismo, como os outros.

Além disso, o pesquisador notou perfis e representações distorcidas. No universo de palavras mais usadas nas notícias apareceram: polícia, vítima, prefeitura e abrigo. Na página *Rio Invisível*, a representação foi a partir da visão do indivíduo com um laço familiar e espiritualidade fortes e a vivência na rua não como algo degradante. A página “apresenta uma faceta humana do indivíduo, composta por elementos mais reais, porém recortado da realidade e encaixados em histórias específicas” (Dantas, 2018, p.115-116). Chamou atenção do autor as narrativas que fizeram referência à esfera da religiosidade e da fé, por observar que tal categoria está desvinculada do viés da doutrina religiosa, aspecto muito comum nas ações assistencialistas tanto do Estado quanto da Igreja. “O morador tem sua fé e suas crenças muito mais ligadas ao seu cotidiano, à sua experiência urbana e social” (Dantas, 2018, p. 116).

Em seu artigo “Discursos velados, vozes silenciadas: análise de notícias sobre situação de rua”, Penitente (2020) aponta que a mídia representa pessoas em situação de rua como “incômodas”, ao analisar duas notícias publicadas nos jornais mineiros Estado de Minas e Hoje em dia. Ela constatou que os discursos que mais aparecem são os de violação de direitos, de assistência e o de preconceito.

Martins e Machado (2018) apresentaram, no XII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, uma investigação de como a mídia se utiliza de mecanismos necropolíticos no discurso para definir quem pode morrer e quem deve viver, e como essa questão atravessa as notícias sobre pessoas em situação de rua. Eles fizeram um levantamento por meio das matérias publicadas entre 2007 e 2016 em um portal de grande alcance de Porto Alegre/ RS que descrevem situações de violência e morte de pessoas em situação de rua.

Como resultado parcial, apontaram que as situações de violência e as formas de morrer de pessoas em situação de rua retratadas minuciosamente pela mídia trazem descrições de ações de tortura e de aniquilamento dos corpos (uso de facadas, pauladas, pedradas), o que se articula com a espetacularização dessas situações e a construção de justificativas morais que minimizam a importância dessas ocorrências, naturalizando-as. Outro apontamento foi a falta de informações sobre as vítimas que, segundo eles, carrega um processo de invisibilização.

Andrade (2020) analisou quatro notícias da mídia baiana: sites do *Correio*, *Salvador Notícia*, *Jornal da Mídia* e *Tribuna da Bahia*. Verificou que as vozes das pessoas em situação de rua são apagadas. Segundo a autora, isso pode corroborar para evidenciar as vozes das



pessoas que representam o setor público e atender a interesses políticos. Os discursos que mais apareceram nas notícias são os de violação dos direitos e o discurso de assistência. Observou também o discurso da agressão.

Silva e Hüning (2015) buscaram textos de jornais e outros documentos públicos produzidos por órgãos do Estado em ocasião dos assassinatos de 108 pessoas em situação de rua em Maceió no período de 2010 a 2014. Nesses materiais analisados identificaram que as pessoas assassinadas foram representadas como criminosas e construíram sobre essas representações a culpabilização por suas mortes. No artigo, foi destacado também o aspecto descritivo das narrativas jornalísticas sobre tais homicídios, ocorrendo a repetição contínua de determinados discursos e enunciados.

Santo *et al.* (2021), investigando cinco notícias de *O Globo*, *O Dia* e do site *G1*, identificaram um discurso homogeneizador dos modos de viver na rua, que vincula o grupo ao uso de substâncias psicoativas, de modo estigmatizante, reforçando a exclusão social. De acordo com a pesquisa, a construção identitária estigmatizante “alinha-se ao regime de verdade que favorece a perpetuação das categorias socialmente aceitas a partir dos critérios de normalidade da atual conjuntura” (Santo *et al.*, 2021, p. 10).

Rohling e Zarth Padilha (2021) analisaram a identidade de sujeitos sem teto, participantes da Ocupação Povo Sem Medo, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) nas notícias, reportagens e comentários de setembro de 2017 a abril de 2018. Essa ocupação por moradia foi formada por sete mil famílias, maioria de trabalhadores que perderam seus empregos nas indústrias metalúrgicas de São Bernardo do Campo e região. Segundo as autoras, os textos jornalísticos da mídia hegemônica estão assentados na perspectiva de moradia como propriedade, promovendo o apagamento ou interdição do entendimento da moradia como políticas públicas ou direito social proporcionado pelo Estado. As autoras observaram também uma discursividade de criminalização e marginalização desses sujeitos.

Os trabalhos destacados aqui abarcaram tanto veículos de nível nacional como locais e realidades da situação de rua de algumas regiões do país. Esta revisão de literatura dá amostra da relevância da análise discursiva dessas representações na mídia brasileira. O material levantado permite-nos afirmar que a representação da população em situação de rua é principalmente negativa, sendo que os estereótipos negativos construídos têm se repetido nos diferentes meios. Ou seja, há pouca diversidade discursiva sobre o grupo ou a questão social. Os veículos estão difundindo informações e visões uniformes do grupo e, dessa forma, estão funcionando como “caixas de ressonância ideológica” (Silva; Moraes, 2019, p. 39).

O fato de praticamente não trazer representações favoráveis e de não tratar o problema na sua complexidade significa que a questão não é compatível com os interesses oligárquicos. Trabalhando em estudos decoloniais<sup>19</sup> e feministas, Moraes, F. (2018) propõe um jornalismo de subjetividade, que “possa ser uma ferramenta importante na busca pela produção de representações mais integrais sobre pessoas e grupos” (Moraes, F., 2018, p. 3).

Sobre a prática subjetiva, ela explica que essa vai em busca de um modo de apreensão da realidade respaldado no banal, no “método de observação do mundo baseado naquilo o que não chama atenção, naquilo que jamais, em tese, poderia ser alvo do interesse de alguém” (Moraes, F., 2018, p. 7). Segundo a autora, o jornalismo subjetivo abre espaço para uma abordagem “não espetacularizada sobre grupos historicamente considerados Outros da racionalidade e normatividade vigentes” (Silva; Moares, 2019, p.17), sendo assim, uma alternativa para mudar a imagem dos Outros no imaginário coletivo e uma possibilidade de romper com a reprodução discursiva da desigualdade social na mídia.

Esse capítulo mostrou as características da mídia atual, dominada pelos grandes conglomerados, que tem como foco a lucratividade máxima. A atuação desses grupos contribui para representações inadequadas de pessoas subalternizadas, as quais são disseminadas e naturalizadas. Nesse sentido, fica evidente a necessidade de pensar o jornalismo atual e suas práticas discursivas. Essa reflexão será feita nesta tese, tendo como ancoragem os Estudos Críticos do Discurso (ECD). Trato dessa abordagem teórica no próximo capítulo.

---

<sup>19</sup> O sistema colonial estabeleceu um padrão de produção e de consumo eurocentrado que definiu as relações de poder, as quais não se findaram com a destruição do colonialismo. Para romper com essa herança colonial, surgiram movimentos acadêmicos como a crítica decolonial, em um diálogo interdisciplinar entre economia, política e a cultura. Segundo Bernardino-Costa (2015), o projeto decolonial evidencia a importância ao *locus* de enunciação, ou seja, ao lugar de fala do sujeito que sempre esteve silenciado.

### 3 ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO: REFLEXÕES TEÓRICAS

Esta pesquisa se apoia no aporte teórico-metodológico dos Estudos Críticos do Discurso (ECD), perspectiva que está focada em problemas sociais, principalmente no papel do discurso na produção e reprodução do abuso do poder ou da dominação. Sendo assim, os ECD são úteis para investigar a produção discursiva da *Folha de S. Paulo* quando esta aborda a população em situação de rua nas seções opinativas em estudo.

Abro o capítulo teorizando sobre esta abordagem. As duas linhas teóricas a que me dedico mais profundamente são baseadas em textos de Norman Fairclough, cuja abordagem é dialético-relacional, e de Teun A. van Dijk, que propõe análise com base na tríade discurso, cognição e sociedade. Por isso, na segunda seção, trago conceitos que são base para as duas perspectivas e que são fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, sustentando sua afinidade dialógica e complementaridade para estudos do discurso.

Como os textos do *corpus* incluem algumas imagens e me interessa observar como elas representam a população em situação de rua, na última seção deste capítulo faço reflexões acerca da multimodalidade, lembrando que os estudos de multimodalidade e os ECD também dialogam, já que estes estão abertos para outros modos discursivos, além da linguagem verbal.

Optei por um capítulo teórico sucinto, abordando apenas os aspectos conceituais das teorias utilizadas que foram efetivamente úteis ao exercício analítico a que me dedico neste estudo. Com isso, busco evitar discussões teóricas que não sejam diretamente vinculadas ao escopo da pesquisa em foco.

#### 3.1 Estudos Críticos do Discurso e colonialidade do saber

Esta tese tem como interesse analisar criticamente a reprodução discursiva do abuso de poder que resulta em desigualdade social, mais especificamente no âmbito da situação de rua e sua representação. Nesse sentido, o quadro teórico que ancora este estudo provém dos Estudos Críticos do Discurso (ECD), como propõe van Dijk (2015). O autor prefere essa designação ao termo Análise de Discurso Crítica (ADC), pois entende que “a análise do discurso em si não é um método; antes constitui um domínio de práticas acadêmicas, uma transdisciplina distribuída por todas as ciências humanas e sociais” (van Dijk, 2015, p. 11).

Sendo assim, utiliza qualquer método que seja relevante para os objetivos das pesquisas. Conforme Tavares e Resende (2021), “havendo teorias unificadas e métodos apriorísticos, cada estudo deve se debruçar conscientemente sobre os dilemas teóricos e metodológicos que se apresentam, nem sempre de forma claramente delimitável” (Tavares; Resende, 2021, p. 84).

Segundo van Dijk (2015), os ECD estão especificamente interessados no estudo (crítico) “de questões e problemas sociais, da desigualdade social, da dominação e de fenômenos relacionados, em geral, e no papel do discurso, do uso linguístico ou da comunicação em tais fenômenos, em particular” (van Dijk, 2015, p. 15). Os ECD, então, não são “neutros”, pois se comprometem com um engajamento em favor de grupos em situação de subordinação na sociedade. Eles assumem uma posição e a deixam explícita. Agindo assim, os ECD reconhecem e refletem sobre seus próprios compromissos com a pesquisa e sobre sua posição na sociedade: são conscientes científica, social e politicamente.

Van Dijk (2015) argumenta que muito já se questionou sobre pesquisas realizadas por estudiosos/as social e politicamente comprometidos/as serem “científicas”. Para o autor, tal comprometimento não implica menor rigor na pesquisa. Na mesma linha, Resende (2020) afirma que adotar postura clara no debate ideológico não desqualifica o propósito de pesquisa e impõe profundas reflexões éticas. Dessa forma, esta pesquisa assume posicionamento em favor da população em situação de rua, grupo em desvantagem social e discursiva, aliado das condições necessárias à garantia de seus direitos humanos e da possibilidade de se auto representar no espaço midiático.

Além de assumir a perspectiva de grupos em desvantagem nas estruturas de dominação, os ECD buscam contribuir para mudança social, “ao aumentar a compreensão da realidade existente, de seus problemas e de suas possibilidades” (Fairclough; Aguiar, 2019, p. 33). Segundo Macedo (2022), o fato de os sujeitos envolvidos nas práticas sociais serem ativos, por meio do ponto de articulação entre o discurso e o social, torna possíveis mudanças paradigmáticas de práticas sociais naturalizadas. Considerando o objeto deste estudo, em que os sujeitos comprometidos com a representação de pessoas em situação de rua nos textos são jornalistas, editores, fotógrafos, chefes de redação, especialistas e leitores/as, dentre outros/as, essa transformação discursiva, que pode também implicar no campo social, é realizável.

No entanto, Resende (2020) pondera que essa mudança não ocorre de forma direta. Para que os ECD sejam “agentes de mudança” é preciso “construir as pontes, garantir os fluxos entre aquilo que fazemos na universidade e o tipo de ação que pode operar mudanças significativas no mundo” (Resende, 2020, p. 215). No caso desta tese, é preciso levar os resultados para que os/as profissionais envolvidos/as possam refletir sobre a linguagem, sobre a sua utilização e o impacto de seu uso, e pensar em agir de forma diferente na produção dos textos, ponderando reflexivamente sobre os constrangimentos e as implicações envolvidos em seu labor. Desta forma, a entrevista com um editor-adjunto de Opinião da *Folha* realizada para esta tese consiste

numa forma de aproximação para que os resultados possam ser apresentados e gerar reflexividade no âmbito da instituição jornalística. Ações extensionistas posteriores poderão ampliar esse trabalho. Nos termos de Vieira (2020), isso significa tomar consciência de tais processos sociais para a desconstrução das ideologias que sustentam relações de opressão.

Os ECD, na versão formulada por Norman Fairclough e trazida ao Brasil por Izabel Magalhães (1986)<sup>20</sup>, podem ser considerados uma continuação da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) e da Linguística Crítica. Estão situados na Ciência Social Crítica e na pesquisa crítica sobre mudança social na sociedade contemporânea (Fairclough, Melo, 2012). De acordo com Magalhães I. (2004, p. 120), os ECD oferecem uma contribuição “significativa da Linguística para debater questões da vida social contemporânea, como o racismo, o sexismo (diferença baseada no sexo), o controle e a manipulação institucional, a violência, as transformações identitárias e a exclusão social”.

Apesar de o conhecimento produzido na Europa e Estados Unidos ter dominado essa esfera dos estudos linguísticos, existe um movimento de valorização das contribuições de autores/as da América Latina, no qual os estudos do discurso em sua perspectiva crítica têm se alinhado à virada decolonial. Nos termos específicos da crítica à colonialidade do saber, importa lembrar que representações e significados locais, especialmente quando oriundos do Norte, no âmbito internacional, e das elites simbólicas, em cada plano nacional, podem ser disseminados a outros grupos por meios empoderados de divulgação de discursos, tais como a mídia e a academia. Isso tem implicações, já que muitas vezes se desconsideram as especificidades de cada contexto particular. Como argumenta Pardo (2019), é possível teorizar universalmente sobre discurso e pobreza, mas “discurso sobre pobreza tem traços muito distintos em diferentes contextos. Por exemplo, a noção de *homeless* de origem inglesa pouco tem a ver com a de pessoas em situação de rua no nosso continente ou em outros lugares” (Pardo, 2019, p. 49).

Segundo Pardo (2019), a proposta não é traduzir um conhecimento produzido pelos países do Norte, mas voltar-se para os países do Sul, para o contexto situado. Conforme Resende (2019), essa proposta não recusa o conhecimento já produzido, mas não o toma como universalmente válido. Além disso, a autora argumenta que se trata de reconhecer “nossa história colonial e a violência que nos constituiu” (Resende, 2019, p. 35), e isso não pode ser

---

<sup>20</sup> Isabel Magalhães escreveu o artigo “Por uma abordagem crítica e explanatória do discurso”, publicado na revista DELTA, em 1986. Desde então, vem contribuindo para o desenvolvimento dessa perspectiva no Brasil e, principalmente, na Universidade de Brasília, onde foi professora e segue vinculada à pós-graduação.

ignorado. Para Pardo (2019), significa “aprender conjuntamente, poder enriquecer junto, ao cocriar conhecimento e um novo discurso” (Pardo, 2019, p. 56).

Nesse mesmo sentido, Vieira (2020) aponta para uma das riquezas desse campo de estudos, que é a crítica a si mesma, a partir da linguagem em uso/discurso, nesse processo de “ir além dos fundamentos europeus e de responder a demandas sociais locais pela crítica situada de desigualdades e de relações de exploração que sustentam o sistema mundial norte-americano-capitalista-patriarcal” (Viera, 2020, p. 14).

A crítica à colonialidade do saber é acompanhada da crítica à colonialidade do poder e do ser. E são, conforme Resende (2019), um desafio só, integrado, sendo a decolonialidade um “ciclo virtuoso entre consciência (ser), crítica (saber) e criatividade (poder)”:

A colonialidade do saber está relacionada aos discursos por meio dos quais compreendemos o mundo social, ligada ao classismo, ao racismo, ao sexismo e a sua interseccionalidade. Esses discursos colonizam o ser, nos levando a padrões de identificação que limitam nossa ação, e então também à colonialidade do poder – agimos conforme padrões capitalistas, racistas e sexistas; e reproduzimos consciente ou inconscientemente esses padrões de ação. Mas também podemos reagir criativamente sobre esse potencial estruturante, e assim, para decolonizar o ser, é preciso consciência emancipatória para denormalizar os quadros interpretativos que nos conduzem a identidades subalternas (Resende, 2019, p. 36).

Algumas relações de poder estão tão enraizadas que nos impedem de perceber a existência de dominação e, assim, agem reproduzindo modelos. Por isso é relevante refletir sobre discurso e seu papel na sociedade, pois nele se situam poderosas possibilidades de reificação ou de mudança. Fomentar consciência e ação criativa para mudar atitudes cristalizadas, especialmente no âmbito da representação discursiva, é uma meta no escopo deste estudo.

### **3.2 Tríades dos ECD**

Os ECD abrangem uma diversidade de abordagens. Valorizando as recentes contribuições latino-americanas a essas vertentes, este trabalho está baseado em versões de estudos críticos do discurso inicialmente formuladas por Norman Fairclough, que propõe uma abordagem dialético-relacional, e Teun A. van Dijk, que incluiu em sua abordagem uma dimensão cognitiva.

Embora as duas abordagens (dialético-relacional e sociocognitiva) sejam frequentemente entendidas como abordagens em competição, também nas academias do Norte

mas principalmente no contexto brasileiro, coincido com Resende (2020) quando sugere que as duas abordagens se complementam mutuamente e, por isso, escolhi trabalhar com ambas:

Essa possibilidade de diálogo teórico entre as duas perspectivas discursivo-críticas é possível porque o realismo crítico de Bhaskar, que serve de base à abordagem dialético-relacional proposta por Fairclough (2010), não nega a construção discursiva da realidade, não recusa o fato de que as coisas sociais são afetadas pelos processos de construção do conhecimento, e a abordagem cognitiva de que se serve van Dijk (2009) tampouco é radical numa postura mentalista, pois entende que a cognição é um processo social (Resende, 2020, p. 574).

Magalhães, Martins e Resende (2017) também lembram que, havendo possibilidade, vale estabelecer um diálogo entre abordagens, sendo essa a minha escolha neste trabalho. A perspectiva tridimensional de Fairclough é útil para explorar as relações entre linguagem e sociedade em eventos discursivos particulares (no escopo desta pesquisa, textos opinativos das seções Editoriais, Tendências e Debates e Painel do Leitor). No entanto, Falcone (2008) pondera sobre o fato de Fairclough desconsiderar o fator cognitivo. De acordo com a autora, isso torna a investigação da mudança social mais difícil, pois “estabelece um círculo fechado. Ou seja, a sociedade muda porque muda o discurso ou o discurso muda porque muda a sociedade? E as ações individuais, como interferem nesse processo?” (Falcone, 2008, p. 39).

Considerando essa argumentação e o fato de que cada texto do *corpus* é fruto da realização de seus/suas autores/as e expressa elementos (sócio)cognitivos, entendi que para identificar como a população em situação de rua é representada nos textos opinativos deste *corpus*, era preciso ir além da investigação dos elementos linguísticos-discursivos. Por isso a importância da inclusão da abordagem sociocognitiva de van Dijk nesta tese. Nas subseções que seguem abordo as duas perspectivas.

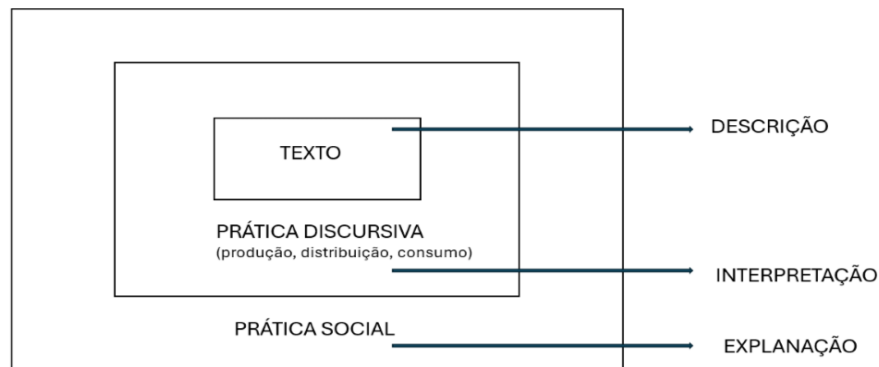
### 3.2.1 Teoria social do discurso

Em sua teoria social do discurso, Norman Fairclough (2001) estabelece três dimensões de análise: texto, prática discursiva e prática social. Textos são produzidos em diversas situações, podendo ser escritos, falados, visuais, de registro formal ou informal, realizando uma diversidade de gêneros etc. Eles materializam o discurso e são o elemento mínimo da análise de discurso (Fairclough, 2001).

A análise textual e linguística também é denominada “descrição”, aliada à análise da prática social na conformação da análise de discurso textualmente orientada. As análises da prática discursiva (produção e circulação de textos) e da prática social da qual o discurso faz

parte podem ser denominadas “interpretação” e “explicação”, respectivamente (Fairclough, 2001), sendo a prática discursiva parte da prática social, como demonstra o modelo à Figura 1.

Figura 1 - Modelo tridimensional de Fairclough



Fonte: Fairclough (2001, p. 101)

Posteriormente, Fairclough (2003) avançou para a análise textual em termos de seus significados para ação, representação e identificação, que correspondem aos significados acional, representacional e identificacional no texto. Essa proposição se inspira na obra de Foucault (1994), que relacionou os eixos do poder, do saber e do ser (ética). O eixo do poder é mediado pelas relações com/sobre os outros, enquanto o eixo do saber está associado ao controle sobre as coisas, e o eixo do ser está ligado às relações consigo mesma. Os três eixos estão dialeticamente articulados.

Segundo Fairclough (2003), no nível das práticas sociais, esses aspectos estão relacionados, respectivamente, às categorias de gênero (ação/ poder), discurso (representação/ saber) e estilo (identificação/ ética), os quais também estão relacionados dialeticamente. Sendo assim, “discursos particulares (representação/saber) são mediados por gêneros (ação/poder), assim como gêneros pressupõem estilos (identificação/ética)” ou, ainda, “representações particulares (discursos) podem ser legitimadas em maneiras particulares de ação e relação (gêneros), e inculcadas em maneiras particulares de identificação (estilos)” (Fairclough, 2003, p. 29).

Ao adotar os termos “gênero”, “discurso” e “estilo”, o autor também se inspira na perspectiva de Bakhtin (2003), para quem os usos da linguagem se manifestam em forma de gêneros. O autor desenvolve o conceito de gêneros do discurso, que define como tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais são compostos por três elementos essenciais e indissociáveis: conteúdo temático ou temas, estilo (modos de construção de enunciados) e construção composicional (formato).



Baseado na concepção de gênero do autor russo, Fairclough (2003) compreende gênero como maneiras relativamente estáveis de agir, diferentes maneiras de produzir a vida social semioticamente e de se relacionar em práticas sociais que suscitem relações com os outros e ação sobre os outros. Os Editoriais, a seção Tendências e Debates e o Painel do Leitor são considerados diferentes gêneros, já que são modos relativamente estáveis de agir discursivamente na produção de textos opinativos para o suporte potencial da *Folha de S. Paulo*, os quais possibilitam diferentes formas de ações e interações.

Cada um desses gêneros é materializado por meio de textos concretos, que seguem um padrão para serem publicados, ou seja, os textos de cada caderno possuem suas peculiaridades e visam atingir um propósito comunicativo sobre algum tema relevante. “Os propósitos podem estar combinados hierarquicamente, mesclados, implícitos, de maneira que a fronteira entre eles pode não ser tão clara” (Silva; Ramalho, 2008, p. 32).

Por exemplo, cada caderno publica textos com uma quantidade de palavras determinada, para se encaixarem no espaço dedicado a eles no jornal; cada um tem uma dinâmica de produção e de publicação; cada caderno tem um padrão de título e articula a voz de autores/as diferentes: do jornal (editoriais), de especialistas, autoridades religiosas e políticas, dentre outros (Tendências e Debates) e de leitores/as (Painel do Leitor). Todas essas especificidades são constitutivas de cada caderno e têm implicação na construção de sentidos dos textos, em sua prática discursiva. Magalhães, Martins e Resende (2017, p.205) lembram que “todo texto empírico recorre ao potencial semiótico informado por algum gênero ou mescla de gêneros e todo texto só se realiza em textos empíricos”. Além disso, “o potencial genérico e os textos empíricos estão em relação transformacional, mas não se confundem”.

Cada autor/a emite suas visões de mundo, isto é, representa o mundo de maneiras particulares que, por sua vez, revelam modos particulares de se ver e entender a realidade. Essas representações são chamadas discursos e são usadas para reconstruir o mundo em linguagem – representá-lo. O conceito de discurso, portanto, está ligado às representações da vida social, cuja materialização também se dá por meio de textos. De acordo com Fairclough e Melo (2012), os atores sociais produzem representações de modo distinto, dependendo da posição que ocupam nas práticas. “A representação é um processo de construção social das práticas – incluindo a autoconstrução reflexiva, as representações adentram e modelam os processos e práticas sociais” (Fairclough; Melo, 2012, p. 309).

Ao escrever que “a população em situação de rua deve ser encaminhada a abrigos” ou que a “população em situação de rua é invasora”, os/as autores/as não estão apenas

disseminando suas opiniões, mas legitimando discursos ideológicos de poder, como aqueles que favorecem a gentrificação e o higienismo. Os discursos que aparecem materializados em textos só podem ser identificados em análise textualmente orientada. Essa análise é relevante pois os discursos produzem efeitos sobre a sociedade, isto é, “os sentidos de textos podem ter efeitos sobre a nossa compreensão de processos sociais e sobre os modos como reagimos a esses processos” (Resende, 2011, p. 28).

O terceiro aspecto, o estilo, está relacionado às identidades sociais e individuais das pessoas, às posições nas práticas sociais. As pessoas de diferentes classes sociais, sexos, nacionalidades, etnias ou culturas, com experiências de vida diversas, constroem estilos distintos (Fairclough; Melo, 2012). Como essas diferentes vozes se identificam e como identificam o outro diferente de si? De acordo com Fairclough (2003), a forma e o que esses/as autores/as colocam nos textos apontam para como se auto-identificam na ‘texturização’ das identidades.

Os textos, portanto, permitem articular gêneros, discursos e estilos. Conforme Vieira (2024) esses princípios se relacionam dialeticamente com os três principais pilares da (de) colonialidade (poder, saber e ser):

as redes de discursos particulares ligados à matriz colonial (que podem colonizar formas de saber, o conhecimento) são produzidos, distribuídos e consumidos por pessoas nos modos socialmente organizados de agir e de se relacionar em gêneros discursivos (e que podem colonizar o poder em formas coloniais-modernas de exploração, acumulação, dominação) com potencial para conformar estilos: a experiência vivida, os modos particulares de subjetivação corpórea no mundo (Borges, 2006; Lima e Magalhães, 2018; Rolnik, 2018), como potencialmente constitutivos de práticas e estruturas opressoras (Vieira, 2024).

A maneira como esses elementos (poder-gêneros, saber-discursos e ser-estilos) são combinados em (redes de) práticas constitui uma ordem de discurso. Para Fairclough e Melo (2012), com base em Foucault, “uma ordem de discurso é a estruturação social da diferença semiótica: um ordenamento particular das relações entre diferentes formas de produzir sentidos, como discurso, gêneros e estilos diferentes” (Fairclough; Melo, 2012, p. 22). Ainda segundo o intelectual, ordens de discurso situam-se entre o discursivo e o social (Fairclough, 2003).

Segundo Vieira e Resende (2016), as redes de ordens de discurso constituem um sistema social, “um potencial semiótico estruturado que possibilita e regula nossas ações discursivas”. As ordens de discursos não estão isoladas, elas podem ser modificadas umas pelas outras, por meio de trocas ou de imbricamentos. É preciso, portanto, compreender como as ordens de discurso relacionam-se entre si (Fairclough, 2003).

No que tange a esse aspecto transformacional e seu caráter de mediação, as ordens de discurso são, de acordo com Acosta e Resende (2014, p. 132), paralelas às práticas sociais, pois “organizam os recursos e constrangimentos (discursivos) do vasto potencial (semiótico) para que este seja realizado por atores sociais (sob a forma de eventos discursivos) nos diversos campos da atividade humana”.

Resende (2017) reordenou os elementos constituintes da ordem do discurso em dois: discurso-estilo e gênero-suporte. O primeiro elemento assume que a questão da identificação e da identidade se vincula, em textos, a discursos particulares. Resende (2017, p. 31) afirma que há duas forças, centrípeta e centrífuga: a primeira “voltada para dentro, atuando na construção do ‘eu’ com base em múltiplos significados, ou seja, nos discursos com que nos identificamos”, e a força centrífuga, “voltada para fora, atuando na dispersão do ‘eu’ em várias direções, em movimentos semióticos texturizados” (Resende, 2017, p. 31). O foco desta pesquisa está relacionado às representações construídas nos textos a partir de identidades e vivências de seus autores (jornalistas, especialistas e leitoras/es) sobre pessoas em situação de rua e sobre o problema social em que estão inseridas. A distância experiencial entre quem representa e o grupo representado tem implicações de discurso-estilo que interessam a esta tese compreender.

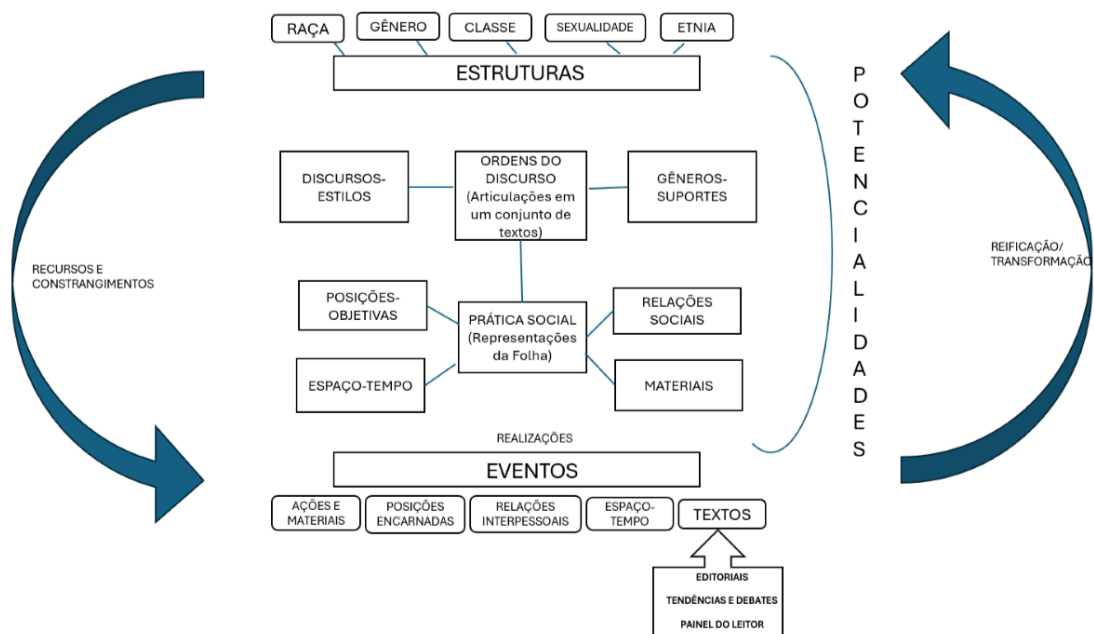
Exemplificando, o padre Júlio Lancellotti e o político Filipe Sabará escreveram textos que foram publicados em *Tendências e Debates*. São notáveis as diferenças de suas trajetórias. O primeiro há anos desenvolve trabalho com a população em situação de rua, enquanto o segundo é empreendedor, comunicador e político. A forma como eles próprios se identificam contribui para assumirem um estilo particular. Como identificam a população em situação de rua vai também interferir em como articulam representações sobre ela. O discurso-estilo no texto de Júlio Lancellotti é de um militante dos direitos humanos, que escreve em adesão à perspectiva de quem está em situação de vulnerabilidade, sendo considerado uma das principais vozes em defesa desse grupo na imprensa, enquanto o texto de Filipe Sabará produz discursos-estilos a partir do lugar político, a partir da perspectiva e da posição de poder que ocupa.

O segundo elemento (gênero-suporte) inclui os “meios de suporte (revistas, jornais, programas de televisão, sites, conversas, etc.) que os materializam [materializam gêneros], funcionando como o lócus de realização de gêneros em textos” (Resende, 2017, p. 33). Conforme Tavares e Resende (2021), gêneros-suportes são um momento das ordens de discurso, pois toda prática social requer elementos semióticos para sua realização e os textos só são possíveis se alçarem gêneros e forem materializados em suportes (físicos ou digitais).

No escopo deste estudo, em que a prática social particular investigada é a representação de pessoas em situação de rua em textos de opinião na *Folha de S. Paulo*, o gênero-suporte diz respeito ao portal da *Folha de S. Paulo*, materializando gêneros opinativos. Ou seja, o site da *Folha* (suporte) veicula, por meio dos textos opinativos (gêneros), as representações construídas sobre as PSR. Os gêneros previstos na prática particular da produção do jornal já incluem previsões sobre os suportes que potencialmente articulam os textos que os materializam, conforme já pontuamos.

Na figura 2 a seguir, há a representação do funcionamento social da linguagem, considerado o escopo específico desta pesquisa:

Figura 2 - Funcionamento social da linguagem



Fonte: Elaborada pela autora, com base em Resende (2019).

A ordenação do discurso diz respeito às variadas articulações entre esses elementos previsíveis na prática particular quando se realizam em textos concretos, efetivamente produzidos e publicados no portal. Além das ordens de discurso, foco deste estudo, as práticas sociais são compostas por espaço e tempo potenciais, materiais potenciais, relações e posições sociais objetivas.

Segundo Resende (2017), esses elementos que constituem as práticas sociais existem como potência e só se realizam no evento materializado, nas contingências contextuais. No evento, estrato realizado<sup>21</sup>, participam pessoas, posições encarnadas, ação material, textos e

<sup>21</sup> Conforme proposta do Realismo Crítico (Bhaskar, 1998), retomada por Resende (2017, p. 22), “existem três estratos da realidade: o potencial, o realizado e o empírico. O estrato potencial inclui tudo o que existe, ou seja,

espaço-tempo realizado. Esses elementos representam as possibilidades empíricas de acesso para a explanação de problemas sociais. Neste estudo, as possibilidades empíricas de acesso são os textos opinativos da *Folha* que abordam a população em situação de rua. Eles formam um *corpus* sobre o qual procederei à análise, buscando extrair regularidades discursivas.

A situação de rua, assim como outros aspectos da questão social, persiste por longo prazo porque se sustenta em estruturas sociais (de classe, gênero, sexualidade, raça, etnia, instituições e semiose). Essas são abstratas e penetram eventos sociais, esses mais concretos, mediados pelas práticas ordenadoras do potencial estruturante.

Segundo Resende (2019), a relação transformacional, nos termos de Bhaskar (1998), implica que entre os níveis de abstração há, por um lado, recursos e constrangimentos, e por outro reificação e transformação. Sendo assim, os textos (como parte dos eventos) que realizam o aspecto discursivo de práticas sociais podem sustentá-las ou modificá-las, sendo que essas mudanças vão “desde as menos às mais abrangentes, das mais duradouras até as mais provisórias” (Magalhães; Martins; Resende, 2017, p. 53).

As iniciativas políticas, jurídicas e sociais podem interferir em aspectos sociais e econômicos. Por exemplo, o governo federal apresentou, em novembro de 2023, o Plano de Ação e Monitoramento para Efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua. O documento decorre da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 976, na qual o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes determinou que governos federais, estaduais, distrital e municipais promovessem ações concretas de melhoria das condições de vida da população em situação de rua. A ação no STF foi movida por movimentos sociais, ativistas e partidos políticos e pode provocar desdobramentos que alterem gradativamente eventos e práticas, de modo que a situação de rua possa ganhar novas configurações.

Nesse mesmo sentido, é possível citar ainda a pressão de movimentos sociais pelo uso do termo “população em situação de rua” no lugar de “moradores de rua”, que traz uma conotação de residência permanente, enquanto o primeiro reconhece uma situação temporária, que pode ser revertida. Essas manifestações têm alterado, paulatinamente, eventos e práticas,

---

todas as coisas do mundo e suas estruturas e mecanismos, suas naturezas e suas predisposições (...). Nele, estão os eventos realizados e as experiências empíricas, como também o que existe apenas como potência, mesmo que não se torne realizado (por contingências contextuais) ou não nos seja empiricamente dado. O estrato do realizado refere-se aos eventos que se realizam de fato, como resultado das potências existentes (...). Refere-se à realização, à materialização, concretização do potencial em evento. O empírico, é relativo ao domínio da observação dos efeitos das estruturas, das potencialidades e das realizações”.

tanto que alguns documentos oficiais já adotam a referência, assim como políticos e especialistas e, muito timidamente, a mídia.

### 3.2.2 Abordagem sociocognitiva

A concepção sociocognitiva de van Dijk para os ECD está baseada na tríade discurso-cognição-sociedade: para o autor, a cognição é a ponte entre discurso e sociedade. Segundo ele, a tendência geral na pesquisa crítica é a de ligar diretamente sociedade – e especialmente poder e dominação – com discurso, práticas sociais ou outros fenômenos. No entanto, ele ressalta que as “estruturas sociais precisam ser interpretadas e representadas cognitivamente” e que “tais representações mentais afetam os processos envolvidos na produção e interpretação do discurso” (van Dijk, 2016, p. 9).

Dessa forma, afirma que a cognição medeia a relação entre as situações sociais e o discurso, e que somente por meio da integração da análise cognitiva e social é que os problemas sociais podem ser descritos, explicados e, especialmente, criticados com qualidade. Justificando sua proposta, van Dijk (2016) ressalta que, quando falam, as pessoas não só agem, mas também pensam. Ou seja, o autor leva em consideração a forma como os sujeitos interpretam, compreendem, significam e, por fim, contextualizam a situação social cognitivamente (Silva J., 2021).

Falcone (2008) reforça que mente não é apenas algo interno. Ela se constrói na interação que ocorre entre sujeitos situados sociocultural e historicamente. A autora afirma que, na teoria de van Dijk, é preciso considerar as propriedades cognitivas como resultantes de ações intersubjetivas, sendo construídas na interação social. Sendo assim, se, por um lado, a cognição se constitui na interação, por outro também a propicia. É por meio dos conhecimentos compartilhados – entre eles o linguístico – que se busca entendimento. “Assim, a atividade discursiva está atrelada a elementos socialmente constituídos, contextualmente situados, e cognitivamente elaborados” (Falcone, 2008, p. 53).

Para Falcone (2008), a perspectiva teórica de van Dijk busca superar a dicotomia externo x interno e, assim, desenvolver uma análise discursiva em que o social não seja a 'causa' para todas as coisas, em uma relação determinística. “Se estamos sob paradigma de ciência em que não cabe mais um subjetivismo absoluto, também há uma tentativa de superação do enfoque totalmente externalista das tidas 'teorias sociais' e 'funcionalistas’” (Falcone, 2008, p. 25).

A autora pontua criticamente o fato de o intelectual holandês não ter desenvolvido a noção de ator social, já que focou seus estudos na coletividade, ou seja, nas instituições, como

a *Folha de S. Paulo*, e grupos sociais (políticos, empresários, assistentes), pois seu entendimento é de que todo indivíduo se filia a um grupo social (ou a vários) e compartilha conhecimentos, crenças e atitudes. Falcone (2008), no entanto, afirma que o ator social se forma na relação entre sociedade, cognição e discurso, por isso, é um ‘sujeito cognitivo’, ou seja, um agente reflexivo, crítico, que se forma (e é formado) nas interações sociais. Concordo com essa visão, pois contextualizando com esta pesquisa, os/as autores/as estão envolvidos na prática social e não são coadjuvantes neste processo. Como seres dotados de capacidade de pensar, eles constroem e propagam seu entendimento de mundo por meio de seus textos e suas escolhas linguísticas, e são, inclusive, agentes de mudança da prática na qual estão inseridos.

De acordo com van Dijk (2017), os componentes da tríade estão vinculados, e a exclusão de uma das partes pode resultar análise incorreta ou reducionista. Para ele, o discurso é entendido no seu sentido mais amplo como ‘evento comunicativo’, que inclui interação conversacional, ou seja, texto escrito, falado, gestos, expressão facial, grafia, imagens e qualquer outra dimensão da significação semiótica ou multimodal. O autor argumenta ainda que o discurso não é analisado apenas como um objeto “verbal” autônomo, mas também como interação situada, como uma prática social, ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política” (van Dijk, 2015, p.12).

Os discursos são construídos a partir de marcos coletivos de percepção, definidos pelo estudioso como representações sociais. Essas percepções socialmente compartilhadas estão vinculadas entre os sistemas social e cognitivo individual, coordenando as exigências externas das ações interativas com a experiência subjetiva. É disso que trata a “relação constitutiva: uma compreensão de cognição e de discurso como propriedades de natureza social, que se formam a partir de elaborações de atores cognitivos críticos e reflexivos” (Falcone, 2008, p. 24).

Para Guisardi (2022), só é possível compreender o discurso se entendemos a ligação dele com o contexto social, com a ação sociodiscursiva, com os atores e com as estruturas sociais. Os contextos podem ser locais e globais. De acordo com van Dijk (2017), os contextos globais são definidos pelas estruturas sociais, políticas, culturais e históricas em que um evento comunicativo ocorre. “Constituem, frequentemente, a base racional explicativa e crítica do discurso e da sua análise” (van Dijk, 2017, p. 48). O contexto local é normalmente estabelecido com base nas características da situação imediata, interacional, em que um evento comunicativo tem lugar.

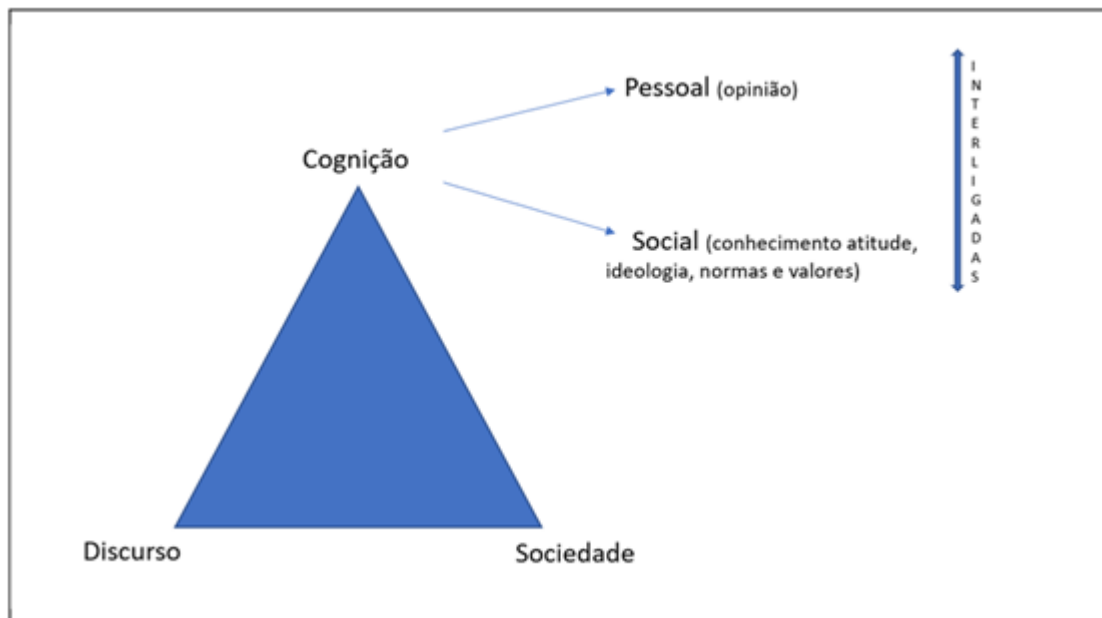
Já a cognição envolve um processo de elaboração, de formação de conhecimento com uma dimensão social. “A cognição organiza a nossa capacidade de conhecer e de dar a conhecer,

sendo que essa capacidade, ainda que individual, é socialmente compartilhada, por isso sociocognitiva” (Falcone, 2008, p. 5). Para Murgia (2018), a cognição “inclui os processos mentais envolvidos na compreensão, armazenamento, interpretação e produção de informações, ideias, crenças, por isso se coloca entre práticas discursivas e sociais”.

Há a *cognição pessoal*, formada por modelos mentais, que incidem no discurso de participantes individuais de um grupo. Ela está relacionada com a *opinião*. Há também a *cognição social*, compartilhada por grupos sociais: conhecimentos, atitudes, ideologias, normas e valores<sup>22</sup>. Para van Dijk (2016), o pessoal e o social, “no processamento do discurso, encontram-se inextricavelmente interligados” (van Dijk, 2016, p. 10).

O último vértice da tríade, a sociedade, inclui tanto as microestruturas locais das interações face a face, situadas, como as estruturas mais globais, societárias e políticas, diversamente definidas em termos de grupos, relações de grupos (tais como relações de dominação e desigualdade), movimentos, instituições, organizações, processos sociais, sistemas políticos e propriedades mais abstratas das sociedades e culturas (van Dijk, 2017, p. 37-38). A Figura 3 mostra a tríade discurso-cognição-sociedade.

Figura 3 – Discurso-Cognição-Sociedade



Fonte: A autora com base em van Dijk (2015).

O conhecimento é uma estrutura mental socialmente compartilhada entre grupos numa cultura (e que se altera entre culturas). Quando, por exemplo, alguém redige um texto para a seção Tendências e Debates, está representando o seu conhecimento sobre um assunto. Ao

<sup>22</sup> Normas e valores definem o que é bom ou mal, permitido ou proibido (van Dijk, 2016).



escrever sobre o aumento da população em situação de rua em São Paulo, aplica-se um conhecimento mais geral de mundo sobre como “desigualdade”, “empobrecimento” e “população em situação de rua” estão relacionados. O editor, por sua vez, ao selecionar os textos para serem publicados no caderno, também utiliza, além dos valores-notícias, o seu conhecimento de mundo, pressupondo que o público tenha determinado conhecimento para compreender o texto, já que faz parte da mesma comunidade epistêmica<sup>23</sup>.

Esse conhecimento geral sobre o mundo, de acordo com o autor, é “derivado da generalização e abstração de modelos mentais de instâncias específicas de discurso público (principalmente da mídia)” (van Dijk, 2014, p. 128). Segundo van Dijk (2012), os modelos mentais são estruturas cognitivas que podem ser entendidas como parte das experiências individuais, por isso representam também opiniões e emoções sobre eventos específicos, grupos e atores sociais. Sendo, portanto, únicos e subjetivos, embora possam ser definidos objetivamente pela percepção acumulada das pessoas. De acordo com o autor, fazem parte da memória episódica (parte da memória de longo prazo relacionada às estruturas mentais mais imediatas).

Conhecimentos são adquiridos e reproduzidos por meio do discurso em geral, e da mídia em particular (van Dijk, 2017, p. 16). Por isso os discursos são basilares para a formação da opinião pessoal (cognição pessoal). Opiniões pessoais estão também baseadas nas representações avaliativas compartilhadas por participantes de grupos sociais, as *atitudes*. Conforme o autor, as atitudes são essencialmente sociais e “compartilhadas por membros de grupos sociais, cada grupo com sua própria identidade, ações, normas e valores, relações com outros grupos e recursos (como base de seu poder e de sua reprodução)”.

Van Dijk (2016) afirma que atitudes constituem a base de todas as práticas sociais dos membros do grupo. Por exemplo, as atitudes de um determinado grupo (associações de bairros, comerciantes, assistentes sociais em equipamentos públicos) em relação à população em situação de rua são socialmente construídas e compartilhadas. Supondo que um pedestre passa ao lado de uma pessoa em situação de rua que dorme na calçada e ele a ignora, passa como se não a tivesse visto. Essa atitude pode ser aprendida e reproduzida por meio de discursos da invisibilidade, naturalizando uma prática social que envolve a reprodução de estruturas de poder.

O pesquisador reforça que não há uma relação direta entre estrutura social e discursiva:

---

<sup>23</sup> Membros de mesma comunidade epistêmica “partilham diversos tipos de conhecimento sociocultural sobre eventos públicos, bem como estruturas genéricas do mundo natural e social (van Dijk, 2016, p. 13).

racismo, sexismo e outras formas de desigualdade social não influenciam o discurso de maneira direta, nem, vice-versa, o discurso discriminatório influencia as estruturas sociais de dominação. Isso só é possível por meio da interface cognitiva das atitudes socialmente compartilhadas e dos modelos mentais pessoais (que por sua vez influenciam as ações e o discurso pessoais) baseados nelas (van Dijk, 2016, p.16).

Essa ênfase na mediação da cognição social é o principal aspecto diferenciador de sua abordagem em relação a outras vertentes de estudos críticos do discurso, como a que vimos na seção anterior. Ou seja, na abordagem sociocognitiva, entende-se que as estruturas mentais atravessam essa relação. Por meio dos conceitos elaborados pelo autor, é possível inferir também que a discriminação contra a população em situação de rua não é reproduzida individualmente, mas pela cooperação entre grupos de pessoas com mais poder simbólico (“elite simbólica”) que agem separada ou conjuntamente, consciente ou inconscientemente, reificando a violação de direitos dessa população.

No núcleo cognitivo da coletividade social também está a *ideologia*. Para van Dijk (2015), as ideologias são sistemas de ideias compartilhadas por grupos com a finalidade de promover seus interesses e orientar suas práticas sociais e políticas. O conceito de ideologia é importante na reflexão sobre o papel do discurso no “exercício ou na legitimação do poder” (van Dijk, 2015, p. 47).

Importante destacar que existem várias bases teóricas que debatem discurso e ideologia. Antes de aprofundar na perspectiva desenvolvida por van Dijk, vejamos, ainda que parcial e brevemente, a diversidade de abordagens influentes em estudos do discurso. Destaco inicialmente o trabalho de Althusser (1971), para quem a ideologia figura como um “cimento social universal”, perpetuando realidades. Nessa perspectiva marxista que está na base de formulações da análise de discurso francesa, é preciso que haja o reconhecimento da submissão e da ordem existente, além da garantia da efetividade dos meios que impossibilitam à classe trabalhadora pensar sobre suas condições na organização social. O sujeito sendo assujeitado pelos aparelhos ideológicos do Estado, fecham-se as possibilidades de luta, contradição e transformação.

Fairclough (2001, p. 121) critica essa posição. “A teoria althusseriana exagera a constituição ideológica dos sujeitos e, conseqüentemente, subestima a capacidade de os sujeitos agirem individual ou coletivamente como agentes”. Para Fairclough (2001), “as ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe social, no gênero social, no grupo cultural, e assim por diante” (Fairclough, 2001, p. 121). Ele se filia ao pensamento de Thompson (2002), para quem a ideologia, por sua natureza hegemônica, serve

para estabelecer e sustentar relações de dominação e, por isso, serve para reproduzir a ordem social que favorece indivíduos e grupos dominantes. O autor, portanto, entende que a ideologia está a serviço do poder. Thompson (2002) coincide com Althusser na noção de ideologia com uma conotação crítica/ negativa.

Thompson (2002) sugere cinco modos gerais de operação da ideologia: legitimação (relações de dominação são apresentadas como justas e dignas de apoio); dissimulação (relações de dominação são apresentadas de modos que desviam a atenção; são ocultadas, negadas); unificação (construção de uma identidade coletiva, independentemente das diferenças individuais e sociais); fragmentação (segmentação dos grupos ou indivíduos que possam representar ameaça aos grupos dominantes), e reificação (situação transitória retratada como permanente e natural).

Vale ainda comentar a visão da filósofa brasileira Marilena Chauí (2016), cujo conceito aproxima-se da visão de Thompson. Para a autora, “ideologia pode ser compreendida como um *corpus* de representações e de normas que fixam e prescrevem de antemão o que se deve e como se deve pensar, agir e sentir” (Chauí, 2016, p. 247). A filósofa diz que esse *corpus* produz uma universalidade imaginária para, assim, impor os interesses particulares da classe dominante. Chauí (2016) ressalta que a coerência ideológica está atrelada a uma lógica da dissimulação da existência de classes sociais contraditórias (lacuna) e da ocultação da gênese da divisão social (silêncio) sobre sua própria gênese, ou seja, sobre a divisão social das classes.

Gramsci (1971), que assim como Thompson também influencia a versão dialético-relacional, entende que a concepção de ideologia extrapola a luta de classe e a considera como “uma concepção do mundo que está implicitamente manifesta na arte, no direito, na atividade econômica e nas manifestações da vida individual e coletiva” (Gramsci, 1971 *apud* Fairclough, 2001). Para o autor italiano, a concepção de sujeitos está estruturada por diversas ideologias implícitas em sua prática. Ao contrário de Thompson, ele entende que há um caráter de neutralidade no conceito de ideologia, sendo assim ela não é nem uma coisa boa e nem ruim.

Van Dijk (2015) também compartilha desse entendimento neutro do conceito de ideologia. Para o autor holandês, as ideologias podem ser desenvolvidas e empregadas em práticas sociais que podem manter e legitimar o abuso de poder social e político, como é o caso da defesa do racismo (van Dijk, 2015), como também ser usadas para resistir à dominação e com o objetivo de propagar atitudes e práticas igualitárias, como na reação de grupos vulnerabilizados nas suas lutas e resistências insurgentes. Nessa perspectiva, a noção de

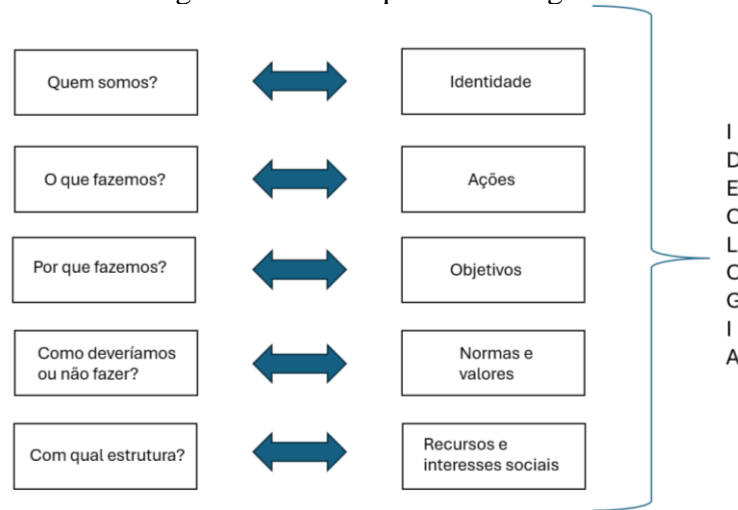
ideologia pode ser empregada de forma negativa, como também positiva, e todo grupo social estará vinculado a ideologias em suas posições diante das lutas sociais.

Para van Dijk (2015), as ideologias são desenvolvidas por grupos sociais e não podem ser confundidas com opiniões individuais. Por exemplo, pessoas comprometidas com quem está em situação de rua formam grupos sociais e por meio deles compartilham conhecimentos e crenças favoráveis aos direitos humanos de quem está em situação de vulnerabilidade. Já pessoas avessas aos direitos sociais da população em situação de rua tendem a fazer parte de grupos que compartilham crenças preconceituosas e ideologias dominantes, reforçando a exclusão de quem está em vulnerabilidade. Obviamente que essa separação clara é apenas didática, pois o funcionamento dos discursos ideológicos é bastante mais complexo, e podemos flutuar entre perspectivas a depender de situações e posições sociais que incorporamos nas diferentes atividades de que participamos.

Em consonância com os modelos negativos marxistas de ideologia, no entanto, van Dijk reconhece que grupos ou classes dominantes tendem a esconder sua ideologia (e, portanto, seus interesses) e têm como meta fazer com que esta seja aceita como um sistema de valores, normas e objetivos ‘geral’ ou ‘natural’. A esse processo, Thompson (2002) chama universalização ou naturalização, a depender das estratégias simbólicas em jogo no discurso.

Na abordagem sociocognitiva, no entanto, sendo as ideologias mais amplas e complexas, representam a própria “definição” de um grupo, de forma que os membros do grupo possam identificar-se como pertencentes a ele, independentemente de sua posição nas escalas de subordinação e privilégio. Sendo assim, as ideologias tipicamente representam quem somos, o que fazemos, por que o fazemos, como (deveríamos ou não deveríamos) fazê-lo, e para que o fazemos, ou seja, identidade, ações, objetivos, normas e valores, recursos e interesses sociais. Isso significa que consistem em representações sociais que definem a identidade social de um grupo, são o “autoesquema de um grupo coletivo” (van Dijk, 2015, p. 54), como delineado na Figura 4.

Figura 4 - Autoesquema ideológico



Fonte: Elaborado pela autora, com base em van Dijk (2015).

De acordo com van Dijk (2015), ideologias ficam armazenadas na memória de longo prazo (assim chamada “semântica”), são adquiridas de forma lenta e se apresentam relativamente estáveis, já que servem como uma base cognitiva fundamental para a conduta social e o discurso cotidiano dos membros do grupo. Isso significa que uma pessoa não se torna racista ou antirracista de uma hora para outra. As ideologias são aprendidas e reproduzidas por indivíduos em suas práticas diárias por meios de discursos ideológicos, os quais ocorrem em conversas cotidianas, mas também através de espaços de poder simbólico tais como a mídia. Como são aprendidas, podem ser mudadas (lentamente) e adaptadas a novas situações sociais e políticas.

Nesse ponto, os trabalhos de van Dijk (2012; 2015; 2016; 2017) e Fairclough (2001; 2003) se aproximam, pois o linguista britânico também acredita nessa possibilidade de mudança. Para Fairclough (2001; 2003), ideologias são como representações de aspectos do mundo e estão presentes nas ordens do discurso. Para ele, não se deve pressupor que as pessoas tenham consciência das dimensões ideológicas da sua própria prática. O autor afirma, ainda, que as ideologias construídas nas convenções podem ser mais ou menos naturalizadas e automatizadas, e as pessoas podem achar difícil compreender que suas práticas normais poderiam ter investimentos específicos.

Textos opinativos, como os noticiosos (Mendonça, 2020; Ramalho I., 2020), que abordam a população em situação de rua, podem trazer implicitamente as ideologias classistas e neoliberais, mas para depreender isso do texto, Fairclough (2001; 2003) reforça a questão da interpretação. Não é possível “ler as ideologias nos textos” (p. 118), já que seu funcionamento depende também das interpretações dos textos (nos termos de van Dijk, dos modelos mentais

subjacentes). Nesse sentido, van Dijk (2016) sugere que a recepção do texto e a sua compreensão também dependem dos conhecimentos, ideologias, atitudes e interesses na prática social, e Murgia (2018) afirma que é fundamental a identificação dos membros do grupo em termos de pertencimento (a qual país, etnia cultura pertence? Quais são os objetivos, interesses, valores e normas comuns?).

Van Dijk (2011) esclarece que ideologia não é a mesma coisa que discurso: ela é expressa e reproduzida no discurso, e construída a partir da polarização de grupos. Os grupos sociais possuem um autoesquema ideológico positivo de si e podem formar uma representação esquemática negativa de outros grupos. Nesse sentido, ocorre uma polarização “Nós” (endogrupos) e “Eles” (exogrupos). Sendo assim, as “nossas” coisas boas são realçadas, enquanto as coisas boas “deles” são secundarizadas (mitigadas, marginalizadas, ignoradas). Por outro lado, as coisas más “deles” são enfatizadas, enquanto as nossas tipicamente serão secundarizadas. Trata-se do “quadrado ideológico” composto pelas quatro estratégias principais do discurso ideológico que pode ser aplicado a todos os níveis do discurso da imprensa (van Dijk, 2017).

Para ilustrar de uma forma simplificada, imaginemos que um político escrevendo para a seção Tendências e Debates já tem um autoesquema ideológico de si e de seus pares (endogrupo) e se autorrepresenta positivamente, mitigando seus argumentos passíveis de sanção e reforçando suas qualidades socialmente validadas. Ao escrever sobre a população em situação de rua (exogrupo), um outro diferente de si, poderá tender a apresentá-la de forma negativa, mitigando suas qualidades e reforçando pontos de sanção social ao grupo, por exemplo. Poderá fazer isso estrategicamente em busca de interpretações alinhadas, por exemplo reforçando aspectos de incômodo e de risco que estão na base dos conhecimentos e atitudes amplamente compartilhados. Isso é feito por meio de estruturas como pronomes, metáforas, pressuposições, dentre outras. As estruturas escolhidas para a construção de estratégias discursivas são individual ou socialmente motivadas, embora esse ato nem sempre seja consciente da mesma forma e nem sempre o/a leitor/a perceba o discurso como ideológico. Aliás, Fairclough (2001; 2003) afirma que quanto menos esse viés ideológico é percebido, mais eficientes os textos serão no seu propósito.

Por meio dos discursos públicos do endogrupo muitas ideologias são aprendidas e reproduzidas; por isso, van Dijk (2015, p. 57) afirma que o discurso ideológico polarizado “está persuasivamente projetado para ajudar a formar ou confirmar modelos ideológicos similares entre os destinatários do discurso e da comunicação”.

### 3.3 Representação imagética

Com os avanços tecnológicos, as imagens têm ganhado mais relevância na comunicação. Elas não funcionam apenas para apoiar o texto e sim como elemento de integração, podendo ajudar a entender a escrita, mas também indo além dos dados fornecidos no texto verbal. Os elementos visuais são valorizados pela mídia em geral e podemos perceber isso também no portal da *Folha*, que desde 2017 tem apostado nos recursos visuais para informar seu público, como imagens, infográficos, vídeos e, mais recentemente, tem buscado também os recursos de áudios, por meio dos *podcast*.

Para os hábitos de consumo de informação na atualidade, textos apenas verbais não bastam, necessitam de outros elementos em sua composição, como imagens, sons e movimentos, para chamar mais atenção de quem lê, promover cliques e engajamento. É consensual nos estudos discursivos da atualidade que textos “possuem mais de um modo semiótico envolvido em sua constituição, sendo, portanto, *multimodais*” (Gualberto; Santos, 2019, p. 6). Os modos semióticos articulados na composição de textos constroem sentidos e disseminam discursos.

Diante desse contexto, os estudos da multimodalidade tornam-se essenciais. Conforme Gualberto e Santos (2019), a multimodalidade não é uma teoria nova, mas consiste em um modelo de comunicação que fornece aparatos de análise que podem auxiliar no entendimento de como os significados são construídos. Os estudos nessa perspectiva alcançaram visibilidade no final do século XX.

A multimodalidade se desenvolve no âmbito da Semiótica Social que entende ser o processo de produção e de recepção de significado parte da construção social. Nessa perspectiva, destaca-se o trabalho de Hodge e Kress (1988). Os autores, “ao lançar o livro *Social Semiotics*, marcaram uma nova fase para os estudos semióticos ao desnudar a semiose humana como fenômenos social em suas origens, funções, seus contextos e efeitos” (Gualberto, Santos, 2019, p. 6).

O estudo sociosemiótico da multimodalidade tem como objetivo compreender as várias formas de construção e interpretação de mensagens. Interessa saber se o uso de modos semióticos combina entre si e como, ou seja, como textos, imagem e legenda, por exemplo, são combinados (confirmando-se e completando-se, ou ordenando-se hierarquicamente).

Nesse sentido, Gualberto e Santos (2019) explicam que esta é uma abordagem crítica e não uma ferramenta descritiva dos processos de comunicação e de representação. A teoria de multimodalidade “disponibiliza meios para compreender os significados que operam

simultaneamente em todos os textos construindo padrões de experiência, interação social e posições ideológicas por meio das escolhas em um contexto cultural” (Gualberto; Santos, 2019, p. 27).

Um dos principais conceitos dessa abordagem é o de recurso semiótico, proposto por Kress e van Leeuwen (1996), autores que se fundamentaram no entendimento inicial de Semiótica Social de Hodge e Kress (1988), que por sua vez tem como base a Linguística Sistemico-Funcional (LSF) de Halliday (2014). Na abordagem tradicional, os signos são considerados como uma combinação de forma e significado, realizado por aspectos materiais e não materiais ou conceituais. A noção de signo linguístico foi cunhada por Ferdinand Saussure, mas na Semiótica Social é preferível a noção de recurso, emprestada de Halliday, por meio da qual se contesta a noção convencional de que o signo seria produzido dentro de um sistema fixo. Isso significa que a produção de sentido de um modo semiótico pode variar conforme cada situação.

Para a Semiótica Social, as imagens, tanto as estáticas como as em movimento, as cores, as formas e os tamanhos das letras, a diagramação, os gestos, a postura, a música, as roupas são considerados recursos semióticos que, de acordo com Kress e van Leeuwen (2021), permitem a realização simultânea de discursos e tipos de (inter)ação, sendo que as escolhas ocorrem de forma motivada para a construção de sentido.

Exemplificando, duas imagens, a primeira traz o foco no Pateo do Collegio iluminado e uma pessoa em situação de rua deitada, coberta, no canto escuro e em tamanho pequeno, comparando com o monumento, já a segunda destaca um homem em vulnerabilidade mostrando as mãos com três moedas de dez centavos. A escolha por representar bem o espaço público e não a pessoa em situação na primeira cena oferece uma chave interpretativa para o/a leitor/a diferente da segunda imagem. Cada uma delas tem motivação implícita.

Isso significa que a opção por um recurso em detrimento de outro pode ser proveniente de pertencimento ideológico. Há, portanto, motivação e ideologia envolvidos no processo, sendo importante investigar esses efeitos de escolhas. Nesse sentido, a intenção e a interpretação dos recursos semióticos, os quais fazem parte de uma construção discursiva, vão depender dos modelos mentais e contextuais do produtor e do receptor (Cavalcanti, 2016).

Entrevistado por Fidelix *et al.* (2022) sobre seu mais recente livro *Multimodality and Identity*, van Leeuwen afirma que tem buscado avançar na explicação dos processos de produção de sentidos em textos multimodais. O autor constrói um aparato teórico compreensível para a análise de formas gráficas, cores, texturas, timbre e movimento, além do modo como



eles interagem em textos, artefatos e performances multimodais. Assim avança no estudo da identidade a partir da semiótica social, mostrando que as identidades não são apenas estáveis como também híbridas, conflituosas ou confusas (Fidelix *et al.*, 2022).

O autor descreve quatro tipos de identidades e o modo como elas se manifestam semioticamente: 1) identidade social, ligada aos papéis que ocupamos na ordem social; 2) identidade individual, relacionada com as características internas e individuais; 3) identidade função, ligadas aos papéis que desempenhamos na vida social, e 4) identidade do estilo contemporâneo, focada nas atividades de lazer e nas preferências de consumo e nas atitudes e nas visões de mundo. Por exemplo, quem escreve os artigos da seção Tendências e Debates é uma pessoa que pertence a um ou a alguns grupos sociais, que tem a sua individualidade, sua profissão, e seu estilo de vida e de ver o mundo. Todas essas identidades influenciam nas realizações semióticas. Segundo o autor, essas identidades coexistem em combinações complexas.

De acordo com o intelectual, pessoas e grupos encontram formas próprias para significar em recursos semióticos, os quais são fornecidos predominantemente pela indústria global e conglomerados de mídia, como a *Folha*. Nesse sentido, ele afirma ser necessário não só estudar o que as pessoas fazem com os recursos semióticos, mas os próprios recursos em si. “Esses novos recursos semióticos são moldados pelas necessidades e pelos interesses das poderosas organizações que os criaram e que continuamente os atualizam e os desenvolvem” (Fidelix *et al.*, 2022, p. 181).

Diante desse contexto, estudar as imagens nesta tese é importante para entender como elas constroem sentidos e discursos e como se conectam com os textos, se abrangem os mesmos sentidos ou acionam outros. Neste capítulo, refleti sobre os ECD e seus enquadres, buscando compreender aspectos da situação de rua à luz do discurso. Abordei conceitos importantes para o desenvolvimento desta pesquisa. No próximo, apresento os passos metodológicos percorridos, que incluem o processo de construção do *corpus* e decisões analíticas.

## 4 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta os caminhos metodológicos que percorri para desenvolver a pesquisa. Início com reflexões sobre o estudo, de natureza qualitativa e multimetodológica (Pardo, 2015). Logo após, foco nas questões da pesquisa e, em seguida, detalho a construção do *corpus*. A preocupação foi alcançar um *corpus* coerente capaz de responder as minhas indagações. Mostro como organizei os dados, e como fiz seu tratamento com auxílio do Qualitative Solution Reserch NVivo 11, *software* que foi fundamental devido ao tamanho do *corpus*. Por fim, apresento as estratégias de análise.

### 4.1 Reflexões iniciais

Este trabalho é de natureza qualitativa, ou seja, capaz de fornecer meios para descrição e interpretação deste objeto de pesquisa, que é a representação da população em situação de rua nos textos opinativos da *Folha de S. Paulo*. Segundo Pardo (2015), implica uma aproximação ao mundo interpretativo e natural. Isso significa que, como pesquisadora qualitativa, vou analisar os textos em seu “lugar natural”, em seus contextos, tentando dar sentido ou interpretar os fenômenos em termos que as pessoas os compreendam (Pardo, 2015).

De acordo com Pardo (2015), a pesquisa qualitativa, em geral, implica uma transformação do mundo, na medida em que a investigação nos modifica como sujeitos e como pesquisadores/as, da mesma forma que muda quem fornece os dados, os próprios dados e os conteúdos em que a pesquisa é realizada. Nesse sentido, esse aspecto metodológico coincide com os propósitos dos ECD, que propõem foco em mudança social e discursiva.

Por mudança social, entende-se, segundo Magalhães, Martins e Resende (2017), uma transformação na realidade provocada pela intervenção dos diversos aspectos de uma conjuntura (situação social e econômica, iniciativas políticas, culturais e religiosas, dentre outras). A mudança discursiva, como o nome diz, é produzida no próprio discurso, como é o nosso foco, uma mudança no discurso midiático, mais especificamente no da *Folha de S. Paulo*, um dos veículos da mídia hegemônica mais importantes do país. Como a relação entre essas duas dimensões da mudança é dialética (Magalhães; Martins; Resende, 2017, p. 98), a mudança discursiva pode auxiliar uma mudança social na percepção da situação de rua.

Outra característica das pesquisas qualitativas é a abertura para a utilização de diversos métodos, técnicas e combinações analíticas, sendo, portanto, potencialmente multimetodológica. Pardo (2015) destaca que a combinação de métodos reflete uma tentativa de garantir uma compreensão profunda de processos sociais. Neste trabalho, pretendo combinar

dois métodos de coleta de dados: pesquisa documental e entrevista individual. As duas abordagens se complementam, uma vez que a entrevista pode ajudar a compreender a prática social que está em estudo, fornecendo informações que não estão acessíveis nos textos coletados.

A pesquisa documental corresponde à primeira fase deste estudo, cujo material investigado são textos e imagens publicados em textos de opinião – Editoriais, Tendências e Debates e Painel do Leitor – publicados no jornal *Folha de S. Paulo*. Nessa etapa, meus objetivos são: 1) entender como a população em situação de rua é representada ao longo da década e 2) identificar marcas discursivas e ideológicas presentes nos textos, e mais especificamente nas representações da população em situação de rua ao longo da década.

A segunda fase da pesquisa consiste na realização de uma entrevista individual com o editor-adjunto de Opinião, Cesar Camasão, indicado pelo jornal como seu representante para esta pesquisa. Ele é o responsável final pelas publicações da seção e nos informou sobre a rotina produtiva, principalmente do caderno Tendências e Debates no qual trabalha mais diretamente. Com essa etapa minhas intenções são: 1) entender quando a população em situação de rua é pauta para o jornal; 2) compreender como o editor avalia a relevância das representações da população em situação de rua para a formação da opinião pública; 3) aproximar da *Folha* para que os resultados desta pesquisa possam lhe ser apresentados.

Acredito que, dessa forma, será possível compreender, por meio dos ECD, como a situação de rua é representada em três subseções da seção “Opinião” do jornal *Folha de S. Paulo* nos últimos dez anos (2011 a 2020) e como o jornal percebe essas representações.

#### **4.2 Questões de pesquisa**

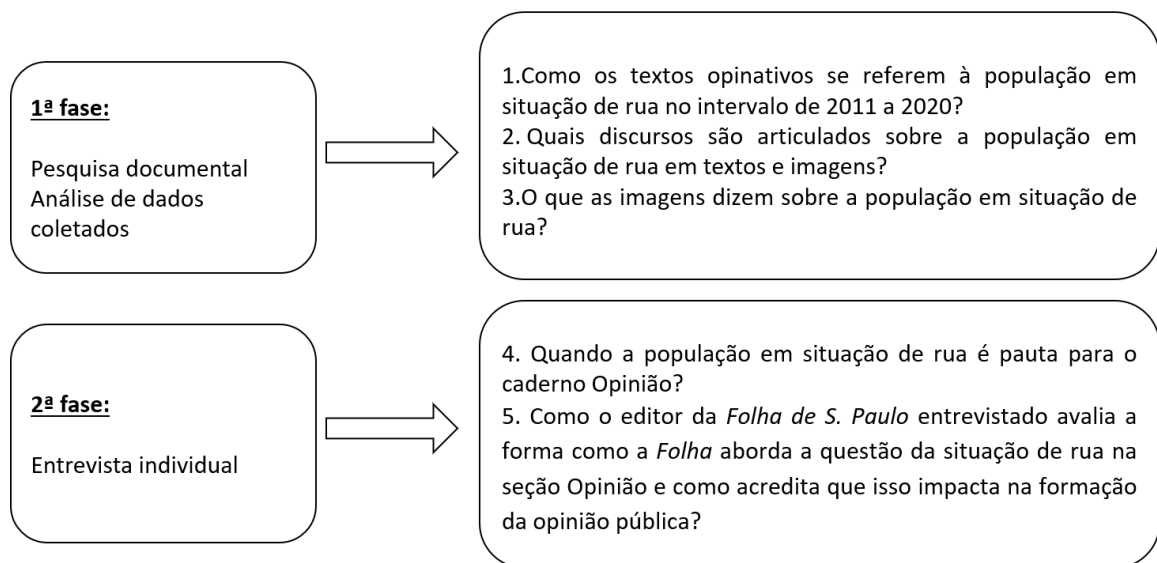
Conforme Acosta (2012), nos ECD adota-se a perspectiva da estruturação de questões de pesquisa, pois elas nos permitem moldar nossas técnicas e tecnologias para se adequarem ao que encontramos em campo, enquanto a formulação de hipóteses nos indicaria a refutação ou validação de afirmações. Desse modo, essa pesquisa será norteadas por questões de pesquisa, as quais exponho a seguir:

- 1) Como os textos opinativos se referem à população em situação de rua no intervalo de 2011 a 2020?
- 2) Quais discursos são articulados sobre a população situação de rua em textos e imagens?
- 3) O que as imagens dizem sobre a população em situação de rua?

- 4) Quando a população em situação de rua é pauta para o caderno Opinião?
- 5) Como o editor da *Folha de S. Paulo* entrevistado avalia a forma como o jornal aborda a questão da situação de rua na seção Opinião e como acredita que isso impacta na formação da opinião pública?

Com as perguntas de pesquisa definidas, o próximo passo foi construir um *corpus* coerente capaz de responder a essas questões com as ferramentas disponíveis. Dentro da perspectiva dos ECD, os textos, entendidos de modo amplo, constituem os principais dados para pesquisas. Na definição de Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 43), *corpus* “são um conjunto de textos, selecionados segundo critérios lógicos, claros, definidos conforme a opção de recorte da pesquisadora e do pesquisador”. Uma análise discursiva é feita em textos de um *corpus* delimitado a partir de critérios, e não em quaisquer textos aleatórios, e tem como base a busca por regularidades discursivas. Os dados foram organizados no *software* Qualitative Solution Reserch NVivo 11. Na Figura 5, resumo a metodologia desta tese:

Figura 5 - Desenho metodológico



Fonte: Elaboração própria.

Na próxima seção, explico como foi o processo de construção do *corpus* e como realizei a organização desse, que contou com o auxílio do software Nvivo.

### 4.3 Construção e organização do *corpus*

Para a coleta dos textos, utilizei a ferramenta de busca do portal da *Folha de S. Paulo* (FSP) com os seguintes argumentos “morador de rua”, “moradores de rua”, “moradora de rua”, “população de rua” e “situação de rua”. Como já participava desde 2016 de um grupo de

pesquisa que investigava o jornal e como o objeto do meu mestrado também foi o mesmo veículo (Mendonça, 2020), já havia coletado textos publicados nos anos de 2011 a 2013 e de 2016 a 2018. Então, busquei os textos relativos a 2015, 2019 e 2020 para completar uma década.

No total, o *corpus* incluiu 2.152 textos, que direta ou indiretamente, mencionavam a situação de rua em diversas temáticas. Por essa quantidade de textos encontrados, é possível afirmar que a situação de rua é frequentemente tratada pelo jornal. De acordo com o editor Cesar Camasão, a cobertura do jornal sobre a questão é intensa e um dos fatores que favorece é a localização geográfica da *Folha*, que é próxima da região batizada, pela própria mídia, de Cracolândia:

- (7) Mas aqui para *Folha* há uma cobertura intensa, até porque a gente está ali do lado. A gente, a gente sentiu o drama da Cracolândia na pele (...) A gente viu o comércio no entorno da *Folha* fechando, a deterioração do espaço público, enfim, então são temas naturalmente caros da *Folha*, e a gente talvez, a minha avaliação, pelo menos, eu penso que a sua cobertura de população de rua/ Cracolândia é muito mais intensa que a do Estadão. Muito também acho que influencia para a gente estar ali e conviver e ver isso de perto, né? Então, a gente tem fonte, tá mais próximo, tá ali na nossa cara (Entrevista Camasão, 2023).

Observar como é feita essa abordagem é relevante para os estudos discursivos, pois isso tem influência em como se percebe e se reage à questão social e na articulação de ações e políticas públicas para o segmento populacional.

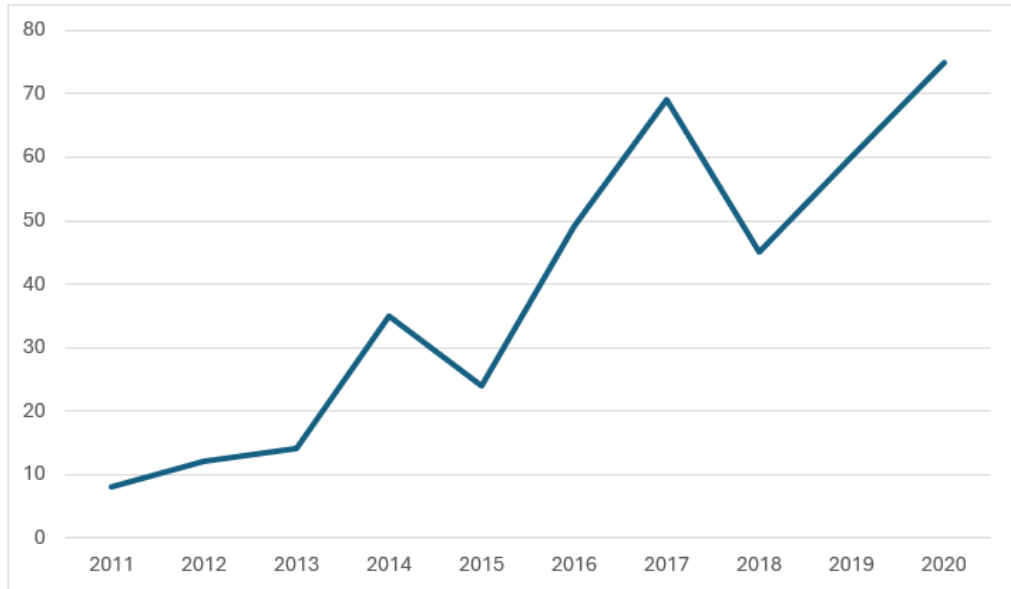
Após essa etapa da coleta, todos os textos foram salvos em pastas organizadas por ano. Em seguida, li o material e separei por temáticas encontradas: ação social, divulgação artística, histórias de vida, manifestações, outros temas, política partidária, políticas públicas e violência. O passo seguinte foi compor uma pasta separada de textos opinativos, critério que agrupou textos das seções de Editorial, Tendências e Debates e Pannel do Leitor da *Folha de S. Paulo*.

Estava diante de um *corpus* grande que me possibilitava um universo de análise amplo. No entanto, por limitações nas pesquisas acadêmicas, de tempo e espaço, foi preciso tomar decisões para compor um *corpus* compatível para análise. Para Fairclough (2001), uma estratégia para selecionar textos relevantes consiste em focar no ‘ponto crítico’ e no ‘momento de crise’, onde há evidência de que as coisas estão caminhando de maneira errada: como repetições, hesitações, silêncios, mudanças súbitas de estilos, sendo que esses momentos mostram “aspectos de práticas que devem ser normalmente naturalizados e, portanto, dificultar a percepção” (Fairclough, 2001, p. 281).

Inicialmente, pretendia trabalhar com as notícias que tratavam ações e políticas públicas, seguindo passos dados no mestrado. No entanto, atenta à sugestão de Fairclough (2001), percebi

que no decorrer dos anos crescia a recorrência de textos opinativos sobre situação de rua no jornal, conforme mostra o Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1 - Recorrência de textos opinativos entre 2011 a 2020



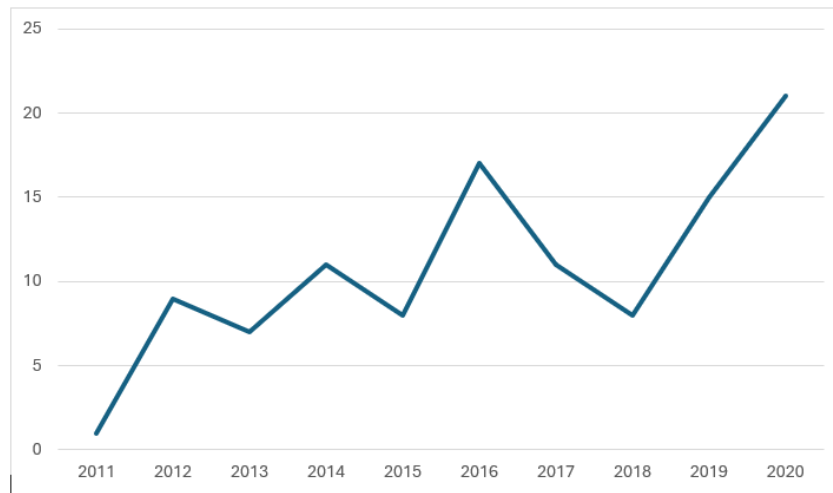
Fonte: Elaboração própria.

Vi, portanto, a importância de saber como a população em situação de rua é representada no caderno. Mas ainda era preciso refinar mais o *corpus*: na pasta opinião havia um total de 394 textos, sendo muitos destes escritos não por colunistas (quem escreve com regularidade em espaço fixo, incluindo versão impressa e online), mas por blogueiros (quem escreve na página da internet, com periodicidade indefinida). Segundo dados da *Folha*, em dezembro de 2018, o jornal contava com 174 colunistas e blogueiros.

Entendi que deveria me concentrar nos textos de seções fixas do jornal, já consolidadas e que me possibilitassem uma amostra de visões de mundo, de diferentes atores sociais, acolhidas pelo jornal em textos opinativos. Decidi então analisar as seguintes subseções: Editoriais, Tendências e Debates e Painel do Leitor, essas duas últimas fazem parte do jornal desde 1976. Como os textos publicados nesses espaços são escritos por jornalistas/ editorialistas (editoriais), especialistas (Tendências e Debates) e leitores/as (Painel do Leitor) atingiria meu objetivo formando um *corpus* relevante e representativo.

Dessa forma, fazem parte do *corpus* 108 textos, sendo dez textos publicados em Editoriais, 41 em Tendências e Debates e 57 no Painel do Leitor. No Gráfico 2, abaixo, mostro a quantidade de textos por ano:

Gráfico 2 - Quantidade de textos por ano



Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que os dois anos com mais publicações foram os dois últimos anos com eleições municipais em São Paulo: 2016 e 2020. Trabalhando em diferentes projetos no mesmo grupo de pesquisa desde antes do mestrado, percebo que a situação de rua está na pauta de candidaturas, é tema de debates entre políticos na cidade e, por isso, repercutido na mídia, como faz a *Folha*. No caso dos textos de 2020, maior recorrência na série analisada soma-se a esse contexto social e político a crise de saúde mundial diante do Novo Coronavírus, que levou a Organização Mundial de Saúde (OMS) a decretar pandemia em 11 de março de 2020. O quadro de vulnerabilidade de quem está nas ruas diante dessa situação gerou preocupações e muitos textos opinativos. Isso pode explicar o fato de o número de textos publicados sobre situação de rua nesse período ser maior.

Todos os outros textos coletados, que não fazem parte deste trabalho, não foram descartados, estão arquivados e “constituem uma importante memória pelo fato de termos compilado, classificado e lido em profundidade esses textos” (Fox, 2021, p. 225). Podem ser utilizados em pesquisas futuras, e desde já entram na análise como parte do conhecimento que trago para as análises da *Folha de S. Paulo*.

O material de investigação nesta tese foi importado no formato PDF e agrupado em pastas, conforme as subseções, no *software* Qualitative Solution Reserch NVivo 11 Pro, escolhido para auxiliar na organização do material. Conforme Araújo (2014), o *software* auxilia no tratamento de dados qualitativos por meio da codificação e da classificação dos excertos de texto relevantes para a análise.

Após importar os dados, iniciei a criação de Códigos ou Categorias. Guizzo, Krziminski e Oliveira (2003) explicam que no NVivo as categorias são chamadas de Nodes, ou Nós em

português, que são recipientes para a codificação. Os Nós “representam uma categoria ou uma ideia abstrata e podem armazenar sua definição. A definição pode ser armazenada numa caixa gerada automaticamente pelo *software* no momento da criação da categoria” (Guizzo; Krziminski; Oliveira, 2003, p. 57).

Além dos Nós, o NVivo permite a criação de subnós, que funcionam como subcategorias criadas para possibilitar classificações mais específicas dos dados. De acordo com Guizzo, Krziminski e Oliveira (2003), os Nós podem ser arranjados na forma hierárquica, chamada de Árvore de Nós (Tree Nodes para o NVivo), ou na forma livre, como Nós Livres (ou Free Nodes). No entanto, apenas o modelo em Árvore permite a criação de subnós. Os Nós Livres não se organizam em Árvores.

Outra possibilidade que o sistema oferece para tratamento dos dados é a ferramenta “Classificações”. Nela, criei valores de atributo, que são metadados com as características dos textos que compõem o *corpus* e que podem ser usados para a filtragem dos itens do *corpus*: Os atributos criados são: ano de publicação; seção (editoriais, Tendências e Debates e Painel do Leitor) e imagem (sem imagem; imagem com pessoas em situação de rua e imagem sem pessoas em situação de rua).

Esse sistema de classificação também me permitiu selecionar as imagens para composição do *corpus multimodal*. Alguns textos do *corpus* têm imagens em sua composição, principalmente os publicados a partir 2017, quando o jornal fez uma reforma gráfica priorizando mais os aspectos visuais, e assim disponibilizando mais fotos, galerias de imagens e infográficos. Nem todos os textos que compõem o *corpus* incluem imagens com pessoas em situação de rua, há aqueles que incluem imagem de um político, por exemplo.

Há 76 textos sem imagem, 16 com imagens sem pessoas em situação de rua e 16 textos com imagens de pessoas em situação de rua, os quais são compostos por oito galerias e 81 imagens. Observei que uma mesma galeria, com as mesmas imagens, é articulada a mais de um texto, e nesses casos as imagens assumem um papel generalizante da rua. Além disso, uma mesma imagem se repete em três comentários publicados no Painel do Leitor. Utilizei as categorias da Gramática de Design Visual (GDV) para a análises dessas 81 imagens contendo pessoas em situação de rua.

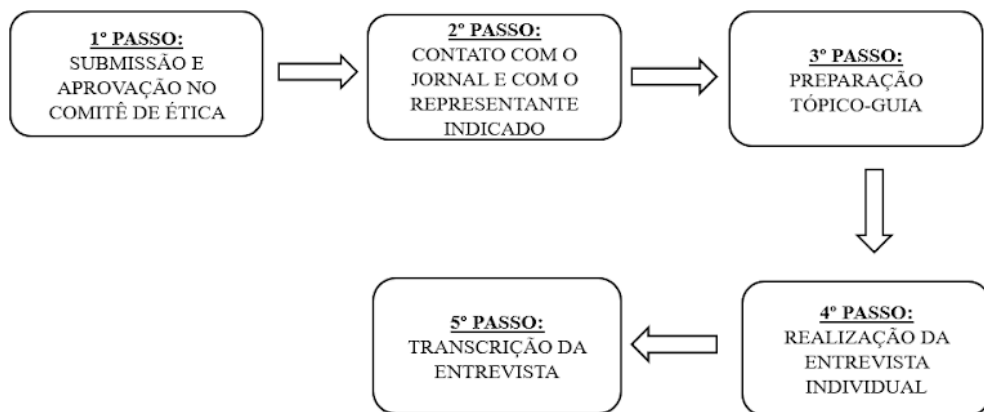
Esta pesquisa contou ainda com uma entrevista individual. Conforme Bauer e Gaskell (2002, p. 73), toda pesquisa com entrevistas é “um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio principal de troca”. Nessa interação, várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas.



O objetivo desse passo foi buscar entender a rotina produtiva do jornal e aproximar do jornal para, posterior, apresentação dos resultados desta pesquisa. Portanto, essa entrevista não foi analisada com as categorias dos ECD, mas serviu de material para subsidiar as investigações e para validar resultados alcançados com as análises do *corpus* coletado.

Como envolve a participação de um ser humano, submeti à aprovação no Comitê de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP), sendo esse o primeiro passo dessa segunda fase da pesquisa. A Figura 6 demonstra todo o caminho percorrido:

Figura 6 - Fases da investigação do *corpus* gerado



Fonte: Elaboração própria.

O projeto detalhado, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o Aceite Institucional, dentre outros documentos, foram submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília (UnB) em fevereiro de 2022 e dois meses depois estava aprovada a realização desta tese.

A próxima etapa foi o contato com a *Folha* para indicação de um participante. O jornal sugeriu o editor-adjunto de Opinião, Cesar Camasão. O jornalista tem sólida experiência no jornal, é coordenador de artigos da seção Tendências e Debates e editor-adjunto de Opinião desde março de 2019. Também na empresa, foi editor responsável do jornal Agora São Paulo (2017-2019), onde também atuou como repórter, editor de Cidades e secretário de Redação. Na função de editor-adjunto de Opinião, ele tem poder de decisão sobre o que é publicado ou não na seção. Por sua trajetória e função na *Folha*, possui legitimidade para ser o único entrevistado nesta pesquisa.

Para a entrevista, é fundamental a preparação de um tópico guia. Como explica Bauer e Gaskell (2002), não se trata de lista extensa de perguntas específicas, mas, ao contrário, de um conjunto de temas que auxiliam na condução da entrevista. Os autores alertam para que o

método seja usado com flexibilidade, ou seja, é preciso considerar possíveis mudanças no guia e, caso surjam temas importantes durante a interação e que não estavam no planejamento, devem ser inseridos na discussão. Apresento os tópicos planejados para a entrevista no Quadro 1:

Quadro 1 - Tópico guia

<b>Tópico guia</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Como avalia a importância da seção Opinião para a formação da opinião pública?</li> <li>- Quais são os principais valores-notícias que guiam a publicação de editorial, de um comentário no Painel do Leitor e de um texto em Tendências e Debates?</li> <li>- Como é feito o contato com os especialistas que escrevem para Tendências e Debates? Há edição nos textos? E nos comentários do Painel do Leitor, há edição?</li> <li>- Quando a população em situação de rua entra na pauta da seção Opinião?</li> <li>- Como você avalia a forma como a <i>Folha</i> aborda a questão da situação de rua na seção Opinião e como acredita que isso impacta na formação da opinião pública?</li> <li>- Como você avalia a relação entre a abordagem da situação de rua na seção Opinião e interesses políticos ou econômicos?</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria.

O terceiro passo desta segunda etapa da pesquisa foi a realização da entrevista, que ocorreu de forma virtual. O formato virtual tem sido usado mais recentemente quando o participante está em um lugar mais distante (Flick, 2009, p. 107) e ganhou força com a pandemia. Além disso, é preciso considerar, conforme pondera Deslandes e Coutinho (2020, p. 8), que as interações humanas cada vez mais mediadas pela internet tornam a pesquisa em ambiência *online* uma exigência heurística que ultrapassa as soluções estratégicas emergenciais geradas pelas contingências sanitárias de distanciamento social.

Segundo Campos (2020), a decisão pelo formato virtual deve servir como instrumento para a recolha de informações sob o rigor técnico e científico que existe ao mobilizar qualquer artifício. Para garantir a seriedade da pesquisa, seguirei Campos (2020), que propõe detalhamento artesanal e minucioso dos métodos e recursos acionados para a realização dessa etapa.

A entrevista foi realizada no dia 14 de novembro de 2023 e teve uma hora de duração. Foi realizada por meio do programa de videoconferência Zoom, que oferece opção de gravação de áudio e de vídeo. Esperava que o editor pudesse falar pela Editoria Opinião como um todo, mas ele acabou focando a seção Tendências e Debates, evitou falar sobre os Editoriais, alegando ser “um assunto muito delicado no jornal” e sobre o Painel dos Leitores, pois disse que não

trabalha diretamente na seção. Depois de salvar em formato mp4 em meu equipamento, a conversa foi transcrita. Li e reli a entrevista e fui usando trechos delas nos capítulos de modo a aprofundar compreensão e estender as análises dos dados.

#### **4.4 Estratégia e categoria de análise textual**

A proposta de análise discursiva não se reduz à descrição textual: como propõe Fairclough (2001), é preciso interpretar os textos descritos, sendo esse processo realizado em dois níveis: interpretação e explanação. O primeiro tem como objetivo construir um sentido para os aspectos dos textos, observando-os como elementos da prática discursiva. O segundo corresponde à tentativa de desenvolver “um sentido dos aspectos dos textos e de nossa interpretação como eles são produzidos e interpretados, considerando ambos, aspectos e interpretação, como encaixados numa prática social mais ampla” (Fairclough, 2001, p. 245).

Para cumprir com o propósito de descrever, interpretar e explicar, utilizarei estratégias e categorias de análise que me possibilitem expandir minhas “lentes” de observação dos dados. Neste trabalho, utilizo a categoria Interdiscursividade (Fairclough, 2001, 2003), a análise de metáfora (Lakoff; Johnson, 2002, Charteris-Black, 2004, Resende, 2020, 2022), a estratégia analítica do quadrado ideológico (van Dijk, 2011, 2015, 2017, Falcone, 2008, Fox, 2021), e as categorias e subcategorias da GDV (Kress, van Leeuwen, 2021) para investigar os textos multimodais.

##### **4.4.1 Interdiscursividade**

Conforme Fairclough (2001, 2003), o termo interdiscursividade refere-se ao âmbito das ordens do discurso, isto é, como o conjunto das práticas discursivas de uma instituição ou sociedade possibilita uma multiplicidade de textos e como estes se relacionam entre si, fixando regularidades e características semelhantes. “É uma questão de como um tipo de discurso é constituído por meio de uma combinação de elementos de ordens de discurso” (Fairclough, 2001, p. 152).

O autor vê discursos como: 1) modos de representar aspectos do mundo - como são representados os processos, relações, mundo material, pensamentos, crenças e o mundo social; 2) diferentes discursos são diferentes perspectivas de mundo – associadas às diferentes relações que as pessoas têm com o mundo. Isso significa que cada pessoa, a partir de sua identidade, sua posição e relações sociais, estabelece relações com o mundo. Dessa forma, para identificar

discursos em textos, numa análise interdiscursiva, é preciso levar em consideração esses fatores: formas de representar e relações com outros elementos.

Por estar ligada a maneiras particulares de representar aspectos do mundo, é considerada uma categoria representacional. “Volta-se para discursos articulados ou não nos textos, bem como as maneiras como são articulados e mesclados com outros discursos” (Vieira, Resende, 2016, p. 144). Os discursos podem complementar-se, competir entre si, cooperar ou dominar outros discursos.

De acordo com Fairclough (2003), um mesmo texto pode contar com vários discursos, os quais podem entrar em conflito, com discursos particulares sendo contestados: “o que é centralmente contestado é o poder desses sistemas semânticos pré-construídos de gerar visões particulares do mundo que podem ter o poder performativo de sustentar ou refazer o mundo em sua imagem” (Fairclough, 2003, p. 130).

Observar o vocabulário é uma das formas de se identificar um discurso, já que discursos “nomeiam” ou “lexicalizam” o mundo de modos particulares, mas também é preciso focar nas relações semânticas entre as palavras, aspectos gramaticais, dentre outros. Por exemplo, diferentes itens lexicais podem ser usados para se referir à população em situação de rua, como “sem-teto”, “moradores de rua” e “pessoas em situação de riscos”. Essas escolhas, que variam conforme interesses particulares, práticas e posições dos falantes, apontam para perspectivas diferentes da situação de rua.

Dessa forma, busco, com a categoria, investigar quais discursos são articulados sobre a população em situação de rua, como são articulados e por quem. Analisar esses pontos pode indicar lutas hegemônicas, por isso, a importância da análise interdiscursiva neste trabalho. Para identificar essas questões, atentei-me para a observação do vocabulário, dos campos semânticos e de suas relações.

#### 4.4.2 Metáfora

Para investigar representações da população em situação de rua nos textos opinativos da *Folha* ao longo de uma década (2011 a 2020), escolhi a metáfora como uma das categorias. “As metáforas penetram em todos os tipos de linguagem e em todos os tipos de discurso” (Fairclough, 2001, p. 241), sendo, portanto, importantes para os estudos críticos do discurso. Reforçando a relevância das metáforas para os ECD, Charteris-Black (2004) argumenta que elas podem “influenciar o caminho em que problemas sociais são conceituados” (Charteris-Black, 2004, p. 23).

Outro ponto importante da metáfora para os ECD é o fato de que mudanças na constituição metafórica “são elementos potentes para transformação não apenas do discurso, mas também do pensamento e da prática” (Fairclough, 2001, p. 241). Nesse sentido, Charteris-Black (2004) acrescenta que investigar um grande *corpus* de linguagem por meio dessa categoria, como nesta pesquisa, é como desafiar a metáfora e “propor um modo alternativo de pensar sobre o tema” (Charteris-Black, 2004, p. 251).

#### 4.4.2.1 Aspectos teóricos da metáfora

O estudo da metáfora remonta à Grécia Antiga, sendo Aristóteles considerado um dos primeiros autores a defini-la. Para ele, tratava-se de objeto da poesia e da retórica e, por isso, por muito tempo não foi utilizada na ciência, restrita à razão e ao literal (Ricouer, 2000). Aristóteles partiu da etimologia da palavra – *meta* (“sobre”) e *pherein* (“transporte”) – para estabelecer metáfora como aquela que transporta para uma coisa o nome de outra. Segundo Ricouer (2000), o filósofo tomou a semântica como base para seus estudos.

Desde Aristóteles, muitos autores têm se dedicado à metáfora, no entanto, mais recentemente, prevalecem as pesquisas que trabalham a partir do paradigma cognitivo, ou seja, o foco se deslocou do sentido semântico das metáforas para seu aspecto conceitual (ou subjacente) (Candia, 2009). Isso porque “nós operamos a partir de processos metafóricos, em que relacionamos o que acessamos de novo com o que já conhecemos, e, desse modo, construímos um novo conceito” (Acosta, 2018, p. 268).

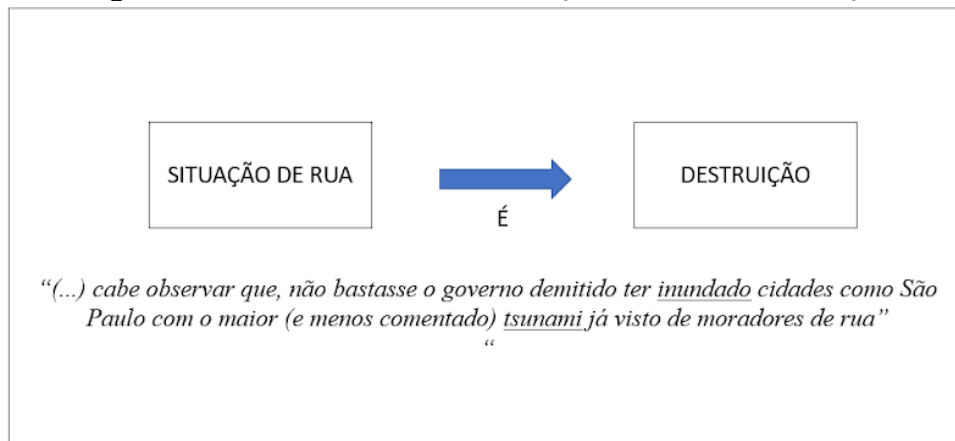
Os mais influentes autores dessa mudança de paradigma, a qual ficou conhecida como “virada paradigmática” no estudo de metáforas, são Lakoff e Johnson (2002), que desenvolveram a Teoria Conceitual da Metáfora (TCM), perspectiva de base conceitual e cognitiva. Para os autores, a metáfora vai além de uma simples figura de linguagem, é uma figura de pensamento, que extrapola o âmbito da linguagem e envolve ações. “Por figura de pensamento, entende-se um modelo cognitivo que guia nosso entendimento do mundo em geral” (Sardinha, 2007). Dessa forma, está presente inclusive na ciência.

Mendes e Nascimento (2010) explicam que essa perspectiva é experiencialista e tem como modelo a mente corporificada. “De acordo com esse paradigma, a cognição e, portanto, a produção de significações, emerge de nossa experiência corporal, estando o cérebro na base dos padrões de interação organismo-ambiente” (Mendes; Nascimento, 2010, p. 90).

Segundo a teoria de Lakoff e Johnson (2002), uma metáfora conceitual toma a forma “A é B”, ou seja, expressões metafóricas são sistematicamente conceituadas em termos de outra



Figura 8 - Metáfora conceitual SITUAÇÃO DE RUA É DESTRUIÇÃO



Fonte: Elaboração própria.

Os termos metafóricos “inundado” e “tsunami” podem ser compreendidos como do domínio fonte de fenômenos naturais que causam destruição. Essa escolha assinala aspectos negativos da situação de rua, que é compreendida como perigo, uma ameaça para a população local, pois os tsunamis afogam a população local e deixam rastros de destruição. Pode ser também interpretada como algo que causa prejuízos e, nesse *corpus*, as perdas que importam são, principalmente, as econômicas e territoriais.

Embora o trabalho de Lakoff e Johnson tenha reconhecido a importância, estudiosos/as de metáfora apontam limitações. De acordo com Vanin (2010), a TCM “concebe as metáforas como estruturas conceituais altamente convencionais e estáticas, tornando difícil tratar dos casos em que há a ocorrência de novos e criativos casos de metáforas” (Vanin, 2010, p. 80).

Para Li (2016), Lakoff e Johnson não levaram em consideração o contexto em que as metáforas ocorrem, o que os impede de responder satisfatoriamente questões importantes, como o propósito retórico em que são adotadas. Sardinha (2007) aponta a falta de atenção às metáforas linguísticas, argumentando que sem elas as metáforas conceituais não existiriam. Assim, o autor alega a necessidade de se entender como as metáforas linguísticas aparecem na língua realmente usada no cotidiano.

Charteris-Black (2004, p. 11) menciona o fato de a abordagem cognitiva não estar integrada à pragmática. Enquanto a primeira perspectiva pressupõe que o uso de metáforas seja um reflexo mental inconsciente, a pragmática argumenta que os falantes a utilizam para persuadir, combinando recursos cognitivos e linguísticos à sua disposição:

A abordagem semântico-cognitiva também precisa ser complementada com uma análise de fatores pragmáticos, já que as metáforas são sempre usadas dentro de um contexto de comunicação específico que governa seu papel.

Portanto, suas características cognitivas não podem ser tratadas isoladamente de sua função persuasiva no discurso (Charteris-Black, 2004, p. 9, tradução).

Dessa forma, o autor defende incorporar orientações linguística, pragmática e cognitiva nas definições de metáforas. Seguindo os critérios linguísticos, uma metáfora é uma palavra ou frase que causa tensão semântica por reificação, personificação, despersonificação. Pelos critérios pragmáticos, uma metáfora é uma representação linguística incongruente, que tem o propósito subjacente de influenciar opiniões e julgamentos por persuasão. Pelos critérios cognitivos, uma metáfora é causada por (e pode causar) uma mudança no conceito sistema (Charteris-Black, 2004, p. 21). Nesta tese, o modelo analítico de Charteris-Black, *Análise Crítica da Metáfora*, será adotado. Na próxima subseção, dedico-me a apresentá-lo.

#### 4.4.2.2 *Análise Crítica da Metáfora (ACM): “expressão metafórica”, “metáfora conceitual e “chave conceitual”*

Charteris-Black (2004) apresenta a *Análise Crítica da Metáfora (ACM)*, em que une critérios linguísticos, cognitivos e pragmáticos, acreditando que apenas um critério não pode abranger a complexidade da relação que a metáfora estabelece entre quem produz e de quem interpreta metáforas. Define sua proposta como “uma abordagem do discurso que nos permite desafiar as formas existentes de pensar e sentir sobre o comportamento humano e sua relação à linguagem” (p. 252).

O estudioso tem como influência os estudos críticos do discurso e as contribuições de Fairclough (2001). Seu modelo tridimensional distingue três tradições analíticas: descrição (análise textual), interpretação (prática discursiva) e explicação (análise social). Valendo-se dessa concepção e do entendimento das três macro-funções da linguagem (ideacional, interpessoal e textual), Charteris-Black (2004, p. 34-35) estabelece que a ACM deve seguir três estágios:

- Identificação: concerne ao significado ideacional e consiste em identificar metáforas no texto e estabelecer a tensão entre um domínio literal de origem e um domínio de destino metafórico;
- Interpretação: ligada ao significado interpessoal - isto é, a identificação dos tipos de relações sociais que são constituídas por elas.
- Explicação: relacionada ao significado textual, isto é, a maneira que metáforas estão inter-relacionadas e tornam-se coerentes com referência à situação em que ocorrem.



O mapeamento metafórico proposto Charteris-Black (2004) está baseado em “expressão metafórica”, “metáfora conceitual” e “chave conceitual”. Para ele, uma “metáfora conceitual” é uma declaração formal daquilo que está presente em uma figura de linguagem (por exemplo, metáfora ou metonímia). Uma “chave conceitual” é inferida a partir de uma série de metáforas conceituais e é, portanto, considerada uma metáfora de alto nível que explica como várias metáforas conceituais estão relacionadas. (Charteris-Black, 2004, p. 16).

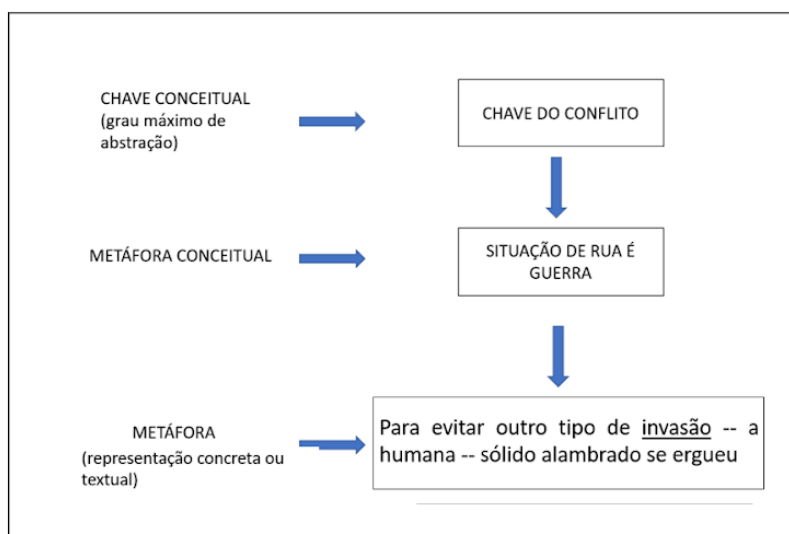
Segundo o autor, as “metáforas conceituais” e as “chaves conceituais” esclarecem quais das ideias associadas à fonte devem ser transferidas para o alvo metafórico. Além disso, resolvem a tensão semântica entre o original e o novo contexto do tópico. Ele ainda ressalta que metáfora é um recurso comunicativo pelo qual pessoas podem aumentar a expressividade de sua mensagem, através de significados mais econômicos disponíveis para a produção de sentido.

Nesse sentido, ele propõe uma classificação hierárquica em que as metáforas seriam descritas de acordo com seu nível de abstração: começando pelas metáforas particulares (expressão metafórica, representação mais concreta ou textual, nos termos dos ECD), passando pelas metáforas conceituais até as chaves conceituais (grau máximo de abstração).

Resende (2020) explica que esse método resulta em economia analítica, já que parte de “muitas metáforas particulares (expressões linguísticas metafóricas) em sua referência a um menor número de metáforas conceituais e a um número ainda menor de chaves conceituais” (Resende, 2020, p. 578). As duas últimas são ferramentas heurísticas, mas apenas as primeiras têm existência concreta nos textos.

Utilizando novamente como exemplo a metáfora linguística em “Para evitar outro tipo de invasão -- a humana -- sólido alambrado se ergueu”, cuja metáfora conceitual É SITUAÇÃO DE RUA É GUERRA, podemos inferir uma chave conceitual de conflito, que expressa uma disputa por territórios urbanos alvos de especulação imobiliária e, por isso, despertam interesse de classes antagônicas. Ou seja, as situações interpretadas em termos bélicos ocorrem devido a disputas em torno do espaço público, evidenciando a dicotomia propriedade privada x propriedade pública e, em seu uso normalizado, estabelecendo de forma subentendida posições no conflito. Esse modelo hierárquico, de economia analítica, pode ser assim ilustrado com demonstra a Figura 9:

Figura 9 - Classificação hierárquica



Fonte: Elaboração própria.

O argumento da economia analítica implica que muitas expressões metafóricas presentes em textos são decorrentes de uma mesma metáfora conceitual, e diferentes metáforas conceituais podem ser explicadas no nível mais abstrato de uma chave conceitual. Luques (2010) afirma que a identificação e a descrição desses níveis permitem acessar pensamentos que são a base da linguagem, “contribuindo para que se compreenda melhor a carga ideológica veiculada pelas metáforas” (Luques, 2010, p. 40), ou seja, o conteúdo textual implícito. Charteris-Black (2004) ressalta que quanto mais alta a hierarquia da metáfora (chaves conceituais), mais inconsciente ou mais encoberto se torna o uso de metáforas, e seus sentidos são assim naturalizados.

O autor esclarece ainda que as escolhas metafóricas não necessariamente determinam a interpretação e essa vai depender das experiências de quem lê. De acordo com o autor, há uma base experimental corporal (domínios ligados a viagens, conflitos, natureza, ambiente físico etc.) e uma base ligada à experiência do mundo social. É a partir dessa proposta que as análises de metáfora deste estudo se desenvolvem. Conforme Charteris-Black (2004), ela contribui para que se compreendam ideologias veiculadas em metáforas e, como um dos objetivos desse estudo é identificar construções discursivas e ideológicas presentes nos textos, e mais especificamente nas representações da situação de rua ao longo da década, esse modelo será útil ao trabalho.

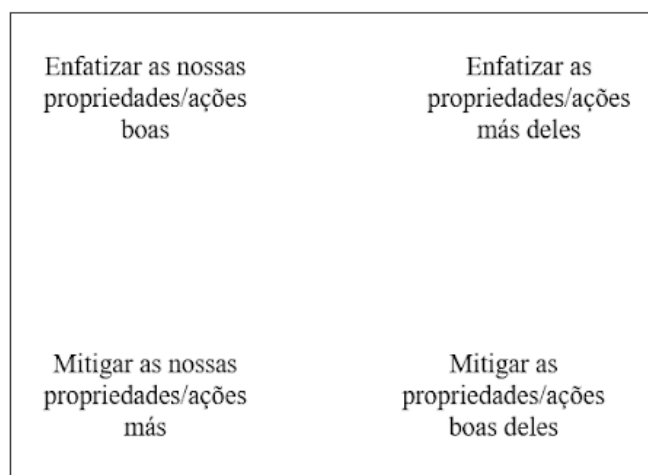
#### 4.4.3 Quadrado Ideológico

O Quadrado Ideológico (QI) é um instrumento de análise elaborado por van Dijk que permite a identificação de ideologias na linguagem a partir da manifestação de relações entre

grupos. Segundo o autor, quem fala/escreve tende a se expressar favoravelmente ao grupo a que pertence, diferenciando-se dos demais. De acordo com o pesquisador, trata-se de “uma estratégia de ‘auto-apresentação positiva e de apresentação negativa do outro’, em que as nossas coisas boas e as coisas más deles são realçadas, e as nossas coisas más e as coisas boas deles são secundarizadas” (van Dijk, 2017, p. 43). Os grupos são prototipicamente representados pelos pronomes ideológicos “Nós” (endogrupo) e “Eles” (exogrupo).

Dessa forma, entende-se que há uma estrutura ideológica polarizada, sendo que o discurso ideológico pode operar da mesma forma (van Dijk, 2017). Essa ferramenta recebe o nome “Quadrado Ideológico”, de acordo com a Figura 10, porque se realiza a partir de quatro diretrizes:

Figura 10 - Quadrado Ideológico



Fonte: van Dijk, 2011, p. 396.

Segundo van Dijk (2015), o QI faculta a quem usa a linguagem a possibilidade de descrever acontecimentos ou características do objeto discursivo em diferentes níveis a depender de como deseja enfatizar as boas ações ou características do endogrupo e as más condutas ou aspectos do exogrupo.

A ênfase nas características negativas dos grupos externos pode ser alcançada por estruturas e estratégias diversas, como generalização/especificação, pressuposição, modalidade, agentividade, focalização, dentre outras estruturas que envolvem sintaxe, semântica e pragmática. Seguem alguns exemplos dados pelo autor:

1. apresentar o exogrupo violando nossas normas e valores: desvio, ameaça, insegurança, criminalidade, incapacidade etc.
2. descrever propriedades ou ações negativas com mais detalhes e com mais precisão;
3. usar proposições que tenham muitas implicações negativas sobre o exogrupo;

4. usar expressões modais modificando proposições (necessidade, probabilidade, possibilidade), de forma que propriedades negativas sejam “necessariamente” aplicáveis ao exogrupo;
5. enfatizar agência ou responsabilidade ativa do exogrupo a ações negativas;
6. Identificar o exogrupo como diferente, como estranhos, imigrantes, outros, oponentes, inimigos etc.
7. usar expressões definidas as quais podem expressar pressupostos desconhecidos ou falsos sobre o exogrupo;
8. usar pronomes que podem sinalizar membros dentro e fora do grupo, como “Nós” e “Eles”. Pronomes demonstrativos, por exemplo, podem sinalizar proximidade ou distância das pessoas que estão sendo descritas (aquelas pessoas, por exemplo);
9. utilizar repetições, enumerações, rimas, aliteraões para enfatizar e, portanto, chamar atenção para enfatizar significados negativos sobre o exogrupo.

Essa lista, segundo o autor, é só uma parte das “várias formas” e “muitos níveis de discurso” (van Dijk, 2015, p. 14) em que se pode enfatizar significados e informações negativas sobre Outros. Essas mesmas estratégias também podem ser usadas para uma autodescrição positiva do endogrupo e seus membros. Sendo assim, estruturas polarizadas “desempenham um papel crucial na expressão, na aquisição, na confirmação e, portanto, na reprodução da desigualdade social” (van Dijk, 2015, p. 14). Vale acrescentar a essa lista atenção às metáforas que também podem ser úteis para caracterizar grupos positivamente ou negativamente, bem como suas ações, e é isso o que observarei nesta tese.

Van Dijk (2011) destaca também a necessidade de considerar os significados que expressam crenças ideológicas subjacentes, bem como o contexto: quem está falando/escrevendo sobre o quê, para quem, quando e com qual objetivo. “Para cada prática discursiva precisamos examinar cuidadosamente os contextos, normas e valores específicos que definem a prática adequada” (van Dijk, 2015, p. 32).

Essa proposta do autor de conhecer o enunciador é pertinente neste estudo já que as subseções Tendências e Debates e Painel do Leitor são escritas por pessoas de diferentes posições ideológicas e grupos sociais, e muitas vezes com efeitos ideológicos. Essa sinalização pode contribuir para a percepção da polarização ideológica no discurso, desvelando estratégias utilizadas nesse sentido.

Meu propósito analítico é, então, observar essa polarização “Nós” (leitoras/es, jornal, especialistas, governo, sobretudo porque assumem perspectivas das “elites simbólicas”) *versus*

“Eles” (população em situação de rua), o que pode apontar caráter ideológico de opiniões veiculadas no jornal, já que essas “não estão sempre expressas de forma explícita. Isto é, muito frequentemente elas estão implícitas, pressupostas, escondidas, negadas ou são dadas como adquiridas” (van Dijk, 2017, p. 222).

Dessa forma, são pontos que merecem minha atenção: analisar se apenas as ações negativas de pessoas em situação de rua são representadas, e não as de outras pessoas, como empresários, representantes do governo, moradores e trabalhadores locais; se as ações negativas das pessoas em situação de rua são enfatizadas e as do poder público, por exemplo, são mitigadas; como pessoas em situação de rua são identificadas (diferentes de “nós”), entre outras estruturas e estratégias que podem exaltar o endogrupo e derrogar o exogrupo.

#### **4.5 Categorias de análise imagética**

Acreditando que as imagens são munidas de linguagem própria, Kress e Van Leeuwen (2021) desenvolveram uma gramática para análise de imagens (Gramática de Design Visual – GDV), as quais são “dotadas de sistemas capazes de representar a experiência e, conseqüentemente, como forma particular de ser veiculada e recebida nos sistemas sociais (Magalhães; Novodvorski, 2010, p. 289).

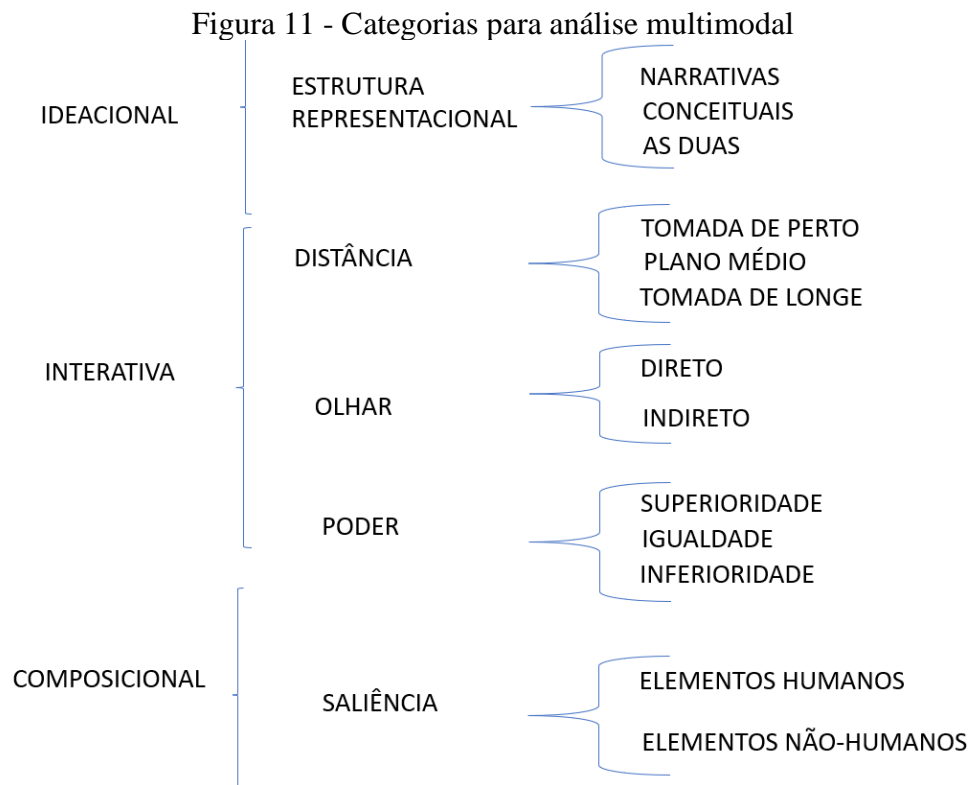
Para Kress e Van Leeuwen (2021), é necessário um letramento visual para interpretação do *design* visual, por isso propuseram uma sintaxe visual de aplicação prática e, ao mesmo tempo, crítica na leitura de imagens (Magalhães; Novodvorski, 2010). O intuito dos autores foi identificar as regularidades encontradas em estruturas visuais produzidas na cultura ocidental, abordando-as sistematicamente.

A proposta dos pesquisadores é coerente com os Estudos Críticos do Discurso e por isso será utilizada nesta tese para analisar os textos multimodais. Interessa-me saber se textos e imagens combinam entre si e como (confirmando ou completando o outro ou ordenando-se hierarquicamente em relação ao outro).

Kress e Van Leeuwen (2021) basearam-se nas funções ideacional, interpessoal e textual, definidas na gramática sistêmico-funcional, para descrever como elementos (pessoas e objetos, por exemplo) são combinados em imagem. Assim adaptaram essas mesmas funções para a análise de imagens e composições visuais: significados representacional (relação entre participantes), interativo (relação entre imagem e quem lê a imagem) e composicional (relação entre elementos da imagem). Fernandes e Almeida (2008) ponderam que essa paridade entre a

gramática da língua e a visual não significa que as estruturas são iguais, são diferentes apesar de a relação entre elas serem ampla e dos sentidos serem amplamente multimodais.

Na GDV, Kress e Van Leeuwen (2021) estabelecem categorias e subcategorias de análise, sendo que pretendo aplicar neste trabalho as seguintes, com adaptação, para entender a representação de pessoas em situação de rua na *Folha de S. Paulo*, como indica a Figura 11:



Fonte: adaptação de Kress e Van Leeuwen (2021).

Na função ideacional, vou analisar a estrutura representacional. Essa categoria será simplificada em apenas duas subcategorias para este estudo: narrativa, quando há a presença de vetores indicando ação e eventos, ou conceitual, quando participantes são representados em termos de particularidades (como classe, estrutura ou significado). Os vetores, numa imagem, são linhas que podem estar representadas de forma expressa ou tácita (neste caso, o vetor é percebido por meio de pistas) e teriam as mesmas funções dos verbos. A presença ou não de vetores é que diferencia essas duas formas de representação. Apesar de as duas proposições se subdividirem, isso não será explorado neste trabalho. Neste *corpus*, identifiquei que algumas imagens trazem duas realidades encaixadas: de um lado há vetores indicando ação e de outro não, por isso, são ao mesmo tempo conceitual e narrativa.

Figura 12 - Estrutura representacional



Fonte: *Folha de S. Paulo* (<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/09/a-imaginacao-no-poder.shtml>; <https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2015/07/1651591-leitor-elogia-reportagem-sobre-acao-que-fez-doacoes-a-moradores-de-rua.shtml>; <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/02/por-que-morar-nas-ruas.shtml>).

Na Figura 12, a imagem A é uma estrutura conceitual. Não há presença de vetores indicando ação ou movimento, ela representa “apenas um estar no mundo” (Resende, 2021, p. 447). Já na imagem B há representação de ação, pessoas conversando. A imagem C traz a representação da estrutura conceitual (homem dormindo na calçada, sem ação) e narrativa (mulher caminhando, com vetor de movimento no ângulo de sua perna direita).

A função interativa estabelece estratégias de aproximação ou afastamento de quem produz a imagem em relação a quem a lê. Nesta categoria, vou atentar para a distância, o olhar e o poder. Com relação à distância, se a imagem é feita/tomada de perto, significa envolvimento. Se tomada de longe, afastamento. Em olhar, importa perceber se a pessoa representada olha o/a leitor/a - direto, ou não - indireto.

Figura 13 - Função interativa: distância e olhar



Fonte: *Folha de S. Paulo* (<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2017/08/1910896-emprego-para-moradores-de-rua.shtml>).

Na Figura 13, a imagem A mostra uma pessoa em situação de rua olhando diretamente para o leitor, sendo que a tomada da imagem foi feita de perto. Já a imagem B, a tomada está distante e o olhar é indireto. Observar essa forma de capturar a população em situação de rua é fundamental, pois isso interfere na interação entre participante representado e leitores/as. Por exemplo, a imagem capturada de longe e o olhar indireto afastam o participante representado do/a leitor, implicando na falta de empatia do público para com o grupo.

Em poder, o que importa é o ângulo, ou ponto de vista, em que participantes são mostrados. São três angulações: ângulo vertical (alto), ângulo frontal (nível dos olhos) e ângulo baixo, como mostra a Figura 14. O vertical mostra que a câmera (no caso de fotografia) captou a imagem de cima para baixo e indica que o/a espectador/a tem poder sobre a representação (como mostra a imagem A). O ângulo frontal significa olhar para alguém no nível dos olhos e relação de igualdade (imagem B). Quando a câmera capta de baixo para cima (C), a representação tem poder sobre quem lê.

Figura 14 - Três angulações



Fonte: Folha de S. Paulo (<https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2020/01/para-leitor-quarteis-deveriam-atender-moradores-de-rua.shtml>; <https://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2020/09/a-populacao-e-a-rua.shtml>; <https://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2020/09/a-populacao-e-a-rua.shtml>).

É interessante atentar para essa representação para entender qual a relação que a população em situação de rua estabelece com o/a leitor, se é de igualdade (nível dos olhos), se de inferioridade (ângulo alto) ou de superioridade (ângulo baixo).

Na função composicional, o objetivo é atentar para a saliência, ou seja, para o elemento que está em evidência na composição, pois isso define o que é importante na imagem. A saliência pode ser observada por meio de tamanho (objetos maiores são mais salientes), lugar na composição (elementos mais à esquerda são mais salientes do que os à direita), foco (nível de detalhamento), posicionamento (em primeiro ou segundo plano) e contraste (tonalidade, cor, brilho). Interessa-me analisar se a saliência está em elementos humanos ou em objetos (carroceria, marquise, cobertores, calçada etc.). Com essa análise vou saber o que a *Folha* considera relevante na foto, se pessoas ou objetos.



Figura 15 - Exemplos da função composicional

A



B



Fonte: *Folha de S. Paulo* (<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/09/a-populacao-e-a-rua.shtml>; <http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2011/11/1011336-leitor-flagra-morador-de-rua-usando-cachorro-como-travesseiro.shtml>).

Na Figura 15, a saliência da imagem A está na barraca, onde um homem dorme. Isso pode ser afirmado pelo fato de a barraca estar no centro da fotografia, recebendo destaque também pela cor azul, contrastando com o fundo que é escuro. Na imagem B, a saliência está no retrovisor do carro, localizado à esquerda da imagem, mostrando uma faixa de pedestre. Ao fundo, uma pessoa dorme com um cachorro.

Vale mencionar que a escolha de uma determinada subcategoria requer necessariamente o descarte das demais. Ou seja, a escolha de uma estrutura composicional com saliência em um objeto, exclui a estrutura composicional com saliência na pessoa.

Essas categorias foram utilizadas para analisar o componente visual dos textos do *corpus* coletado, que são as fotografias. O objetivo dessa análise de *design visual* nesta pesquisa é compreender como as imagens representam a população em situação de rua e comunicam sentidos sobre ela. Assim, será possível também perceber a relevância relativa das imagens na composição dos textos. Acredito que a análise discursiva multimodal permitiu uma visão mais ampla de como a população em situação de rua é representada nos textos opinativos da *Folha*.

## 5 INTERDISCURSIVIDADE, POLARIZAÇÃO E METÁFORAS: ANÁLISE GERAL DOS DADOS

O foco deste capítulo analítico é investigar os dados coletados, buscando observar os elementos linguísticos, discursivos e cognitivos e imagéticos escolhidos para representar a população em situação de rua nos textos opinativos. As estratégias e categorias de análise que vão possibilitar a compreensão dessas informações nos textos são a interdiscursividade, a polarização e a metáfora. O foco está nas estruturas construídas e veiculadas pela *Folha* que podem reproduzir e legitimar discursos e práticas de dominação.

Utilizo como estratégia analítica o quadrado ideológico (van Dijk, 2012, 2015, 2017; Falcone, 2008; Fox, 2021), baseada na polarização endogrupo-exogrupo, em que há a apresentação enfatizada dos aspectos positivos do endogrupo e dos aspectos negativos do exogrupo. Também há a apresentação mitigada dos aspectos negativos do endogrupo e dos aspectos positivos do exogrupo.

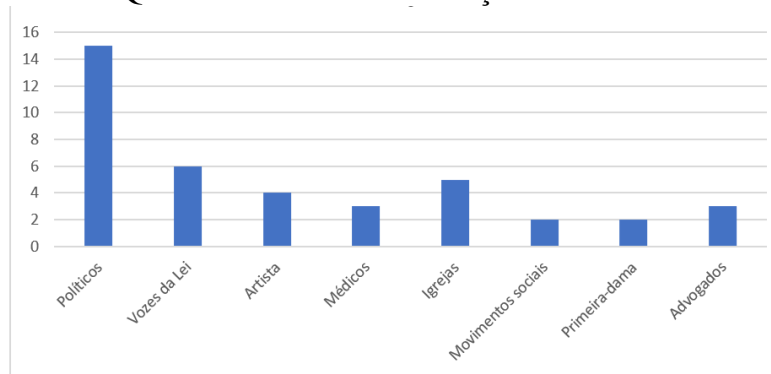
Para Fox (2021), a polarização endogrupo-exogrupo consiste numa maneira de “representar o mundo e, especialmente, as nossas ações e as ações dos outros, além de posições e papéis, especialmente no domínio jornalístico, tendo em vista que forma e conteúdo do gênero noticioso são sempre ideológicos” (Fox, 2021, p. 259). A polarização pode ocorrer de várias formas, inclusive por meio do uso de metáforas, por isso, a análise de metáfora também será realizada (Charteris-Black, 2004; Resende, 2020, 2022) nesse processo investigativo.

Identifiquei como endogrupo na maior parte dos textos da *Folha* membros da elite simbólica (van Dijk, 2015): políticos, representantes ou servidoras/es de órgãos públicos, dentre outros, enquanto a população em situação de rua constituiu o exogrupo sobre o qual se fala. A *Folha* está incluída no endogrupo. Primeiro, é preciso considerar que como um veículo midiático a *Folha* forma um grupo de poder (van Dijk, 2015, p. 104). Além disso, como o jornal forma o segundo conglomerado de mídia do país, possuindo atividades em outros setores econômicos além da comunicação, pode-se supor que há interesses empresariais por trás da sua atuação. Por último, é tradicionalmente direcionado para um público leitor típico que possui alto padrão de escolaridade e renda, sendo parte das classes A ou B. É a esses grupos sociais que o jornal busca atender com seus conteúdos.

De acordo com van Dijk (2015), elites simbólicas têm mais acesso discursivo à mídia de massa e, conseqüentemente, controle parcial sobre o público em geral. E isso pude observar na coluna Tendências e Debates, em que a maioria dos textos é assinada por políticos (candidatos e ocupantes de cargo público), representantes de igrejas, vozes da lei (Ministério

Público, Defensoria Pública e da Procuradoria da República), representantes ou lideranças sindicais e especialistas dos campos do direito, da educação, da medicina e das artes, conforme mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 3 - Quem assina os textos da seção Tendências e Debates?



Fonte: Elaboração própria.

Segundo Cesar Camasão (2023), um dos valores-notícias do caderno é a autoridade do/a autor/a<sup>24</sup>, o que se comprova no fato de as elites simbólicas terem mais acesso discursivo a esse espaço: “Quem escreveu? Isso é um fato importante, né? Se o artigo for do Lula, por exemplo, fatalmente será publicado. Ele é o Presidente da República, natural que isso aconteça. Te dei um exemplo extremo, tá?”.

Isso significa que a *Folha*, ao dar espaço para esses atores sociais, está promovendo seus discursos e legitimando-os, sendo que esses poderão ser apreendidos pelos/as leitores/as. Conforme van Dijk (2016), como membros de grupos sociais e comunidades, eles compartilham, por meio dos seus artigos, normas e valores, as atitudes e ideologias neles baseadas.

Não há textos assinados por movimentos de população em situação de rua e nem por membros dessa população. Quando questionado em entrevista sobre essa questão, Camasão disse que não recebe textos de lideranças da população em situação de rua e nem reconhece uma pessoa que faça esse papel, como ocorre com outros movimentos. Cita o padre Júlio Lancellotti como um dos principais representantes do grupo.

<sup>24</sup> Outros valores-notícias que guiam a publicação no caderno Tendências e Debates apontados pelo editor-adjunto Cesar Camasão: “Qualidades do texto, obviamente. Se aquela opinião está bem embasada e se há uma conexão imediata com o noticiário. Por exemplo, sobre a guerra do Israel-Hamas, a gente publicou 14 ou 15 artigos de opinião, sempre procurando equilibrar pró-Israel e pró-Palestina. A conexão com o noticiário é fundamental na escolha de artigos. A gente chama de artigos quentes. E também, por fim, o público que vai atingir, porque às vezes é um bom artigo, tem uma boa opinião, mas é um público muito restrito. Quanto maior for o interesse geral, que atinge a nossa pluralidade de leitores, esses artigos acabam tendo mais chances.

O acesso das minorias à mídia de massa é limitado e crucial para a definição pública de sua situação (van Dijk, 2015). Para Marcuschi (2010), produzir um gênero, no caso do editorial, do artigo ou do comentário (Painel do Leitor) para um jornal é uma forma de exercer poder discursivo na sociedade já que nem todos têm o mesmo acesso para exporem suas ideias.

Importante destacar que apesar de os textos da seção Tendências e Debates e Painel do Leitor serem assinados por seus/suas autores/as, eles passam por edição, conforme contou o editor Cesar Camasão:

- (8) Sempre tem. Tem de tudo. Gramática, estilo, padronização. (...) Claro que a gente não vai mudar o artigo inteiro. Às vezes, quando tem algum problema de dúvida, mal colocada, às vezes imprecisão de informação, acontece. Sei lá, uma grafia de um nome errado. Muita coisa a gente consegue pegar, outras não (...) Mas todo texto passa por edição. Às vezes, bons artigos, e aí é uma vírgula ou outra, um detalhe, uma padronização do estilo da *Folha*. E título é uma prerrogativa nossa, isso é importante citar. Eu peço sugestão de título. Eu posso usá-lo. Não é problema nenhum. Posso usá-lo na íntegra, às vezes faço isso. Outras não. Então o autor está ciente de que o título é uma prerrogativa do jornal. Isso é importante. Porque título tem uma série de questões, de atração, de caber no espaço, padrão *Folha* de título, tem uma série de questões. Mas, sim, sempre é edição (Entrevista Camasão, 2023).

Sendo o título, a macroestrutura semântica (van Dijk, 2017) que concentra a informação mais importante do texto e, considerando ainda que quem decide qual é o dado que vale ser destacado é o jornal, então, esse guia a leitura de seu público mesmo em textos que não são escritos por profissionais vinculados a ele.

Ressalto, ainda, que nesse *corpus*, apesar de não ser comum, há textos em que o referente “Nós” é alterado, ou seja, quem escreve se integra na perspectiva das pessoas em situação de rua. Assim, o “Nós” passa a se referir ao grupo em desvantagem social, enquanto “Eles” passa a ser Estado, políticos, dentre outros membros da “elite simbólica” (van Dijk, 2015). Isso significa que é preciso atentar para a posição que o/a autor/a assume em seu discurso, se rompe com “as amarras do status quo” (Fox, 2021, p. 392). Vale reforçar que a representação polarizada “Nós” (elite) x “Eles” (pessoas em situação de rua) pode também revelar confrontos simultâneos entre outros grupos (Natale, 2015), por exemplo, político x político, jornal x governo, igreja x empresários, dentre outros.

Valho-me também da categoria interdiscursividade (Fairclough, 2001; 2003), por meio da qual procuro identificar discursos que marcam posições particulares em relação aos temas tratados nos textos e que estão vinculados a disputas sociais, ideologias e interesses. Além de mapear as palavras e observar a vinculação lexical palavra/ discurso, busquei entender os

olhares dos atores sociais para a representação da população em situação de rua a partir das metáforas e polarizações.

A escolha dessa categoria e das estratégias analíticas não foi feita a priori, mas como consequência dos objetivos e perguntas da pesquisa (Ramalho; Resende, 2011). Acredito que a incorporação da metáfora na estratégia do quadrado ideológico é útil para investigar a representação de pessoas em situação de rua na *Folha de S. Paulo*, pois metáforas podem ser escolhidas para fazer referências positivas e negativas em relação exogrupo e um dado grupo social. Tanto a análise de metáfora como a de polarização foram fundamentais para a análise interdiscursiva. Dessa forma, elas se complementam e justificam a minha opção por me concentrar prioritariamente nelas, diante de outras possibilidades em estudos do discurso.

Este capítulo mostra os resultados investigativos em que há representação polarizada e metafórica de pessoas em situação de rua e se analisam discursos articulados sobre a situação de rua. Sendo assim, os trechos selecionados, a partir da leitura completa de todos os textos e mapeamento de todo o *corpus* no NVivo, permitem construir respostas às perguntas da pesquisa. No entanto, como apontam Ramalho e Resende (2011, p. 105), não são possíveis análises textuais ‘completas’ e ‘definitivas’, ou ‘objetivas’ e ‘imparciais’. As investigações são sempre seletivas, baseadas no modelo mental e dependentes de posicionamento ideológico, por isso importa o uso sistemático e reflexivo de categorias analíticas apropriadas aos objetos de pesquisa.

O capítulo está organizado da seguinte forma: primeiro, busco apresentar as metáforas do *corpus*, depois passo para a identificação das metáforas conceituais e respectivas chaves conceituais, conforme a proposta analítica de Charteris-Black (2004). Depois, destaco algumas estruturas em que há representações polarizadas e metafóricas e os discursos articulados, e as apresento conforme os seguintes grupos as construíram: jornal, leitoras/es, políticos, vozes da lei e representantes de igrejas, procurando entender como esses se autorrepresentam e representam as pessoas em situação de rua. A voz do jornal será analisada por meio dos editoriais, a dos/as leitores/as, através do Painel do Leitor e as dos políticos, representantes da lei e da igreja, pelo Tendências e Debates, pois esses foram os grupos que mais assinaram artigos na seção.

### **5.1 Análise crítica de metáforas**

A detecção das metáforas linguísticas no *corpus* foi o primeiro passo para proceder ao enquadre analítico proposto por Charteris-Black (2004). Esse processo foi feito com o auxílio do NVivo.

Além da ferramenta de classificações, o programa permite armazenar codificações de dados, por meio dos chamados “Nós”, os quais “representam uma categoria ou uma ideia abstrata” (Guizzo; Krziminski; Oliveira, 2003, p. 57). Os “Nós” analíticos podem ser divididos em “Subnós”, funcionando como subcategorias para possibilitar classificações indutivas mais específicas dos dados.

No *software*, li todos os textos e codifiquei palavras e frases que acreditava serem utilizadas como metáforas em potencial, considerando os critérios linguístico, pragmático ou cognitivo. Essas codificações foram armazenadas no Nó Metáforas. Concluída essa etapa, relitudo o que havia sido marcado, buscando identificar domínio alvo, domínio fonte e o sentido metaforicamente ativado. Foi um trabalho difícil que fiz e refiz algumas vezes. Em muitos casos, marquei como metáfora potencial palavras ou frases que na verdade continham avaliação ou que estavam sendo usadas em seu sentido literal e não poderiam ser classificadas como metáforas, pois não havia tensão semântica. Quando não havia tensão ou quando não era possível mapear a mudança de domínio, descartava a codificação.

Com o mapeamento dos domínios, foi possível avançar na análise crítica de metáfora (ACM). Passei, então, para a etapa de agrupamento das expressões metafóricas pela identificação de metáforas conceituais, ou seja, níveis metafóricos mais abstratos em que a tensão semântica se resolve (ver capítulo metodológico para mais detalhes). Dessa forma, detectei 24 metáforas conceituais, as quais compuseram os subnós. Organizei todas as 165 expressões metafóricas encontradas no *corpus* em metáforas conceituais, como mostro na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Metáforas conceituais mapeadas

Metáforas conceituais	Editoriais	Tendências e debates	Painel do leitor	Total
SR É NÃO TER RUMO	0	6	0	6
<b>PSR OU USUÁRIO DE DROGAS É OBJETO</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>11</b>
PSR OU SR É SUJEIRA	0	2	2	4
PSR OU SR É RELENTO/DESAMPARO	3	4	2	9
SR É AGLOMERAÇÃO	1	1	0	2
SR É CALÇADA	0	4	0	4
SR É CASTA	0	2	0	2
SR É CENA	3	4	2	9
SR É DESCONTROLE	0	4	2	6
SR OU SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA QUÍMICA É DESTRUIÇÃO	2	1	1	4
PSR OU SR É DOENÇA	4	2	2	8
SR É EXPULSÃO	2	1	1	4
<b>SR É GUERRA</b>	<b>4</b>	<b>14</b>	<b>3</b>	<b>21</b>
SR É IMOBILIDADE	1	1	0	2
SR É INVISIBILIDADE	0	6	3	9
SR É MÁQUINA	0	3	0	3
SR É MORTE	1	2	0	3
SR É NEGAÇÃO	0	2	0	2
<b>SR É OCUPAÇÃO, LOTE, PROPRIEDADE</b>	<b>2</b>	<b>16</b>	<b>1</b>	<b>19</b>
<b>SR É PERCEPÇÃO SENSORIAL</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>15</b>
PSR OU SR É PERIGO	2	2	0	4
SR É PRISÃO, JAULA OU CORRENTE	1	5	0	5
<b>SR É PROBLEMA</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>11</b>
SR É SER VIVO	0	2	0	2
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>98</b>	<b>29</b>	<b>165</b>

Fonte: Elaboração própria

De forma geral, as metáforas conceituais ressaltam sentidos negativos da situação de rua. As cinco metáforas conceituais com mais recorrência (em negrito da tabela) nos dão uma amostra de como a *Folha* e seus/suas colaboradores/as entendem a situação de rua e representam a população em situação de rua, majoritariamente, que é nos termos de guerra, ocupação, percepção sensorial, problema e objeto.

A metáfora conceitual SITUAÇÃO DE RUA É GUERRA se materializa por meio de termos metafóricos tomados do domínio fonte da guerra, como “enfrentar”, “eliminar”, “invasão”, “alvejado”, “tiro, porrada e bomba”, “atacado”, “ameaças”, “lutas”, “extermínio”, “tomada”, “batalhão”, entre outros. Essa escolha sugere que, para o jornal, a situação de rua é como uma “guerra”. Os termos mapeados situam-se principalmente no âmbito do “ataque”, não sendo encontradas expressões de “defesa”. Vale acrescentar que a forma de representar o problema de forma bélica naturaliza ações violentas contra pessoas em situação de rua.

Mais da metade das expressões metafóricas organizadas na metáfora conceitual SITUAÇÃO DE RUA É OCUPAÇÃO, LOTE, PROPRIEDADE ocorreram num único texto intitulado “Os donos do largo São Francisco”, publicado em *Tendências e Debates*, assinados por dois doutores em direito e professores universitários. Os autores abordam a presença da população em situação de rua no largo de São Francisco, onde se situa a Faculdade de Direito, e defendem a internação compulsória como política para deslocá-las do local. As pessoas são rotuladas como “donos”, “indivíduos sem propriedade”, “ocupantes” e como aqueles que “tornam seu o que deveria ser de todos”.

As expressões “acomodam suas roupas e colchões ao longo das paredes da faculdade e ocupam a área por todo o dia” e “cada qual com seu espaço” interpretam como se organizam naquele espaço, o que os autores identificam como “apropriação do espaço público”, expressão metafórica mapeada duas vezes no texto. Os autores dão indícios de que estão preocupados com a questão espacial e não social, como mostra Resende (2022).

Outra metáfora conceitual recorrente é SITUAÇÃO DE RUA É PERCEPÇÃO SENSORIAL, cujo mapeamento foi possível devido à identificação das seguintes expressões “percepção cotidiana”, “alta aparente”, “o inchaço da população de moradores de rua se impôs”, “como percebem os munícipes”, “observam cotidianamente a olho nu”, “observar a absurda quantidade” e “a progressão é evidente”. Elas remetem ao crescimento ‘visível’ da população em situação de rua, provocado pelo agravamento das condições socioeconômicas do país, principalmente após a pandemia da Covid-19. Ou seja, há a percepção desse crescimento pela comunidade em geral e do problema social, e a questão da visibilidade é o aspecto destacado nos textos recorrendo a essas expressões metafóricas.

No entanto, essa visibilidade gerada pela presença em espaços públicos disputados gera medidas governamentais de repressão e punição. Quando estão invisíveis, “a sociedade e o Estado repressor são identificados somente como omissos: a intolerância é mascarada” (Rodrigues, Fernandes, 2020, p. 13). Em “O pessoal chega mal vestido ou com cheiro de pinga e é barrado”, além da percepção visual há também do olfato. Estar “mal vestido” e com “cheiro de pinga” torna esse “pessoal” perceptível a ponto de descredenciar seu ingresso num restaurante popular. Trata-se de um exemplo em que essa “visibilidade” traz consequências negativas para o grupo.

Nesse *corpus*, também vale destacar a metáfora conceitual SITUAÇÃO DE RUA É OBJETO. Observa-se a escolha por léxico reservado a objetos para representar pessoas em situação de rua, como “pessoas largadas na rua”, “verdadeiros depósitos de pessoas”, “pessoas que os



doutores querem ver depositadas em albergues” e “que os possa recolher para um banho, corte de cabelo e um prato de comida”. Esses trechos mostram também uma representação passiva do grupo (“largadas”, “depositadas”, “os possa recolher”). Em contrapartida, em “os usuários de drogas se espalharam para outras áreas” há desumanização, mas há também agência.

Há ainda a metáfora “algo indesejável” para se referir a pessoas em situação de rua, ou seja, trata-se uma ‘coisa não determinada’ – coisificação – e indesejável, pois, conforme o texto, “atrapalha a cidade” e “de lá precisa ser removido”. Há, portanto, a justificativa para a ação higienista. Outra forma de objetificar encontrada é a personificação do substantivo “barracos”, utilizado para referir a população: “Encostaram-se ali cerca de cem barracos”.

A população em situação de rua é representada também como objeto quando há a vinculação da degradação de espaços públicos com a presença de pessoas em situação de rua, como em: “Diariamente, às 7h da manhã, o cenário se repete: lixo, dejetos e dezenas de pessoas amontoadas em suas últimas horas de sono” e em “Moradores de rua espalhados por todos os bairros, cracolândias se multiplicando, má conservação de áreas verdes, iluminação que acende de dia e apaga à noite, buracos, sujeira, enchentes, trânsito caótico”. A representação objetificada de pessoas em situação de rua, também nas colocações com lixo e dejetos, revela motivações ideológicas: favorecer ações higienistas e de gentrificação, as quais têm o efeito de exclusão social.

Em SITUAÇÃO DE RUA É PROBLEMA, o termo “problema” foi praticamente o único mapeado nas metáforas linguísticas que representam pessoas em situação de rua. Chama atenção o fato de quatro ocorrências enfatizarem a questão como complexa e de difícil solução: “Não que o problema seja simples de resolver”, “Não que exista solução fácil para o problema”, “o vigor de suas palavras revela energia jovial para lutar pela solução de problemas complexos como este” e “Para vocês perceberem como a coisa é complicada”. A situação de rua, consequência do exacerbado empobrecimento, tem raiz no desenvolvimento do capitalismo e, sendo uma questão estrutural, a solução é mesmo “complicada”. No entanto, nenhum texto faz essa exposição causal, e da forma como é inserida infere-se que é algo com que não se consegue “lidar nem tratar”, no entanto, há possibilidades de políticas públicas participativas como alternativas. O governo parece encarar como algo que não se consegue “lidar nem tratar” ao se isentar do seu papel de assistir essa população. Em “São Paulo (...) tem 13.666 problemas” traz uma representação diferente, porque há, por parte do autor do texto, um esforço para trazer à tona a individualidade de quem vive nas ruas (Resende, 2019).

Seguindo a proposta de “economia analítica” de Charteris Black (2004), procurei agrupar as metáforas conceituais em chaves conceituais, pois isso, conforme o autor, ajuda a perceber a coerência em discursos particulares e aumenta a compreensão do papel ideológico das metáforas. As metáforas conceituais foram agrupadas em sete chaves conceituais, conforme o Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 - Chaves conceituais mapeadas

<b>Chaves conceituais</b>	<b>Metáforas conceituais</b>
CHAVE DO CONFLITO	PSR OU SR É GUERRA SR É EXPULSÃO PSR OU SR É PERIGO
CHAVE TERRITORIAL	SR É CALÇADA SR É PRISÃO, JAULA OU CORRENTE SR É RELENTO/DESAMPARO SR É AGLOMERAÇÃO SR É OCUPAÇÃO, LOTE, PROPRIEDADE
CHAVE DO INCÔMODO	SR É SUJEIRA SR É PROBLEMA SR É DESTRUIÇÃO
CHAVE SENSORIAL	SR É PERCEPÇÃO SENSORIAL SR É CENA
CHAVE BIOLÓGICA	SR É SER VIVO SR É MORTE PSR OU SR É DOENÇA
CHAVE FÍSICA	PSR OU USUÁRIO DE DROGAS É OBJETO SR É MÁQUINA
CHAVE DA NEGAÇÃO	SR É NEGAÇÃO SR É IMOBILIDADE SR É INVISIBILIDADE SR É NÃO TER RUMO SR É DESCONTROLE

Fonte: Elaboração própria.

A chave do conflito produz os “inimigos”, os “vilões” que ocupam o espaço público e, supostamente, não deveriam, já que somente as classes mais favorecidas poderiam fazer uso desses locais. Ativam-se então os conflitos, de natureza bélica, e as ações de deslocamentos forçados (expulsão). Dessa forma, infere-se que esta chave se relaciona à defesa da cidade.

Ligada a esta chave está a territorial, cuja principal questão é o direito à cidade. O entendimento de que pessoas estariam usufruindo desses espaços públicos sem ter esse direito sugere que a ordem do espaço público está sendo comprometida, demandando que algo seja feito para garantir esse acesso apenas às classes privilegiadas. É, portanto, uma chave que naturaliza a desigualdade social, já que nem todas as classes têm o mesmo direito à cidade.

Ao expor sua condição de miserabilidade no espaço público, a população em situação de rua aciona sentidos associados à chave do incômodo. Questões como sujeira e destruição do

espaço público são levantadas, abrindo margem para inferir que a situação urbana se sobrepõe à social. Dessa forma, discursos higienistas, cujo escopo principal é o deslocamento forçado dessa população, ganham força, pois há um desejo de se eliminar o “incômodo” que essa população representa.

A chave sensorial ativa sentidos de espetacularização e visibilidade das pessoas em situação de rua. Na medida em que estão mais visíveis no espaço, podem provocar medo e insegurança na população em geral, devido ao estigma que carregam, como de serem “perigosos”, “violentos” e “viciados”. Sendo assim, é uma chave que desperta o discurso do medo, reificando a situação de rua como ameaçadora. Além disso, o discurso do medo pauta medidas de controle e normaliza ações policiais violentas.

A chave biológica está ligada à associação da situação de rua com a doença, inferido por meio da dicotomia saúde – bem x doença – mal. Ou seja, de um lado da sociedade estão as pessoas saudáveis, que nasceram com algum tipo de privilégio e que são consideradas ‘de bem’ e, por isso, merecem viver. Do outro, as doentes, que não têm direito algum e são vistas como pessoas ruins, cuja vida importa menos que os espaços que ocupam. Esta chave contribui, portanto, para o distanciamento social.

Quanto à chave física, ela está relacionada à objetificação da pessoa em situação de rua, seja por meio de associações com objeto ou com máquina. Essa dissociação da pessoa humana contribui para que pessoas em situação de rua sejam vítimas de violações e para naturalização das ações de deslocamento forçado do grupo, já que objetos podem ser deslocados facilmente de um local para outro.

Já a chave da negação foca a situação de vulnerabilidade social dessa população em que não só os direitos são negados, como a própria existência. Como essa negação é sistemática, fica mais difícil a compreensão de que políticas públicas eficientes são necessárias para a mitigação/superação dessa condição. Nesse sentido, essa chave favorece a injustiça social.

## **5.2 Representações polarizadas e metafóricas**

Após o mapeamento das metáforas conceituais, procurei identificar as estruturas polarizadas nos textos, sendo que algumas ocorreram por meio de metáforas, outras são laterais às expressões metafóricas analisadas. As estruturas polarizadas foram agrupadas no Nó Polarização no NVivo. Depois, reli todas as codificações, identifiquei os grupos que construíram mais polaridades (jornal, leitores/as, políticos e igrejas) e organizei as estruturas por grupos para assim entender como representam a população em situação de rua e se

autorrepresentam. Priorizei, conforme van Dijk (2016) sugere, “estruturas variáveis especificamente controladas por estruturas cognitivas e sociais” (van Dijk, 2016, p. 23), ou seja, não fiquei presa somente às oposições explicitamente construídas em estruturas gramaticais.

Importante pontuar que um “mesmo ator social pode participar de vários grupos sociais e, portanto, compartilhar várias ideologias” (Natale, 2015, p. 127). Num mesmo texto, esses atores podem compor grupos por oposição e afinidade, cada um defendendo seus próprios interesses. O objetivo ideológico desses grupos nem sempre está claro, mas é sabido que as ideologias predominantes que se propagam de maneiras indiretas são, às vezes, mais eficazes (Natale, 2015; van Dijk, 1999).

Meu intuito foi trazer fragmentos que acionam assimetrias sociais, naturalizando a situação de exclusão de um grupo, ou de pessoas em situação de rua, identificadas como exogrupo, e legitimando os privilégios de pertencimento a outros grupos/ classes sociais, as quais compõem um endogrupo nesses casos. A seguir passo a destacar as amostras por grupos e as análises.

### 5.2.1 Jornal (endogrupo) X População em situação de rua (exogrupo)

Nesta seção, apresento as análises, por cronologia, dos editoriais em que a *Folha de S. Paulo* abordou a situação de rua como tema central entre 2011 e 2020. No editorial veiculado em 1º de dezembro de 2013, que trata sobre a possibilidade de cercar o vão do Masp, o jornal expõe que o vão-livre do museu servia de abrigo para pessoas em situação de rua e seria um local de consumo de substâncias psicoativas. Essa presença teria criado, segundo o jornal, um “clima de insegurança”, provocando o desmonte de um estande de exposição antes do previsto. Por essa expressão “clima de insegurança”, codificada na metáfora conceitual PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA OU SITUAÇÃO DE RUA É PERIGO, infere-se que as pessoas em situação de rua causam perigo e colocam o “conjunto da população” (“Nós”, assimilando o enunciador do editorial) em risco. Há uma polarização em que se entende que “Nós” somos afetados pela presença “Deles”, por representarem um risco. Ou seja, pessoas em situação de rua são vistas como grupo que oferece risco e não como quem está em situação de risco.

Nota-se, portanto, um discurso de insegurança que serve para justificar a proposta do jornal de que seja feito um “policiamento efetivo” como alternativa ao gradeamento do museu. Dessa forma, esse texto filia-se também ao discurso da ordem pública. Vale lembrar que Wacquant (2007, p. 23) classifica como um erro científico e cívico crer e fazer as pessoas acreditarem que a gestão policial e carcerária seja caminho real para conter problemas sociais

e mentais provocados pela fragmentação do trabalho assalariado e pela polarização do espaço urbano. Considerando o poder da *Folha*, pela sua audiência e relevância como veículo midiático nacional, essa opinião é muito significativa e pode não só influenciar a opinião pública como colocar essa pauta no debate nacional, influenciando a agenda política sobre o tema

Quatro dias depois dessa publicação, a *Folha* voltou a tratar a situação de rua na região central de São Paulo no editorial intitulado “Fracasso duplo”, que remete à dupla Geraldo Alckmin e Fernando Haddad, então governador e prefeito de São Paulo, respectivamente. Segundo o jornal, os dois estariam fracassando em suas gestões. O texto traz várias construções metafóricas para representar a situação de rua. Nele, a situação de rua está representada como uma das “mazelas típicas dos grandes centros urbanos”. “Mazela”, conforme dicionarização, significa “chaga, ferida”. Sendo assim, trata-se de uma representação metafórica em que o conceito abstrato de SITUAÇÃO DE RUA (domínio-alvo) é compreendido em termos do conceito mais concreto DOENÇA (domínio-fonte), que significa alteração da saúde que se manifesta por alguns sintomas, como ferida.

De acordo com Resende (2008, p. 202), essa metáfora conceitual PSR E/OU SITUAÇÃO DE RUA É DOENÇA opera uma dissimulação da responsabilidade humana, pois, culturalmente, a doença é percebida como uma coisa que acontece, independentemente de vontade ou ação. Infere-se que esse “acontecimento” pode atrapalhar a organização social e se tornar uma “ameaça” à sociedade. Essa metáfora conceitual também está mapeada no trecho: “insuportável ferida no tecido social”, do mesmo texto.

Ainda no editorial “Fracasso duplo”, em “O quadro de absoluta degradação humana”, há uma representação no campo conceitual SITUAÇÃO DE RUA É DESTRUIÇÃO, em que degradação humana aponta para o domínio-fonte destruição, atribuindo característica muito negativa ao grupo. Observa-se, ainda, a metáfora conceitual: SITUAÇÃO DE RUA É PERCEPÇÃO SENSORIAL, mapeada devido à identificação das seguintes expressões metafóricas: “revelar com mais clareza”, “cenas e acontecimentos que intensificam”, “percepção cotidiana”, em que a situação de rua é representada como impacto sensorial provocado no grupo “Nós”, que não vivencia esse estar na rua.

Em seguida, a construção de sentido de situação de rua é feita a partir do campo semântico da guerra, com a utilização do termo “invasão”. Dessa forma, o jornal se vale da metáfora conceitual SITUAÇÃO DE RUA É GUERRA. Nos termos do Dicionário Online de Português, “guerra” significa: 1) Luta armada entre nações ou entre partidos; 2) Conflito

armado entre povos ou etnias diferentes, buscando impor algo pela força e pela violência, com o objetivo de proteger seus próprios interesses; 3) Combate armado; conflito: a manifestação terminou em guerra. 4) Qualquer luta sem armas: guerra ideológica, religiosa; 5) Conflito hostil; 6) Luta declarada contra algo prejudicial: guerra à dengue.

Com base nas definições (2) e (3) e na argumentação de Mendonça (2020) de que a região central de São Paulo, principalmente a chamada “Cracolândia”, é cobiçada por investidores devido à infraestrutura oferecida, transporte público disponível, mesmo que precário, e existência de imóveis subutilizados ou degradados, os quais são objetos de projetos de reocupação e “requalificação”, é possível inferir que há ali conflitos por territórios, em que as incorporadoras aliadas ao poder público buscam impor sua dominação por meio de projetos de “revitalização” e, conseqüentemente, provocam o deslocamento forçado de grupos vulneráveis.

Essas disputas, muitas vezes, ocorrem por meio da repressão policial que se utiliza de armas, como bombas de gás lacrimogênio e tiros, mas também por outros meios, como retirada de pertences e lançamentos de jatos de água contra as pessoas em situação de rua. Considerando a definição (6), o “algo prejudicial” seriam as pessoas em situação de rua, transformadas em “inimigos”, sendo a guerra metaforicamente acionada contra “pessoas em situação de rua”.

Neste excerto, nota-se a representação do exogrupo como “invasores” de uma área. A interpretação sugerida pelo jornal nos efeitos de sentido gerados é a de que “Nós” seríamos “afetados pelos invasores” e legítimos donos do território. E para a “nossa proteção”, “um sólido alambrado se ergueu” (alambrado literal, nesse caso). Mesmo assim, “Eles” ocuparam o espaço: “Encostaram-se ali cerca de cem barracos, que abrigam dependentes de crack, catadores de papel e moradores de rua”. Isto é, “Eles” invadiram e ocuparam o local. Note-se aqui a construção de um grupo opositor “Eles” que assimila situação de rua e dependência química.

Outra interpretação ativada é o fato de “Eles” serem avaliados como “indisciplinados”, já que invadem e ainda ocupam área mesmo sendo usado um dispositivo para evitar a ação (“um sólido alambrado”). Interessante observar que o agente que implementou essa ferramenta para evitar a presença de pessoas em situação de rua está indeterminado: governo, moradores locais, empresários? Já a ação negativa “deles” de “encostar os barracos” foi enfatizada pela expressão numérica “cerca de cem” para sugerir a quantidade de pessoas vivendo ali. Além disso, a oração “encostaram-se ali cerca de cem barracos” personifica “barracos” ao utilizá-lo no lugar de pessoas, objetificando-as (metáfora conceitual SITUAÇÃO DE RUA É OBJETO).

O jornal trouxe a voz da prefeitura, que se pronunciou por meio de “nota lacônica” ao surgimento da “favelinha”. O termo “favelinha” foi colocado entre aspas pelo/a autor/a e traz uma representação negativa associada a pessoas que vivem em moradias precárias nos subúrbios ou nos centros das cidades. Outro trecho, sobre as abordagens de assistentes sociais na região, também utiliza o mesmo recurso gráfico das aspas (“que resultaram em 341 encaminhamentos”). As aspas remetem ao texto que a Prefeitura deve ter usado na “nota” enviada ao jornal, e seu uso, nos dois casos, mitiga o comprometimento do jornal com o modo de representação (“favelinha”) e com a informação prestada (“341 encaminhamentos”), podendo também ser lido como indicação de ironia.

A *Folha* cobra mais transparência da Prefeitura quanto ao “gasto” na assistência a populações vulneráveis, já que apenas divulgou valor relacionado à construção de um complexo cultural. Assim o jornal coloca-se como agente fiscalizador do poder público. Da forma como o editorialista escreveu, pode-se inferir que a assistência social envolve um “gasto” e não um investimento. O texto termina com a construção metafórica “para recuperar a dignidade dos que vegetam naquela região”, que remete a um domínio concreto de imobilidade, configurando metáfora conceitual SITUAÇÃO DE RUA É IMOBILIDADE, com representação negativa desse grupo.

Neste texto, portanto, o jornal faz parte do endogrupo “Nós”, e representa negativamente os exogrupos, compostos pelo poder público que agiria com “descaso” em relação à situação de rua, além de não ser transparente sobre as despesas na área de assistência social, e pela população em situação de rua, representada por metáfora ou assimilação como invasora, indisciplinada, dependente de substâncias psicoativas e letárgica. O problema social é representado em termos de doença, percepção sensorial de terceiros e destruição do espaço público.

Um discurso de desigualdade social é mobilizado no editorial “À espera da saúde”, veiculado em 2 de dezembro de 2014. O texto aponta falhas na gestão de saúde no governo municipal do então prefeito Fernando Haddad, que teria feito várias promessas não cumpridas. Assim, o jornal se coloca novamente no papel de agente fiscalizador da gestão pública, realizando um dos propósitos comunicativos atribuídos a editoriais, como vimos em Mont’alverne (2017). No que se refere ao cuidado destinado às pessoas em situação de rua, o jornal sugere que a gestão “mostra evolução” na entrega de unidades móveis de atendimento, os Consultórios da Rua. Ressalta-se o uso de metáfora do campo bélico em “no ataque a questões específicas, como o cuidado destinado aos moradores de rua”, pois ao utilizar esse

termo metafórico tomado do domínio-fonte da guerra, o jornal sugere mais uma vez que a SITUAÇÃO DE RUA É GUERRA.

Apesar de o/a editorialista reconhecer como importante a iniciativa do governo de promover assistência médica à população em situação de rua, o texto termina com o trecho: “O conjunto da população ainda aguarda a solução de problemas básicos”. Deste fragmento, é possível inferir que há uma cobrança de melhores resultados para esse “conjunto da população” (“Nós”), evidenciando, portanto, a oposição “Nós” x “Eles” na argumentação. A polarização também se evidencia em representações divididas: “deve à população” x “destinado aos moradores de rua”; “grupo tradicionalmente desassistido” x “conjunto da população”; “problemas sistêmicos” x “problemas específicos”.

Quando o jornal constrói essa polarização, especialmente na oposição “questões específicas” x “problemas básicos”, expurga a população em situação de rua do “conjunto da população”, e delimita a situação de rua como um problema específico de quem está na rua, não uma questão social ampla ligada à iniquidade, e assim evoca um discurso de desigualdade com o foco estreito, reforçando a cisão entre classe dominante (possuidora de direitos) e classe empobrecida (sem direitos). Isso não é expresso de maneira explícita, mas se constrói por sucessivos reforços da polaridade ao longo do texto, como nos sentidos que antes destacamos.

O editorial “Doença Preexistente”, veiculado em 19 de junho de 2016, repercute a morte de cinco pessoas em situação de rua após dias de frio intenso na capital paulista, assim como a afirmação do então prefeito Fernando Haddad (PT) de que o confisco de cobertores e de papelão por guardas municipais teria ocorrido para prevenir uma “favelização” e sua fala de que as mortes teriam decorrido de doenças preexistentes, e não da exposição continuada à intempérie no inverno paulistano. O editorial objetifica as pessoas que morreram em situação de rua ao usar o termo “largadas na rua”, como se fossem um objeto deixado, esquecido na rua (metáfora conceitual SITUAÇÃO DE RUA É OBJETO).

Assim o jornal, desta vez, se compromete com um discurso de necessidade de assistência do poder público à população em situação de rua. Mobiliza então discurso assistencialista, como nos trechos: “Doentes ou não, com a temperatura descendo a 3,5°C, precisam de comida, teto e cobertas para não correrem o risco de morrer na calçada. Para isso existem os abrigos” e em “Surge assim como um passo na direção correta – a do acolhimento humanitário incondicional – que a prefeitura, após o embarço de início, prometa converter até o fim do mês tendas já existentes na Sé, no Anhangabaú, no Glicério e na Mooca para receber os desabrigados”.



Ao problematizar a situação precária dos albergues, coloca essa questão na voz das pessoas em situação de rua: “Os refratários apontam falta de espaços para famílias, casais, carretas e cães. Reclamam da comida, do tratamento, dos horários rígidos – são instados a sair do local nas primeiras horas da manhã”. Trata-se de uma rara abordagem em que a população em situação de rua é colocada como um ator social que tem papel ativo, na maioria dos textos na mídia possui papel passivo, sendo receptor de uma ação ou submetendo-se a uma atividade.

No editorial “Desalento ao relento”, de 17 de julho de 2019, o jornal chama atenção para o aumento no número de pessoas em situação de rua no período de frio em todo o país e para a falta de dados sobre o grupo. No título já se percebe uma representação metafórica que entende a situação de rua como desamparo (metáfora conceitual SITUAÇÃO DE RUA É DESALENTO/DESAMPARO). Ou seja, a população em situação de rua é aquela que sofre as consequências da falta de ação do Estado. Essa mesma representação ocorreu em outros momentos: “estima que haja 32,6 mil no sereno” e “amparar quem se acha ao relento”. Essa representação metafórica reconhece a necessidade da assistência à população em situação de rua, e a apresenta como demanda ao Estado.

Contudo, esse é mais um texto em que a *Folha* traz representações metafóricas que tratam a questão a partir do campo da doença: PSR OU SITUAÇÃO DE RUA É DOENÇA: “inchaço da população” e “chaga social”. Essa construção provoca uma polarização em que “Nós – sociedade” somos afetados por essa “doença”, isto é, por “Eles”, pela presença “deles” no espaço público. Também encontrei a metáfora conceitual: SITUAÇÃO DE RUA É PERCEPÇÃO SENSORIAL materializada nos termos “alta aparente”, “a progressão é evidente”, “como percebem os munícipes” e “se impôs às conversas nas metrópoles brasileiras”. Novamente, a situação de rua se representa pela percepção sensorial que provoca em outros corpos, que não vivem a rua, mas a veem, percebem sua ‘aparência evidente’. Há ainda a metáfora que espetaculariza a situação de rua, mapeada na metáfora conceitual SITUAÇÃO DE RUA É CENA: “ao espetáculo de desamparo a cada esquina”. Todas essas expressões metafóricas denotam representações negativas para a população e para a questão social.

O editorial recorre à voz do Movimento Estadual de População em Situação de Rua para estimar o número de pessoas em vulnerabilidade, cujos números contrastam com os levantamentos do município a cada quatro anos. Enquanto este indicou 15 mil, aquele estimou 32,6 mil pessoas em situação de rua naquela ocasião. A voz do Movimento legitima o argumento do aumento da população em vulnerabilidade: “Parece mais provável, contudo, que a população de rua esteja de fato crescendo, como percebem os munícipes”, contestando a

prefeitura que alegava, segundo o texto, que o número maior fosse decorrência não do crescimento populacional mas do trabalho de abordagem do órgão (“A progressão é evidente, mas as autoridades preferem atribuí-la a um alegado maior empenho da prefeitura”).

O editorial ainda dissemina a ideia de que a situação de rua seria uma questão individual: “Vários fatores contribuem para que uma pessoa chegue a esse extremo de penúria, da incapacidade de achar trabalho à dependência química e aos conflitos familiares”, omitindo todo um contexto histórico e econômico e articulando um discurso da desqualificação social. É preciso considerar que a dificuldade de achar emprego, além de decorrer de uma questão mais ampla do cenário econômico e de acesso a formação, decorre também do preconceito que existe para empregar pessoas que carregam em seus corpos as marcas históricas da terrível desigualdade brasileira.

O/A editorialista menciona o trabalho do jornal para contar o número de pessoas vivendo nas ruas (“despossuídas”, nos termos do editorial) de outras cidades brasileiras: “Levantamento desta *Folha*, noticiado no domingo (14), constatou que a população de rua aumenta em várias capitais”. Por essa construção, infere-se uma representação positiva do “Nós-jornal” que realizou o trabalho de quantificar o aumento da população em situação de rua, o qual corrobora para confirmar a sua tese de ‘alta aparente’ no número de pessoas em situação de rua. Por outro lado, há uma representação negativa do poder público, que não produz estatísticas padronizadas sobre a população em situação de rua (“Cada prefeitura os conta se quiser, como quiser e quando quiser”). O texto defende que o poder público deve realizar essa contagem de forma precisa, com uma metodologia única para todos os locais - a realização do censo da população em situação de rua é uma demanda do Movimento Nacional da População de Rua desde 2010.

Com base nas representações metafóricas e polarizadas, observa-se que o jornal profere um discurso que corrobora o entendimento de que a situação é ameaçadora. Diante disso, compromete-se com um discurso assistencial, já que aponta a necessidade de ação do poder público, tanto para contabilizar como para assistir (“Não basta, óbvio, identificar os despossuídos”).

Em “Parque Minhocão”, de 25 de fevereiro de 2019, a *Folha* se posiciona favoravelmente à desativação do elevado João Goulart, popularmente conhecido como Minhocão, para que no local seja construído um parque, embora modalize essa opinião por meio de estruturas, como “Trata-se de iniciativa que merece apoio, embora condicionado” e “se

atuar com diligência, a prefeitura estará contribuindo para uma cidade menos árida e hostil às pessoas que nela vivem”.

Observa-se polarização na estrutura: “Pesa a favor da implementação do parque, ademais, o fato de o espaço já ter sido acolhido pelos paulistanos. Há alguns anos o Minhocão tem sido aberto à população aos fins de semana, com sucesso”. Quando o jornal fala que o espaço já foi acolhido pelos paulistanos que frequentam o local no final de semana, exclui as pessoas em situação de rua que utilizam todos os dias o viaduto como abrigo. Dessa forma, polariza “Nós-paulistanos”, que temos direito àquele espaço porque nós o acolhemos “com sucesso”, e “Eles”, cujo direito à cidade deve ser negado. Há, portanto, um discurso de desigualdade que separa os grupos: os paulistanos que acolhem e as classes vulneráveis que não devem ser acolhidas, conforme a representação que segue.

Em “A transformação prometida, no entanto, não pode vir desacompanhada de medidas que ajudem a revitalizar a área, que concentra moradores de rua, usuários de drogas e um comércio degradado”, há a metáfora conceitual SITUAÇÃO DE RUA É AGLOMERAÇÃO/CONCENTRAÇÃO, mapeada por meio da estrutura “concentra moradores de rua, usuários de drogas”. A descrição do local como aquele que concentra moradores de rua, usuários de drogas e um comércio degradado aparece no texto após defesa da “revitalização” da área. Importante ressaltar que esse trecho também compõe a linha fina (complemento do título), demonstrando que essa é uma das informações principais do texto. Normalmente, as ações higienistas chamadas de revitalizações de espaços públicos urbanos incluem o deslocamento forçado de pessoas.

O editorial não ignora a questão da gentrificação: “Não se pode desprezar ainda o previsível aumento dos aluguéis da região e conseqüente expulsão das camadas mais pobres que ali residem”. Reconhecendo a gentrificação como um problema, sugere que “Existem políticas públicas capazes de mitigar tal efeito”. Essas políticas, contudo, não são aqui nomeadas nem adquirem relevância na pauta de nenhum dos editoriais que tratam a situação de rua na *Folha de S. Paulo*.

Em “Cidade sem-teto”, de 1º de fevereiro de 2020, a *Folha* volta a tratar do aumento no número de pessoas em situação de rua. Observa-se que há um discurso do medo sendo articulado quando o jornal enfatiza a dimensão crítica da quantidade de pessoas vivendo em vulnerabilidade. Utiliza expressões metafóricas como “população de rua atingiu a marca” e “trata-se de um salto”. Reforçam esse discurso as estruturas “habitantes da cidade observam cotidianamente a olho nu” e “cidade de pessoas sem teto”, que ressaltam a questão da

visibilidade (metáfora conceitual SITUAÇÃO DE RUA É PERCEPÇÃO SENSORIAL), como também da ocupação (metáfora conceitual SITUAÇÃO DE RUA É OCUPAÇÃO), respectivamente. Sendo assim, é possível interpretar que a situação como um todo é ameaçadora.

Ao utilizar os termos “drama social” e “drama dos sem-teto” (mapeados na metáfora conceitual SITUAÇÃO DE RUA É CENA), o jornal opta por espetacularizar a situação de rua, descrevendo o problema como “drama”. Nesse texto, há também uma articulação intertextual de oposição entre os números apresentados pelo governo e pelo Movimento da População em Situação de Rua de São Paulo, que sustenta ser maior a quantidade de pessoas que vivem em situação de rua. A articulação intertextual do Movimento contribui com o argumento do aumento quantitativo (“salto”) do “drama social”.

O jornal justifica esse cenário pela questão econômica: “grave recessão econômica”, “morosidade com que se ensaia a retomada do crescimento”, “aumento do desemprego” e “percalços da economia”. Por outro lado, percebe-se que o jornal procura também incorporar um discurso social ao mencionar “albergues”, “insuficiência de investimentos em habitação social”, “regulamentar o artigo da lei 17.252, que prevê vagas para pessoas nessa situação por empresas contratadas pelo município”, “abordagem a moradores de rua”, e ainda ao problematizar a situações dos abrigos: “adotam regras não raro hostis, como horários inflexíveis e proibição da guarda de carroças usadas para coleta de material reciclável —além de alimentação de má qualidade”.

A *Folha*, assim, oscila, equilibrando-se em seus editoriais entre os discursos de higienização e gentrificação e as demandas por políticas públicas intersetoriais.

### 5.2.2 Leitora e leitor (endogrupo) e PSR (exogrupo)

Aqui analiso os comentários que são difundidos pelo Painel do Leitor. Esta seção é uma amostra de como as pessoas que enviam texto ao Painel, portanto o público-alvo da *Folha*, constroem representações acerca do grupo. Vale lembrar que as publicações são mediadas pelo crivo editorial do jornal, que seleciona o que publicar e em muitos casos pode editar os comentários.

O principal discurso que observei na voz das/os leitoras/es, publicados no Painel do Leitor, foi o discurso assistencialista. Baseados nos próprios modelos mentais das/os autoras/es, bem como em suas ideologias, conhecimentos generalizados e atitudes, os comentários interpretam a questão social sob o pilar da assistência, em que banho, corte de cabelo, comida e atividades de cidadania são as principais demandas que a classe média acredita ser necessidade do grupo.

A seguir, uma amostra que ilustra essa questão:

- (9) “Pela enorme quantidade de moradores de rua, proponho aos candidatos à Presidência a criação do Samu social, que os possa recolher para um banho, corte de cabelo e um prato de comida” – *Mercedes dos Santos Suyama, 24/10/2014.*
- (10) “Sugiro que os valores recuperados pela Lava Jato sejam, por lei, destinados para a merenda escolar, a alimentação dos moradores de rua e a sua inclusão na sociedade” - *Rubens Ito, 09/03/2019.*
- (11) “(...) Exército, com instalações em vários bairros, poderia abrir as portas de seus quartéis para oferecer atividades sociais, de saúde e de cidadania a esse batalhão de moradores de rua” – *Célio Borba, 11/01/2020*

No excerto (9), há uma objetificação de pessoas em situação de rua na expressão “que os possa recolher para um banho, corte de cabelo e um prato de comida”, a qual foi organizada na metáfora conceitual PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA OU USUÁRIO DE DROGAS É OBJETO (para ser recolhido). Por meio dessa metáfora conceitual, caracteriza-se negativamente esse público, pois a demanda a assistência é direcionada a uma população desprovida de agência na representação. Chama atenção também o último exemplo que aponta o Exército como “solução”. Nesses últimos tempos em que o militarismo ganhou força por conta do governo de extrema direita, a publicação dessa opinião traz uma perspectiva ideológica que pode refletir no público-leitor em como irá manifestar suas opiniões e atitudes.

Além disso, esses comentários fazem crer que a questão é de fácil resolução, já que apenas relacionam o que é “aparente” nas práticas sociais, sem estabelecer conexão entre elas, os eventos e as estruturas (Fairclough, 2003). Dessa forma, há uma dissimulação da gravidade da situação de rua, que tem raiz no capitalismo, e uma valorização de ações apenas assistencialistas.

Outro discurso encontrado é o da solidariedade, materializado de três maneiras: 1) preocupação com o descaso do poder público em relação às pessoas em situação de rua (“Nossos políticos não cansam de nos surpreender. O que o prefeito Doria chama de "descuido" eu chamo de crueldade. Prefeitos se sucedem e nada é feito por essas pessoas tão desassistidas. Falta de vontade política ou política de extermínio?” – Flávia Frassetto, 21/07/2017); 2) promoção de ações sociais em apoio ao grupo (“Nós, do Exército de Salvação, agradecemos a *Folha* pela menção da nossa ONG no texto ‘Em tempos de frio recorde em SP, veja como ajudar quem está nas ruas’. Com ela, triplicamos a arrecadação da campanha Cobertor do Bem. Foram quase mil cobertores dados a moradores de rua”, Ana Swartele, 25/08/2019), e 3) reconhecimento da dificuldade que é viver em situação de rua (“A reportagem da *Folha* ‘Moradores de rua contam suas histórias nas calçadas de São Paulo’ deu voz a brasileiros

invisíveis que ainda são ignorados, apesar do crescimento. Quem trabalha no serviço público com proteção social, como nos Creas, sabe que “morar” na rua é resultado de muito sofrimento e violência. A maioria não consegue mais se adaptar às regras de um abrigo”, André Pedreschi Aluisi, 04/11/2018). Apesar de o público leitor se solidarizar, sentindo “pena” ou necessidade de ajudar, não debate a questão da justiça social.

Tal posicionamento dos/as autores/as pode ser atribuído à herança histórica da caridade, na qual as igrejas e associações atuavam para assistir populações empobrecidas. Função que passou para o Estado após a promulgação da Constituição Federal (CF), em 1988. Este ainda concebe as políticas públicas voltados para o grupo como ação assistencial, independente de a demanda ser por moradia, trabalho, saúde ou segurança (Mendonça, 2020).

Vale comentar a seguinte publicação do Painel do Leitor:

- (12) Desde o pronunciamento do governo de São Paulo a respeito do programa para auxiliar dependentes químicos, só tinha ouvido comentários em tom de indignação e repúdio a tal projeto. Entretanto, a "bolsa anticrack" age diretamente nas bases de problemas urbanos que necessitam de modificações. O impacto cairá sobre o tráfico de drogas, os viciados moradores de rua e a violência cometida por eles. Além de que, os dependentes não ocupariam mais leitos de hospitais públicos, seriam tratados por casas terapêuticas (*Fernanda Medeiros, 09/03/2013*).

O excerto (12) mostra uma polarização com a sociedade civil em que “nós somos vítimas” (sociedade) das ações “deles”, mas, desta vez, citando “eles” (pessoas em situação de rua) como agentes de violência: “a violência cometida por eles”. Nesse mesmo exemplo, o leitor sai em defesa de uma medida do governo (“bolsa anticrack”). Há uma validação da ação pública (representação positiva do exogrupo-poder público) e uma desqualificação do grupo (representação negativa do exogrupo-população em situação de rua), por meio da referência “viciados moradores de rua”. “Viciados” é um termo pejorativo que remete a um desvio de caráter que é acompanhado de julgamentos (Deolindo; Paixão, 2016). Esse equívoco denota a estigmatização das pessoas em situação de rua e a falta de conhecimento sobre o fato de a dependência de substâncias químicas constituir uma doença comportamental. Além disso, a situação de rua é tratada como um problema urbano (“age diretamente nas bases de problemas urbanos”) e não como questão social, e vinculada de maneira inexorável à drogadição, nos termos dessa representação.

- (13) “Ao atirar ao chão um indefeso morador de rua, o agente da Guarda Civil Metropolitana parece inspirar-se no exemplo de seu chefe, Doria, que no domingo (30/4) atirou ao chão as flores que lhe foram oferecidas. Empenha-se também em garantir a segurança da arrecadação das "doações" do morador

à prefeitura, ainda que, neste caso, a tapas e pontapés. Só faltou chamar o homem de petista e vagabundo!” - *Darcio de Souza, 05/05/2017.*

O comentário transcrito no excerto (13) é referente a uma notícia em que uma pessoa em situação de rua chamada Samir Aliahmadsati foi agredida pela Guarda Civil Metropolitana, enquanto trabalhava na coleta de material descartável<sup>25</sup>. Um estudante que passava no local gravou a agressão. Nas imagens aparece um agente empurrando Samir, que cai no chão. Além disso, dois fiscais da prefeitura são filmados levando um carrinho de supermercado com os pertences de Samir. De acordo com a notícia, ele disse que eram coisas doadas.

Em “ao atirar ao chão um indefeso morador de rua”, o fato de a pessoa em questão ser caracterizada como aquela que não consegue se defender, que não está protegida, ela é uma vítima. Justamente, o Estado, por meio da Guarda Civil Metropolitana, quem deveria cuidar de sua proteção, comete um ato de violência, “atirando” uma pessoa ao chão como se fosse um objeto. Trata-se de uma violência institucionalizada. A estrutura “ao atirar ao chão” foi direcionada para a metáfora conceitual SITUAÇÃO DE RUA É OBJETO e é mais um exemplo no *corpus* que mostra ação negativa do “exogrupo-poder público”.

Em “Empenha-se também em garantir a segurança da arrecadação das ‘doações’ do morador à prefeitura”, nota-se que o autor utiliza aspas em doações. As aspas são um recurso de preservação da fala da fonte, mas nesse caso pode ser um indicador de ironia, pois o autor sugere que, com o recolhimento, Samir estava fazendo “doações” de seus pertences à prefeitura, o que soa absurdo. Em seguida, o autor do comentário escreve: “Só faltou chamar o homem de petista e vagabundo”, em referência ao Partido dos Trabalhadores (PT). Já “vagabundo” é um estigma social herdado da “era pré-industrial, que se reproduziu ao longo da história das sociedades capitalistas” (Silva M., 2006, p. 141), atrelado à questão do universo do trabalho. Pessoas em situação de rua são vistas como aquelas que não exercem atividades remuneradas, apesar de as estatísticas mostrarem o contrário<sup>26</sup>. Dessa forma, as duas construções, afastadas pelo recurso da ironia do texto do leitor, rejeitam o sentido de que pessoas em situação de rua são ameaça à ordem social.

A representação da população em situação de rua como vítima também é encontrada na seguinte frase do comentário de Alcino Caetano de Souza, de 5 de maio de 2017: “São desprezados pelo poder público, são expostos às piores situações, estão sempre famintos e ainda são agredidos por pessoas que deveriam protegê-los”. Por outro lado, servidores públicos que

<sup>25</sup> Resende (2017) faz uma análise das notícias publicadas sobre esse caso.

<sup>26</sup> A pesquisa do I Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua revelou que 70% da população em situação de rua exerce atividade remunerada.

deveriam proteger o grupo, agridem, cometem violência. Sendo assim, forma-se a seguinte polarização: população em situação de rua – vítima x servidores públicos – agressores. Essa forma de representação como “vítima” ressalta a vulnerabilidade do grupo, que além da violência institucional sofre com o descaso do poder público e da sociedade.

No comentário “Covas e Doria vão tomar as providências de sempre: maltratar indigentes e expulsá-los para onde não possam ser vistos”, de Gustavo Carvalho, publicado em 26 de janeiro de 2020, há uma representação negativa das ações dos então prefeito e governador que teriam como base os maltratos e o deslocamento forçado de pessoas em situação de rua, sendo que elas são “vítimas” dessas medidas. Percebe-se uma naturalização das ações negativas do poder público por parte de “Nós-leitores”, já que são “providências de sempre”. Para Valencio *et al.* (2008), os maltratos passam a ser considerados, no discurso do senso comum, como “formas legítimas de lidar com (e reforçar) a desigualdade social, sendo expressões de uma forma de dominação política autoritária que se naturaliza” (Valencio *et al.*, 2008, p. 571).

Em “expulsá-los para onde não possam ser vistos”, evidencia-se a intenção de tornar as pessoas em situação de rua invisíveis. Desse modo, a metáfora conceitual PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA É INVISIBILIDADE contribui para a problematização da polarização em que “Nós” (classe dominante) podemos usufruir dos espaços públicos e “Eles” (empobrecidos), não. Essa metáfora conceitual também é encontrada em “A *Folha* tem em sua Redação um “discípulo de Jesus”: Jairo Marques (Balada social). Sua causa é chamar a atenção para seres humanos invisíveis”. Nessa segunda sentença, apesar do aspecto negativo ligado à invisibilidade provocado pela metáfora conceitual, observa-se que o leitor identifica o grupo como “seres humanos”. Essa referência também foi mapeada na seguinte frase do comentário de José Zimmermann Filho (24 de agosto de 2020): “Como aceitar seres humanos morrendo de frio, com cobertores e agasalhos sobrando em estoques trancados em lojas ao lado?”. Essa escolha é positiva, pois esse é frequentemente objetificado na mídia.

Nesses dois últimos casos de textos de leitores da *Folha*, as construções discursivas que polemizam com as mais recorrentes no próprio jornal sinalizam processos ativos de leitura. Interpretação resistente na direção contrária aparece no comentário “A região da Paulista está toda tomada por moradores de rua e craqueiros. E ninguém pode fazer nada, senão é tachado de preconceituoso e higienista, inclusive por este jornal”, que aciona a metáfora conceitual SITUAÇÃO DE RUA É GUERRA. O comentário de Aimar Matos, de 10 de junho de 2019, é explícito ao representar as pessoas em situação de rua como inimigas que “tomaram um



território”. Evidencia-se uma disputa territorial em que há de um lado a sociedade que estaria perdendo o seu território, grupo em que o autor se insere, e de outro as pessoas em situação de rua e em situação de drogadição. O autor do comentário sugere que as medidas para evitarem a presença dessa população no local são acusadas de preconceituosas e higienistas, avaliação da qual o leitor se distancia: a voz autoral desse comentário é contra a população em situação de rua e favorável às ações higienistas. Já Maria Helena Beauchamp, de 2 de maio de 2017, posiciona-se de forma contrária a essas medidas: “Lamentáveis as atitudes do prefeito de São Paulo: (...) e tira moradores de rua de forma inadequada, usando policiais (...)” No entanto, ela objetifica a população em situação de rua por meio da escolha do termo “tira”.

Mais uma forma de representar negativamente a população em situação de rua é colocá-la, majoritariamente, como ocorre no *corpus*, ocupando a posição de objeto, de paciente ou de sujeito não agente:

- (14) “No artigo ‘Viver na rua não é viver em liberdade’, dois jovens doutores em direito mostram-se aparentemente preocupados com o destino dos moradores de rua (...)” – *Ricardo Dreguer*, 08/07/2012.
- (15) “Ao atirar ao chão um indefeso morador de rua” - *Darcio de Souza*, 05/05/2017.
- (16) “Quando a Prefeitura de São Paulo recolhe pertences de moradores de rua (...)” – *Jair da Silva Santos*, 19/08/2016.
- (17) “Foram quase mil cobertores dados a moradores de rua” (*Ana Swartele*, 25 de agosto de 2019).

Há casos em que as pessoas em situação de rua aparecem como sujeitos agentes, como exemplifico a seguir:

- (18) “Os moradores de rua são mais sensíveis, pois encontram nos animais um amigo protetor, com quem partilham sua pouca comida e aquecem-se mutuamente” - *Claudete Nunes*, 27 de julho de 2013.
- (19) “Também disse que reforcei ao Comando da Guarda Civil Metropolitana que orientasse os GCMs, quando acompanhados por agentes das subprefeituras, a não recolher objetos pessoais nem aqueles que os moradores em situação de rua consigam carregar.” – *Benedito Mariano*, secretário municipal de *Segurança Urbana*, 18 de junho de 2016.
- (20) “(...) praças e calçadas, estão deterioradas e moradores de rua constroem barracas nas vias” (*Roberto Mortari Cardillo*, 06/03/2018)

No entanto, elas apresentam uma agência que evidencia a fragilidade e vulnerabilidade social desse grupo ou que não é positiva sobre o mundo de forma a contribuir para o bem-estar coletivo ou para a organização do espaço urbano.

### 5.2.3 Vozes da lei (endogrupo) e PSR (exogrupo)

Os textos assinados por representantes da lei, em sua maioria, têm como objetivo divulgar o trabalho que esses atores desenvolvem em prol de populações vulneráveis, por meio de instituições como Defensoria Pública e Ministério Público. Dessa forma, há uma autorrepresentação positiva de si. Destaco as seguintes expressões dos artigos da presidente da Associação Paulista de defensores Públicos, Franciane Marques (os quatro primeiros exemplos), do defensor público geral de São Paulo, Davi Depiné, e da defensora pública da União, Luciana Dytz, respectivamente.

- (21) “Nossos Defensores, não raro, são a última esperança de justiça destas 14 milhões de pessoas” (Tendências e Debates, 19/05/2015);
- (22) “Defensoria e os defensores públicos assumem missões valiosas” (Tendências e Debates, 19/05/2015);
- (23) “A Associação Paulista de Defensores Públicos acompanha diariamente a *competência* com que nossos Defensores *têm exercido sua belíssima e indispensável missão*” (Tendências e Debates, 19/05/2015);
- (24) “Por sua dedicação e entrega diária, muitas vezes em jornadas extenuantes e condições inadequadas de trabalho, é que rendemos nossa homenagem a todos os Defensores Públicos do Estado de São Paulo e demais Estados do Brasil” (Tendências e Debates, 19/05/2015);
- (25) “Hoje, a defesa efetiva e eficaz de réus pobres nos tribunais superiores é uma realidade em São Paulo, fruto de um trabalho planejado e de litigância estratégica” (Tendências e Debates, 11/06/2018);
- (26) “A Defensoria Pública da União *sabe* do momento de crise aguda pela qual o país atravessa. E *tem a expertise necessária* para cuidar daqueles mais vulneráveis e ocultos aos olhos da sociedade” (Tendências e Debates, 24/03/2020).

Observa-se, pelas expressões em itálico acima, que a ênfase é dada nas “nossas ações”. Isso faz com que o/a leitor/a associe esses serviços como indispensáveis e, portanto, valorize essas instituições. Por outro lado, “Eles” (pessoas vulneráveis) são representados, em geral, como “beneficiários” do “nosso trabalho”: “cuidar daqueles mais vulneráveis”, “atendimento especializado à população em situação de rua”, “esclarecer os mais vulneráveis sobre seus direitos”. Ou seja, são representados de forma passiva, recebendo cuidados, atendimento especializado e esclarecimentos sobre seus direitos.

No artigo da defensora pública da União, Luciana Dytz, “Eles” (pessoas em situação de rua) foram representados como invisíveis (“ocultos aos olhos da sociedade” – metáfora conceitual SITUAÇÃO DE RUA É INVISIBILIDADE). Pessoas com poder simbólico, como é o caso de quem assina esses textos, ao fazerem essas escolhas, reforçam a exclusão social deste grupo na representação, ainda que ressaltem a necessidade de atendimento. Essas “vozes da lei”

poderiam abordar a situação de rua sob outra ótica, mas aproveitaram de suas posições privilegiadas, e da facilidade para acessar um espaço disputado no jornal, para concentrarem na abordagem sobre o trabalho das instituições que atuam na defesa dos direitos humanos dos vulneráveis, entre outras ações. Sendo assim, o principal discurso que emerge é o dos direitos humanos:

- (27) “(...) embora tenhamos muito a avançar em nossa missão de zelar pela efetiva proteção dos direitos fundamentais das pessoas necessitadas” Tendências e Debates, 11/06/2018).
- (28) “A instituição, por meio dos seus 1.887 membros, vem atuando com afinco na garantia dos direitos (...)” (Tendências e Debates, 05/12/2020).
- (29) “Dia do Defensor Público e de luta por justiça social” (Tendências e Debates, 19/05/2015).
- (30) “(...) esclarecer os mais vulneráveis sobre seus direitos; promover os direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos, gratuitamente, pela via judicial (por meio de processos no judiciário) e extrajudicial (sem processos), o que inclui, por exemplo, a mediação de conflitos” (Tendências e Debates, 19/05/2015).

Vale comentar, nessa seção, o texto “E la nave va, mas para onde?”, de 12 de julho de 2012, assinado por um promotor de justiça e em resposta a outro artigo, produzido por dois advogados, que tratam do largo São Francisco, espaço ocupado por pessoas em situação de rua. O promotor Mauricio Antônio Ribeiro Lopes assumiu uma perspectiva de defesa das pessoas em situação de rua, sendo o único texto deste *corpus* escrito por representante da lei que foge ao roteiro de “falar sobre si mesmo”. O texto ressaltou a heterogeneidade do grupo e a complexidade da busca por uma mitigação de sua vulnerabilidade.

Em “Não é porque sempre os acompanharam ‘o não, o nada, o nunca’ que se tornaram qualquer um e, portanto, qualquer coisa basta”, o autor repete a expressão “o não, o nada, o nunca” usada pelos advogados a cuja intervenção o texto responde. Há, portanto, relação intertextual entre os dois textos. A expressão foi mapeada como metáfora conceitual SITUAÇÃO DE RUA É NEGAÇÃO. Com essa construção, o promotor argumenta que apesar de as pessoas em situação de rua terem seus direitos e a própria existência negados, elas precisam ter sua individualidade reconhecida e respeitada, e não merecem “qualquer coisa” ou qualquer tipo de tratamento. Assim, o promotor age para influenciar a opinião pública.

O promotor também se utiliza de outras metáforas, como em “*Depois de dois anos em situação de rua, são praticamente irresgatáveis pelos métodos já experimentados as pessoas que os doutores querem ver depositadas em albergues*”. O primeiro trecho, em itálico, assume a metáfora conceitual SITUAÇÃO DE RUA É NÃO TER RUMO, e o segundo trecho, sublinhado,

aciona a metáfora conceitual PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA É OBJETO, devido à escolha por “depositadas”. Em um depósito ficam objetos, não pessoas. De novo, há uma articulação intertextual, quando ele se refere aos “doutores”, que são os advogados que assinam o artigo a que ele responde, e à política defendida por eles, que é a do abrigo tradicional. Mesmo buscando esclarecer sobre a população em situação de rua e criticando o posicionamento dos autores, retoma expressões que atribuem características negativas ao grupo.

Em “Desconhecê-los não é tão perigoso *quanto ignorá-los*”, aponta para dois fatos recorrentes: a falta de conhecimento sobre o grupo e a estratégia de invisibilizar a população em situação de rua. A metáfora conceitual PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA É INVISIBILIDADE foi mapeada por meio da expressão em itálico.

Em “As tendas de atendimento formam um oásis no deserto social da atual administração e o Ministério Público sabe reconhecer isso. Já pediu à Secretaria Municipal de Assistência Social que providenciasse uma na região do largo de São Francisco”, há uma construção metafórica relacionada à política pública que disponibiliza tendas para atendimento a populações vulneráveis, na qual valoriza a medida, já que ela é um “oásis no deserto social”. Dessa forma, tem-se uma representação positiva do poder público. Há também uma representação positiva do “Nós”- Ministério Público, instituição onde o autor trabalha, que já estaria atuando para ampliar esse atendimento para o Largo, beneficiando as pessoas em situação de rua que lá ocupam.

Ressalto outro trecho: “Mas há situações em que se prefere a rua a qualquer outra alternativa. E nesses casos o que será feito, remoção ou internação compulsória? Levá-los de um lugar a outro pelas polícias e guardas, impedindo-os de permanecer no espaço público?”. O autor aqui faz referências críticas às políticas públicas do governo paulistano que desloca forçosamente as pessoas em situação de rua, uma representação negativa do poder público. Observa-se uma polarização já recorrente em que “Eles”- pessoas em situação de rua não podem permanecer no espaço público. Pelo conhecimento do *corpus*, infere-se que o resto da população pode. Construções assim reforçam o distanciamento social entre quem pode ocupar os espaços públicos e quem não pode.

Foram codificadas as seguintes metáforas “Não posso deixar de sentir pena de quem considera a insanidade mental uma *válvula de escape* (como se fosse facultativo tornar-se ou não doente) ou de quem acha que a *jaula é moral e não econômica*”. O primeiro trecho em itálico foi mapeado como metáfora conceitual SITUAÇÃO DE RUA É MÁQUINA e o segundo como SITUAÇÃO DE RUA É PRISÃO, ambas em relação intertextual com o texto a que o promotor

responde. Os advogados haviam representado a situação de rua como uma “jaula moral e psicológica”, sugerindo que as pessoas em situação de rua estariam nessas condições por incapacidade delas. No entanto, como pontua o promotor, o fenômeno está relacionado com questões de ordem econômica, e esse é o fator que “aprisiona”. Observa-se, portanto, que o promotor, em todo o texto, articula um discurso que busca romper com as representações negativas acerca do grupo proferidas pelos advogados e inerentes na sociedade.

#### 5.2.4 Políticos (endogrupo) e PSR (exogrupo)

O texto “Omissão de socorro é crime”, escrito pelo então vereador do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) Andrea Matarazzo em 29 de janeiro de 2013, mostra ações públicas em prol de pessoas em situação de drogadição, incluindo crianças e adolescentes. O autor do texto se autorrepresenta positivamente como autor de uma boa iniciativa (“Eu era subprefeito da Sé e encaminhei os meninos aos centros de assistência social”). Já os “beneficiários” dessa iniciativa são representados como recusando a “ajuda” (“Desapareceram em poucos dias. Localizamos um deles, que comentou a monotonia das atividades nos abrigos”).

O autor argumenta que “Palestras e horários rígidos são ineficazes para seduzir quem vive em liberdade”, representando, assim, a situação de rua e de drogadição como liberdade (metáfora conceitual SITUAÇÃO DE RUA E DE DROGADIÇÃO É LIBERDADE). O termo “liberdade” está relacionado com autonomia, independência e livre-arbítrio. A partir disso, o autor sugere que viver em liberdade, não se submetendo a regras, ou seja, ao controle do poder público, é uma opção. E isso é negativo, pois pressupõe tratar-se sempre de uma escolha, e não de consequência das desigualdades que se desdobram do capitalismo ou de rompimento de vínculos ou de doenças.

O texto conta que ele e sua equipe criaram “um programa piloto capaz de atrair o interesse das crianças que moram na rua e usam crack”, novamente uma representação positiva de sua ação. Confirma isso com dados apresentados sobre o programa (“Até 2012, foram mais de 64 mil atendimentos. A taxa de reintegração familiar tem sido de 44%”). Pode-se inferir, portanto, que o autor e sua equipe têm a “solução” para o “problema” (crianças em situação de rua e de drogadição).

O autor se posiciona a favor da internação involuntária dos que vivem em drogadição, medida que o governador Geraldo Alckmin articulou: “Sensível a esse drama, o governador e médico Geraldo Alckmin articulou um programa de internação involuntária dos dependentes

de crack se o risco de morte em decorrência do vício for reconhecido por equipes de saúde e da Justiça”. Ou seja, o autor defende “as ações dos políticos do nosso partido”. Acionando pressuposição (Fairclough, 2001), o autor reconhece que a medida é compreendida como higienismo social: “Não se trata, como insinuam os oportunistas, de ‘limpar as ruas’”. Além disso, refere a política pública como “ajuda”: “E, sim, de salvar gente que vai morrer se não receber ajuda”. Nesse sentido, pode-se entender que ele ativa um discurso assistencialista.

No texto, há também representações negativas de pessoas em situação de rua como “vítimas” (“*vítimas da cracolândia*” e “*Criticar a internação involuntária é politizar a tragédia dos que não podem se defender*”) e como quem não tem rumo (“*vivem apenas para consumir drogas*”). Há uma representação positiva, como “cidadãos”, com reconhecimento de causalidades, ainda que expressas de forma bastante genérica (“*As vítimas das cracolândias são cidadãos que foram parar nas ruas por problemas anteriores*”).

Matarazzo também assina outro artigo, publicado em 4 de dezembro de 2014. Nele, o autor aponta falhas na gestão do prefeito Fernando Haddad – não à toa o texto é intitulado “Um prefeito perdido em suas contradições”. Nesse texto, quando menciona a situação de rua, foca mais nos pontos turísticos e históricos do centro do que nas pessoas: “A região está abandonada. Marcos da cidade, como o Pateo do Collegio, a Catedral da Sé e a Sala São Paulo, *são ilhas cercadas de sujeira* de dia e à noite se transformam em *grandes dormitórios da população de rua*, hoje abandonada pela prefeitura”. Mapeei, nesse trecho, as metáforas conceituais SITUAÇÃO DE RUA É OCUPAÇÃO, LOTE, PROPRIEDADE e SITUAÇÃO DE RUA É SUJEIRA. Existe uma preocupação com o espaço, com a forma como vem sendo utilizado (*grandes dormitórios*) e com sua transformação (*ilhas cercadas de sujeiras*).

O artigo de Paulo Fiorilo, na época vereador do Partido dos Trabalhadores (PT) de São Paulo, intitulado “Visões da cidade”, de 11 de dezembro de 2014, ressalta algumas ações e políticas públicas voltadas para a gestão dos espaços realizadas no governo do prefeito filiado ao seu partido, Fernando Haddad. Ele representa positivamente essas “nossas medidas”. Além disso, menciona que as pessoas em situação de rua reclamavam de abusos cometidos por agentes públicos constantemente. Há uma representação da população em situação de rua como agentes de denúncia, pois atribuem aos servidores públicos a responsabilidade por um ato negativo, de “cometer abusos”. Considero essa uma representação positiva, pois são representados como agentes de uma ação, contrariando a representação mais corrente, como passivos, ou seja, recebedores de uma ação.

Ele ainda critica algumas iniciativas de governos passados, então oposição, como o “chamado banco antimendigo”, dispositivo que tem como objetivo impedir que a população em situação de rua se deite neles. Além disso, menciona o programa Centro Aberto como exemplo de ação pública municipal que buscava ampliar a oferta de espaços de convivência na cidade. Ele destaca que o projeto “está levando as pessoas a usar as praças de um modo como nunca se viu na cidade” e que “grupos de amigos e famílias transformam os espaços públicos na nova praia do paulistano e ainda usam internet sem fio grátis”. Com esses argumentos, é possível inferir que há uma representação em que “nós temos direitos de usufruir os espaços públicos”, pois “nós transformamos os espaços”. Há uma representação positiva de quem “usa praças” e “transforma os espaços públicos”, que exclui as pessoas em situação de rua. Essa representação traz como consequência a garantia do acesso à cidade da classe dominante, ofuscando o direito de acesso de outros grupos. Reforça, portanto, o discurso da desigualdade social ao distinguir quem tem acesso à cidade e quem não tem.

Em “a ocupação das praças já mencionada é um exemplo de uma revitalização de verdade do espaço público”, pressupõe-se que haveria uma revitalização ‘de mentira’, em referência às ações de “revitalização” de governos anteriores, que, de fato, são medidas de higienização, já que visam o deslocamento forçado das pessoas em situação de rua, por meio “abusos constantes”.

O então deputado federal Floriano Pesaro escreve o artigo “Por que morar nas ruas”?, de 20 de fevereiro, de 2019, a partir de uma notícia publicada na própria *Folha*. Em “É fundamental esclarecer que não iremos acabar com *essa chaga*”, ele representa a situação de rua como doença (metáfora conceitual SITUAÇÃO DE RUA É DOENÇA), por meio do termo “chaga”. É possível interpretar que se trata, no mapeamento metafórico, de uma doença crônica, já que “não iremos acabar”. Essa escolha desresponsabiliza os políticos (grupo no qual se inclui) e o poder público de agir para a sua superação, assim agem para minimizar os “sintomas”. Essa representação contribui para a naturalização da situação de rua. Indica ainda que a sociedade é vítima dessa “doença incurável”.

Em “Sem contar o uso abusivo de drogas e de álcool, fundamental desafio para o resgate desses *verdadeiros refugiados urbanos*”, o autor mostra que entende a situação de rua em termos de guerra, devido ao uso de “refugiados urbanos”. Apesar de as pessoas em situação de rua estarem em seu país, precisam lutar diariamente pela sobrevivência. Assim como pessoas refugiadas, buscam se proteger da perseguição que sofrem por ocuparem espaços públicos e causarem incômodo ou sensação de perigo aos outros habitantes, e não tem garantias de seus

direitos de cidadania. Migram de um local para o outro forçosamente ou para acessar meios que lhes garantam a sobrevivência. Essas escolhas linguísticas do produtor do texto revelam um contexto de conflito em que as pessoas em situação de rua estão inseridas.

Em “Sem regras e submetidos a todo tipo de violência e violações de direitos, uma série de convenções sociais é desconstruída”, ele escolhe representar o problema por meio do descontrole (sem regras), permitindo o mapeamento da metáfora conceitual SITUAÇÃO DE RUA É DESCONTROLE. Duas representações negativas para o grupo. Ele representa positivamente a ação do poder público ao afirmar com assertividade: “Acerta a Prefeitura de São Paulo quando propõe uma ação alicerçada no SUAS, utilizando-se da rede de equipamentos públicos a partir dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Especializados (CREAS) com foco na geração de emprego e renda por meio do terceiro setor e da iniciativa privada”.

Em “É imperativa a atuação transversal das secretarias sociais que possibilite atender integralmente as necessidades desses cidadãos, que, como todos nós, são complexos em suas existências”, Pesaro inclui as pessoas em situação de rua no grupo da sociedade civil, de onde, normalmente, são excluídas. Por pressuposição (Fairclough, 2001), o autor classifica as ações voltadas para o grupo como de improviso e higienistas: “Podemos diminuir o número de pessoas em situação de rua sem improviso ou ações higienistas, mas com ações transversais e integradas”. Apesar de representar negativamente o problema (como doença, guerra, prisão e descontrole), constrói um discurso em defesa da emancipação e dos direitos em plenitude das pessoas em situação de rua (“É missão de todos trabalhar para que elas sejam emancipadas e plenas em seus direitos”).

Vale comentar também o texto de Ricardo Young. Quando escreveu o artigo, em 24 de dezembro de 2013, era vereador de São Paulo. Ele compara as pessoas em situação de rua aos “dálits” da Índia, sendo assim as representam como “os nossos intocáveis”. Em “O incômodo que geram, dia após dia, é substituído pelo sentimento de impotência do paulistano. O que sobra é o estigma e a indiferença”, o autor avalia a população em situação de rua como um grupo que gera incômodo e os paulistanos, grupo no qual se inclui, como aquele que não tem poder, força para fazer algo diante dessa questão. O termo “indiferença” foi mapeado como metáfora conceitual SITUAÇÃO DE RUA É INVISIBILIDADE. Há nesse trecho, portanto, duas representações negativas da população em situação de rua (geram incômodo e são invisíveis), contraditórias, pois se incomodam, é porque são visíveis.

Em “Enquanto a maior reclamação dos movimentos da população em situação de rua é que o setor público age sem falar com eles, a Câmara Municipal tem exatamente esse papel: ser



o fórum permanente para o diálogo com a cidade. A Comissão de Direitos Humanos, da qual sou membro, deve ser o espaço para discutir essa questão com prioridade, promovendo a unificação das legislações, convocando autoridades implicadas e fiscalizando ações”, representa o movimento da população em situação de rua positivamente como aquele que age, que denuncia, enquanto o setor público é representado negativamente, como aquele que não dialoga. A Comissão de Direitos Humanos, da qual o autor é membro, é representada positivamente, pois realiza o que poder executivo não faz. Porém, ele modaliza o papel dessa comissão ao usar o termo “deve ser”, em vez de “é”. Sendo assim, desresponsabiliza a instituição caso não cumpra com essa função.

### 5.2.5 Igrejas e População em situação de rua

Vozes religiosas são responsáveis por cinco textos, sendo três deles escritos por representantes da Igreja Católica. Desses, dois são do frei Betto, que é um militante de movimentos pastorais e sociais, e o outro do padre Júlio Lancellotti, pedagogo e pároco da paróquia de São Miguel Arcanjo no bairro da Mooca que realiza há mais de 40 anos trabalhos sociais voltados a pessoas em situação de rua. Em 2021, foi um dos vencedores do Prêmio Zilda Arns pelo reconhecimento pelo seu trabalho em benefício da população em situação de rua e, em 2022, agraciado com o Prêmio Juca Pato, de intelectual do ano. A honraria é dada pela União Brasileira de Escritores a pessoas com contribuições significativas a literatura, desenvolvimento do país e democracia. Os outros dois textos foram assinados por representantes da igreja evangélica Universal do Reino de Deus, o bispo Domingos Siqueira e o fundador e líder da IURD, Edir Macedo.

O artigo sobre a Igreja Universal de Deus, assinado pelo bispo Domingos Siqueira e publicado em 1º de dezembro de 2016, destaca ações e valores positivos da entidade. Esse esforço em divulgar mais informações sobre a instituição decorre do “massacre midiático que a Universal sofreu durante a campanha eleitoral”, o qual também foi direcionado “contra o futuro prefeito Marcelo Crivella”.

Dessa forma, a Igreja Universal do Reino de Deus se utiliza desse espaço da *Folha* com a estratégia ideológica de autorrepresentação positiva desse “nós”, sugerindo que eles fazem aquilo que o governo não faz (“cuidamos dos segregados e abandonados por governantes e pela sociedade: moradores de rua, viciados, mulheres vítimas da violência, encarcerados, jovens carentes, idosos”) e usando jogo de números (“Foram mais de 2,6 milhões de beneficiados por nossos programas sociais somente de janeiro a outubro de 2016. Hoje, de cada cem brasileiros, um recebe apoio da Universal”), como forma de “ênfatisar nossas realizações” e de gerar

credibilidade para a entidade, a qual poderia ter sido abalada em decorrência desse “massacre midiático durante a campanha eleitoral”.

O bispo Edir Macedo escreveu em 9 de julho de 2017 divulgando sua igreja, que naquela data completava 40 anos de existência. Portanto, enfatizou aspectos positivos da instituição: “Ninguém poderia imaginar que estávamos iniciando um dos maiores movimentos de fé e de solidariedade que, rapidamente, ganharia o Brasil e se espalharia pelo mundo”. Para valorizar as ações da Universal, também recorreu ao jogo de números: “Nossos 7.157 templos e catedrais instalados em todos os Estados e no Distrito Federal e nossas 2.857 igrejas no exterior são campo fértil para encontrar gente que se reencontrou com a vida e hoje prospera”; “Resgatamos dependentes do inferno do vício. Somente em 2016, foram mais de 55 mil auxiliados por nosso programa Vício Tem Cura”; “Acolhemos moradores de rua, em um total de 560 mil atendimentos por ano, em nossos ‘Anjos da Madrugada’”). Dessa forma, angaria mais fiéis para a igreja.

O texto do padre Júlio Lancelloti “A população e a rua”, publicado em 26 de setembro de 2020, é raro no corpus porque enuncia sentidos de interesse da população em situação de rua. O artigo, intitulado “A população e a rua”, traz críticas às ações e políticas públicas voltadas ao grupo e, ao mesmo tempo em que aponta caminhos, desmistifica rótulos sobre essa população.

O autor expõe que as pessoas em situação de rua são “vítimas da especulação imobiliária” (“A propriedade e a especulação ferem e matam”). Em seguida, profere um discurso de luta em prol do grupo: “Conviver com a população em situação de rua é resistência e denúncia da opressão e da banalização da miséria a que são submetidos”, que também pode ser observado no seguinte trecho: “Que os sofrimentos, ameaças e ataques destes tempos nos ajudem a lutar para sermos fiéis e não desanimarmos na busca de mais fraternidade e partilha”.

Em “A vida, em todas as dimensões, é negada e reprimida”, a metáfora conceitual mapeada é SITUAÇÃO DE RUA É MORTE. A população em situação de rua tem seus direitos negados, está vulnerável ao frio, à fome, à violência, à desassistência do Estado, dentre outras adversidades. Todos os fatores que conferem vida são negados a essas pessoas, ou seja, a vida lhes é negada pela sociedade. O padre expõe que o sofrimento do outro não importa: “Não se levam em conta os sentimentos, as emoções”, isto é, os elementos humanos não são considerados, e as pessoas em situação de rua são por isso tratadas como objetos.

As expressões “Não aceitamos a zeladoria urbana que considera as pessoas como lixo, que furta seus poucos pertences” e “Neste tempo de pandemia, precisamos refletir e nos

comprometer a olhar com compaixão o sofrimento dos descartados”, há o uso de “pessoas como lixo” e o termo “descartados”, que são do domínio fonte lixo, mas, por economia analítica, foram organizados na metáfora conceitual PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA É SUJEIRA. De acordo com Rodrigues e Fernandes (2020), a sociedade aceita e permite que os cidadãos em situação de rua sejam ignorados em dignidade e tratados como lixo. Para os autores, trata-se de “uma espécie de ignorância estratégica” (Rodrigues; Fernandes, 2020, p. 15).

Em “Não aceitamos segurança pública racista que sempre os trata como suspeitos”, há uma polarização em que pessoas em situação de rua são “vítimas” da ação de zeladoria urbana e do Estado, responsável por essa medida e pela segurança pública, ou seja, é o agente que “furta os pertences” (trecho reproduzido no parágrafo anterior) e é “racista”. Trata-se de mais uma representação negativa do Estado. Em “sempre os trata como suspeitos”, pode-se afirmar que há uma avaliação atribuída a outrem, pois o Estado é representado em sua consideração pressuposta do grupo como perigoso.

Observa-se nesses dois trechos que há uma estrutura de pressuposição em “Não aceitamos”. De acordo com Fairclough (2001), pressuposições são proposições tomadas pelo/a produtor/a do texto como já estabelecidas ou ‘dadas’. Dessa forma, pode-se interpretar que as situações em que “a zeladoria urbana considera as pessoas como lixo, que furta seus poucos pertences” e “a segurança racista que os trata como suspeitos” são frequentes. Nessas ocorrências o padre é veemente ao afirmar duas vezes no mesmo parágrafo: “Não aceitamos”.

O produtor do texto desvincula o grupo do uso de álcool e drogas (“A população em situação de rua não é toda dependente de álcool e de outras drogas”), uma associação frequente na mídia, como já abordei. Essa diferenciação entre pessoas em situação de rua e de drogadição e aquelas não usuárias de substâncias psicoativas é necessária e positiva dada a hegemonia da representação midiática negativa. Ele também desmistifica o rótulo de que as pessoas empobrecidas sejam criminosas, vinculação também muito comum na imprensa: “Não são as pessoas em situação de rua que adulteraram álcool em gel nem superfaturaram respiradores durante a pandemia”. Nesse trecho, por outro lado, há a representação negativa de empresários que superfaturaram álcool em gel e respiradores altamente procurados no primeiro ano da pandemia de Covid 19. Além da especulação visando maior lucros, cometeram outros crimes além de atentar contra a saúde pública. Os governantes que compraram esses respiradores com preços incompatíveis com o mercado foram coniventes com a corrupção, ou dela beneficiários.

Outra passagem traz representação negativa do Estado, como sendo ineficiente, já que demorou a agir nesse período pandêmico, deixando muitas pessoas em situação de rua “à espera

de socorro —que, em vários lugares, tardou a chegar”. Em “As redes hoteleiras poderiam ter sido mais solidárias e acolhedoras”, há um efeito negativo também para o grupo de empresários que não se sensibilizaram como deveriam à causa naquele momento. Mais representações negativas do governo podem ser encontradas no terceiro parágrafo, pois mostra que esse ator tem sido ineficaz em sua atuação, já que as políticas públicas são “insuficientes e cerceadoras da autonomia”. Além disso, são agentes de repressão e violência (“reprimidas e tratadas com repressão e violência”, “Reprimir e criminalizar é pouco eficiente”).

O sacerdote apresenta um caminho real e concreto: “a renda mínima”, baseado em sua vivência com o grupo. O principal defensor da medida é o vereador de São Paulo, Eduardo Suplicy, que não foi citado no texto, mas é implicitamente evocado pelo padre. As alternativas são os consultórios de rua, também representados positivamente, já que “deram exemplo e testemunho de presença, como na cidade de São Paulo”. O autor termina o texto desafiando a sociedade a “considerar fraternalmente a população em situação de rua”, buscando aproximar os grupos.

Pode-se afirmar que o padre, além do discurso de luta, tem um discurso social e se autorrepresenta positivamente por meio das suas ações e por meio daquilo que ele preconiza. Ele também representa a população em situação de rua positivamente, por meio da sua dignidade. Por outro lado, há a representação negativa do governo e do empresariado. Esses atores sociais (pessoas em situação de rua, governo e empresários) compõem os exogrupos, um por oposição, e portanto polarização, outro por afinidade (o que não é o mesmo que filiação - o padre não faz parte desse grupo, e por isso segue sendo um grupo externo à identificação de Júlio Lancellotti, mas ele evoca interesses do grupo, e os defende).

A relevância da análise desse texto é o realce de representações das pessoas em situação de rua que fogem do senso comum e das associações depreciativas encontradas constantemente no *corpus*, as quais impactam a maneira como a sociedade as percebe e como se relaciona com elas. Essas representações, embora minoritárias, também existem na *Folha*.

### **5.3 Reflexões**

O mapeamento das metáforas e chaves conceituais foi útil para revelar sentidos implícitos, os quais evidenciam pensamentos dominantes que a sociedade vem ao longo dos anos construindo sobre a população em situação de rua. Conceituar a situação de rua como guerra, ocupação, cena, e as pessoas como objeto, doença e invisibilidade, por exemplo, faz parte de uma

formação ideológica que o discurso da imprensa constrói e consolida, influenciando na percepção, nos valores e nas crenças que se nutrem sobre o grupo.

A aplicação do quadrado ideológico por grupos foi fundamental para perceber que as características e ações negativas de pessoas em situação de rua sobressaíram, comparando com outros grupos. Os atores sociais que escreveram os editoriais e os artigos publicados são pessoas, de forma geral, em defesa de seus próprios interesses, que apresentaram uma imagem positiva de si, enquanto a população em situação de rua, sem acesso ao discurso público, ficou sujeita a representação desses atores, no mais das vezes negativa.

Por meio das metáforas e polarizações, os editoriais representaram a população em situação de rua como invasora, indisciplinada, perigosa, objeto, doença, dentre outros rótulos mapeados. Essas representações negativas servem de justificativa para as ações de deslocamento forçado de grupos. Dessa forma, o jornal alinha-se com a política de “limpeza social” praticada historicamente pelo poder público de São Paulo. Esses sentidos muito crus, no entanto, não são mostrados abertamente nos editoriais, mas podem ser revelados em análises.

O posicionamento da *Folha* é coerente com os discursos da insegurança e do medo disseminado pelos editoriais, os quais demandam ações. Notamos ainda discursos de naturalização da desigualdade social e assistencialistas. Por meio dos discursos assistencialistas, o jornal se utiliza da sua posição privilegiada para cobrar políticas públicas do governo, políticas necessárias, demandadas também pelos movimentos da população que vive nas ruas. Mas, contraditoriamente, os editoriais da *Folha* frequentemente negam os direitos da população em situação de rua (principalmente seus direitos à saúde e à fruição dos espaços públicos). Pode-se perguntar então sobre os tipos de assistência que esses editoriais preconizam, e aqueles que prefere calar, ou mesmo criticar abertamente.

Por meio do Painel do Leitor, representa-se a população em situação de rua como objeto, invisíveis, violentos, viciados e inimigos. São construções que contribuem para exclusão, desumanização e invisibilização desse grupo social. Por outro lado, também foram representadas em sua humanidade, como vítimas de servidores públicos violentos e de serviços públicos precários, e por meio de suas vulnerabilidades. Algumas publicações são favoráveis às medidas higienistas e outras contrárias, demonstrando que a *Folha* diversifica os pontos de vistas que publica, atitude imprescindível para poder se dizer um jornal “plural e apartidário”. Prevaleram os discursos assistencialistas e de solidariedade, os quais reforçam práticas caritativas e não contribuem para pressionar o poder público por políticas públicas intersetoriais mais eficientes.

Pelas vozes da lei, o grupo foi representado como beneficiário da atuação da Defensoria Pública, principalmente, e o discurso que prevaleceu foi o da defesa dos direitos humanos. Os autores dos artigos não se valeram de suas posições de privilégio para trazer outras representações da população em situação de rua, com exceção do texto do promotor de Justiça Mauricio Antônio Ribeiro Lopes, que teve como motivação responder a um artigo publicado pelo jornal, no qual os advogados autores demonstram mais preocupação com a questão territorial do que com a questão humana, além de culpabilizar as pessoas por suas próprias condições, dissimulando a questão histórica e econômica do fenômeno, como mostra Resende (2022).

Os políticos que assinaram textos no Painel do Leitor aproveitaram os espaços discursivos da *Folha* para falar de suas ações e, principalmente, para apontar falhas nas gestões dos seus opositores. Quando optaram por esse viés, exploraram discursos defendendo medidas em prol do grupo, desresponsabilizando-se pelo problema e culpando outros representantes do poder público. Não debateram, em seus textos, a raiz do problema e nem a especulação imobiliária que fomenta as disputas territoriais. Porém, trouxeram questões relativas à “revitalização” dos espaços públicos que acabam por deslocar quem está em vulnerabilidade, levantando questões sobre quem tem direito a usufruir dos espaços públicos e ecoando o discurso da desigualdade social. Representaram o grupo como quem recusa ajuda e por meio de associações com doença, guerra, descontrole e ocupação. Outras representações mapeadas foram a de vítima, enfatizando a fragilidade do grupo, e a de cidadãos.

A Igreja evangélica enfatizou a representação de pessoas em situação de rua como beneficiárias de ações caritativas. Já o Padre Júlio Lancellotti buscou realçar representações das pessoas em situação de rua que fogem do senso comum e das associações depreciativas encontradas constantemente na mídia em geral. Textos como o do pároco e o do promotor Mauricio Antônio Ribeiro Lopes mostraram que essas representações, embora minoritárias, também existem na *Folha*, o que é extremamente positivo.

Apesar de haver esse espaço para representações alternativas, o jornal opta por não tratar o problema a partir da perspectiva do grupo, mas sim a partir de seus próprios interesses. Diante do que foi exposto, é possível afirmar que a representação da população em situação de rua na *Folha*, por meio dos textos opinativos, inferioriza o grupo, suas atitudes, nega seus direitos e ainda dissemina uma ideologia classista.

## 6 O QUE DIZEM AS IMAGENS DO *CORPUS* SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA?

Este capítulo é dedicado à análise das 81 imagens que compõem textos multimodais no *corpus* desta pesquisa. Meu objetivo é compreender o que as imagens dizem sobre a população em situação de rua. Busco também identificar se há um padrão na representação do grupo em imagens e que discursos são construídos. Minha intenção é investigar se o jornal traz outras representações além daquelas já encontradas e comentadas no capítulo anterior ou se as representações e discursos se repetem tanto no texto verbal como no visual. Esse entrelaçamento entre texto e imagem é relevante para alcançar o objetivo desta tese, que é responder à pergunta: como a *Folha de S. Paulo* representa a população em situação de rua nos textos opinativos ao longo de uma década (2011 a 2020)?

As análises de imagens neste capítulo são baseadas, principalmente, nas categorias da GDV (van Leeuwen, 2021). Além desse aporte, as metáforas e as polarizações endogrupo-exogrupo foram fundamentais para desvelar conteúdos implícitos nas fotografias. Embora essa estratégia discursiva não tenha sido teorizada para analisar elementos não verbais, sua aplicação nas imagens foi útil.

Em vez de as estruturas polarizadas ocorrerem por meio de expressões modais, pronomes, repetições, rimas e expressões definidas que enfatizam características negativas dos grupos, isso se dá por meio das cores, que também são formas de construir sentidos. Por exemplo, o grupo empobrecido é representado com tons escuros enquanto o grupo mais “abastado” com tons claros. As próprias cores carregam consigo metáforas. Enquadres e saturação são também formas de enfatizar características positivas e negativas dos grupos sociais. Ou seja, todos esses recursos podem ser portadores de ideologias. Isso significa que as escolhas na hora da captação da imagem e depois na edição contribuem para a construção de significados e disseminação de ideologias, assim como as escolhas de imagens específicas para a composição das matérias entre a diversidade de possibilidades de representação imagética da rua.

Este capítulo se organiza em quatro sessões, além das reflexões ao final. Busco, primeiramente, entender como o jornal credita e legenda das imagens, e se utiliza ou não banco de imagens (fotos de arquivo). Essas informações são detalhadas na primeira seção. Na seção seguinte, organizo as imagens em três grupos: pessoas, cenários e ações sociais e governamentais. Na terceira seção, trago as análises feitas à luz das categorias de van Leeuwen (2021) com adaptação para este trabalho. Considerarei as três categorias ideacional (subcategoria:

estrutura representacional, narrativa, conceitual e as duas), interativa (distância: tomada de perto, tomada de longe e plano médio; olhar: direto e indireto; poder: ângulo de inferioridade, igualdade e superioridade) e composicional (pessoas, pessoas em situação de rua e objetos).

Na quarta parte, tomo como base as metáforas visuais e abordo como elas constroem significados implícitos. Busco comparar se a *Folha* utilizou as mesmas metáforas no campo visual e no verbal. Tanto na terceira como na quarta seção, aponto as imagens com polarizações. Além disso, destaco aquelas que são exemplares do *corpus* e a partir das quais apresento os resultados.

### **6.1 Fotos de arquivo, legenda, crédito e galeria de imagens: como a *Folha* trabalha essas informações?**

Ao iniciar as investigações, contei com auxílio do NVivo para fazer um mapeamento dos dados gerais. No software, em *Classificação de fontes*, criei os seguintes *Valores de atributo*: *Banco de Imagens*, *Editoria*, *Faz parte de galeria de imagens?*, *Legenda menciona espaço físico?* Esses atributos foram então preenchidos com as informações de cada texto visual.

Em *Banco de Imagens*, a intenção foi saber se a foto foi captada para aquele texto multimodal específico ou se faz parte de arquivo, ou seja, de um banco de imagens. Em *Editoria*, a ideia foi verificar em quais cadernos as imagens foram dispostas, isto é, Editorial, Tendências e Debates ou Painel do Leitor. O atributo “*Faz parte de galeria de imagens?*” serviu para quantificar as imagens que utilizavam esse recurso visual. Já o atributo “*Legenda menciona espaço físico?*” foi criado a partir da minha percepção de que muitas legendas faziam referência a locais onde as imagens foram feitas, que levou ao interesse por observar essa questão.

Dos 81 textos que contém fotografias que remetem à situação de rua em sua composição, 72 imagens fazem parte de oito galerias de imagens (ver apêndice D). Desde a reformulação do portal da *Folha de S. Paulo*, em 2017, como já comentado, o veículo tem feito amplo uso desse recurso, que é muito útil para gerar cliques e mais tempo de permanência nos sites de notícias. Trata-se de uma ferramenta importante para medição de audiência eletrônica.

Todas as galerias neste *corpus* fazem parte de textos da seção Tendências e Debates, sendo que uma consta também um texto um comentário do Painel do Leitor. Ou seja, a mesma galeria é usada em textos de seções diferentes do jornal. Duas imagens compõem dois textos multimodais da seção Editoriais, sendo que uma dessas fotos, que ilustra um editorial, também faz parte de uma galeria de imagens. As outras estão inseridas no Painel do Leitor. Dessas, apenas uma foi enviada pelo leitor e, nesse caso, o jornal creditou a foto da seguinte maneira:



Luís Davi/ Leitor e, no título, explicitou novamente essa informação: “Leitor flagra morador de rua usando cachorro como travesseiro”.

Houve uma imagem publicada no Painel do Leitor que também parece ter sido enviada pelo leitor, mas a *Folha* não deixou claro esse dado. O autor do texto também é creditado na foto, mas não como foi na imagem enviada por Luís Davi. Ao lado do nome do autor estava escrito *Folhapress: Devanir Amâncio/ Folhapress*. Pesquisei por esse nome na Internet e encontrei outras fotos de pessoas em situação de rua em que ele é creditado. Pelo que entendi, ele não faz parte dos profissionais da *Folha*, mas pode ter cedido/vendido a imagem à *Folhapress*, que é a agência de notícias do *Grupo Folha*. Esta disponibiliza textos e fotos diariamente a jornais e revistas de todas as regiões.

Segundo o próprio site, a *Folhapress* possui um acervo de fotografias que reúne mais de uma década de produção jornalística diária, constituindo-se como o primeiro banco de imagens online de fotojornalismo do Brasil. Esse dado reforça a relevância de olhar para representações em imagens da *Folha*, pois esse material pode ser usado em diferentes momentos e em outros veículos de imprensa.

Com exceção da foto enviada pelo leitor Luís Davi, todas as outras fazem parte do acervo da *Folhapress* e já tinham sido utilizadas anteriormente em outras produções. Isso significa que as imagens escolhidas generalizam a situação de rua e quem vive nessas condições, já que a mesma fotografia pode ser usada em vários contextos. Mostra ainda que é da *Folha* a responsabilidade pela seleção das fotografias que vão compor os textos da seção Tendências e Debates e do Painel do Leitor, e não de seus/suas autores/as. Essa informação, inclusive, foi confirmada pelo editor da seção, Cesar Camasão, em entrevista para este trabalho:

- (31) *Cesar Camasão*: É uma seleção subjetiva. Por exemplo, vamos partir da sua tese, população de rua. Então, tem algum texto sobre arquitetura, agora não lembro o termo.
- (32) *Daniele*: *Arquitetura hostil?*
- (33) *César Camasão*: É. Eu vou publicar muito provavelmente uma foto de uma marquise com aqueles preguinhos, que é para o cara não deitar. Geralmente, é ligado a isso. E as galerias também. A gente produz, a fotografia também produz, e tem milhares de galerias, e a gente tenta, como elemento gráfico, foto das galerias, que são um conjunto de fotos, gráficos, tabelas, artes etc. Quanto mais componente gráfico, melhor.
- (34) *Daniele*: *São fotos de arquivos normalmente, né?*
- (35) *César*: Geralmente, sim. (Entrevista Camasão, 2023)

Observei que as fotos foram reutilizadas para compor os textos desse *corpus* multimodal fazendo uma busca no portal, pois, muitas vezes, essa informação não foi dada na apresentação da imagem, o que pode levar o/a leitor/a a interpretações erradas. A *Folha* credita as imagens colocando o nome do fotógrafo, uma barra, seguida do escrito *Folhapress*, por exemplo *Zanone Fraissat/Folhapress*. Encontrei menções à data das fotografias no crédito da foto, como *Rubens Cavallari - 28. jan.20/Folhapress*, em duas publicações. Em duas galerias, a data em que a foto foi capturada constava na legenda.

Como o número de galerias de imagens nesse *corpus* despertou minha atenção, busquei também referências na internet que explicassem sobre elas e encontrei o artigo “Quando imagens precisam de palavras”, publicado em março de 2019, escrito pela então ombudsman da *Folha*, Paula Cesarino Costa. Ela reflete sobre as fotografias no jornal, a partir de questionamento de leitores/as:

[...] A edição de fotos sem critérios claros e a identificação confusa de personagens de imagens publicadas são motivo de reclamações dos leitores. Uma fiel assinante da *Folha* relata exemplo que a irrita. “As eleições passaram, Bolsonaro já ganhou. As fotos que aparecem no meio dos artigos continuam a mostrar a cara do Bolsonaro, a cara do Bolsonaro, a cara do Bolsonaro, a cara do Bolsonaro”. Mesmo quando o tema da reportagem poderia buscar algo mais criativo. Imagino que seja alguma automatização do sistema, mas é uma forma pouco inteligente de resolver a questão.” Ela pergunta qual a razão de repetir as fotos no meio de artigos e reportagens em que o presidente aparece como tema.

A editora de Digital da *Folha*, Camila Marques Braga, explica que as galerias de fotos *formam narrativas em imagens que podem contar uma história atemporal*. “É uma forma de mídia digital que engaja bastante o leitor, faz com que permaneça mais tempo interagindo com o conteúdo e amplie o tempo de leitura.”

Em tese, a definição é clara. Na prática cotidiana, muitas das narrativas têm provocado mais ruído do que informação. Na semana passada, naveguei aleatoriamente pelo site. Não foi difícil levantar problemas.

Na reportagem sobre o crescimento da economia nacional no ano passado, há uma galeria com seis fotos sob o título “Entenda o desempenho do PIB de 2018”. Nenhuma das imagens se prestava àquilo que o título prometia. Eram fotos frias, antigas e sem identificação.

É certo que fotos ajudam a ganhar cliques importantes para a contabilidade de audiência eletrônica, mas, no caso, o leitor ganharia mais em informação se tivesse a seu dispor gráficos que explicassem o desempenho da economia.

*A Folha precisa mudar urgentemente o modo como são tratadas essas galerias, dominadas por um automatismo antijornalístico e ineficiente.*

Além da edição equivocada, a identificação dessas imagens é com frequência imprecisa, quando não errada ou inexistente. *A ausência da data em que a foto foi feita pode até levar à compreensão errônea.*

Como o Manual da *Folha* explica, “a legenda, ou descrição da foto, é um dos primeiros elementos de atração do interesse do leitor e merece tanto cuidado quanto os títulos (Costa, 2019).

Diante da afirmação da editora da seção Digital do jornal, Camila Marques Braga, que as galerias “formam narrativas em imagens que podem contar uma história atemporal”, ficam alguns questionamentos: se formam narrativas atemporais, as imagens são meramente ilustrativas? Já que as fotos e galerias de imagens se repetem em diferentes textos, a *Folha* então padroniza algumas narrativas para contar uma história atemporal?

Neste contexto, vale destacar a galeria “Moradores de rua de SP”, que compõe o artigo “Em que cidade vive o prefeito”, de 28 de janeiro de 2020, que discute problemas da cidade, sendo um deles o aumento da população em situação de rua. A galeria é composta por 12 imagens que abordam contextos relacionados a pessoas em situação de rua em situações rotineiras, como dormindo em espaços públicos, expostas ao frio, participando de projeto social, sendo abordadas por agentes sociais e participando de almoço solidário em igreja. Nesta galeria, as legendas trazem as datas dos registros e colocam o *link* de matérias que estão relacionadas com as imagens. Se houver a intenção do/a leitor/a de saber mais sobre o acontecimento que está capturado, é só recorrer ao *link*. Dessa forma, essa sequência de imagens cria outra narrativa, diferente do texto verbal que apoia, e pode compor qualquer texto que aborde a situação de rua, como também pode ser lida sem necessidade do auxílio da reportagem e/ou artigo de opinião. Sendo assim, essa galeria funciona como um recurso que traz uma “narrativa atemporal”, funcionando a serviço da manutenção de estruturas de dominação, já que reifica a situação de rua, apresentando-a como não só como atemporal, mas como permanente e natural (Thompson, 2002).

A ombudsman também afirma que essas galerias são dominadas por um “automatismo, antijornalístico e ineficiente”. Ela assume, portanto, que o jornal não tem tanta preocupação no tratamento das imagens, como tem com os textos. Tive essa mesma percepção de Paula Cesarino ao constatar que há galerias que não têm relação direta com os textos. É o caso da galeria “Religiosos se unem para ajudar população de rua de SP: Iniciativa se intensificou com a pandemia do novo coronavírus”, incluída no artigo “Fui expulso do Novo com alegações falsas e denúncias descabidas”, de autoria de Filipe Sabará, de 28 de outubro de 2020, publicado na seção Tendências e Debates. O texto aborda a trajetória profissional do autor, com o

propósito de sugerir que o partido político, ao expulsá-lo, teria cometido uma injustiça. No texto, Sabará cita que fundou a Associação de Resgate à Cidadania por Amor à Humanidade (Arcah), uma ONG que se tornou referência no atendimento à população em situação de rua. Logo a seguir a essa informação, foi inserida a galeria mencionada, mostrando religiosos fazendo doação de alimentos. No entanto, esses religiosos não têm relação com a ONG citada e nem com os trabalhos realizados pelo autor. A *Folha* optou por uma que galeria que retratasse, de alguma forma, qualquer atendimento à população em situação de rua, de uma forma genérica e não específica da situação retratada.

O mesmo ocorre com o comentário intitulado “Para leitor, quartéis deveriam atender moradores de rua”, de 11 de janeiro de 2020, ilustrado pela galeria “Vida nas ruas”, publicado no Painel do Leitor. Enquanto o leitor Célio Borba comenta sobre a ineficiência dos centros de apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade de Curitiba, sugerindo que o Exército fizesse esse serviço, a galeria traz sete fotografias que representam pessoas em situação de rua em diversos contextos da rua, menos sendo atendidas. Essa mesma galeria compôs o artigo “A população e a rua”, assinado pelo padre Júlio Lancellotti, e veiculada no dia 26 de setembro de 2020.

O artigo “Imaginação no poder”, publicado em 2 de setembro de 2019, é ilustrado por três galerias, sendo que só uma compõe este *corpus*, já que as outras não tematizam a rua, uma é sobre setores que usam plástico e seus impactos no planeta e a outra sobre queimadas na Amazônia. As três galerias se relacionam com o texto na medida em que a autora Milly Lacombe aponta o aumento da população em situação de rua e a impossibilidade dela se manter alheia ao fenômeno, cita que a indústria do plástico é responsável por gerar “lucros colossais” e menciona quilombos e aldeias, como “lado do silenciado, do excluído, do injustiçado”.

Com o título genérico “Moradores de rua em SP”, a galeria deste texto que tematiza a rua trouxe registros de pessoas em situação de rua em vários contextos, como na fila para receber senha para almoço e dormindo em diferentes espaços, ou seja, em ações rotineiras do grupo. No entanto, trata-se de mais uma forma de reificar o fenômeno, pois coloca o fato de dormir em lugares públicos e de depender de doações para comer como natural e permanente. Isso só contribui para manter as relações de dominação e a disseminação da ideologia de classe.

Esses exemplos são sintomáticos de práticas de automatismo de produção em que se recorre ao banco de imagens e procura fotos ou galerias para adicionar aos artigos com a intenção de incrementar os cliques, o tempo de permanência e, conseqüentemente, as cifras geradas por meio desse recurso. Sobre essa questão, o editor César Camasão comenta:

- (36) Ah, sim. As imagens são fundamentais, claro, são correlatas com o texto. O uso de galerias tem também um componente comercial, editorial. Editorial porque dá para atrair leitor, mas a gente fomenta o uso de galerias na *Folha* para prender o leitor, para ele poder continuar no texto. Aí tem uma série de métricas. Então, a galeria tem essa função. Talvez puxar os links também para puxar para outros textos e tornar a presença do leitor daquele texto que fique maior tempo possível dentro da *Folha* e que, quem sabe, ler outros artigos, outras reportagens de assuntos que fazem parte daquele texto. (Entrevista Camasão, 2023)

Paula Cesarino (2019) concorda que a ausência da data em que a foto foi feita leva a interpretações errôneas e ressalta a importância das legendas que, segundo ela, é um dos primeiros elementos de atração do interesse do leitor e merece tanto cuidado quanto os títulos. No entanto, posso afirmar que esse cuidado não tem sido tomado, ou pelo menos, quando se trata da população em situação de rua. Por exemplo, três fotos da galeria “Vida na rua” receberam o mesmo texto genérico na legenda: “Moradores de rua na região central de SP”. Já na galeria “Moradores de rua em bairros nobres de S. Paulo”, todas as 13 fotos receberam a seguinte legenda: “Moradores de rua se espalham pelos arredores do centro de SP e provocam reações”.

Ainda sobre as legendas, 47 imagens, ou seja, a maioria, menciona a questão espacial: “na região central de SP”, “nas ruas Oscar Freires, nos Jardins”, “na praça Dom José Gaspar”, “o Pateo do Collegio”, “na praça da Sé”, “na porta do prédio da Pinacoteca, em frente à praça da Luz, próximo à cracolândia”, dentre outros exemplos. Inclusive, chama atenção a imagem (33)<sup>27</sup>, que traz várias pessoas dormindo cobertas, uma ao lado da outra, cuja legenda “Pateo do Collegio, onde há concentração de moradores de rua”:

---

<sup>27</sup> No apêndice E, estão dispostas todas as imagens com suas referências, legenda e link.

(37)



(Tendências e Debates, 02/09/2019)

Essa mesma legenda se repete na imagem abaixo, que captura o momento em que uma pessoa em vulnerabilidade está sentada, comendo:

(38)



(Tendências e Debates, 02/09/2019)

Ou seja, duas imagens completamente diferentes, mas com a mesma legenda que apresenta o espaço físico da foto, como se fosse o elemento mais importante, como demonstrado no excerto visual 0. Além disso, é possível também observar a ocorrência da metáfora de concentração na foto 33, “onde há concentração de moradores de rua”. A Foto 33 também foi utilizada no Editorial “Desalento ao Relento”, de 19 de julho de 2019, com a diferença de ter a coloração modificada, de colorida para preto e branco, conforme as características da seção.

(39)



(Editorial, 17/07/2019)

Na imagem (35), a legenda descreve a cena, mas mantém o foco no espaço ao explicar que se trata de um local representativo para a cidade, com importância histórica: “Homens e mulheres dormem diante do Pateo do Collegio, marco da fundação da cidade de São Paulo”. Mais do que indicar onde a população em situação de rua se encontra, a ênfase, na verdade, sugere preocupação com a ocupação desses espaços públicos.

Apesar de o Manual da Redação da *Folha* (2008, p. 44) estabelecer que é de “responsabilidade do repórter-fotográfico elaborar legenda informando data, local, horário e contexto de cada foto de sua autoria, assim como identificar os personagens que nela aparecem, com as respectivas idades”, apenas 18 fotos trazem a identificação das pessoas em situação de rua. São elas: F13, F14, F15, F16, F25, F32, F39, F40, F41, F42, F50, F51, F57, F58, F59, F62, F73 e F74, sendo que as fotos F13, F14, F15, F16 e F62 possuem a mesma legenda: “O morador de rua Wladimir Delvechio, 33, em sua casa, embaixo do Minhocão na região central de São Paulo”.

Outra legenda que vale comentar é a da foto F42: “O morador de rua Rejaniel de Jesus Silva Santos é cumprimentado por Daniel Uemura (à dir.), do Hokkai Suchi”, pois essa coloca a pessoa em situação de rua em seu papel de sujeito paciente já que recebe a ação de ser cumprimentado. O mesmo ocorre na imagem F79 em que a legenda “Participantes do projeto conversam com moradores de rua” também tira a agentividade das pessoas em situação de rua, focando em quem participa do projeto. A *Folha*, em mais um recurso de texto verbal (legenda),

utiliza-se de formas recorrentes de representação de quem está em situação de rua, como já visto anteriormente.

Uma foto que não traz conexão alguma com o comentário que ilustra é a F80. Ela foi publicada em 8 de julho de 2012, junto ao comentário do leitor Ricardo Dreguer, sobre um artigo em que os autores defendem os albergues como medida para disciplinar pessoas em situação de rua. No título, a opinião do leitor: “Disciplina não resolve problema de morador de rua, diz leitor”. A imagem esperada para acompanhar o comentário seria, por exemplo, a representação de um abrigo ou de pessoas em situação de rua. No entanto, a fotografia se refere a um evento de distribuição de alimentos para quem vive nas ruas, como explica a legenda “Protesto contra proibição do prefeito Gilberto Kassab à distribuição de sopa aos moradores de rua”. Ela destoa do conteúdo do comentário, mantendo um assunto que estava em pauta dias atrás quando ocorreu uma polêmica relacionada à possível proibição na distribuição de sopa, levando à Prefeitura a voltar atrás na medida. Sendo assim, é possível afirmar que a imagem faz parte de arquivo, embora não haja essa informação na publicação. A imagem foi publicada inicialmente na notícia “Entidades protestam contra veto ao sopão”, de 7 de julho de 2012. A escolha por essa imagem e não por outra do arquivo pode levantar o questionamento sobre o interesse da *Folha* em manter o foco nessa pauta, já que esta não apoia o texto do leitor.

## 6.2 Organização do *corpus* imagético

As imagens do *corpus* foram divididas em três macro grupos. Para essa divisão, considerei os elementos que prevaleceram na representação das pessoas em situação de rua, a partir da seguinte pergunta: O que essa foto me mostra? As três respostas encontradas dirigiram a organização em grupos: cenários, pessoas e ações sociais e governamentais.

O grupo “cenários” reúne 39 imagens, cujo foco é destacar os espaços físicos onde há pessoas em situação de rua. Em geral, mostram praças, fachadas de prédios, calçadas, viadutos e ruas. Nelas, pessoas em situação de rua aparecem compondo a imagem, sentadas ou deitadas, sem exercer uma ação no mundo e não como o elemento principal. O fato deste agrupamento ter reunido a maioria das imagens já sugere o entendimento de que a *Folha* está preocupada mais com a questão espacial do que com as pessoas nas suas representações imagéticas.

O grupo “pessoas”, composto por 24 fotos, concentra imagens, em que pessoas em situação de rua são o elemento principal. Em nove dessas, os/as representados/as de alguma forma interagem com o/a leitor/a, ou seja, são fotos em que as pessoas olham, demandando atenção do/a receptor/a.



Já o grupo “ações sociais e governamentais”, como o próprio nome diz, conta com 18 imagens que registram essas iniciativas. No geral, as imagens capturaram as pessoas vulneráveis recebendo essas ações (alimento, álcool em gel e oficina de produção artística) ou na fila para conseguir um benefício, sendo abordadas por agentes sociais e/ou voluntários e encaminhadas para abrigos. Esse conjunto de imagem indica que o jornal escolhe representar a população em situação de rua como beneficiária de assistência ao enfatizar essa questão nas imagens. Das 18 imagens que compõem o grupo, dez foram realizadas na pandemia, período que ressaltou ainda mais a vulnerabilidade da população em situação de rua.

Vale pontuar que não encontrei imagens da população em situação de rua preparando seus alimentos e nem trabalhando, por exemplo, recolhendo materiais recicláveis ou guardando carros. Ao contrário, observa-se uma preferência em mostrar o grupo de uma forma passiva, dormindo, sentada ou recebendo uma assistência, enquanto pessoas ao redor se movimentam, como exemplifica as imagens 36, 37 e 38, respectivamente:

(40)



(Tendências e Debates, 20/02/2019)

(41)



(Painel do Leitor, 11/01/2020)

(42)



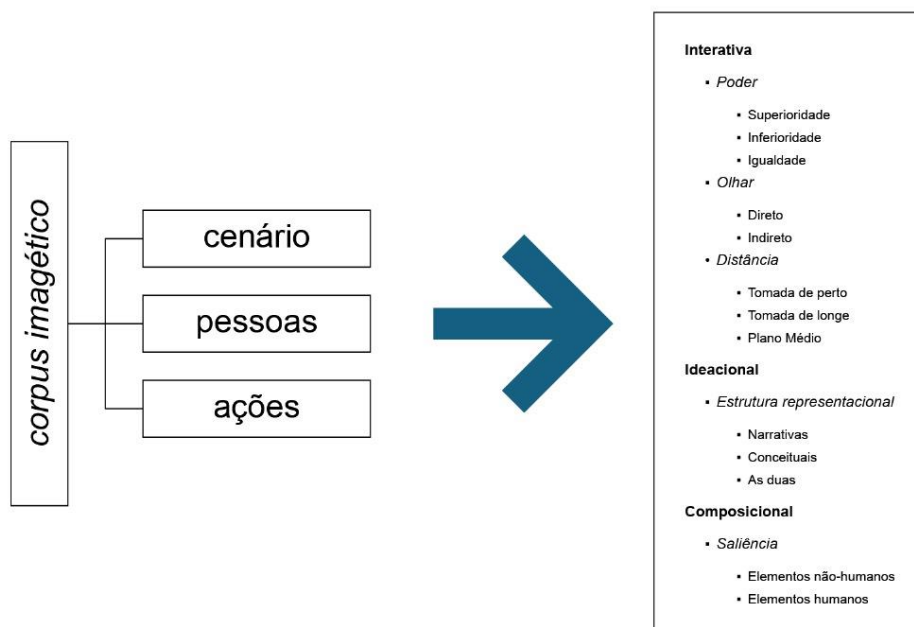
(Tendências e Debates, 24/03/2020)

Na próxima seção, mostro como organizei as imagens no NVivo para proceder as análises. Para realizá-las, utilizo as categorias e subcategorias da GDV, com as devidas adaptações para este trabalho.

### 6.3 Gramática de Design Visual

Após proceder à divisão do corpus imagético nos três grupos, importei as imagens para o NVivo. Cada grupo compôs uma pasta no *software*: “cenário”, “pessoas” e “ações”. Depois, criei as categorias de codificação, na forma de “Nós” e “Subnós”, conforme adaptações na GDV. Para cada grupo, apliquei as categorias de codificação, como indica a Figura 16:

Figura 16 - Grupos criados e árvore de “Nós” e “SubNós”



Fonte: Elaboração própria.

Em seguida, procedi com a codificação dos dados. No grupo “cenário”, todas as fotos foram capturadas de longe, não havendo nenhuma foto com tomada de plano médio ou perto. O sistema de olhar ausente prevaleceu apenas uma foto foi registrada com o olhar direto, que foi a imagem 43:

(43)



(Tendências e Debates, 18/08/2017).

Embora tenha uma pessoa em situação de rua presente na cena de corpo inteiro, no centro da foto, mais ao fundo e com olhar demandando atenção do/a leitor/a, o principal é a representação do espaço que ele organizou debaixo do viaduto, tanto que é possível ver detalhes do local.

Quanto ao ângulo, predomina, neste grupo, o ângulo de inferioridade, com 29 ocorrências. O ângulo de igualdade tem nove registros (a foto acima é um exemplo dessa ocorrência) e o de superioridade apenas uma. Trata-se da seguinte foto, demonstrada na foto abaixo (44):

(44)



(Tendências e Debates, 26/09/2020)

A imagem representa uma fila de pessoas, provavelmente dispostas para receber uma doação. Esses indivíduos estão na parte inferior da foto. Foi tirada de baixo para cima, colocando o céu coberto de nuvens e as construções, assim como o monumento da praça evidentes, representando bem o cenário onde a ação ocorre, que é o Pátio do Colégio. O local marca o início da construção de São Paulo, tendo uma importância histórica e cultural para a cidade. Inclusive, esse cenário é o elemento saliente da foto, pois está na parte superior, no plano ideal, enquanto as pessoas na fila estão no plano real. Há, portanto, uma valorização deste espaço.

Essas formas de representação da população em situação de rua, em que prevalecem a tomada de longe, olhar indireto ou ausente e ângulo de inferioridade, distanciam os participantes representados do/a leitor/a, o que contribui para falta de empatia do público para com o grupo. Em relação ao significado composicional, predominaram as estruturas representacionais narrativas, foram 18 ocorrências (foto acima é um exemplo dessa representação), enquanto a conceitual teve oito (a foto 1 – vide anexo - encaixa-se nessa situação) e a presença de ambas - narrativas e conceituais, foi observada em 13 ocorrências. A



representação narrativa e conceitual ocorre quando há duas realidades encaixadas na foto, como na imagem 45:

(45)



(Tendências e Debates, 26/09/2020)

A imagem 45 mostra duas pessoas à esquerda que se movimentam, realizam a ação de se abraçar, portanto, narrativa. No entanto, ela também é conceitual, já que representa, à esquerda, a barraca, assim como outros elementos ao fundo de forma estática. O que está em saliência é uma barraca azul, no canto direito e inferior da foto. A barraca está bem arrumada, limpa, com almofadas, urso de pelúcia e sacolas com objetos dispostos ordenadamente. A barraca contrasta com a desordem ao fundo e com a desordem associada à situação de rua.

A foto foi feita em tomada de longe, sistema de olhar ausente e ângulo de igualdade. Na legenda, “A *Folha* percorreu, por dois dias, vários pontos da capital paulista para conversar com pessoas em situação de rua”, há uma autorrepresentação positiva da ação do jornal que “percorreu vários pontos da capital” e “para conversar”.

Quanto à saliência, foram 35 ocorrências de elementos não-humanos e quatro ocorrências de humanos, mas nenhuma em pessoas em situação de rua, e sim em outros atores, como um homem andando de bicicleta, como demonstra a foto 46:

(46)



(Tendências e Debates, 20/02/2019)

Esse resultado já era esperado, uma vez que este grupo focaliza o cenário e as pessoas em vulnerabilidade são apenas mais um elemento compondo a paisagem.

No grupo “pessoas”, observei que as capturas em plano médio predominaram, foram 13 ocorrências nessa tomada, cinco de longe e seis de perto. A fotografia 47 exemplifica uma ocorrência em tomada de perto:

(47)



(48)

(Painel do Leitor, 11/01/2020 e Tendências e Debates, 26/09/2020).

A fotografia é de um homem em situação de rua feita em plano fechado (perto), mostrando perfeitamente o rosto. Com olhar indireto e mostrando a mão com três moedas (elemento proeminente), o homem chama atenção do/a leitor/a para a sua situação. Essa

proximidade tem como efeito a piedade, para conseguir ajuda. Sendo assim, a estrutura representativa é de narração. Ao fundo, vê-se uma escadaria. O ângulo é de igualdade com expressiva proximidade.

Quanto ao olhar, novamente, predominou o olhar indireto, com 16 registros, e oito direto. Na questão do poder, foram 20 imagens referentes à igualdade, quatro à inferioridade e nenhuma de superioridade. Entendo como positiva essa forma de representar, pois coloca o/a leitor/a na mesma posição de poder que a população em situação de rua. No que se refere à estrutura representacional, são 14 fotos narrativas, nove conceituais e uma narrativa e conceitual. O elemento composicional, saliência, mais uma vez apresentou resultado esperado, já que em 21 imagens o foco estava em elementos humanos e apenas três em elementos não humanos. As imagens 49, 50 e 51 (a seguir) exemplificam a saliência em elementos não humanos:

(49)



(Tendências e Debates, 28/01/2020).

Embora a imagem represente uma pessoa dormindo no chão, a saliência está num cobertor colorido que pode ser considerado como corpo-metáfora (Resende, 2021). O homem representado está em primeiro plano e o fundo está desfocado, o que reforça ser o elemento principal da foto. A estrutura é conceitual, não há sistema de olhar e a imagem está em plano médio.



(50)



(Tendências e Debates, 26/09/2020).

A foto 50 representa Marcos Antônio Pereira de Souza, embora não seja ele o elemento saliente. Ele está sentado em uma calçada, usando máscara de proteção, e junto dele há um casaco, uma mochila, cobertores e alimentos. Esses objetos que estão no canto inferior, à direita da imagem e estão em saliência pela posição, juntamente com o casaco do uniforme que usava quando era gari, o qual está em suas mãos. Essa proeminência é ressaltada pela cor amarelo fosforescente. Na imagem, ele olha para leitor/a, demandando atenção. O ângulo é de igualdade e a tomada é de plano médio. A estrutura representacional narrativa está expressa na legenda “Na foto, ele mostra o uniforme que usava para trabalhar”.

(51)



(Tendências e Debates, 01/09/2019)



Na foto 51, há uma mulher sentada sobre seus pertences, à espera de uma senha para receber comida. Ela está à esquerda da foto, de capuz, encostada numa porta. Apesar de ela estar representada na foto, não é ela que está em proeminência. À direita, uma coberta cinza em primeiro plano e outra lilás mais ao fundo. Essas duas mantas são os elementos salientes, no primeiro caso pelo plano e no segundo, pela coloração. Mais ao fundo, outras pessoas também estão à espera do benefício. A estrutura é narrativa já que há vetores e uma cena representada em que pessoas aguardam em fila um benefício, como descrito na legenda “Fila no Chá do Padre, onde são distribuídas senhas para o almoço”, inclusive nesse texto verbal, não há representação de pessoa, apenas da fila, o que mostra uma tendência do jornal de excluir o grupo em vulnerabilidade. O olhar é indireto, a tomada é de plano médio e o ângulo de igualdade.

Vale ainda ressaltar, neste grupo “pessoas”, a imagem 52:

(52)



(Painel do Leitor, 06/08/2012)

Esta fotografia, diferente das anteriores destacadas que fazem parte de galeria, foi publicada num comentário do Painel do Leitor. Representa um homem em situação de rua à direita e em saliência. Ele é identificado no texto, como também na legenda da foto como “Ronaldo Breves, poeta, pessoa em situação de rua que vive na rua Oscar Freire”. Ele está sentado de costas para a vitrine de uma loja de roupas, usando um chapéu preto com uma aba levantada e um casaco preto. A composição escura da vestimenta e da cor da sua pele contrastam com o fundo da foto e o lado esquerdo dela, onde está a vitrine bem iluminada. Há uma polarização nítida em que o “Nós”, o lado rico, é iluminado (elemento dado) e “Eles”, o

lado pobre, sombrio (elemento novo). Esse tipo de representação naturaliza o distanciamento entre as classes e a desigualdade social, contribuindo, mais uma vez, para a construção do discurso da desigualdade social. O sistema de olhar é ausente.

Quanto ao grupo “ações sociais e governamentais”, observa-se que todas as fotos são narrativas, ou seja, “narram” as distribuições de itens como alimentos e álcool em gel, a realização de oficina de produção artística, as abordagens de agentes sociais e voluntários e também as filas à espera de donativos.

Chama atenção o fato de que a maioria (12 fotos) retrata pessoas em vulnerabilidade em filas (ver imagem 53), um dispositivo que carrega uma perspectiva disciplinadora, pois para receber o benefício é preciso se submeter àquela organização do espaço público ou das instituições estabelecida por pessoas dotadas de poder sobre aquela ação. Desta forma, quem está em posição superior exerce poder sobre as outras, e esse poder é o de disciplinar, de evitar a “aglomeração” e a confusão, por exemplo.

(53)



F47: Fila no Chá do Padre, onde são distribuídas senhas para o almoço



F61: Fila no Chá do Padre, onde são distribuídas senhas para o almoço



F81: Fila de pessoas em situação de rua para receber um cartão do Bom Prato

Fonte: *Folha de S. Paulo* (<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/09/a-imaginacao-no-poder.shtml> e <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/09/a-populacao-e-a-rua.shtml>).

Mapeei 15 fotos captadas na linha dos olhos, o que remete à questão de igualdade entre os/as participantes. Assim, como comentei no grupo “pessoas”, esta é uma forma positiva de representação. Duas imagens exploram o ângulo de inferioridade e uma de superioridade. A captação do excerto visual 54, exemplifica a ocorrência do ângulo de superioridade:

(54)



(Tendências e Debates, 24/03.2020)

A foto foi tirada de baixo para cima, e é assim que as participantes e o participante são vistos. A escolha por esse ângulo é clara: ressaltar o monumento ao fundo, sendo este o elemento em saliência. A proeminência se dá em função do tamanho dele na foto e da localização, na parte superior e no campo do ideal. As estátuas que compõem o monumento parecem olhar para as pessoas capturadas. Há, portanto, uma valorização desta construção. No canto inferior, três pessoas: à esquerda, uma mulher fazendo a doação e à direita, outra recebendo. Atrás dela, um homem representado por parte do seu corpo. A estrutura é narrativa, olhar ausente e tomada de plano médio.

Quanto à função interativa relacionadas à distância, neste grupo se destaca o plano médio: foram 11 registros, enquanto houve seis de longe e nenhuma tomada de perto. No que se refere ao olhar, este esteve ausente em todas as fotos. Quanto à saliência, foram 12 ocorrências em elementos humanos e sete em não-humanos, sendo o alimento (pão, prato e kit de comida) o principal elemento codificado como destaque, conforme imagens 55, 56 e 57:

(55)



(Tendências e Debates, 28/10/2020)

(56)



(Tendências e Debates, 28/01/2020)



(57)



(Tendências e Debates, 24/03/2020)

Vale destacar que, neste agrupamento, estão nas filas recebendo assistência principalmente pessoas negras, enquanto quem ajuda tem pele clara. Isso confirma o que abordei no capítulo 1, que a situação de rua é atravessada pela questão da raça. A constatação contribui para construir a polarização, em que o “Nós” são pessoas brancas, enquanto, “Eles” são pessoas negras, beneficiárias das “nossas” boas ações. Como nos textos verbais, a população em situação de rua também é representada de forma passiva, isto é, recebendo cuidados.

Apesar de ter observado essa questão racial no grupo “ações sociais e governamentais”, ela vale também para os outros grupos. É possível afirmar que essas imagens simbolizam a antinegritude na mídia. Por meio deste conceito, Vargas (2004) amplia a compreensão relacionada à desumanização dos corpos negros. O autor reflete sobre a dialética hiperconsciência e negação ou silenciamento racial. Ou seja, há um silenciamento da consciência relacionada às classificações raciais que ajudam a manter essa estrutura social existente, ao mesmo tempo em que a hiperconsciência revela como brasileiros/as pensam e aceitam passivamente as diferenças raciais, como também “as utilizam (mesmo que tacitamente) para justificar, pensar e fazer cumprir o comportamento e as desigualdades sociais” (Vargas, 2004, p. 444). Ao ver as fotos em que apenas corpos negros estão em posição de submissão, a hiperconsciência e o silenciamento racial contribuem para a naturalização dessas desigualdades, já que a questão racial, embora evidentemente implicada, como mostram as imagens, nunca é tematizada pelo jornal ao tratar a situação de rua.

Inclusive, este recorte racial despertou-me para que eu olhasse também para a representação de gênero em todo o *corpus* imagético. São 13 imagem em que identifiquei a representação de mulheres em situação de rua, sendo que apenas duas trouxeram a questão da maternidade. Entre as duas fotos, vale destacar a imagem 58:

(58)



(Painel do Leitor, 11/01/2020 e Tendências e Debates, 26/09/2020).

A imagem 58 traz uma mulher em situação de rua sentada no chão, com uma criança no colo, uma bolsa à sua frente e um carrinho de bebê ao lado. Ela está situada do lado de fora de um estabelecimento comercial, uma padaria ou um mini-mercado e posicionada à esquerda. Dentro da loja, é possível ver, ao fundo, uma pessoa escolhendo um produto. Conforme a GDV, o que está à esquerda é o elemento dado, apresentado como já conhecido, familiar do leitor. À direita da foto está o estabelecimento, que é o elemento saliente. A metafunção representacional é narrativa, tomada de longe, olhar presente e ângulo de inferioridade. A imagem representa o distanciamento social, entre quem pode entrar no local e escolher alguma coisa para comer e/ou beber (“Nós”) e quem não pode (“Eles”), e naturaliza essa segregação. Sendo assim, é uma imagem que colabora para construir discursos que naturalizam a desigualdade social.

#### 6.4 Metáforas visuais

Além de aplicar a GDV, com adaptações, observei que muitas imagens construía significados a partir de metáforas. Neste sentido, busquei na teoria aplicada para análise de metáforas nos textos verbais (Charteris-Black, 2004), apoio para analisar também as imagens. Elas foram consideradas metafóricas quando estabeleceram relações diretas com o domínio-fonte. Por exemplo, uma fotografia em que há somente uma barraca na calçada leva leitores/as a

estabelecerem interface direta com ocupação de pessoas em situação de rua, já que “barracas” é compreendida como do domínio fonte da ocupação. Sendo assim, procurei mapear os domínios para identificar as metáforas conceituais de todo o *corpus* imagético. Detectei as seguintes metáforas conceituais:

Quadro 3 – Metáforas visuais conceituais

Metáforas conceituais	Corpus
SR É OCUPAÇÃO, LOTE, PROPRIEDADE	17
PSR OU SR É PERIGO	1
SR É INVISIBILIDADE	9
SR É CAOS	2
SR É INCÔMODO	1
SR É OBJETO	13

Fonte: Elaboração própria.

A metáfora conceitual SITUAÇÃO DE RUA É OCUPAÇÃO, LOTE, PROPRIEDADE teve mais ocorrências e está relacionada a fotos que mostram, principalmente, pessoas dormindo em espaços públicos e/ou ocupando-o com barracas e outros pertences (como na imagem 59).

(59)



(Tendências e Debates, 02/09/2019)

A metáfora conceitual SITUAÇÃO DE RUA É OBJETO foi a segunda com mais frequência. Nela, a representação da população em situação de rua ocorre por objetos que identificam esse grupo, como carroças, cobertores e barracas, nesse caso elas podem ou não estar presentes na imagem (jogo de presença-ausência) e ser representadas metonimicamente por apenas parte do seu corpo (só o braço, só a perna ou só a cabeça), como na imagem 60, em que são representadas pela carroça e pelos cachorros. Resende (2021) chamou essas ocorrências de corpo-metáfora.



(60)



(Painel do Leitor, 09/01/2020)

Com nove ocorrências, a metáfora conceitual SITUAÇÃO DE RUA É INVISIBILIDADE refere-se a imagens que naturalizam o fenômeno, já que, em sua maioria, mostram pessoas alheias às que estão em vulnerabilidade, como mostra a foto 61

(61)



(Tendências e Debates, 20/02/2019)

Já excerto visual 62 (abaixo) captura o momento em que duas pessoas, possivelmente residentes locais, passeiam com o cachorro e passam ao lado de uma barraca fixada na calçada. Nela, identifiquei três metáforas conceituais de mais ocorrência no *corpus*:



(62)



(Tendências e Debates, 20/02/2019)

A barraca no lado direito da foto indica a presença de pessoas em situação de rua, ou seja, a população em situação de rua é representada pela sua ausência, por meio de um objeto que a identifica. Trata-se da metáfora conceitual SITUAÇÃO DE RUA É OBJETO ou de uma representação corpo-metáfora (Resende, 2021). Nesta imagem há uma polarização, em que o “Nós”, à esquerda, é personalizado em sua ação individual (passear como cachorro, uma representação narrativa), e um “Eles”, à direita, não tem onde morar e é representado em ausência conceitual. Simboliza, portanto, a desigualdade social. A estrutura representacional narrativa e conceitual ressalta a polarização encontrada na foto, sendo o lado esquerdo, do “Nós”, responsável pela ação, de caminhar livremente na calçada conversando e levando um cachorro, enquanto, o lado esquerdo, do “Eles” apresenta-se estático, sem ação, movimento ou mesmo corporeidade. O olhar é ausente, a tomada é de longe e o ângulo é de igualdade.

Esta fotografia também constrói duas outras metáforas visuais: SITUAÇÃO DE RUA É INVISIBILIDADE, já que é possível inferir que as duas mulheres passaram com naturalidade pela barraca, como se não tivessem visto o objeto pertencente a pessoas em situação de rua; e SITUAÇÃO DE RUA É OCUPAÇÃO, em decorrência da instalação da barraca na calçada.

A ocorrência da metáfora SITUAÇÃO DE RUA É PERIGO pode ser ilustrada na foto 63 a seguir:

(63)



(Tendências e Debates, 28/01/2020)

Na foto 63, moradores de rua e dependentes químicos se concentram em frente à portaria de dois dos cinco novos prédios que o governo de São Paulo está construindo na região da Cracolândia, no centro de São Paulo. Os dois prédios já erguidos se localizam na Avenida Duque de Caxias. A foto 58 indica dois grupos sociais que convivem num mesmo espaço, sendo que um grupo, o “Nós”, que possui onde morar, está atrás de uma estrutura de grades ao fundo da imagem, e o outro, “Eles”, pessoas sem moradia, transitam pela rua, em primeiro plano. O grupo “Nós” está atrás do muro para se proteger de uma possível ameaça representada por “Eles”. Neste sentido, ressalta a METÁFORA SITUAÇÃO DE RUA É PERIGO. Além da metáfora visual e da polarização, ilustra ainda o que Caldeira (2000) denominou de cidade de muros, em que há um padrão de segregação espacial de “enclaves fortificados”. Ou seja, as pessoas, apesar de estarem no mesmo ambiente, estão separadas por esses “muros”. É uma foto capturada de longe, não há olhar, estrutura narrativa e ângulo de inferioridade. A legenda “Moradores de rua e dependentes químicos se concentram em frente à portaria de dois dos cinco novos prédios que o governo de São Paulo está construindo na região da cracolândia, no centro de São Paulo. Os dois prédios já erguidos se localizam na avenida Duque de Caxias - Foto de 16 de agosto de 2018”, mostra o foco em contextualizar a concentração de “moradores de rua e dependentes químicos” onde o governo está construindo novos prédios, ou seja, foco espacial.

A única ocorrência mapeada de metáfora conceitual SITUAÇÃO DE RUA É INCÔMODO, está relacionada à captura da reação de pessoas diante de outras que estão em vulnerabilidade.

(64)



(Tendências e Debates, 20/02/2019)

A foto 64 capta uma calçada em sua extensão, que em primeiro plano traz duas pessoas dividindo o mesmo espaço. À esquerda, uma em vulnerabilidade, sentada e encostada numa edificação, ao seu lado um saco plástico preto, com possíveis pertences. Ele observa a movimentação do local. À direita uma mulher, falando ao celular. A imagem sugere que ela tenta passar com o máximo de distância do homem e a legenda confirma: “Moradores de rua se espalham pelos arredores do centro de SP e provocam reações”. Nesse sentido, essa imagem traduz a metáfora SITUAÇÃO DE RUA É INCÔMODO. Nota-se que o olhar é ausente, a tomada de longe e o ângulo de inferioridade. O uso da estrutura conceitual e narrativa mais uma vez representa a passividade de pessoas em vulnerabilidade, contrastando com a movimentação da outra participante.

A metáfora SITUAÇÃO DE RUA É CAOS, com duas ocorrências, refere-se às imagens que focam na desordem do espaço em que as pessoas em situação de rua estão, como no exemplo a seguir:



(65)



(Tendências e Debates, 26/09/2020)

A foto 65 mostra três pessoas deitadas em colchões dispostos um ao lado do outro na calçada. Elas estão encostadas na fachada de uma loja, à direita da imagem. Uma delas está toda coberta e dorme ao fundo virada de costas para o/a leitor/a, sendo possível visualizar apenas seus braços. A outra está no centro da imagem, também toda coberta, apenas com a cabeça e o braço de fora. À direita da imagem, uma pessoa deitada brincando com uma boneca. Um cachorro dorme entre duas pessoas. Ao fundo, é possível visualizar, várias barracas. Também se nota uma pilha de cobertores, provavelmente fruto de doações. Entretanto, a saliência não está nas pessoas, e sim no conjunto desordenado de objetos, que é ressaltado por estar na linha de frame à direita. Sendo assim, é uma foto que colabora para reforçar a metáfora situação de rua é caos. A fotografia é tomada de longe, com ângulo de inferioridade, com sistema de olhar ausente, formas de captação que levam ao distanciamento.

### 6.5 Reflexões

A análise das imagens do *corpus* multimodal deste trabalho lançou luz para as seguintes questões: a *Folha* utiliza fotos de banco de imagens para representar a situação de rua? Quem escreve o texto para as seções são os responsáveis pela imagem? Como as legendas representam quem está em vulnerabilidade? Essas dinâmicas de produção interferem na distribuição, no consumo e, portanto, nas práticas discursivas.

Conforme abordado, o jornal praticamente só utilizou fotos de bancos de imagens para retratar a população em situação de rua, com exceção de duas fotos, uma em que está expresso que foi enviada por um leitor e outra que concluí ter sido tirada por um leitor e vendida ou

cedida para o veículo. O jornal é o responsável pela inserção das imagens nos textos, independente de quem é o/a autor/a dos artigos e dos comentários. Com relação à legenda, há pouco refino no tratamento dessas, já que elas se repetem muitas vezes, são genéricas e dão foco na questão espacial. O que explica o fato de apenas 18 fotos trazerem a identificação de quem está representado/a.

Além disso, a maioria das imagens faz parte de galerias, as quais muitas vezes não trazem relação direta com os textos que compõem, sugerindo que a intenção do jornal com elas é apenas contar com um recurso ilustrativo que ajuda a gerar cliques e permanência do/a leitor/a na página – importantes para medição de audiência do portal. Sugere ainda que a *Folha* entende que a população em situação de rua pode ser representada da mesma forma independente da conjuntura político-econômica, do momento de captura da foto e de quem é representado/a, já que utiliza as mesmas imagens e galerias em diferentes textos verbais. Trata-se, portanto, de mais uma forma de objetificação do grupo e reificação de sua situação como atemporal.

A GDV levou-me a concluir que a *Folha* tende a representar a população em situação de rua a partir do cenário, ou seja, considerando mais o espaço público do que a questão humana, além de buscar retratar o grupo também como beneficiário, já que os registros de ações sociais e governamentais são significativos neste *corpus*.

De acordo com a metafunção interativa, tendo em vista distância e olhar, a representação do jornal não favorece que leitores/as tenham empatia com quem vive em vulnerabilidade, já que representa o grupo majoritariamente em cliques de longe e sem olhar direto. Essa forma de captação é conveniente para criar narrativas atemporais e, portanto, ideais para fazer parte de galerias a serem inseridas em diversos textos.

Em termos de poder, a população em situação de rua e os/as leitores/as estão em relação de igualdade, representação positiva neste *corpus*. A estrutura narrativa prevaleceu, indicando que o veículo procura capturar imagens dinâmicas. No entanto, a principal atividade que o grupo realiza é a de receber doações. Imagens à vez narrativas e conceituais exploram a expressão da desigualdade social e racial.

As metáforas visuais colaboraram para representar a situação de rua por meio da ocupação e do caos do espaço público e por meio do perigo e do incômodo que provocam às pessoas ao redor. Ou seja, a opção do jornal é por imagens que reafirmam avaliações negativas para o grupo. Através da invisibilização, o veículo construiu sentidos que naturalizam e normalizam a desigualdade e o distanciamento social. A representação como objeto é

estratégica para a retirada de seus pertences e de seus direitos e, portanto, para o seu apagamento social.

Interessante que as imagens possibilitaram ainda aplicar o quadrado ideológico, categoria que se apresentou relevante durante as análises. As polarizações contribuíram para ressaltar discursos da desigualdade social e do distanciamento, já que mostram um “Nós” (pessoas representadas nas fotos) com condições financeiras para comprar alimentos e objetos em comércios, enquanto “Eles” (pessoas em situação de rua), sem renda, ficavam do lado de fora. Outro discurso construído foi o assistencialista, já que traz o “Nós” (pessoas representadas, tanto de instituições sociais como do governo) que realiza boas ações, distribuindo kits, enquanto “Eles” são beneficiários dessa ajuda. Essa polarização, inclusive, evidenciou a questão racial, em que o “Nós” são pessoas brancas e “Eles”, negras.

As polarizações ainda contribuíram para a construção de discurso do medo, ao mostrar um “Nós” (moradores do prédio) protegido atrás das grades dos “enclaves fortificados” (Caldeira, 2000) e “Eles” (dependentes de substâncias químicas e pessoas em situação de rua) circulando pelas ruas, como perigosos, representando uma ameaça em potencial para o grupo privilegiado por ter onde morar. Outro discurso que pode ser inferido pela aplicação do quadrado ideológico é o da imobilidade, já que mostra, em muitas imagens, um “Nós” movimentando-se e “Eles” parados, dormindo ou sentados. Essa representação é negativa pois ajuda a disseminar a imagem de sujeitos passivos, sem capacidade de ação, ausente de qualquer escopo de transformação.

A análise imagética possibilitou depreender como a raça e o gênero perpassam a situação de rua, o que não foi possível com os textos verbais, já que, em geral, não trazem descrição física da população em situação de rua. Nesse sentido, vale reforçar que a investigação das imagens foi fundamental para complementar sentidos trazidos pelos textos verbais, mas também para acionar outros os quais a escrita não abrangeu.

## CONCLUSÃO

Esta tese buscou investigar como a população em situação de rua é representada nos textos opinativos publicados na *Folha de S. Paulo*, especialmente nas seções Editorial, Tendências e Debates e Painel do Leitor, em recorte temporal de dez anos, de 2011 a 2020. Os Estudos Críticos do Discurso (ECD) foram o fio condutor da investigação. Teve como objetivos, além de entender como o grupo é representado, identificar as marcas discursivas e ideológicas nos textos, entender quando a população em situação de rua é pauta no jornal, compreender como o veículo avalia a relevância das representações da população em situação de rua para a formação da opinião pública e aproximar do jornal para levar os resultados deste estudo.

O aumento da população em situação de rua nos últimos anos, a dificuldade governamental em desenhar e implementar políticas públicas voltadas a essa população, principalmente durante e após a pandemia de Covid-19, e a abordagem da mídia em relação ao grupo me motivaram a estudar no doutorado esse objeto que já havia investigado no mestrado. No entanto, sabia que era preciso avançar mais nas discussões e nas análises.

Coletei mais de dois mil textos da *Folha de S. Paulo* publicados num período de dez anos. Para tornar o *corpus* representativo, foi preciso delimitá-lo. Resolvi trabalhar com seções ainda pouco exploradas academicamente, mas que dão uma dimensão de como os setores privilegiados da sociedade brasileira pensam, como os responsáveis pelos editoriais, especialistas e leitores/as da *Folha*. E também com as imagens, cada vez mais incorporadas na prática discursiva jornalística, muitas vezes por motivos comerciais. Todas essas decisões foram detalhadas no capítulo metodológico.

Contextualizei a situação de rua a partir da relação com o capitalismo e o urbanismo no cenário brasileiro. Refleti sobre o impacto da pandemia sobre a população em situação de rua e também sobre as principais medidas federais e estaduais para mitigar o efeito do período de isolamento social para essa população. Abordei duas políticas públicas que têm apresentado resultados positivos, o Consultório na Rua e o Programa Moradia Primeiro, e discuti formas de gestão do espaço público na chamada “Cracolândia”, principalmente de 2011 a 2020.

Busquei compreender o funcionamento da mídia na era dos conglomerados, época em que se formou grandes oligopólios comerciais em todo mundo, controlados por poucos investidores no início do século XX. Abordei também os desdobramentos das transformações do jornalismo brasileiro e as implicações discursivas na *Folha de S. Paulo*. Conte a trajetória histórica desse veículo centenário, que faz parte de um conglomerado de mídia regido pelo

capital, e caracterizei as três seções do caderno Opinião sobre as quais me dediquei neste estudo: Editorial, Tendências e Debates e Painel do Leitor.

Para as análises textuais, guiei-me por duas abordagens dos ECD: a dialético-relacional, de Fairclough, e a sociocognitiva, de van Dijk. O trabalho com as duas vertentes mostrou quão válida é a abertura de um campo de estudo para aliar diferentes teorias e métodos a fim de tornar as análises mais ricas e complexas. Nesse sentido, esta tese contribui para a possibilidade de mais articulação entre as abordagens. Outra perspectiva explorada foi a Gramática do *Design* Visual (GDV), desenvolvida por Kress e Van Leeuwen (2021), para as investigações das imagens, cuja proposta está no escopo teórico dos ECD. A análise de metáforas, da categoria interdiscursividade, da estratégia do quadrado ideológico e da GDV foram úteis e reveladores tanto para os textos como para as imagens.

A primeira pergunta que busquei responder foi como a população em situação de rua é referenciada, descrita, em textos opinativos da *Folha* no intervalo de 2011 a 2020. Foi majoritariamente representada de forma negativa, o que não surpreende, à luz de trabalhos anteriores (Mendonça, 2020; Ramalho I., 2020; Resende, 2018, 2020, 2022). Um dos modos de referência recorrente foi a população em situação de rua como beneficiária. Isso corrobora uma visão passiva, como se as pessoas em vulnerabilidade fossem incapazes de agir. Na verdade, esse grupo precisa de políticas públicas que garantam seus direitos para que tenham condições de se organizar politicamente para sair da situação de rua.

Outra representação foi nos termos de ocupação. Essa contribui para caracterizar o grupo como aquele que torna seu o que é público. Essa representação é coerente com as medidas de segurança pública que são tomadas para evitar a presença da população em situação de rua nos espaços públicos. No entanto, ações de desocupação truculentas não ocorrem quando o espaço público é ocupado pelas elites, como no caso de restaurantes que disponibilizam mesas nas calçadas, por exemplo. Nesse sentido, a apropriação de espaço público torna-se um problema quando ocorre pela população em situação de rua. Isso evidencia que a *Folha*, por meio de sua prática discursiva, condena a apropriação pelas pessoas em situação de rua, mas não a do comércio e as medidas governamentais e policiais repressivas e muitas vezes violentas do Estado.

Invisível também foi uma forma de representação encontrada na pesquisa. A “falsa invisibilidade” ajuda a ocultar a realidade e a execução de ações que possam mitigar a situação de rua. No entanto, a sua visibilidade é revertida em medidas higienistas e de gentrificação, ou



seja, em ações que visam a exclusão social. Objeto, perigo e doença são ainda representações observadas no *corpus* e que também apoiam as ações higienistas e de gentrificação.

É possível afirmar que a *Folha* é coerente com as representações com caráter negativo, de ocupação e de visibilidade nos textos noticiosos e opinativos. O jornal raramente escolhe o enquadramento de que 70,9% da população em situação de rua está inserida no trabalho informal (Brasil, 2009)<sup>28</sup>. Usa a mendicância, embora somente 15,7% tenham como forma de sobrevivência. Além disso, o jornal dissemina os mesmos padrões ainda que os textos sejam de autores/as que não possuem vínculo direto com a *Folha*. Essas representações negativas fazem parte de estratégias discursivas que reificam discursos contra o grupo, favorecendo políticas e medidas de cunho repressivo.

O segundo questionamento é sobre os discursos articulados em textos e imagens. O discurso da desigualdade social foi um dos mais recorrentes. Ele reforça o distanciamento entre as classes sociais e contribui para normalizar e perpetuar essa divisão social de classes imposta pelo capitalismo. Apesar de ser um dos mais entoados, não há um aprofundamento sobre a questão da desigualdade, nem abordagem sobre como enfrentá-la.

O discurso assistencialista está relacionado com a representação de “beneficiários” da população em situação de rua. Ele mitiga a responsabilidade do poder público com ações e políticas públicas para promoção da cidadania e dignidade da população em situação de rua. Já o discurso do medo, que favorece políticas higienistas e de gentrificação, pode ser associado às representações como “perigo”, “doença” e “ocupação”. O discurso da imobilidade colabora para uma representação negativa do grupo, visto como aquele que não age para mudar a sua própria condição e nem contribui com a economia, dissimulando a questão social e histórica.

O discurso da defesa dos direitos humanos foi o único positivo para o grupo, entoado por especialistas na função de defensoria pública ou vozes da lei. A presença desse discurso em textos, ainda que seja de forma tímida, é muito importante, pois contribui para a percepção da população em situação de rua como sujeito de direitos. Os textos do padre Júlio Lancellotti e do promotor de Justiça Mauricio Antônio Ribeiro Lopes na seção Tendências e Debates apresentaram representações alternativas do grupo, o que evidencia a necessidade de mais espaços para vozes que, além de trazerem perspectivas mais críticas, debatam mais profundamente a desigualdade social e seu desdobramento na situação de rua. Nenhum texto

---

<sup>28</sup> Mais em [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/Rua\\_aprendendo\\_a\\_contar.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf). Acesso em: 13 jan. 2020.

discuti o problema a partir de uma perspectiva crítica ao capitalismo, o que é esperado por parte de um conglomerado que se beneficia do modelo capitalista de produção.

Com relação às análises de imagens, terceiro questionamento, o fato de a *Folha* explorar nos textos opinativos fotografias de arquivo e fazer amplo uso de galerias mostra que a preocupação com a audiência e com a rentabilidade do negócio é maior do que a qualidade da representação da população em situação de rua. Em geral, as imagens que generalizam a situação de rua e quem vive nessas condições predominam no *corpus*. São fotos que focam mais os espaços públicos e que não promovem empatia dos/as leitores/as diante de quem vive em situação de vulnerabilidade.

Sobre a composição multimodal dos textos, as imagens reforçam as representações encontradas nos textos verbais. Muitas são de pessoas em situação de rua dormindo ou sentadas nos espaços públicos. Essa forma de captação confirma as representações nos termos de “beneficiária” e ocupação”, e fortalece discursos como da assistência social e da imobilidade. Esse resultado demanda uma mudança nessa representação imagética, como também mais discussões nessa área.

Busquei ainda uma aproximação com a *Folha de S. Paulo* para entender mais sobre o processo de produção discursiva. Como seu representante, o jornal indicou o editor-adjunto de Opinião, Cesar Camasão, que concedeu uma entrevista. Esta foi importante para entender um pouco da prática discursiva do veículo, como a relação do veículo com quem escreve os textos, critérios para seleção de fontes e textos a serem publicados e, assim, validar alguns achados da pesquisa.

Por meio dessa conversa com Cesar Camasão, foi possível responder a quarta pergunta da pesquisa, sobre quando a população em situação de rua é pauta para o caderno Opinião. No caso da seção Tendências e Debates, a seção sobre a qual o jornalista tem mais propriedade para falar, a situação de rua é pauta quando o texto recebido é de qualidade, está em consonância com o debate realizado nas notícias e quando abordado por pessoas que têm “autoridade” reconhecida pelo jornal. Nesse caso, entende-se que os políticos são as fontes ideais, já que foram os que mais escreveram nesses dez anos que compreendem o período de análise da tese. No entanto, muitas vezes, esses estão preocupados em se manter no poder e, para isso, usam a mídia e o seu acesso privilegiado mais para esse fim do que para pautarem uma agenda pública responsável.

Sobre a última pergunta de pesquisa: como o editor avalia a forma como a *Folha* aborda a questão da situação de rua na seção Opinião e como acredita que isso impacta na formação

da opinião pública, o profissional argumentou que o jornalismo opinativo serve de base para que os/as leitores/as possam fazer suas próprias reflexões. Isso sugere que as estratégias discursivas da *Folha* supõem um impacto direto na formação da opinião pública. Apesar de constatar que o jornal represente negativamente a população em situação de rua e articule também discursos contrários ao grupo, a visão do profissional é de que a *Folha* é acolhedora e humanista em sua abordagem.

Isso mostra a necessidade de levar esses apontamentos ao ambiente profissional e de formação profissional, de extrapolar os muros acadêmicos. Minha intenção é, ao final do doutorado, apresentar esses resultados para o jornalista. Minha expectativa é de que ampliar o conhecimento sobre a população em situação de rua e sobre como o grupo vem sendo representado negativamente pelo veículo. Entendo que esses profissionais seguem as regras da empresa que é regida pelo lucro, e qualquer mudança nesse “modo de fazer jornalismo” tem que estar em consonância com os interesses da empresa.

Vale também levar esta tese para os estudantes de jornalismo poderem debater sobre esse “modo de fazer jornalismo” que sofre as pressões que o capitalismo e o neoliberalismo impõem ao setor. Nesse sentido, proponho um projeto de extensão, no âmbito da UnB, instituição a qual sou vinculada, voltado para esses alunos, com a justificativa da necessidade e da urgência de se buscar formas mais justas de representar a população em situação de rua, para que essas possam fazer parte de suas práticas profissionais quando chegarem às redações.

Outro caminho a ser percorrido é buscar firmar parceria com lideranças e movimentos da população em situação de rua para trocar conhecimentos a respeito da representação, unindo minha experiência com a análise discursiva de um *corpus* extenso à experiência vivencial deles. A ideia é também formular estratégias para que esses/as líderes possam se articular para demandar a possibilidade de se tornarem vozes na imprensa. Trata-se de reconhecer sua agência e seu conhecimento vivencial sobre a situação de rua, portanto, sujeitos de mudança das representações negativas amplamente disseminada. Nesse sentido, é preciso pensar em ações para apropriação de aparatos de comunicação e tecnológicos para que essas lideranças possam desenvolver uma comunicação eficiente com a mídia, e para fortalecimento dessas lideranças e dos movimentos tanto internamente como externamente.

Este estudo está baseado no arranjo teórico e metodológico apresentado, nas minhas vivências pessoais e profissionais, no meu modo de ver o mundo, nos meus privilégios enquanto pesquisadora branca e de classe média e no meu engajamento contra qualquer tipo de violência física e discursiva. Ao focar nas três seções fixas do caderno Opinião, deixo como possibilidade

a análise das outras (Ombudsman, Charge e Colunas e blogs). Será oportuno aprofundar também nessas outras seções devido à relevância do jornalismo opinativo como objeto para estudos do discurso. Além disso, é possível realizar investigações com outras categorias analíticas, que podem trazer outros apontamentos que não foi possível alcançar com este estudo devido à estratégia metodológica que adotei. Há ainda outros cadernos que também podem ser objeto de outras pesquisas, e muitos dados coletados não foram ainda investigados.

Por fim, gostaria de ressaltar a transformação que esta tese me proporcionou. Amadureci academicamente, pessoal e profissionalmente. Aprendi muito durante estes anos e muitos desses conhecimentos pude trazer para o meu ambiente de trabalho, já que sou jornalista e trabalho com estagiários de Comunicação Social. Adquiri mais consciência sobre a importância da minha prática profissional, inclusive na instrução e formação desses futuros jornalistas. Estou mais alerta para as representações que leio e que faço. Os desafios para que a população em situação de rua seja representada de forma mais respeitosa na mídia e pela sociedade são muitos, por isso, a importância de mais estudos na área. Que as novas pesquisas possam, além de influenciar no caminho da justiça social, possam também abrir horizontes para a transformação individual desses pesquisadores.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, C. *A Regra do Jogo*. São Paulo: Companhia das Letras. 1988.
- ACOSTA, M. P. T. *Construções discursivas de reexistência: um estudo em análise de discurso crítica sobre marchas de mulheres no Brasil*. 2018. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB\\_7f201872071b369774c6fc8fcb87da06](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_7f201872071b369774c6fc8fcb87da06). Acesso em: 12 abr. 2022.
- ACOSTA, M. P. T. *Protagonismo face à inevitabilidade da violência: vozes da rua em Ocas" e em o Trecheiro*. 2012. 232f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/12418?locale=pt\\_BR](http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/12418?locale=pt_BR). Acesso em: 14 jun. 2022.
- ACOSTA, M. P. T.; RESENDE, V. M. Gêneros e suportes: por um refinamento teórico dos níveis de abstração. *Romantica Olomucensia*, v. 26, n. p. 127-142, 2014. Disponível em: [http://romantica.upol.cz/artkey/rom-201402-0001\\_g-234-neros-e-suportes-por-um-refinamento-teorico-dos-niveis-de-abstra-227-o.php](http://romantica.upol.cz/artkey/rom-201402-0001_g-234-neros-e-suportes-por-um-refinamento-teorico-dos-niveis-de-abstra-227-o.php). Acesso em: 13 maio 2022.
- ALTHUSSER, L. Ideology and ideological state apparatuses. In: ALTHUSSER, L. (ed.). *Lenin and philosophy and other essays*. Londres: New Left Books, 1971.
- ALVES FILHO, M. H. S. *Movimento passe livre nas manifestações de junho de 2013: a representação social no jornal Folha de S. Paulo*. 2016. 121f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/16441>. Acesso em: 12 abr. 2022.
- ALVES, Y. D. D.; PEREIRA, P. P. G. O surgimento da Cracolândia como problema público: O desenvolvimento do mercado lucrativo do crack e sua exploração político-midiática. *Revista Dilemas*, IFCS-UFRJ, v. 14, p. 465-488, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/dilemas.v14n2.32201>. Acesso em: 22 abr. 2022.
- AMARAL, A. J.; ANDREOLLA, A. H. Drogas, urbanismo militar e gentrificação: o caso da Cracolândia paulistana. *Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v.11, n. 4, p. 2162-2187, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/41989>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- ANDRADE, N. P. Situação de rua. *Revista DisSoL - Discurso, Sociedade e Linguagem*, n.12, p 102-120, 7 dez., 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.35501/dissol.vi12.569>. Acesso em: 15 dez. 2023.
- ARAÚJO, C. L. *As vozes da Rio+20*. 2014. 275 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/17234>. Acesso em: 14 abr. 2022.
- ÁVILA, H. R.; MOLINA, M. L. A situação de rua como problemática social estrutural nas cidades. In: RESENDE, V. M.; SILVA, R. B. (orgs.). *Diálogos sobre resistência:*

organização coletiva e produção do conhecimento engajado. Campinas: Pontes Editores, 2017.

BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003[1979]. p. 261-306.

BARBOSA, J. C. G. *Implementação das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua: desafios e aprendizados*. 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2018.

BAUER, M.; GASKELL, G. (eds.). *Pesquisa qualitativa com imagem, texto e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BESSA, D. Linguagem e Situação de Rua. In: MAGALHÃES, I.; CAETANO, C. J. M.; BESSA, D. (orgs.). *Pesquisas em Análise de Discurso Crítica*. Covilhã (Portugal): Livros LabCom, 2014, v. 1, p. 25-51.

BESSA, D. *Cidadãos e cidadãs em situação de rua: uma análise de discurso crítica da questão social*. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

BHASKAR, R. Sociedades. In: ARCHER, M. *et al.* (org.). *Realismo Crítico. Leituras essenciais*. Londres: Routledge, 1998. p. 206-257.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Consultora da Câmara aponta queda do gasto do governo federal com assistência social*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/818018-consultora-da-camara-aponta-queda-do-gasto-do-governo-federal-com-assistencia-social/>. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). *É possível Housing First no Brasil?: experiências de moradia para população em situação de rua na Europa e no Brasil*. Brasília: MMFDH, 2020. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/DHUM0117\\_21x26cm\\_WEB4Pg.Separadas.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/DHUM0117_21x26cm_WEB4Pg.Separadas.pdf). Acesso em: 27 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). *Portaria nº. 2.927, de 26 de agosto de 2021*. Institui o Projeto Moradia Primeiro no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/portarias/portaria-no-2-927-de-26-de-agosto-de-2021>. Acesso em: 26 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua*. Brasília: Ministério da Saúde, 2012a. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/equidade/publicacoes/populacao-em-situacao-de-rua/manual\\_cuidado\\_populacao\\_rua.pdf/view](https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/equidade/publicacoes/populacao-em-situacao-de-rua/manual_cuidado_populacao_rua.pdf/view). Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº. 122, de 25 de janeiro de 2012*. Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua. Brasília, DF, 2012b. Disponível em:

[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122\\_25\\_01\\_2012.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122_25_01_2012.html). Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Sumário Executivo da Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua*. São Paulo: Instituto Meta de Pesquisa e Opinião, 2008. Disponível em: <https://docplayer.com.br/6653206-Sumarioexecutivo-pesquisa-nacional-sobre-a-populacao-em-situacao-de-rua.htm>. Acesso em: 12 jun. 2021.

BUELLER, C. Programa Moradia Primeiro completa um ano e esbarra na escassez de interessados. *Correio do Povo*, Rio Grande do Sul, maio, 2019. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/programa-moradia-primeiro-completa-um-ano-e-esbarra-na-escassez-de-interessados-1.338483>. Acesso em 12 abr. 2022.

CALDEIRA, T. P. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CAMPOS, E. T. M. Pesquisa etnográfica em contextos digitais e de isolamento social: desafios metodológicos. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 43, 2020. *Anais*. Intercom, 2020. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-2682-1.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

CANDIA, G. D. S. *Análise crítica da metáfora no discurso inaugural de Nelson Mandela*. 2009. 112f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/14056>. Acesso em: 13 jun. 2023.

CAVALCANTI, C. R. *Discurso Camuflado: uma análise crítica e multimodal do anúncio “Confissões de Camuflagem”*. 2016. 2019f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. Disponível em: [https://sappg.ufes.br/tese\\_drupal/tese\\_9984\\_Disserta%E7%E3o%20-%20Vers%E3o%20Final20160817-150124.pdf](https://sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_9984_Disserta%E7%E3o%20-%20Vers%E3o%20Final20160817-150124.pdf). Acesso em: 20 set. 2022.

CAVALCANTI, L.; PINTO, A. P. P. Cartas ao Leitor: uma abordagem em sala de aula. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 6, João Pessoa, 2009. *Anais*. v. 1, p. 2235-2242, 2009. Disponível em: [http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ABRALIN\\_2009/PDF/Larissa%20Cavalcanti.pdf](http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ABRALIN_2009/PDF/Larissa%20Cavalcanti.pdf). Acesso em: 01 fev. 2022.

CHARTERIS-BLACK, J. *Corpus Approaches for Critical Metaphor Analysis*. London: Palgrave, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/9780230000612>. Acesso em: 13 jul. 2022.

CHAUÍ, M. Meios de comunicação, democracia, autoritarismo e poder. In: MORAES, D. (org.). *Poder midiático e disputas ideológicas*. Rio de Janeiro: Consequências, 2019. p. 13-34.

CHAUÍ, M. Ideologia e educação. *Educação e Pesquisa*, v. 42, n. 1, p. 245-257, jan./mar., 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022016420100400>. Acesso em: 23

jun. 2022.

CORDOVIL, W. D. O lobo em pele de ovelha: Requalificação urbana como estratégia de poder. *Revista de Geografia*, PPGeo/UFJF, v. 2, n. 1, p. 1-8, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/geografia/article/view/17904>. Acesso em: 10 jun. 2022.

CORREIO, R. B. S.; COSTA, A. P. Os limites de um discurso abstrato: políticas públicas, população em situação de rua e Direitos Humanos no Brasil. *Hendu*, Revista Latino-Americana de Direitos Humanos, v. 5, n. 1, p. 29-38, nov., 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/hendu/article/view/1932>. Acesso em: 15 out. 2023.

CRUZ, G. As narrativas do poder: aproximações cambiantes entre jornalismo narrativo e decolonialidade. *RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v. 3 n. 3, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.23899/relacult.v3i3.505>. Acesso em: 13 nov. 2023.

CRUZ, M.T. Dá para sumir com a cracolândia? *Notícias da Bahia*, jul. 2023. Disponível em: <https://www.noticiasdabahia.com.br/da-para-sumir-com-a-cracolandia/>. Acesso em: 27 mar. 2024.

DANTAS, L. E. *Espaço urbano, o morador de rua e sua representação: exclusão e significado através da mídia*. 2018. 198f. (Dissertação) Mestrado – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/6698>. Acesso em: 14 maio 2023.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DÁVILA S. 5 lições em 100 anos de “Folha de S. Paulo”. *Medium*, Aula Magna, 26 mar. 2021. Disponível em: <https://medium.com/labjorfaap/5-licoes-em-100-anos-de-folha-de-s-paulo-f616609656e2>. Acesso em: 24 set. 2021.

DELGADO, M. Brasil tem “boom” de população de rua, que segue invisível para poder público. 15 mar. 2022. *Portal Terra*. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/brasil-tem-boom-de-populacao-de-rua-que-segue-invisivel-para-o-poder-publico,1d4e75aa6a437df3a0ba5cef2d875b5bq7700pzo.html>. Acesso em: 10 jan. 2023.

DEOLINDO, B.; PAIXÃO, M. Viver em gaiolas: corrigindo o termo “vício”. *Jornalismo Júnior*. São Paulo, out., 2016. Disponível em: <http://jornalismojunior.com.br/viver-em-gaiolas-corrigindo-o-termo-vicio/>. Acesso em: 24 fev. 2022.

DESLANDES, S. F.; COUTINHO, T. Pesquisa social em ambientes digitais em tempos de COVID-19: notas teórico-metodológicas. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n.11, p. 1- 11, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-3111X00223120>. Acesso em: 23 jun. 2022.

DRUMMOND, D.; MANGINELLI, F. The attack of january 8 on the editorials of brazilian newspapers. *SciELO Preprints*, 2023. Disponível em:



<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7040>. Acesso em: 12 dez. 2023.

FAIRCLOUGH, N.; AGUIAR, M. S. Análise crítica do discurso como raciocínio dialético: crítica, explanação e ação. *Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som - Policromias*, v. 4, n. 2, p. 31-50, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/129571>. Acesso em: 15 out. 2023.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London; New York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. 2 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N; MELO, I. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. *Linha D'Água*, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/47728>. Acesso em: 12 maio 2022.

FALCONE, K. D. A. *(Des)legitimação: ações discursivo-cognitivas para o processo de categorização social*. 2008. 276f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7227>. Acesso em: 25 abr. 2022.

FAUSTO, B. *Crime e Cotidiano – A criminalidade em São Paulo, 1880-1924*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERNANDES, J. D. C.; ALMEIDA, D. B. L. Revisitando a gramática visual nos cartazes de guerra. In: ALMEIDA, D. B. L. (org.). *Perspectivas em análise visual*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2008. p. 11-31.

FERREIRA C. P. S., ROZENDO C. A.; MELO, G. B. Consultório na Rua em uma capital do Nordeste brasileiro: o olhar de pessoas em situação de vulnerabilidade social. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro v. 32, n. 8, ago., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/FbSMFxxKMVyyvktRShXZrDHH/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 02 mar. 2022.

FIDELIX N. F. *et al.* Multimodalidade e identidade [Entrevista com Theo van Leeuwen]. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 23, n. 1, p. 174-182, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/43041>. Acesso em: 13 fev. 2023.

FILHO, J. F. Mídia, estereótipo e representação das minorias. *Revista ECO-Pós*, v.7, n. 2, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v7i2.1120>. Acesso em: 12 dez. 2023.

FLICK, U. *Desenho da pesquisa qualitativa*. Trad.: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOLHA DE S. PAULO. A direção de Temer. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/05/1770823-a-direcao-de-temer.shtml>. Acesso em: 11 abr. 2024.

FOLHA DE S. PAULO. Folha confirma liderança em assinaturas. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/01/folha-confirma-lideranca-em-assinaturas.shtml>. Acesso em: 12 abr. 2024.

FOLHA DE SÃO PAULO. Folha cria editoria de interação para se aproximar ainda mais do leitor. *Folha de São Paulo*. 18 jun. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2021/06/folha-cria-editoria-de-interacao-para-se-aproximar-ainda-mais-do-leitor.shtml>. Acesso em: 04 ago. 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Manual de Redação*: Folha de São Paulo. 13 ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

FONSECA, V. P. da S. O jornalismo nos conglomerados globais: prestação de serviços e entretenimento. *E-Compós*, v. 2, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.30962/ec.32>. Acesso em: 25 jun. 2021.

FOUCAULT, M. What is enlightenment? In: RABINOW, P. (ed.). *Michel Foucault: essential works*, v. 1, Ethics. Harmondsworth: Penguin, 1994. p. 303-319.

FOX, V.P.P. *Poder e desigualdade*: a representação dos pescadores e pescadoras artesanais nas notícias do Jornal do Commercio. 2021. 725f. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1423>. Acesso em: 12 jun. 2022.

FRANÇA, V. S. N. *A Folha de São Paulo e os protestos pelo impeachment*. 2015. 105f. Dissertação (Mestrado em História Social do Território) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://urbandatabrasil.fflch.usp.br/trabalhos-de-conclusao-e-monografia/folha-de-s-paulo-e-os-protestos-pelo-impeachment-de-collor>. Acesso em: 25 maio 2022.

FRIGOTTO, G. A mídia empresarial e a corrosão dos valores democráticos: a produção do ódio, da violência e do medo. In: MORAES, D. (org.). *Poder midiático e disputas ideológicas*. Rio de Janeiro: Consequências, 2019. p. 69-92.

FROMM, D. Cinco fatos para você não falar besteira sobre a Cracolândia. *Intercept Brasil*, 17 jul. 2023. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2023/07/17/cracolandia-cinco-fatos-para-nao-falar-besteira/>. Acesso em: 04 mar. 2024.

FROMM, D. Percursos e refúgios urbanos: Notas sobre a circulação de usuários de crack pela trama institucional da Cracolândia de São Paulo. *Ponto Urbe*, n. 21, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/3604>. Acesso em: 31 fev. 2023.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *População em situação de rua*: direitos humanos, políticas públicas e programas de housing first. Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/628db45b-19a9-4574-9633-40cbc0b5a4f1>. Acesso em: 12 ago. 2022.

GARCIA DA SILVA, D. E. A pobreza no contexto brasileiro: da exclusão econômica e social

à ruptura familiar. *Revista Iberoamericana de Discurso y Sociedad*, v.3, p.1887-4706, 2008. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3738134>. Acesso em: 24 jun. 2022.

GARCIA DA SILVA, D. E. Representações discursivas da pobreza e gramática. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*. (PUCSP. Impresso), v.25, p. 721-731, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-44502009000300012>. Acesso em: 23 maio 2022.

GRAMSCI, A. *Selections from the prison notebooks*. Londres: Lawrence and Wishart, 1971.

GUALBERTO, C. L.; SANTOS, Z. B. dos. Multimodalidade no contexto brasileiro: um estado de arte. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 35, n. 2, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-460X2019350205>. Acesso em: 22 abr. 2022.

GUISARDI, C. *Discurso, cognição e sociedade: a prática social de ingresso e permanência no ensino superior público por meio de cotas sociais e raciais*. 2022. 372f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2022. Disponível em: <http://orcid.org/0000-0002-2137-9705>. Acesso em: 12 jun. 2023.

GUIZZO, B. S.; KRZIMINSKI, C. D. O.; OLIVEIRA, D. L. L. C. O Software QSR NVIVO 2.0 na análise qualitativa de dados: ferramenta para a pesquisa em ciências humanas e da saúde. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, Porto Alegre, RS. v. 24, n. 1, p. 53-60, 2003. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/23510>. Acesso em: 14 abr. 2023.

HALLIDAY, M. A. K. *Halliday's introduction to functional grammar*. 4 ed. Abingdon: Routledge, 2014.

HODGE, R.; KRESS, G. *Social Semiotics*. London: Polity Press, 1988.

INTERVOZES – COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Monopólios digitais: concentração e diversidade na Internet*. São Paulo: Intervozes, 2018. Disponível em: <https://intervozes.org.br/publicacoes/monopolios-digitais-concentracao-e-diversidade-na-internet/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *População em situação de rua cresce e fica mais exposta à Covid-19*. 2020. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&id=35811](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=35811). Acesso em: 4 ago. 2021.

KOWARICK, L. *Trabalho e Vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Reading images. The grammar of visual design*. 3 ed. London; New York: Routledge, 2021.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Educ, 2002.

LI, W. Rethinking Critical Metaphor Analysis. *International Journal of English Linguistics*, Ontário, v. 6, n. 2, p. 92-96, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5539/ijel.v6n2p92>. Acesso em: 01 abr. 2022.

LIMA, F. Explicando Tendências/ Debates. *Folha de S. Paulo online*. São Paulo, set., 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/columnas/flavia-lima-ombudsman/2019/09/explicando-o-tendencias-debates.shtml>. Acesso em: 01 fev. 2022.

LIMA, V. *Mídia: Teoria e Política*. 2 ed. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.

LUCENA, R. R. *O clique da notícia – A história da Folha Online contada por seu design*. 2008. 201f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/18223>. Acesso em: 23 dez. 2021.

LUQUES, S. U. *Metáfora e Argumentação: uma análise crítica do discurso*. 2010. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://doi:10.11606/D.8.2010.tde-10012011-130728>. Acesso em: 04 maio 2023.

MACEDO, L. B. Enegrecido os estudos críticos discursivos: contribuições epistemológicas afroperspectivistas para o campo da análise crítica do discurso no Brasil. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 61, n. 11, jan./abr., 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/010318139561411520210310>. Acesso em: 04 ago. 2023.

MACHADO, M. P. M. *As práticas dos Consultórios na Rua: perspectivas para o monitoramento e avaliação do campo*. 2021. 261f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

MACIEL, L. M.; SILVA, M. G.; SOUZA, A. A. M. A população em situação de rua diante da pandemia: um estudo de caso ampliado entre São José dos Campos/SP e São Paulo/SP. *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*, v. 8, n. 63, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17271/2318847286320202514>. Acesso em: 03 fev. 2023.

MAGALHÃES, C. M.; NOVODVORSKI, A. A semiótica visual e a questão da identidade racial: uma leitura sistêmico-funcional em duas capas de literatura infanto-juvenil brasileira. In: FERNANDEZ, M. D.; GHIO, E. (org.). *El discurso en español y portugués: Estudios desde una perspectiva sistêmico-funcional*. Santa Fé: Universidad Nacional del Litoral, 2010. v. 1. p. 287-310.

MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. de M. *Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa*. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

MAGALHÃES, I. Teoria crítica do discurso e texto. *Revista em (dis)curso*. Tubarão (SC), v. 4, n. esp, p. 113-131, 2004. Disponível em: [https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem\\_Discurso/article/view/293](https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/293). Acesso em: 15 abr. 2023.

MAGALHÃES, T. *Campos de disputa e gestão do espaço urbano: o caso da “cracolândia” paulista*. 2015. 150f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MANCHETÔMETRO. *Centenário Folha de São Paulo – Editoriais em Números*. 19 fev. 2021. Disponível em: <http://manchetometro.com.br/2021/02/19/centenario-folha-de-sao-paulo-editoriais-em-numeros/>. Acesso em: 26 set. 2021.

MARCUSCHI, L. A. O Papel da Atividade Discursiva no Exercício do Controle Social. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 7, p. 07-33, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/les.v7i0.9697>. Acesso em: 14 ago. 2023.

MARINO *et al.* A cracolândia não diminuiu, só se espalhou. *Labcidade*. São Paulo, 11 jul. 2022. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/acoes-violentas-do-poder-publico-multiplicam-cracolandias-pelo-centro-de-sao-paulo/>. Acesso em: 16 de agosto de 2022.

MARQUES, F. P. J. A.; MONT'ALVERNE, C.; MITOZO, I. B. A empresa jornalística como ator político: um estudo quanti-qualitativo sobre o impeachment de Dilma Rousseff nos editoriais de Folha e Estadão. *Observatório (OBS\*)*, v. 12, n.3, p. 224-245, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6651104>. Acesso em: 22 jan. 2021.

MARQUES, J. de M.; ASSIS, F. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 39, n. 1, 2016. Disponível em: <http://doi.org/39-56.10.1590/1809-5844201613>. Acesso em: 26 set. 2021.

MARTINS, D. E.; MACHADO, F. V. Necropolítica, mídia e o extermínio da população em situação de rua. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA, 12, jul.. 2018, Rio de Janeiro. *Anais*. 2018. Disponível em: <https://proceedings.science/saude-coletiva-2018/papers/necropolitica--midia-e-o-extermínio-da-populacao-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 30 dez. 2021.

MARTINS, R. Mídia corporativa é a essência do poder. [Entrevista com Nilson Lage N.]. *Observatório da Imprensa*, v. 829, 06 dez., 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/ed829%20midia%20corporativa%20e%20a%20essencia%20do%20poder/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

MASTRINI, G.; BECERRA, M. 50 años de concentración de medios em América Latina: del patrimonio artesanal a la valorización em escala. *Sala de Prensa*, v. 2, n. 5, ago., 2003. Disponível em: [https://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4\\_uibd.nsf/1A08E509AD4A322F05257C670072967E/\\$FILE/tv\\_latina\\_times.pdf](https://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/1A08E509AD4A322F05257C670072967E/$FILE/tv_latina_times.pdf). Acesso em: 22 dez. 2021.

MBEMBE A. *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017.

MEDEIROS, C. R. S.; CAVALCANTE, P. A implementação do programa de saúde específico para a população em situação de rua - Consultório na rua: barreiras e facilitadores. *Saúde e Sociedade*, v. 27, n. 3, 754-768, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902018170946>. Acesso em: 08 fev. 2021.

MENDES P. H. A.; NASCIMENTO M. Análise do processamento metafórico no discurso: metáforas da crise econômica e da corrupção política. *Scripta*, v. 26, n. 14, p. 89-106, 2010. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4352>. Acesso em: 20 mar. 2022.



MENDONÇA, D. G. *População em situação de rua: como as ações e políticas públicas são representadas na Folha de São Paulo*. 2020. Dissertação. (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, Brasília, 2020.

MIRANDA, A. F. *A carta do leitor como reflexo e refração do posicionamento ideológico do jornal*. 2017. Dissertação. (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/10342>. Acesso em: 12 jun. 2022.

MOLINA, M. L. De la situación de calle a la ocupación del espacio público: representaciones discursivas de las personas em situación de pobreza em los diários argentinos. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 18, n. 3, p. 59-81, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/7434/6165>. Acesso em: 26 mar. 2022.

MOLINA, M. L. *La argumentación em las noticias: Una aproximación al análisis de la estructura argumentativa a partir del modelo de Toulmin*. Buenos Aires: Tersites, 2012.

MONT'ALVERNE, C. A quem se dirigem os editoriais? Um estudo acerca de personagens e instituições mencionadas pelos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 23, p. 7–34, maio/ago., 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220172301>. Acesso em: 08 maio 2022.

MONT'ALVERNE, C.; MARQUES, F. P. J. A. A opinião da empresa o jornalismo brasileiro: um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 12, n. 1, p. 121-137, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2015v12n1p121>. Acesso em: 12 dez. 2022.

MONTECINO, L. *Discurso, Pobreza y Exclusion em América Latina*. Santiago: Editorial Cuarto Próprio, 2010.

MONTECINO, L. Personas em situación de calle: identidade, exclusión e invisibilización. In: CORACINI, M. J. *Identities Silenciadas e (In)visíveis: entre a inclusão e a exclusão*. Campinas: Pontes Editores, 2011.

MORAES, D. A hegemonia das corporações de mídia no capitalismo global. *Biblioteca online de Ciências da Comunicação*, BOCC. jun., 2000. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-hegemonia.html>. Acesso em: 22 dez. 2021.

MORAES, D. A lógica da mídia no sistema de poder mundial. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación (Eptic)*, v. 6, n. 2, p. 16-36, maio/ago., 2004. Disponível em: [https://silo.tips/download/a-logica-da-midia-no-sistema-de-poder-mundial#google\\_vignette](https://silo.tips/download/a-logica-da-midia-no-sistema-de-poder-mundial#google_vignette). Acesso em: 30 maio 2022.

MORAES, D. Forjar o consenso, neutralizar o dissenso: a mídia e seus intelectuais nas disputas ideológicas. In: MORAES, D. (org). *Poder midiático e disputas ideológicas*. Rio de Janeiro: Consequências, 2019. p. 35-68.

MORAES, F. Para que serve um jornalismo de subjetividade? In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM JORNALISMO (SBPJOR), 16,

2018, São Paulo. *Anais*. 2018. Disponível em:

<http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2018/paper/viewFile/1344/899>. Acesso em: 22 ago. 2023.

MOREIRA *et al.* População em situação de rua: direitos humanos, políticas públicas e programas de *housing first*. Rio de Janeiro, *Cadernos FGV Direito*, v. 9, 2017. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/628db45b-19a9-4574-9633-40cbc0b5a4f1>. Acesso em: 13 nov. 2022.

MUNIZ, A. C. *As mudanças de linha editorial na Folha de S. Paulo (1979-1989)*.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999.

Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/1116>. Acesso em: 22 abr. 2023.

MURGIA, P. *Hamas' Statements. A discourse analysis approach*. 2018. 276f. Tesis (Doutorado em Tradução e Ciências do Ensino) – Universidad Pompeu Fabra. Barcelona, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10803/664233>. Acesso em: 28 ago. 2022.

NASSER, M. M. S. *No labirinto: formas de gestão do espaço e das populações na Cracolândia*. 2016. 151f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-10032017-142143/en.php>. Acesso em: 13 maio 2023.

NATALE, R. *A representação social da violência de gênero contra a mulher no Espírito Santo*. 2015. 175f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/items/c2734a01-7429-478d-9552-2ad7f8e2418c/full>. Acesso em: 25 fev. 2022.

NERY FILHO A.; VALÉRIO, A. L. R.; MONTEIRO L. F. *Guia do projeto consultório de rua*. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas/Salvador: Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas; 2011.

NLESSO, A. P. P.; RIZZOTTI, M. L. A.; MUSTAFA, S. M. Desmonte da proteção social: uma análise da implementação do auxílio emergencial. *Temporalis*, Brasília, v. 21, n. 41, p. 219–236, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34798>. Acesso em: 26 mar. 2022.

NUNES, R. Programa de aluguel solidário para moradores de rua enfrenta falta de interesse de proprietários. *GZH*, Porto Alegre, mar de 2021. Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/03/programa-de-aluguel-solidario-para-moradores-de-rua-enfrenta-falta-de-interesse-de-proprietarios-ckmkmmz2r001n01984572kvwi.html>. Acesso em: 10 jan. 2022.

PAES, M. T. D. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. *Geosp – Espaço e Tempo*, v. 21, n. 3, p. 667–684, dez., 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/128345>. Acesso em: 17 mar. 2022.

PARDO ABRIL. N. G. *¿Qué nos dicen? ¿Qué vemos? ¿Qué es... pobreza? Análisis crítico de los medios*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/20013>. Acesso em: 12 nov. 2021.

PARDO ABRIL, N. G. Representaciones del discurso mediático: el caso de la impunidad em la prensa colombiana. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, São Leopoldo, v. 8, n. 3, p. 241-254, set./dez., 2006. Disponível em:

<https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6139>. Acesso em: 23 nov. 2022.

PARDO M. L. *El discurso sobre la pobreza em América Latina*. Santiago de Chile, Chile: Editorial Frasis. Colección Poder, Discurso y Sociedad, 2008.

PARDO M. L. La televisión y su construcción discursiva sobre la pobreza y el delírio. In: COLOQUIO DE INVESTIGADORES EM ESTUDIOS DEL DISCURSO, 5, 2011. *Actas digitales del V*.

PARDO, M. L. Decolonização do conhecimento nos Estudos do Discurso. In: RESENDE, V. M. (org.). *Decolonizar os estudos críticos do discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. p. 47-62.

PARDO, M. L. Metodologia de la investigación em Linguística: reflexiones y propuesta. *Revista da ABRALIN*, v. 14, n. 2, 2015. Disponível em:

<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1267/1190>. Acesso em: 30 mar. 2023.

PATU, G. Como se faz um editorial? *Folha de S. Paulo online*. São Paulo, dez., 2019.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/como-se-faz-um-editorial.shtml>. Acesso em: 01 fev. 2022.

PENITENTE, N. Discursos velados, vozes silenciadas: análise de notícias sobre situação de rua. In: GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. et al. (orgs.). *Discurso e poder: teoria e análise [recurso eletrônico]*. São Paulo: FFLCH, 2020.

PEREIRA, C. P. *Rua sem saída: um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília*. 2008. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em:

[https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB\\_c608edb9a54ed790ebf30fda99934ea8](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_c608edb9a54ed790ebf30fda99934ea8). Acesso em: 28 abr. 2023.

PETRONE, P. A cidade de São Paulo no século XX. *Revista de História*, v.10 n. 21-22, p.

127-170, 1955. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36445>. Acesso em: 26 mar. 2024.

PIRES, E. M. *Imprensa, Ditadura e Democracia*. 2008, 132f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em:

<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/13081>. Acesso em: 22 jun. 2023.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. *Censo antecipado pela Prefeitura de São Paulo revela que população em situação de rua cresceu 31% nos últimos dois anos*. 23 jan. 2022. Disponível em:

<https://www.capital.sp.gov.br/noticia/censo-antecipado-pela-prefeitura-de-sao-paulo-revela-que-populacao-em-situacao-de-rua-cresceu-31-nos-ultimos-dois-anos>. Acesso em: 12 abr. 2024.

RAMALHO, I. S. *Representação discursiva da violência e da violação de direitos contra*



*peças em situação de rua nas plataformas on-line do Correio Braziliense (2014 a 2018)*. 2020. 230f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso (para a) crítica: O texto como material de pesquisa*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

RAUP, L.M.; ADORNO, R.C.F. Jovens em situação de rua e usos de crack: um estudo etnográfico em duas cidades. *Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade*, v. 4, p. 52-67, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.17921/2176-5626.n4p%25p>. Acesso em: 12 jun. 2023.

RAUPP, L.; ADORNO R. C. F. Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, p. 2613-2622, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232011000500031](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000500031). Acesso em: 06 set. 2022.

REBOUÇAS, T. B. *O impeachment de Dilma Rousseff: ordem e disciplina nos editoriais dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo*. 2019. 107f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/38945>. Acesso em: 18 abr. 2023.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. Oligopólios de mídia controlados por poucas famílias. A Reporteres sem Fronteiras e o Intervozes lançam o Monitoramento da propriedade da Mídia no Brasil. *Repórteres sem Fronteiras*. 31 out. 2017. Disponível em: <https://rsf.org/pt-br/oligop%C3%B3lios-de-m%C3%ADdia-controlados-por-poucas-fam%C3%ADlias-rep%C3%B3rteres-sem-fronteiras-e-o-intervozes-0>. Acesso em: 12 abr. 2024.

RESENDE, V. M. *Análise de discurso crítica e etnografia: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua crise e o protagonismo juvenil*. 2008. 332f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/3624>. Acesso em: 22 abr. 2022.

RESENDE, V. M. Análise de discurso crítica: reflexões teóricas e epistemológicas quase excessivas de uma analista obstinada. In: RESENDE, V. M.; REGIS, J. F. S. (orgs.). *Outras perspectivas em Análise de Discurso Crítica*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

RESENDE, V. M. Deslocamento forçado e permanência vigiada, território e fronteira: metáforas de espaço na representação da situação de rua na Folha de S. Paulo. *Revista de Estudo da Linguagem*, v. 28, n. 1, p. 565-596, 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/15360>. Acesso em: 14 jun. 2022.

RESENDE, V. M. Direito contra direitos? Uma polêmica do Largo de São Francisco na Folha de S. Paulo: reflexões crítico-discursivas. *Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso*, v. 17, n. 3, p. 35-59, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2176-4573p56079>. Acesso em: 15 mar. 2023.

RESENDE, V. M. Perspectivas latino-americanas para decolonizar os Estudos Críticos do Discurso. In: RESENDE, V. M. (org.). *Decolonizar os Estudos Críticos do Discurso*. Campinas: Pontes, 2019. p. 19-46.

RESENDE, V. M. Representações imagéticas no jornal O Globo: para falar de rua ocultando pessoas. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 22, n. 1, p. 440-459, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/37303>. Acesso em: 07 abr. 2022.

RESENDE, V. M. A A revista Cais entre o protagonismo e o assistencialismo: uma análise discursiva crítica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 94, p. 21-40, 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1490>. Acesso em: 15 jul. 2022.

RESENDE, V. M.; GOMES, M. C. A. Representação da situação de rua no jornalismo eletrônico em textos verbo-visuais – a violência em discurso no Correio Braziliense (2011-2013). *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 18, n. 1, p. 165-191, jan./abr., 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-4017-180110-8117>. Acesso em: 12 dez. 2022.

RICOUER. P. *A Metáfora Viva*. São Paulo: Loyola, 2000.

ROBAINA, I. M. M. “Deixados na esquina da morte” - População em situação de rua, bio (geo) política e Covid-19. *Ensaios de Geografia*, Niterói, v. 5, n. 9, p. 81-86, maio 2020. Disponível em: [https://periodicos.uff.br/ensaios\\_posgeo/article/view/42922](https://periodicos.uff.br/ensaios_posgeo/article/view/42922). Acesso em: 10 abr. 2023.

ROBAINA, I. M. M. Populações “daninhas”? Contenção territorial e estratégias de sobrevivência das populações de rua nos espaços públicos das grandes metrópoles. *Entre-Lugar*, Dourados, MS, v. 2, n. 3, p. 137-163, 2011. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/984>. Acesso em: 15 mar. 2023.

RODRIGUES, I. de S.; FERNANDES, D. C. (orgs.). *Cidadãos em situação de rua: Dossiê Brasil – grandes cidades*. Curitiba: CRV, 2020.

ROHLING, N.; ZARTH PADILHA, P. C. Os discursos sobre a identidade do sujeito sem teto no jornalismo on-line. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 22, n. 2, p. 189-207, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/les.v22i2.31542>. Acesso em: 29 mar. 2023.

SAMPAIO, F. Cidades seguras: a polêmica tolerância zero. *Veja*, 2 ago. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/noblat/cidades-seguras-a-polemica-tolerancia-zero-por-felipe-sampaio>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SANTO, T. B. do E. *et al.* Homeless person by the press eye. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 4, p. e38010414196, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14196>. Acesso em: 30 dez. 2021.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SARDINHA, T. B. Metáforas de Lula e Alckmin nos debates de 2006 em uma perspectiva da Lingüística de Corpus. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 7, n. 2, jul./dez., p. 169-184, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-63982007000200007>. Acesso em: 27 mar. 2022.

SILVA, D. E. G.; RAMALHO, V. C. V. S. Reflexões para uma abordagem crítica dos gêneros discursivos. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, v. 8, p. 19-40, 2008.

Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/raled/article/view/33598>. Acesso em: 08 abr. 2023.

SILVA, J. Modelos *Mentais e a construção discursiva do sexismo em espaços virtuais de interação*: uma abordagem sociocognitiva. 2021. 132f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/42962>. Acesso em: 04 jul. 2022.

SILVA, M. L. L. *Mudanças recentes no mundo do trabalho e fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995 – 2005*. 2006. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA, M. V. da; MORAES, F. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 28, 2019. *Anais*. Porto Alegre. Disponível em: [http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos\\_arquivo\\_5LFXYWXOMDTM6JSBQBBT\\_28\\_7677\\_20\\_02\\_2019\\_17\\_55\\_17.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_5LFXYWXOMDTM6JSBQBBT_28_7677_20_02_2019_17_55_17.pdf). Acesso em: 23 mar. 2023.

SILVA, T. D.; NATALINO, M.; PINHEIRO, M. B. População em situação de rua em tempos de pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais. *Nota técnica*, n. 74, Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/200610\\_nt\\_74\\_diset.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200610_nt_74_diset.pdf). Acesso em: 30 jun. 2023.

SILVA, W. N.; HÜNING, S. M. De morador de rua a criminoso. *Athenea Digital*, v. 15, n. 2, p. 141-165, 2015. Disponível em; <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.1479>. Acesso em: 02 abr. 2021.

SMITH, N. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: BIDOUCO-ZACHARIASEN, C. (coord.). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.

TAVARES, R. C. L.; RESENDE, V. M. Da necessária coerência entre ontologia, epistemologia e metodologia: contribuição em estudos críticos do discurso. *Revista DisSoL - Discurso, Sociedade e Linguagem*, v. 6, n. 13, p. 82-96, jan./jun., 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.35501/dissol.vi13.911>. Acesso em: 04 jul. 2022.

TAVARES, S. C. *Moradia para quem? Análise sobre a construção social da população em situação de rua no Programa Moradia Primeiro*. 2021. 110f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/231621?locale-attribute=es>. Acesso em: 12 ago. 2022.

TEIXEIRA, E. A S.; OLIVEIRA, F. S. População em situação de rua na pandemia: desdobramentos da crise do capital. *SER Social*, v. 24, n. 51, p. 364–383, 2022. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/42539](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/42539). Acesso em: 04 mar. 2024.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2002.

TIENGO, V. M. A pandemia e seus impactos para a população em situação de rua. *Revista de Políticas Públicas*, v. 25, n. 1, p. 46–62, 2021 Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/17332>. Acesso em: 30 jun. 2021.

TUCHMAN, G. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, N. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2 ed. Lisboa: Veja, 1999. p. 61-73.

VALENCIO, N. F. L. da S. *et al.* Pessoas em situação de rua no Brasil: Estigmatização, desfiliação e desterritorialização. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 7, n. 21, p. 556-605, dez., 2008. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/NormaArt.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2022.

VAN DIJK, T. A. Discourse and ideology. In: VAN DIJK, T. A. *Discourse Studies: A Multidisciplinary Introduction*. SAGE Publications Ltd, 2011. p. 376-399.

VAN DIJK, T. A. *Discourse and Power*. New York: Palgrave Macmillan. 2008.

VAN DIJK, T. A. Discourse-Cognition-Society: current state and prospects of the socio-cognitive approach to discourse. In: HART, C.; CAP, P. (orgs.). *Contemporary critical discourse studies* London; New York: Bloomsbury, 2014, p. 121-146.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e Contexto: uma abordagem sociocognitiva*. São Paulo: Contexto, 2012.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015a.

VAN DIJK, T. A. Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso. *Letrônica*, Porto Alegre, v. 9, n. esp. (supl.), s8-s29, 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/letronica/article/view/23189>. Acesso em: 18 abr. 2022.

VAN DIJK, T. A.; MEDEIROS, B. W. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O. Análise crítica do discurso multidisciplinar: um apelo em favor da diversidade. *Linha D'Água*, v. 26, n. 2, p. 351-381, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v26i2p351-381>. Acesso em: 12 dez. 2022

VAN DIJK, T.A. Discurso Antirracista no Brasil. [Conferência on-line]. 09 nov. 2020. *Canal Abralín ao vivo*. 2020. Disponível em: <https://aovivo.abralin.org/lives/teun-a-van-dijk/>. Acesso em: 05 ago. 2021.

VAN DIJK, T.A. *Discurso, notícia e ideologia – Estudos na análise crítica do discurso*. Tradução de Zara Pinto-Coelho. Edições Húmus (loja on-line), 2017.

VAN DIJK, T.A. Ideologia. *Letras De Hoje*, v. 50, s53-s61, dez. 2015b. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2015.s.23139>. Acesso em: 12 set. 2022.

VAN DIJK. *Ideología: una aproximación multidisciplinaria*. Barcelona; Gedisa, 1999.

VAN LEEUWEN, T. *Multimodality and Identity*. London; New York: Routledge, 2021.

VANIN, A. A. A construção (criativa) do significado: processos inferenciais e blending. *Ciências & Cognição*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 77-93, ago., 2010. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-58212010000200008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212010000200008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 01 abr. 2022.

VARGAS J. H. C. Hyperconsciousness of Race and Its Negation: The Dialectic of White Supremacy in Brazil. *Identities*, v. 11, n. 4, p. 443-470, 2004. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10702890490883803>. Acesso em: 12 out. 2023.

VIEIRA, V. A crítica como arte de fazer-se crítica. In: IRINEU, L. M (org.) *et al. Análise de Discurso Crítica: conceitos-chave*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

VIEIRA, V.; RESENDE, V.M. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. 2 ed. Campinas: Pontes, 2016.

VILLAÇA, F. Reflexões sobre o Centro de São Paulo. In: SCHICCHI, M. C.; BENFATTI, D. (orgs.). *Urbanismo: Dossiê São Paulo – Rio de Janeiro*. Campinas: PUCCAMP/PROURB, 2003. p. 21-36.

WACQUANT, L. *Punir os pobres – A nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Tradução Sérgio Lamarão. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



INSTITUTO DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE PORTUGUÊS, LINGUÍSTICA E LÍNGUAS CLÁSSICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário da pesquisa “Representação da situação de rua em textos opinativos da *Folha de S. Paulo* ao longo de uma década (2011 a 2020)”, de responsabilidade de Daniele Gruppi de Mendonça, estudante de doutorado do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é compreender como a população em situação de rua é representada nos textos que foram publicados na seção “Opinião” do jornal *Folha de S. Paulo* nos últimos dez anos (2011 a 2020). Portanto, gostaria de consultá-lo sobre seu interesse e disponibilidade de colaborar com a pesquisa.

Caso você concorde em participar, vamos realizar com você uma entrevista individual, a qual será transcrita e analisada, tendo como ancoragem os estudos críticos do discurso. Sua participação pode implicar em riscos mínimos. No entanto, comprometemo-nos a estar sempre atentos a esses e outros riscos que possam surgir, e adotar medidas de precaução e proteção, a fim de evitar dano ou atenuar seus efeitos, sempre discutindo com você acerca das providências cabíveis.

Informamos que a pesquisadora responsável pela pesquisa prestará todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como entrevista, gravação de áudio e vídeo, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa. E não serão divulgados sem a sua autorização.

Espera-se com esta pesquisa que você e colegas da *Folha de S. Paulo*, assim como de outros veículos de comunicação e estudantes da área, possam refletir sobre as representações discursivas que vem sendo publicadas sobre pessoas em situação de rua e, conseqüentemente,



possam agir para transformar essa prática, caso entendam como necessária.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Apesar disso, se você tiver algum dano por causa da entrevista, você tem direito a buscar indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

A pesquisadora garante que os resultados do estudo serão devolvidos ao participante por meio de uma versão do texto da tese de doutorado, podendo ser publicado posteriormente na comunidade científica. Seu nome ou material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

Os dados da entrevista ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, a pesquisadora avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução n 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para fins acadêmicos científicos.

A pesquisadora se compromete em apresentar previamente o termo de consentimento e, caso concorde em participar, será considerado anuência quando responder afirmativamente à leitura do termo antes da realização da entrevista da pesquisa.

Qualquer dúvida em relação à pesquisa estou à disposição pelo telefone (61) 98307-5977 ou pelo e-mail [danielegmendonca@gmail.com](mailto:danielegmendonca@gmail.com).

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: [cep\\_chs@unb.br](mailto:cep_chs@unb.br) ou pelo telefone (61) 3107-1592.

---

Assinatura do participante

---

Assinatura da pesquisadora

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.



## APÊNDICE B – Recorte entrevista Cesar Camasão

Novembro de 2023

Daniele: Comecei a gravar agora, eu tinha esquecido disso.

Cesar Camasão: Tudo bem. Então, vamos lá. Tendências e Debates existe desde os anos 70. É uma marca do jornal, está numa página nobre. Se for falar do impresso, está na página 3. Isso é para qualquer veículo impresso. Depois da primeira página é a sua página mais nobre. Foi inspirada nos preceitos da *Folha* de pluralidade, independência, apartidarismo, que são premissas básicas do jornal, que dá voz para todas as correntes. Esquerda, direita, conservadora, acionária, progressista. A ideia é justamente que seja um painel de discussão, por isso que ele tem esse nome, debates.

Então a gente fomenta e preza muito pelo debate. Então, às vezes, alguns artigos são publicados, aí tem réplicas, trélicas... Bem, essa é a essência dessa sessão. Que artigos? A primeira peneira, vamos chamar assim, como você falou, a seleção, é que seja, de fato, um artigo de opinião. Muitas vezes, o artigo B é uma análise, ou então há uma certa... vamos chamar de má fé, mas é... algo pouco perto disso, de políticos que querem usar... Vamos supor, um prefeito X que quer falar das suas obras e aí parece um release e não um artigo de opinião. A gente recusa. Olha, para escrever aqui, precisa se posicionar. Em qualquer área da discussão precisa ter um norte, um posicionamento, uma opinião forte sobre aquele assunto, porque senão não faz sentido. Esse é o primeiro ponto. Eu recebo, Daniele, só para você ter uma ideia, nós recebemos lá, em média, cerca de 30 artigos por dia, 30 sugestões.

Daniele: Muito, né?

César: Certamente é a sessão de artigos de opinião mais procurada e mais disputada do país, sendo que publicamos dois, às vezes, três, sendo um no site. Mas no impresso são dois, mas, às vezes, alguns artigos só saem no site. Os do impresso, obrigatoriamente, saem no site também. Agora, alguns são só para o online. Então, é... o que acontece? Esse é o primeiro ponto. Dessas 30 sugestões, a gente vai aproveitar duas, talvez uma no dia, ou nenhuma. Então é muito, muito difícil, conseguir publicar um artigo na *Folha*. A gente é muito criticado por isso. Mas é disputado, recebo sugestões do país inteiro, das mais variadas áreas. Então, o primeiro traço é opinião, artigo tem que ser de opinião. Nisso, já descarto 70% deles, que não são de opinião. Há muitos de medicina, muito técnico, de direito, também às vezes técnico demais, a parte dele é autoajuda, sabe? Uma coisa meio, um mundo corporativo também. Então, aí essa primeira, segunda, né, peneirada, digamos assim. O restante, são várias questões. Quem escreveu? Isso é um fato importante, né? Se o artigo for do Lula, por exemplo, fatalmente será publicado. Ele é o Presidente da República, natural que isso aconteça. Te dei um exemplo extremo, tá? Qualidades do texto, obviamente. Se aquela opinião está bem embasada e se há uma conexão imediata com o noticiário, por exemplo, como a guerra do Israel-Hamas. A gente publicou 14 ou 15 artigos de opinião, sempre procurando equilibrar pró-Israel e pró-Palestina. A conexão com o noticiário é fundamental na escolha de artigos. A gente chama de artigos quentes. E também, por fim, o público que vai atingir. Às vezes, é um bom artigo, tem uma boa opinião, mas é um público muito restrito. Quanto maior for o interesse geral, que atinge a nossa pluralidade de leitores, esses artigos acabam tendo mais chances.

É a dura tarefa diária de escolher artigos. É uma decisão minha, então é absolutamente passível de críticas, não há uma fórmula pronta. Certamente, erro muitas vezes, recusando alguns

artigos, mas é subjetivo, não tem como fugir disso, pode ser sempre subjetivo. Então, muitas vezes a gente não consegue contemplar todas as discussões, são muitos temas, né? Falei aqui sobre Israel e Palestina, publiquei 15, mas eu poderia ter transformado essa sessão em um Tendências e Debate no Oriente Médio, e ficado só publicando isso desde que começou a guerra, há mais de um mês, porque recebo uma infinidade de artigos. Então, é difícil mesmo tentar imaginar o que é interesse para o jornal, para os nossos leitores, e aí grandes temas acabam, como são muitos grandes temas importantes, às vezes não tem o debate necessário, o aprofundamento necessário, isso é natural, mas há outras sessões no jornal. A gente tem cerca de 180 colunistas que ali exprimem suas opiniões pessoais, o que é diferente, né? Eventualmente, outros artigos são publicados também nas editorias, no cotidiano, no Política, na Economia. E esses que quando a gente julga importantes, mas não há espaço, não tão importantes para sair no impresso, eles são publicados apenas no site.

Daniele: Entendi. E as imagens, você também se seleciona as imagens?

Sim.

Daniele: Desde 2017, eu vi que, a partir de uma reformulação do portal, as imagens começaram a ficar mais frequentes, inclusive galerias nesses textos.

César: Ah, sim. As imagens são fundamentais, claro, são correlatas com o texto. O uso de galerias tem também um componente comercial, editorial. Editorial porque dá para atrair leitor, mas a gente fomenta o uso de galerias na *Folha* para prender o leitor, para ele poder continuar no texto. Aí tem uma série de métricas. Então, a galeria tem essa função. Talvez puxar os links também para puxar para outros textos e tornar a presença do leitor daquele texto que fique maior tempo possível dentro da *Folha* e que, quem sabe, ler outros artigos, outras reportagens de assuntos que fazem parte daquele texto.

Daniele: Entendi. E há uma seleção, igual você falou: assunto correlado, vocês buscam uma galeria que já existe?

César: É uma seleção subjetiva. Por exemplo, vamos partir da sua tese, população de rua. Então tem algum texto sobre arquitetura, agora não lembro o termo...

Daniele: Arquitetura hostil?

César: É. Eu vou publicar muito provavelmente uma foto de uma marquise com aqueles preguinhos, que é para o cara não deitar. Geralmente, é ligado a isso. E as galerias também. A gente produz, a (seção) Fotografia também produz, e têm milhares de galerias, e a gente tenta, como elemento gráfico, foto das galerias, que são um conjunto de fotos, gráficos, tabelas, artes, etc. Quanto mais componente gráfico, melhor.

Daniele: São fotos de arquivos normalmente, né?

César: Geralmente sim.

Daniele: A seção Tendências e Debates propõe também alguns artigos. Geralmente, lança as perguntas. E aí vocês também vão atrás das fontes para as respostas. Como que é essa seleção dessas fontes?

César: Essa proposição geralmente ocorre aos sábados. Todo sábado a gente publica um debate, que o jornal propõe a pergunta, né? Então é bem maniqueísta, por exemplo. Por exemplo, deixa eu pegar um exemplo recente. O Brasil deveria criar uma moeda comum com a Argentina. Foi um debate que fizemos quando esse tema veio à tona. E, claro, é um tema que busca estar conectado ao noticiário recente que gere uma discussão pública. Não vai ter, por exemplo, a terra é redonda? Coisas assim... (risos) São assuntos que ambos os lados possam discorrer de forma coerente. Propomos, eu aprovo, com a direção do jornal essa pergunta, e a gente busca os autores. É um movimento diferente. A gente convida pessoas que vão responder sim ou não àquela pergunta. Essa da moeda, por exemplo, um cara vai escrever, olha, sou favorável por isso e por isso, e outro não, textos iguais, iguais eu digo do mesmo tamanho, publicados na mesma página, e depois são republicados no site também. Esse é o principal dos artigos que propomos, né? E também eventualmente acontece um formato, não sei se vocês viram, que se chama o “Assunto É”. Por exemplo, fizemos o “Assunto É”, o mês da guerra de Israel e Hamas. A gente convidou o embaixador palestino no Brasil e o seu colega israelense e cada um deu suas versões ali, seus entendimentos sobre a guerra. Então, esses são os propositivos, mas a grande maioria, sim, é o que recebemos de sugestão. E acontece também um terceiro formato que é, vamos convidar, ou eu tomo essa iniciativa de convidar uma certa personalidade para escrever sobre algum assunto, personalidade eu digo, mas pode ser um acadêmico, um economista, e aí a gente convida. Olha, você gostaria de escrever na *Folha*, tal? Se a pessoa topa, escreve. Por exemplo, eu poderia agora daqui há uma semana ver se a Ana Hickmann, se ela gostaria de escrever sobre tudo que aconteceu. É, vou dar um exemplo assim, que teria apelo jornalístico, né? Para convidar alguém. Então é mais ou menos nessa linha que são três frentes propositivas e que nós buscamos o autor. Mas a grande maioria é, sem dúvidas, sugestões que chegam por e-mail. Muita gente tem meu WhatsApp, assessores de imprensa.

Daniele: E você falou que também escreve os editoriais. E como é definido então o assunto dos editoriais?

César: É...É, a gente ia falar de Tendências e Debates. Editoriais é um assunto muito delicado no jornal, tá? Não sei se eu posso te falar disso, mas é... Você é jornalista, você sabe. Como qualquer editorial, é a opinião do jornal, do dono do jornal. E aí os temas são debatidos. Eu não sou diretor de opinião, é o Gustavo Patu, que é o responsável direto pelos editoriais. Sou apenas um dos editorialistas que escrevem. São vários jornalistas.

Daniele: Pode falar quantos são?

César: Não sei de cabeça, mas sei lá, não sei se eu posso te falar isso, mas são vários. São jornalistas do grupo, das mais diversas áreas, que têm conhecimentos específicos, que a gente chama de economia, tem gente de fora também que colabora. E aí o jornal é o que o dono decide escrever, a linha que o jornal pensa. A linha da *Folha* é muito clara, tem lá no site. É um jornal progressista, defende pautas polêmicas, aborto, legalização do aborto, legalização das drogas e liberal na economia, privatização, por exemplo. A gente sabe qual é a linha do jornal e os textos são adequados conforme. Há discussões também sobre o que se vai publicar.

Daniele: Entendi. Como, então, você avalia a importância dessa sessão para a formação da opinião pública?

César: De Tendência e debates?

Daniele: É. Eu falo da seção Opinião como um todo, mas aí eu acho que você está mais focado na Tendência e Debates, então, pode falar por ela.

César: É. Eu vou falar da seção Tendências e Debates. Acho que o grande mérito nesses debates é ser um painel muito, muito democrático. Então, vou dar um exemplo prático, eu sempre gosto de ir por essa linha. Sabemos aqui que há uns quatro anos, o governo Bolsonaro teve uma série de questões envolvendo o governo, o próprio Bolsonaro criticava a *Folha*. Então, dava a impressão que a *Folha* era o jornal de oposição ao governo. Nunca foi. A *Folha* é crítica seja o governo qual for.

Quando era o FHC, diziam que a *Folha* era petista, depois entrou o Lula e a *Folha* vira tucana, um exemplo mais antigo, mais ou menos nessa linha. E agora a gente está virando de direita, porque somos críticos ao governo, mas somos críticos a qualquer governo, essa é a nossa linha mestra da *Folha*. Mas voltando à sessão, eu penso o seguinte, nos tempos do Bolsonarismo, a gente sempre procurou dar espaço para que membros influentes do governo, ligados à gestão Bolsonaro, pudessem escrever. Porque também há uma questão, e eu vou ser sincero com você. Os progressistas nos procuram mais, porque a *Folha* tem esse viés histórico. Então é muito mais fácil receber um artigo de deputado do PSOL, querendo publicar, do que um deputado do PL, mais bolsonarista, né? E a gente sentia falta de que membros do governo escrevessem no portal. Então, houve uma procura muito grande naquela época de tentar que ministros escrevessem, deputados preeminentes, senadores, enfim, gente do governo para que houvesse também esse... esse lado também fosse apresentado, para que não ficasse só crítica ao governo, que era natural que acontecesse. Porque a gente recebia muitos artigos de crítica ao governo. Nem sempre a gente foi exitoso. Algumas dessas pessoas convidadas não aceitaram escrever, o mesmo vale, por exemplo, e é algo que a gente busca, que é outro exemplo, o mundo evangélico. A gente tem muita dificuldade de trazê-los para o mundo real. O que acontece? A gente consegue trazer evangélicos progressistas, batistas, outras... o Neopentecostal, não. Você não sabe quantas vezes eu tentei que escrevessem no jornal... Eu falei, a *Folha* é a favor da organização das drogas e do aborto. Então, isso já é algo que... Eu ouvi isso de uma pastora uma vez, eu falei, poxa, pastora progressista. Que costuma escrever com a gente, por que é tão difícil? Aí ela deu isso, ela falou, eu acho que não vai conseguir. Eles não vão escrever pra *Folha* porque depois podem ser cobrados na igreja. Os próprios fiéis, a *Folha* tem essa postura muito progressista no costume, eles são contrários, mas a gente tenta, eu sempre continuo tentando. Então, um outro exemplo, agora mais recente da questão da guerra, segunda-feira, a gente publicou um artigo que foi super polêmico, que é uma visão bem pró-palestina e crítica, ferina, a Israel, então provoca uma série de repercussão entre a comunidade judaica, isso acontece do outro lado também, em artigo de sionistas. Então, eu acho que esse é o grande mérito. Claro, a gente tem um limite, não é publicar nada que resvalhe em crime, em preconceito, em anti-cienticismo, anti-ciência, enfim... Há algum limite que a gente publica, estando dentro desses limites, a gente pode sim, tanto no espectro direita como para a esquerda, e eu acho que é isso que a gente busca todo dia, nem sempre a gente consegue, com todas essas questões que eu te falei, mas é um caminho a correr sempre.

Daniele: Então ele tem um impacto na formação da opinião pública, né?

César: Eu acredito que sim, a ideia é essa. Jornalismo de opinião também é... o que a gente procura é, se o leitor recebeu uma opinião muito pró-Palestina, vai ter que ter uma pró-Israel. Então é esse equilíbrio. O que a gente espera não é determinar padrões, não influenciar o que o leitor pensa, mas que aquilo sirva de base para ele fazer as suas próprias reflexões. Essa é a ideia do Jornalismo de Opinião.

Daniele: E os textos, eles sofrem algum tipo de edição?

César: Textos? Sempre tem. Sempre tem. Tem de tudo. Gramática, estilo, padronização. Claro que a gente não vai mudar o artigo inteiro. Às vezes, quando tem algum problema de dúvida, mal colocada, às vezes imprecisão de informação, acontece. Sei lá, uma grafia de um nome errado. Muita coisa a gente consegue pegar, outras não. A gente não tem um chegador ali que pega todos os pontos do texto e confere a data. Muita coisa a gente procura nas buscas e na linkagem e acaba se deparando se a informação está correta ou não. Mas todo texto passa por edição. Às vezes, bons artigos e, aí, é uma vírgula ou outra, um detalhe, uma padronização do estilo da *Folha*. E título é uma prerrogativa nossa, isso é importante citar.

Daniele: Vocês que fazem os títulos, é isso?

César: É, eu peço sugestão de título. Eu posso usá-lo. Não é problema nenhum. Posso usá-lo na íntegra, às vezes, faço isso. Outras não. Então o autor está ciente de que o título é uma prerrogativa do jornal. Isso é importante. Porque título tem uma série de questões, de atração, de caber no espaço, padrão *Folha* de título, tem uma série de questões. Mas, sim, sempre é edição.

Daniele: Certo. E quando que a população em situação de rua entra na pauta do Caderno Opinião? E você pode falar pelo editorial e pela sessão Tendências e Debates.

César: Ela é um tema importante, claro. A *Folha* é um jornal paulistano. Talvez não tenha uma cidade, uma metrópole no país hoje, que conviva com um problema tão grave de população de rua como São Paulo. Não tenho os dados de outras cidades, mas sabemos que aqui o último censo acho que deu 33 mil. Não sei se vocês sabem, mas foi um censo, acompanhamos isso, um censo com uma série de falhas ali, parece que eles não ouviram pessoas que estavam embaixo de viadutos, e a população de rua aumentou muito, principalmente pós-pandemia. Então, é um assunto de questão social super relevante para o jornal, dentre outras dezenas de temas. Em alguns momentos se confunde com a Cracolândia, que também são moradores de rua, ainda que em outro viés. Algo que é preocupante é o fato de que o perfil dessa população de rua mudou muito no pós-pandemia. A gente vê famílias no centro de São Paulo, coisas que não se via, pai, mãe, crianças morando na rua, em barraca. E aí são várias frentes. A gente tem, por exemplo, o padre Júlio, que escreveu algumas vezes na sessão, o prefeito Ricardo Nunes também, com uma política que ele acha que é a mais correta, tanto para a Cracolândia como para a população de rua, o padre Júlio já é na outra ponta. E, enfim, é um tema que está sempre no nosso radar e sempre estará. Como eu falei, bons artigos, se eu tiver um bom artigo sobre a população de rua, algo novo, algo que tenha uma interpretação diferente, sei lá, o papel dessas comunidades evangélicas, que é um tema controverso, no acolhimento dessas pessoas, a situação dos abrigos, são todos temas que estão no noticiário da *Folha* e muitas vezes podem ir pro Opinião, para o Editorial, como já aconteceu ou para um debate de sábado, acho que a gente já fez, eu não lembro de cabeça, depois posso até te passar. Mas enfim, é um tema muito premente, sempre será. Se tornou ainda mais nos últimos anos depois da pandemia.

Daniele: E como que você avalia a forma como vocês abordam a situação de rua nesses textos?

César Bem, aí você já partiu... Os textos que eu recebo não é a opinião do jornal, é a opinião do autor. O que eu posso dizer sobre a opinião da *Folha* é de acolhimento, de responsabilidade social, de responsabilidade pública, que é uma situação extrema e que tem que ser oferecido abrigo, tem que ser oferecido uma oportunidade de trabalho, que é o seu tema mais moderno

hoje, não basta tanto você ter um monte de abrigos. Apenas ter uma série de abrigos aí, muitos ficam vazios. Então tem que ser tratado a família de uma forma, que às vezes precisa de um teto, nem que seja um teto temporário. Isso eu acho que o prefeito está fazendo, não é um projeto incipiente ainda que está começando, mas é interessante, de moradia temporária, fica ali 12 meses até se estabelecer. Precisa ser tratado com dignidade. A gente é contra a arquitetura hostil. Todas essas questões que envolvem... É uma visão humanista, diria. Não posso falar em nome da *Folha*, Daniele, mas eu posso dizer que como... jornalista que trabalha lá e o que a gente observa. A *Folha* foi uma posição totalmente humanista, de opção de acolhimento e de respaldo público. Cabe ao poder público ajudá-las a sair dessa situação com programas, enfim...

Daniele: E como você avalia a relação entre a abordagem da situação de rua nessa seção Tendências e Debates e nas notícias da *Folha*? Tem alguma correlação na forma como vocês abordam?

César: A correlação é estimulada pelos temas que surgem. Então, quando saiu o Censo, por exemplo, dos moradores de rua de São Paulo, houve um debate grande. A gente é movido também, você é jornalista e sabe, a gente é movido pelo que está acontecendo no momento. Esse não é um momento de população de rua. Teve uma super cobertura de Cracolândia, continua. E aí, como eu falei, acho que eu vejo isso como um subgrupo da população de rua. A Cracolândia que é um outro perfil do morador de rua. Mas aqui para *Folha* há uma cobertura intensa, até porque a gente está ali do lado das duas quadras. A gente sentiu o drama da Cracolândia na pele. Teve repórter assaltado... Quando a gente viu pessoas fumando crack perto da *Folha*, coisa que não acontecia. Um aumento da ação policial, esse espalhamento que houve, né? Que eles ficavam em lugar fixo, agora estão tudo por uns lados. Mudanças de endereço. A gente viu o comércio no entorno da *Folha* fechando, a deterioração do espaço público, enfim, então são temas naturalmente caros à *Folha*, e a gente talvez, a minha avaliação, pelo menos, eu penso que a sua cobertura de população de rua/ Cracolândia é muito mais intensa que a do Estadão. Muito também acho que influenciada porque a gente está ali e conviver e ver isso de perto, né? Então a gente tem fonte, tá mais próximo, tá ali na nossa cara. E esse processo de deterioração da Cracolândia, sempre foi deteriorado, mas se aprofundou muito nos últimos anos, isso é inegável. Principalmente depois de algumas decisões da prefeitura que a *Folha* julgou, estou falando de editorial, que a *Folha* julgou inadequadas, que foi essa forma de tentar espalhar, tentando espalhar em pequenos grupos como forma de uma abordagem mais individualizada, em vez de toda a Cracolândia fixada. Só que isso trouxe uma série de problemas na cidade para o centro de São Paulo, como sabemos. Então, eu acho que o noticiário, motivado pelo fato novo, por um bom acontecimento, essas questões acabam sendo repetidas na Opinião. Tanto que a gente tem um plano de editoriais semanal, mas que quase nunca ele é cumprido à risca, porque somos atropelados pelos fatos. Uma notícia nova, vamos supor que aconteça, sei lá, se GCMs matam três moradores de rua, isso vai virar um tema Editorial. E toda essa situação, que é difícil, e sabemos que ela tem de chance aflorar novamente e vai virar um objeto de debate. Eu acho que o caminho é mais ou menos assim.

Daniele: Os interesses políticos e econômicos do jornal interferem na seção Tendências e Debates, principalmente quando há essa questão da abordagem da situação de rua?

Cesar: Olha! O jornal é uma empresa, né? Visa lucro. Não é uma entidade filantrópica. O que procuramos, e a *Folha*, acho que, em grandes jornais do país, talvez seja onde isso é discutido, a pluralidade, pluralismo seja maior, é tentar dar espaço para todas as correntes de pensamento.

O jornal tem seus interesses. O editorial é ali mostrando seus interesses do jornal, como ele pensa. Não cabe a mim avaliar isso. Agora, do morador de rua, claro que há critérios editoriais, né? Pode, poderia falar, alguns artigos vêm da direção do jornal, olha, vamos publicar esse. O jornal tem total liberdade de definir o que é publicado. Não tem compromisso com ninguém. Às vezes, as pessoas confundem isso. É curioso. Poxa, como não vai publicar nosso informativo? Não vamos! Tem uma frase boa do Chateaubriand que diz assim, acho que era o Rubem Fonseca que tinha uma coluna no jornal, e o Chateaubriand não gostou, e ele falou assim, olha, quem quer ter opinião, faça como eu, abra seu jornal. Então, é mais ou menos isso. E hoje não precisa. Você pode ter blog, têm redes sociais, todo mundo pode emitir opiniões facilmente. Agora, a *Folha* tem seus preceitos, seus interesses e vai publicar o que for de acordo. No ponto específico dos moradores de rua, questões econômicas, eu não vejo, assim, o que poderia ser... De que tipo de questão você fala?

Daniele: De especulação imobiliária, por exemplo. De especulação imobiliária na área onde tem muita situação de rua.

César: Eu não sei te responder isso. Eu não sei. Talvez tenha.

Daniele: Por exemplo, pressão de uma incorporadora que patrocina o jornal. Ela tem interesse naquela área. O jornal pode fazer abordagens que aumente o preconceito contra a população de situação de rua naquela área. Em vez de ajudar com uma visão humanista, igual você falou, pode ajudar ao contrário, legitimando políticas de retirada da população daquela área, que vai favorecer ao interesse imobiliário.

César: Não sei, essas discussões não passam por mim, eu realmente não sei. Não vou dizer que sim e nem que não. Estou sendo super sincero. Não sei, porque não chega isso diretamente à redação. Agora, talvez, claro, recuperar a área. Não sei como a *Folha* lida com isso, porque aí já é da direção do jornal, da qual eu não faço parte, mas nunca chegou esse tipo de coisa pra mim.

Daniele: Entendi. Eu observei na minha pesquisa algumas coisas que confirmam o que você falou. Por exemplo, um dos valores-notícias que a gente pode falar são pessoas importantes. Quem escreveu o artigo? Eu vi muito artigos em *Tendências e Debates* que abordam direto ou indiretamente a população em situação de rua escritos por políticos, por exemplo. E, em contrapartida, eu também não vi de movimento sociais.

César: A gente publica muitos artigos do padre Júlio Lancelloti, mas vou te dizer a gente não recebe nada dos movimentos. Não vejo uma liderança como tem nos Movimentos dos Trabalhadores Sem-Teto, por exemplo.

## APÊNDICE C - Quadros de metáforas conceituais e expressões metafóricas

### SR é prisão, jaula ou corrente

SR é prisão, jaula ou corrente	<p>Segundo, porque o morador de rua está <b><u>aprimionado</u></b> no seu anonimato e na falta de esperança.</p> <p>precisamos induzi-los <b><u>a sair da jaula moral e psicológica da rua</u></b> <b><u>acorrentá-los</u></b> aos vícios e ao ócio de quem acha que a <b><u>jaula é moral e não econômica</u></b></p> <p>Essa condição não se dá somente por questões de saúde mental, mas também por padrões comportamentais adquiridos na longa vivência nas ruas, <b><u>cercada de inúmeras privações</u></b>.</p>
--------------------------------	--

### SR é cena

SR é cena	<p>Criticar a internação involuntária é politizar <b><u>a tragédia dos que não podem se defender</u></b>.</p> <p>O apelo de três garotos de nove, dez e 12 anos de idade me sensibilizou <b><u>para a tragédia da dependência química</u></b> no centro de São Paulo, há quase uma década</p> <p>O pior cenário seria a sociedade e seus representantes se acostumarem <b><u>ao espetáculo de desamparo em cada esquina</u></b>.</p> <p>quantificaram um <b><u>drama social</u></b> o <b><u>drama dos sem-teto</u></b> agrava-se Sensível a esse <b><u>drama</u></b> não surgiram propostas para enfrentar esse <b><u>drama</u></b>.</p> <p>Aí, amigos, é onde está o <b><u>drama</u></b>.</p> <p><b><u>Drama social</u></b></p>
-----------	--



**PSR ou usuários de drogas é objeto**

PSR ou usuário de drogas é objeto	<p><b><u>Encostaram-se ali cerca de cem barracos</u></b></p> <p>Diariamente, às 7h da manhã, o cenário se repete: <b><u>lixo, dejetos e dezenas de pessoas amontoadas em suas últimas horas de sono.</u></b></p> <p>morte de cinco pessoas <b><u>largadas na rua</u></b> pessoas que os doutores querem ver <b><u>depositadas</u></b> em albergues. como um ser humano que precisa de ajuda e de oportunidades, não como <b><u>algo</u></b> indesejável que atrapalha a cidade. Além disso, os usuários de drogas se <b><u>espalharam</u></b> para outras áreas, Pela enorme quantidade de moradores de rua, proponho aos candidatos à Presidência a criação do Samu social, que <b><u>os possa recolher</u></b> para um banho, corte de cabelo e um prato de comida. <b><u>atirar</u></b> ao chão um indefeso morador de rua.</p> <p><b><u>Moradores de rua espalhados por todos os bairros,</u></b> cracolândias se multiplicando, má conservação de áreas verdes, iluminação que acende de dia e apaga à noite, buracos, sujeira, enchentes, trânsito caótico...</p> <p>Os centros de apoio a de rua aqui em Curitiba são verdadeiros <b><u>depósitos de pessoas.</u></b></p> <p>Camelôs, moradores de rua, pedestres e ciclistas se <b><u>imiscuem com os carros;</u></b> <b><u> sinalização confusa e acúmulo de lixo nas vias atrapalham os motoristas</u></b></p>
-----------------------------------	--

**SR é negação**

	<p>insanidade mental e as drogas são válvulas de escape para suportar <b><u>o não, o nada, o nunca</u></b></p> <p>Não é porque sempre os acompanharam <b><u>"o não, o nada, o nunca"</u></b></p>
--	--

**PSR ou SR é relento/ desamparo**

<p>PSR ou SR é relento/ desamparo</p>	<p>Essa é uma das grandes diferenças entre ele e os <b><u>abandonados das vias públicas</u></b>, inclusive os do largo de São Francisco. Se não fossem os hospitais, eles estariam <b><u>à mercê da própria sorte</u></b>, como os moradores de rua. amparar <b><u>quem se acha ao relento</u></b>.</p> <p>Desalento <b><u>ao relento</u></b></p> <p>O Movimento Estadual de População em Situação de Rua estima que haja <b><u>32,6 mil no sereno</u></b></p> <p>O morador de rua Wladimir Delvechio, de 33 anos, é uma das cerca de 20 mil pessoas que dormem <b><u>ao relento</u></b>.</p> <p>No caso da população em situação de rua, existe a preocupação pela <b><u>falta de condições básicas de sobrevivência a que essas pessoas estão submetidas</u></b></p> <p><b><u>Desalento ao relento</u></b> Enquanto isso, <b><u>as dores choram e as lágrimas correm</u></b> para algum lugar e se estancam nas portas de palácios.</p>
---------------------------------------	---

**PSR ou SR é sujeira**

<p>PSR ou SR é sujeira</p>	<p>Uma megacidade como São Paulo, com a <b><u>quantidade imensa de lixo esparramado que se vê pelas vias, particularmente onde há moradores de rua</u></b></p> <p>zeladoria urbana que considera as <b><u>pessoas como lixo</u></b></p> <p>precisamos refletir e nos comprometer a olhar com compaixão o sofrimento dos <b><u>descartados</u></b></p> <p>não podemos esquecer que essas pessoas vêm sendo tratadas como a <b><u>escória humana</u></b> por todos os administradores da cidade</p>
----------------------------	---

**SR é aglomeração/concentração**

SR é aglomeração/concentração	<p>que <u>concentra moradores de rua, usuários de drogas e um comércio degradado</u></p> <p>desmobilizar <u>massas</u></p>
-------------------------------	--

**PSR ou SR é perigo**

PSR ou SR é perigo	<p>Criou-se tal <u>clima de insegurança</u> que o estande de uma exposição foi desmontado antes do previsto.</p> <p>A segurança deles <u>afasta os demais transeuntes</u></p> <p>Os demais pedestres <u>não se arriscam a andar com liberdade</u></p>
--------------------	---

**SR é problema**

SR é problema	<p>Não que o <u>problema</u> seja simples de resolver</p> <p>Não que exista solução fácil para o <u>problema</u> mostra-se imperativo ter uma dimensão correta do <u>problema</u> o vigor de suas palavras revela energia jovial para lutar pela solução de <u>problemas complexos como este</u>. Podemos cobrar melhorias nas iniciativas da Prefeitura, mas não podemos negar que elas são parte importante do que temos disponível para enfrentar o <u>problema</u>. Engana-se quem pensa que São Paulo tem um <u>problema</u> relacionado aos moradores de rua. <u>Tem 13.666 problemas</u>, segundo o censo da Fipe de 2010). Para vocês perceberem como <u>a coisa</u> é complicada</p> <p>Diversas pesquisas de estudiosos demonstraram que os albergues, existentes no município de São Paulo há décadas, não são adequados à solução do <u>problema</u> dos moradores de rua. já mostrou não ser eficiente para solucionar o <u>problema</u> dos moradores de rua.</p>
---------------	---

	O <b><u>problema</u></b> é mundial e o Brasil daria um grande exemplo na área social.
--	---

### PSR é imobilidade

PSR é imobilidade	<p>recuperar a dignidade <b><u>dos que vegetam naquela região</u></b></p> <p>As doações, por sua vez, apesar de carregarem profundo gesto de amor, <b><u>enterram os indivíduos na situação em que se encontram</u></b></p>
-------------------	---

### SR ou situação de dependência química é destruição

SR é destruição	<p>cenário em algumas regiões, em especial aquelas em que vivem dependentes de álcool e drogas pesadas, como o crack, é <b><u>devastador</u></b>.</p> <p>cabe observar que, não bastasse o governo demitido ter inundado cidades como São Paulo com o maior (e menos comentado) <b><u>tsunami já visto de moradores de rua</u></b></p> <p>O quadro de absoluta <b><u>degradação humana</u></b> e de abandono dessa população não é novidade para os paulistanos.</p> <p><b><u>situação degradante</u></b> dos moradores de rua.</p>
-----------------	---

### SR é descontrole

SR é descontrole	<p>Albergues não são perfeitos, mas dão o <b><u>morador de rua o mínimo de disciplina, o banho, recordando regras elementares sobre o convívio em sociedade</u></b></p> <p>Eles expõem o indivíduo ao mínimo de <b><u>disciplina, que é o banho, recordando-o de regras elementares sobre o convívio em sociedade</u></b>.</p> <p><b><u>"expõem o indivíduo ao mínimo de disciplina, que é o banho"</u></b>.</p> <p>No caso dos moradores de rua, <b><u>disciplina é controle</u></b>, imposição e higienismo social. Com isso, a volta da mortalidade infantil, da fome em grande escala, do desemprego sem paralelo histórico, do abandono de massas de estudantes dos ensinos médio e</p>
------------------	--

	<p>superior, da presença generalizada nas cidades dos moradores de rua e de mendigos nos cruzamentos em vias públicas, <b><u>entre outros sinais de manifestação do caos.</u></b></p> <p><b><u>Sem regras</u></b> e submetidos a todo tipo de violência e violações de direitos, uma série de convenções sociais é desconstruída.</p>
--	---

### SR é percepção sensorial

<p>SR é percepção sensorial</p>	<p>cenas e acontecimentos que intensificam, para além do rotineiro, <b><u>a percepção cotidiana</u></b> dessa insuportável ferida no tecido social.</p> <p>Faltam dados precisos para aferir <b><u>a alta aparente</u></b> do número de moradores de rua <b><u>o inchaço da população de moradores de rua se impôs</u></b> às conversas nas metrópoles brasileiras</p> <p>Parece mais provável, contudo, que a população de rua esteja de fato crescendo, como <b><u>percebem os munícipes.</u></b></p> <p>os habitantes da cidade <b><u>observam cotidianamente a olho nu</u></b></p> <p>“O pessoal chega <b><u>mal</u></b> vestido ou com <b><u>cheiro de pinga</u></b> e é barrado”.</p> <p>O aumento <b><u>visível</u></b> da pobreza é simbólico, triste e urgente</p> <p>Um <b><u>olhar cuidadoso</u></b> para os detentos e a população em situação de rua <b><u>Deu voz a brasileiros invisíveis</u></b></p> <p>Convido essa senhora a rodar pelas ruas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte (para citar só algumas cidades) e <b><u>observar a absurda quantidade</u></b> de moradores de rua.</p> <p><b><u>presença generalizada nas cidades dos moradores de rua e de mendigos</u></b> nos cruzamentos em vias públicas</p> <p>Naquele ano, agentes municipais realizaram 56 mil abordagens a moradores de rua. Já em 2018 houve 105 mil abordagens. <b><u>A progressão é</u></b></p>
---------------------------------	--

	<p><b><u>evidente</u></b>, mas as autoridades preferem atribuí-la a um alegado maior empenho da prefeitura.</p> <p>O Ronaldo é uma verdadeira <b><u>"intervenção urbana"</u></b></p>
--	--

**SR é ocupação, lote, propriedade**

<p>SR é ocupação, lote, propriedade</p>	<p>Os <b><u>donos do largo</u></b> de São Francisco <b><u>tem donos</u></b> <b><u>acomodam suas roupas e colchões ao longo das paredes da faculdade e ocupam a área por todo o dia</u></b> À noite, somam-se mais umas 50, <b><u>cada qual com seu espaço</u></b>. mas foi <b><u>apropriado por indivíduos sem propriedade</u></b></p> <p>A maioria se afasta o máximo possível dos "lotes" <b><u>ocupados</u></b></p> <p>A <b><u>decisão dos moradores de rua de ocuparem o largo é lógica</u></b></p> <p>O perímetro do largo de São Francisco (incluindo a praça Ouvidor Pacheco e Silva, em frente à faculdade, e a calçada da Fecap) se tornou, portanto, uma hospedaria a céu aberto, com (1) proteção aos seus <b><u>ocupantes</u></b></p> <p>como o amparo desses infelizes moradores de rua, que <b><u>dormem pelas calçadas e viadutos da grande urbe</u></b>.</p> <p>Se nada for feito, a <b><u>apropriação do espaço público</u></b> tende a aumentar território, antes livre, continuará <b><u>com donos</u></b> ninguém pode se <b><u>apropriar do espaço público</u></b> impedindo-os de <b><u>permanecer no espaço público</u></b> noite se transformam em <b><u>grandes dormitórios da população de rua</u></b></p> <p><b><u>tornam seu o que deveria ser de todos</u></b></p> <p>"Tem os moradores de rua que <b><u>estão lá</u></b>. Queriam fazer deles monitores da praça"</p> <p>As reportagens sobre Wladimir não</p>
---	--

	<p>afirmavam que a vida dele era boa, mas isso ficou subentendido, uma vez que ali <b><u>era a "casa" dele.</u></b></p> <p><b><u>Cidade sem teto</u></b></p> <p>verdadeira <b><u>cidade de pessoas sem-teto</u></b> vive nas ruas</p>
--	---

### **PSR é invisibilidade**

<p>PSR é invisibilidade</p>	<p><b><u>Fazer vistas grossas</u></b> a dezenas de pessoas sujeitas a todo tipo de intempérie, doença e violência</p> <p><b><u>no seu anonimato</u></b></p> <p><b><u>Desconhecê-los não é tão perigoso quanto ignorá-los a indiferença</u></b></p> <p>E tem a expertise necessária para cuidar daqueles mais vulneráveis e <b><u>ocultos aos olhos da sociedade.</u></b></p> <p>Sua causa é chamar a atenção para <b><u>seres humanos invisíveis</u></b></p> <p>que mais espanta os <b><u>estrangeiros é invisível para os brasileiros: a miséria e a população de rua</u></b></p> <p>Covas e Doria vão tomar as providências de sempre: maltratar indigentes e <b><u>expulsá-los para onde não possam ser vistos.</u></b></p> <p>Meninos com não mais de oito anos de idade vivendo em situação de rua no centro da cidade, próximo à Sala São Paulo, fizeram certa vez um relato de que uma das coisas mais difíceis que sentiam na rua, era quando na entrada e saída dos espetáculos, a rua estava repleta de pessoas <b><u>para as quais eles eram completamente invisíveis</u></b></p>
-----------------------------	--

### **PSR ou SR é doença**

<p>PSR ou SR é doença</p>	<p>Está entre as <b><u>mazelas</u></b> típicas dos grandes</p>
---------------------------	--

	<p>centros urbanos --resistindo às iniciativas pontuais das autoridades-- a situação dos moradores de rua</p> <p>a percepção cotidiana dessa insuportável <b><u>ferida</u></b> no tecido social</p> <p>Já faz tempo que o <b><u>inchaco</u></b> da população de moradores de rua</p> <p>mas o poder público parece impotente diante da <b><u>chaga social</u></b>.</p> <p>histórico Território Livre (...) vive hoje uma <b><u>esquizofrenia</u></b>: é uma área pública, mas foi apropriado por indivíduos sem propriedade.</p> <p>É fundamental esclarecer que não iremos acabar com essa <b><u>chaga</u></b> <b><u>fere</u></b> a dignidade humana já estão totalmente <b><u>fragilizados</u></b></p>
--	--

### SR é morte

SR é morte	<p>revitalização urbana seria, em todo caso, de pouco significado <b><u>se não se cuidasse de revitalizar a própria existência de tantas pessoas imersas na dependência química e na miséria</u></b>.</p> <p>Vivem apenas para consumir a droga, <b><u>definindo à espera da morte</u></b></p> <p><b><u>A vida, em todas as dimensões, é negada</u></b></p>
------------	---

### SR é guerra

SR é guerra	<p>no intuito de <b><u>enfrentar</u></b> um problema cuja origem nada tem a ver com o vão-livre</p> <p>Lixo e mato invadiram o terreno. Para</p>
-------------	--



evitar outro tipo de **invasão** --a humana—

Haddad acaba com o critério da impessoalidade e **incentiva as invasões**

Agora ele irá destinar um quinto das unidades do Minha Casa, Minha Vida aos **invasores** do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto.

se pode **enfrentá-lo** com atos concretos  
E o vigor de suas palavras revela energia jovial para **lutar**

serviço funerário da cidade, que mostram um **exterminio** semelhante

experiência mostra que só há um passo entre ser intocável e **ser eliminável**.

O que mudou foi a rotina do **"tiro, porrada e bomba"** e suas operações policiais desastradas.

Talvez alguns **enfrentem** a sensação de frio com esse mesmo exercício de silenciar o sofrimento

os pobres —razão alardeada da crise fiscal pelo governo Temer — e seus defensores são **atacados** pela generalização de políticas de exclusão social promovidas pelo desmonte do Estado brasileiro.

Sem contar o uso abusivo de drogas e de álcool, fundamental desafio para o resgate desses verdadeiros **refugiados urbanos**.  
**Refugiados urbanos**, expulsos e indesejáveis

**ameaças e ataques** destes tempos nos ajudem a **lutar** para sermos fiéis  
mas não surgiram propostas para **enfrentar** esse drama

região da Paulista está toda **tomada** por moradores de rua e craqueiros

esse **batalhão** de moradores de rua

**um contingente** enorme se reúne

para um **contingente estimado em 16 mil moradores de rua**

Washington e Los Angeles têm um

	<b>contingente de 65 mil</b> pessoas nas ruas
--	---

**SR é casta**

SR é estratificação social	<p>Qualquer semelhança não é mera coincidência. O quadro também poderia retratar as quase 15 mil pessoas que vivem pelas ruas de São Paulo. <b><u>São os nossos intocáveis.</u></b></p> <p><b><u>Os intocáveis de São Paulo</u></b></p>
----------------------------	---

**PSR é não ter rumo**

PSR é não ter rumo	<p>como numa <b><u>cena de "Ensaio Sobre a Cegueira"</u></b> restaurando paulatinamente seu valor como pessoas produtivas e <b><u>donas do curso da sua história</u></b></p> <p>Depois de dois anos em situação de rua, <b><u>são praticamente irresgatáveis pelos métodos já experimentados</u></b> o réu humilde, <b><u>sem eira nem beira</u></b></p> <p>são múltiplas as necessidades e fatores para que <b><u>alguém como ele tenha uma vida que faça sentido numa cidade como São Paulo</u></b></p> <p>Palestras e horários rígidos são ineficazes para seduzir <b><u>quem vive em liberdade.</u></b></p>
--------------------	---

**SR é expulsão**

SR é expulsão	<p>Marginalizados, é comum que desenvolvam atitude refratária a assistentes sociais das prefeituras, recusando <b><u>remoção</u></b> a albergues com regras e horários.</p> <p>que atrapalha a cidade <b><u>e de lá precisa ser removido.</u></b></p> <p>Quando a Prefeitura de São Paulo recolhe pertences de moradores de rua e <b><u>tira moradores de rua</u></b> de forma inadequada, usando policiais.</p> <p>Não se pode desprezar ainda o previsível aumento dos aluguéis da região e <b><u>consequente expulsão das camadas mais pobres que ali residem</u></b></p>
---------------	--

--	--

**PSR é animal**

PSR é animal	O padre testemunhou ter visto <b><u>corpos chegarem empalhados</u></b> para o enterro
--------------	---

**SR é calçada**

SR é calçada	<p>Será que todas as pessoas que estão no largo prefeririam um apartamento em vez das <b><u>calçadas?</u></b></p> <p>Há <b><u>gente da "calçada"</u></b> em várias cidades do mundo</p> <p><b><u>calçada-dormitório</u></b></p> <p><b><u>"Doutor, eu não sou de teto, sou mais da calçada"</u></b></p>
--------------	--

**PSR é ser vivo**

PSR é ser vivo	<p>Os doadores, com toda sua boa vontade, infelizmente <b><u>alimentam a situação de rua.</u></b></p> <p>E o mais desesperador <b><u>é ver essa realidade evoluindo</u></b> ao lado do Ministério Público, da Secretaria de Segurança Pública, do Tribunal de Justiça e da sede da Prefeitura Municipal</p>
----------------	---

**SR é máquina**





SR é máquina	<p>Até porque, se o "pibão" vira "pibinho", entra em funcionamento a <b><u>diabólica máquina da exclusão social.</u></b></p> <p>Desemprego pode trazer desagregação familiar. De novo, a solução pode ser morar na rua. Some-se a isso ainda alcoolismo e uso de drogas. <b><u>E a máquina da exclusão não para.</u></b></p> <p>A insanidade mental e as drogas são <b><u>válvulas de escape</u></b> para suportar o não, o nada, o nunca</p>
--------------	---

**APÊNDICE D - Quadro com nomes das galerias de imagens, links e datas de publicação**

<b>Galeria</b>	<b>Link</b>	<b>Data</b>	<b>Quantidade de fotos</b>
Moradores de rua em SP	<a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/09/a-imaginacao-no-poder.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/09/a-imaginacao-no-poder.shtml</a>	2/09/2019	11
Novo coronavírus diminui doação de alimentos a moradores de rua no RJ	<a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/03/um-olhar-cuidadoso-para-os-detentos-e-a-populacao-em-situacao-de-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/03/um-olhar-cuidadoso-para-os-detentos-e-a-populacao-em-situacao-de-rua.shtml</a>	24/03/2020	6
Moradores de rua em bairros nobres de S. Paulo	<a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/02/por-que-morar-nas-ruas.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/02/por-que-morar-nas-ruas.shtml</a>	20/02/2019	13
Religiosos se unem para ajudar população de rua de SP	<a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/10/fui-expulso-com-alegacoes-falsas-e-denuncias-descabidas.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/10/fui-expulso-com-alegacoes-falsas-e-denuncias-descabidas.shtml</a>	28/10/2020	6
‘Casa’ sob o Minhocão	<a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2017/08/1910896-emprego-para-moradores-de-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2017/08/1910896-emprego-para-moradores-de-rua.shtml</a>	18/08/2017	5
Vida na rua	<a href="https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2020/01/para-leitor-quarteis-deveriam-atender-moradores-de-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2020/01/para-leitor-quarteis-deveriam-atender-moradores-de-rua.shtml</a> <a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/09/a-populacao-e-a-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/09/a-populacao-e-a-rua.shtml</a>	11/01/2020 26/09/2020	7
Pandemia empurra novas pessoas para as ruas	<a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/09/a-populacao-e-a-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/09/a-populacao-e-a-rua.shtml</a>	26/09/2020	11
Moradores de rua de SP	<a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/01/em-que-cidade-o-prefeito-vive.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/01/em-que-cidade-o-prefeito-vive.shtml</a>	28/01/2020	12

## APÊNDICE E - Planilha de imagens






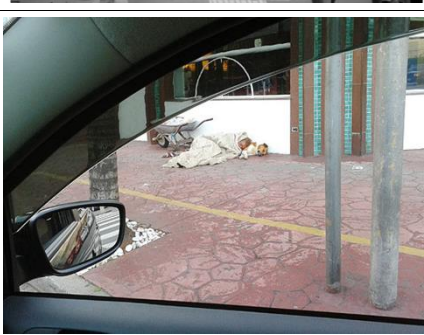
### Grupo 1: “Cenário”

Imagens	Legenda	Link	Foto
	Moradores de rua se espalham pelos arredores do centro de SP e provocam reações	<a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/02/porque-morar-nas-ruas.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/02/porque-morar-nas-ruas.shtml</a>	F01
	Moradores de rua se espalham pelos arredores do centro de SP e provocam reações	<a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/02/porque-morar-nas-ruas.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/02/porque-morar-nas-ruas.shtml</a>	F02
	Pateo do Collegio, onde há concentração de moradores de rua	<a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/09/a-imaginacao-no-poder.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/09/a-imaginacao-no-poder.shtml</a>	F03
	Pessoas dormem na rua na praça da Sé	<a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/09/a-imaginacao-no-poder.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/09/a-imaginacao-no-poder.shtml</a>	F04
	Homens e mulheres dormem diante do Pateo do Collegio, marco da fundação da cidade de São Paulo	<a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/07/desalento-ao-releto.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/07/desalento-ao-releto.shtml</a>	F05

	<p>Algumas pessoas dormem em barracas, mas nem todas têm essa possibilidade</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/09/a-populacao-e-a-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/09/a-populacao-e-a-rua.shtml</a></p>	<p>F06</p>
	<p>Moradores de rua montam barracas na porta do prédio da Pinacoteca, em frente à praça da Luz, próximo à cracolândia 20 jun 2018</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/01/em-que-cidade-o-prefeito-vive.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/01/em-que-cidade-o-prefeito-vive.shtml</a></p>	<p>F07</p>
	<p>Cachorros e carrinho de catador na Praça Dom José Gaspar</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2020/01/para-leitor-governo-faz-bem-ao-incentivar-abstinencia-sexual-de-jovens.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2020/01/para-leitor-governo-faz-bem-ao-incentivar-abstinencia-sexual-de-jovens.shtml</a></p>	<p>F08</p>
	<p>Moradores de rua se espalham pelos arredores do centro de SP e provocam reações</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/02/porque-morar-nas-ruas.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/02/porque-morar-nas-ruas.shtml</a></p>	<p>F09</p>
	<p>Moradores de rua se espalham pelos arredores do centro de SP e provocam reações</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/02/porque-morar-nas-ruas.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/02/porque-morar-nas-ruas.shtml</a></p>	<p>F10</p>
	<p>Moradores de rua e dependentes químicos se concentram em frente à portaria de dois dos cinco novos prédios que o governo de São Paulo está construindo na região da cracolândia, no centro de São Paulo. Os dois prédios já erguidos se localizam na avenida Duque de Caxias - Foto de 16 de agosto de 2018</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/01/em-que-cidade-o-prefeito-vive.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/01/em-que-cidade-o-prefeito-vive.shtml</a></p>	<p>F11</p>












	<p>Moradores de rua se espalham pelos arredores do centro de SP e provocam reações</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/02/porque-morar-nas-ruas.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/02/porque-morar-nas-ruas.shtml</a></p>	<p>F12</p>
	<p>O morador de rua Wladimir Delvechio, 33, em sua casa, embaixo do Minhocão na região central de São Paulo</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2017/08/1910896-emprego-para-moradores-de-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2017/08/1910896-emprego-para-moradores-de-rua.shtml</a></p>	<p>F13</p>
	<p>O morador de rua Wladimir Delvechio, 33, em sua casa, embaixo do Minhocão na região central de São Paulo</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2017/08/1910896-emprego-para-moradores-de-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2017/08/1910896-emprego-para-moradores-de-rua.shtml</a></p>	<p>F14</p>
	<p>O morador de rua Wladimir Delvechio, 33, em sua casa, embaixo do Minhocão na região central de São Paulo</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2017/08/1910896-emprego-para-moradores-de-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2017/08/1910896-emprego-para-moradores-de-rua.shtml</a></p>	<p>F15</p>
	<p>O morador de rua Wladimir Delvechio, 33, em sua casa, embaixo do Minhocão na região central de São Paulo</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2017/08/1910896-emprego-para-moradores-de-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2017/08/1910896-emprego-para-moradores-de-rua.shtml</a></p>	<p>F16</p>
	<p>Moradores de rua se espalham pelos arredores do centro de SP e provocam reações</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/02/porque-morar-nas-ruas.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/02/porque-morar-nas-ruas.shtml</a></p>	<p>F17</p>

	<p>Moradores de rua se espalham pelos arredores do centro de SP e provocam reações</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/02/porque-morar-nas-ruas.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/02/porque-morar-nas-ruas.shtml</a></p>	<p>F18</p>
	<p>Moradores de rua se espalham pelos arredores do centro de SP e provocam reações</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/02/porque-morar-nas-ruas.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/02/porque-morar-nas-ruas.shtml</a></p>	<p>F19</p>
	<p>Moradores de rua se espalham pelos arredores do centro de SP e provocam reações</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/02/porque-morar-nas-ruas.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/02/porque-morar-nas-ruas.shtml</a></p>	<p>F20</p>
	<p>Moradores de rua se espalham pelos arredores do centro de SP e provocam reações</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/02/porque-morar-nas-ruas.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/02/porque-morar-nas-ruas.shtml</a></p>	<p>F21</p>
	<p>Pedestres passam em frente a morador de rua em São Paulo</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/02/cidade-sem-teto.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/02/cidade-sem-teto.shtml</a></p>	<p>F22</p>
	<p>Leitor flagra morador de rua usando cachorro como travesseiro no Tatuapé, zona leste de SP.</p>	<p><a href="http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2011/11/1011336-leitor-flagra-morador-de-rua-usando-cachorro-como-travesseiro.shtml">http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2011/11/1011336-leitor-flagra-morador-de-rua-usando-cachorro-como-travesseiro.shtml</a></p>	<p>F23</p>



	<p>Moradores de rua na região da Praça da Sé, em São Paulo, 11 maio de 2018</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/01/em-que-cidade-o-prefeito-vive.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/01/em-que-cidade-o-prefeito-vive.shtml</a></p>	<p>F24</p>
	<p>Reginaldo dos Santos, ele é de Belo Horizonte e veio para São Paulo no ano passado</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2020/01/para-leitor-quarteis-deveriam-atender-moradores-de-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2020/01/para-leitor-quarteis-deveriam-atender-moradores-de-rua.shtml</a></p>	<p>F25</p>
	<p>Moradores de rua na região central de SP</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2020/01/para-leitor-quarteis-deveriam-atender-moradores-de-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2020/01/para-leitor-quarteis-deveriam-atender-moradores-de-rua.shtml</a></p>	<p>F26</p>
	<p>Moradores de rua se espalham pelos arredores do centro de SP e provocam reações</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/02/porque-morar-nas-ruas.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/02/porque-morar-nas-ruas.shtml</a></p>	<p>F27</p>
	<p>O número de pessoas nas calçadas é grande, principalmente na região central, onde ocorrem doações de comida, atendimento de saúde e ações solidárias</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/09/a-populacao-e-a-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/09/a-populacao-e-a-rua.shtml</a></p>	<p>F28</p>

	<p>Pessoas perderam o emprego e tiveram que ir às ruas para conseguir comida e assistência de grupos de ajuda que atuam principalmente no centro da cidade</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/09/a-populacao-e-a-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/09/a-populacao-e-a-rua.shtml</a></p>	<p>F29</p>
	<p>Moradores de rua se espalham pelos arredores do centro de SP e provocam reações</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/02/porque-morar-nas-ruas.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/02/porque-morar-nas-ruas.shtml</a></p>	<p>F30</p>
	<p>Pessoas dormem na rua na praça da Sé</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/09/a-imaginacao-no-poder.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/09/a-imaginacao-no-poder.shtml</a></p>	<p>F31</p>
	<p>Raissa Stefany, 19, com o filho Moises, ela dorme em um albergue da prefeitura no Bom Retiro, mas diz que no próximo mês o abrigo irá fechar e não sabe para onde vai</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2020/01/para-leitor-quarteis-deveriam-atender-moradores-de-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2020/01/para-leitor-quarteis-deveriam-atender-moradores-de-rua.shtml</a></p>	<p>F32</p>
	<p>Moradores de rua no centro de São Paulo</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/03/um-olhar-cuidadoso-para-os-detentos-e-a-populacao-em-situacao-de-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/03/um-olhar-cuidadoso-para-os-detentos-e-a-populacao-em-situacao-de-rua.shtml</a></p>	<p>F33</p>
	<p>Morador dorme nas proximidades da Praça da Sé, em São Paulo. Ao lado da República, a região é considerada o centro antigo da cidade 11 maio de 2018</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/01/em-que-cidade-o-prefeito-vive.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/01/em-que-cidade-o-prefeito-vive.shtml</a></p>	<p>F34</p>


	<p>ONGs diminuem ou interrompem atendimento a moradores de rua no Rio</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/03/um-olhar-cuidadoso-para-os-detentos-e-a-populacao-em-situacao-de-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/03/um-olhar-cuidadoso-para-os-detentos-e-a-populacao-em-situacao-de-rua.shtml</a></p>	<p>F35</p>
	<p>A <i>Folha</i> percorreu, por dois dias, vários pontos da capital paulista para conversar com pessoas em situação de rua</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/09/a-populacao-e-a-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/09/a-populacao-e-a-rua.shtml</a></p>	<p>F36</p>
	<p>A reportagem encontrou quem perdeu o emprego e a casa nos últimos três meses por causa da pandemia do novo coronavírus e foi parar nas calçadas da cidade</p>	<p>Fonte: <a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/09/a-populacao-e-a-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/09/a-populacao-e-a-rua.shtml</a></p>	<p>F37</p>
	<p>Pateo do Collegio, onde há concentração de moradores de rua</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/09/a-imaginacao-no-poder.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/09/a-imaginacao-no-poder.shtml</a></p>	<p>F38</p>
	<p>Ação social para distribuição de comida, roupa e itens de higiene pessoal na igreja se São Miguel Arcanjo na Mooca, na zona leste de SP</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/10/fui-expulso-com-alegacoes-falsas-e-denuncias-descabidas.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/10/fui-expulso-com-alegacoes-falsas-e-denuncias-descabidas.shtml</a></p>	<p>F39</p>








## Grupo 2: “Pessoas”

Imagens	Legenda	Link	Foto
	<p>Ronaldo Breves, poeta, pessoa em situação de rua que vive na rua Oscar Freire</p>	<p><a href="http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2012/08/1132331-fiquei-supresa-ao-ver-foto-de-ronaldo-breves-diz-leitora.shtml">http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2012/08/1132331-fiquei-supresa-ao-ver-foto-de-ronaldo-breves-diz-leitora.shtml</a></p>	F40
	<p>Rejaniel e a mulher, Sandra Regina Domingues, no 30° DP do Tatuapé após entregarem o dinheiro à PM</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2012/07/1117644-leitor-elogia-casal-de-moradores-de-rua-que-devolveu-r-20-mil-a-pm.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2012/07/1117644-leitor-elogia-casal-de-moradores-de-rua-que-devolveu-r-20-mil-a-pm.shtml</a></p>	F41
	<p>O morador de rua Rejaniel de Jesus Silva Santos é cumprimentado por Daniel Uemura (à dir.), do Hokkai Suchi</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2012/07/1118215-para-leitor-caso-de-moradores-de-rua-que-devolveram-dinheiro-e-inspirador.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2012/07/1118215-para-leitor-caso-de-moradores-de-rua-que-devolveram-dinheiro-e-inspirador.shtml</a></p>	F42
	<p>Adriana Heloísa, 29, candidata ao Enem em Campinas</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2018/11/obscurantismo-deve-nortear-a-educacao-das-novas-geracoes-diz-leitor.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2018/11/obscurantismo-deve-nortear-a-educacao-das-novas-geracoes-diz-leitor.shtml</a></p>	F43
	<p>Em julho de 2018, a prefeitura de São Paulo decidiu antecipar o censo de moradores de rua da cidade, que seria realizado apenas em 2020. A decisão foi tomada diante da evidência de que a população de rua está aumentando exponencialmente no município. Na foto, morador de rua enfrenta o frio na Praça da Sé, em São Paulo</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/01/em-que-cidade-o-prefeito-vive.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/01/em-que-cidade-o-prefeito-vive.shtml</a></p>	F44

	<p>Fila no Chá do Padre, onde são distribuídas senhas para o almoço</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/09/a-imaginacao-no-poder.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/09/a-imaginacao-no-poder.shtml</a></p>	<p>F45</p>
	<p>Fila no Chá do Padre, onde são distribuídas senhas para o almoço</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/09/a-imaginacao-no-poder.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/09/a-imaginacao-no-poder.shtml</a></p>	<p>F46</p>
	<p>Fila no Chá do Padre, onde são distribuídas senhas para o almoço</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/09/a-imaginacao-no-poder.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/09/a-imaginacao-no-poder.shtml</a></p>	<p>F47</p>
	<p>O projeto Extramuros, da Pinacoteca, leva moradores de rua para dentro do museu e também dá oficinas de produção artística - 4 jul 2018</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/01/em-que-cidade-o-prefeito-vive.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/01/em-que-cidade-o-prefeito-vive.shtml</a></p>	<p>F48</p>
	<p>Morador de rua aguarda donativo na igreja de São Miguel Arcanjo na Mooca, na zona leste de SP</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/10/fui-expulso-com-alegacoes-falsas-e-denuncias-descabidas.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/10/fui-expulso-com-alegacoes-falsas-e-denuncias-descabidas.shtml</a></p>	<p>F49</p>
	<p>Carlos Fernandes espera o Chá do Padre, na rua Riachuelo, no centro, onde frades franciscanos distribuem refeições</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/09/a-imaginacao-no-poder.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/09/a-imaginacao-no-poder.shtml</a></p>	<p>F50</p>

	<p>Alejandro, 55, mora em ruas da região central de São Paulo</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2020/01/para-leitor-quarteis-deveriam-atender-moradores-de-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2020/01/para-leitor-quarteis-deveriam-atender-moradores-de-rua.shtml</a></p>	<p>F51</p>
	<p>Morador de rua na praça da Sé</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/09/a-imaginacao-no-poder.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/09/a-imaginacao-no-poder.shtml</a></p>	<p>F52</p>
	<p>Morador de rua na região central de SP, onde abordagens da prefeitura a essa população vêm aumentando</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2020/01/para-leitor-quarteis-deveriam-atender-moradores-de-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2020/01/para-leitor-quarteis-deveriam-atender-moradores-de-rua.shtml</a></p>	<p>F53</p>
	<p>Moradores de rua na região central de SP</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2020/01/para-leitor-quarteis-deveriam-atender-moradores-de-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2020/01/para-leitor-quarteis-deveriam-atender-moradores-de-rua.shtml</a></p>	<p>F54</p>
	<p>Pandemia de Covid-19 fez com que aumentasse o número de pessoas em situação de rua em São Paulo</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/09/a-populacao-e-a-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/09/a-populacao-e-a-rua.shtml</a></p>	<p>F55</p>
	<p>Na foto, ele mostra o uniforme que usava para trabalhar</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/09/a-populacao-e-a-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/09/a-populacao-e-a-rua.shtml</a></p>	<p>F56</p>



	<p>Marcos Antônio Pereira de Souza, 45, foi para a rua depois de perder o trabalho como gari em março.</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/09/a-populacao-e-a-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/09/a-populacao-e-a-rua.shtml</a></p>	<p>F57</p>
	<p>O casal Ingrid Alves, 26, e Junior Bezerra, 27, tem filhos de 6 e 4 anos e está desempregado. O auxílio de 600 reais dá apenas para pagar o aluguel de uma casa no extremo sul da cidade. Estão nas ruas para conseguir comida e produtos de higiene</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/09/a-populacao-e-a-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/09/a-populacao-e-a-rua.shtml</a></p>	<p>F58</p>
	<p>O casal Eliete de Andrade, 31, e Jorge Muler, 30, ficou sem trabalho por conta da epidemia de Covid-19, no Largo São Francisco, centro da capital</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/09/a-populacao-e-a-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/09/a-populacao-e-a-rua.shtml</a></p>	<p>F59</p>
	<p>Fila no Chá do Padre, onde são distribuídas senhas para o almoço</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/09/a-imaginacao-no-poder.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/09/a-imaginacao-no-poder.shtml</a></p>	<p>F60</p>
	<p>Fila no Chá do Padre, onde são distribuídas senhas para o almoço</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/09/a-imaginacao-no-poder.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/09/a-imaginacao-no-poder.shtml</a></p>	<p>F61</p>
	<p>O morador de rua Wladimir Delvechio, 33, em sua casa, embaixo do Minhocão na região central de São Paulo</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2017/08/1910896-emprego-para-moradores-de-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2017/08/1910896-emprego-para-moradores-de-rua.shtml</a></p>	<p>F62</p>



Moradores de rua na região central de SP

<https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2020/01/para-leitor-quarteis-deveriam-atender-moradores-de-rua.shtml>

F63



## Grupo 3: “Ação social e governamental”

Imagens	Legenda	Link	Foto
	<p>Grupo "Dois cafés e um pingado" faz sua última distribuição de café da manhã a moradores de rua até o fim da epidemia. Com boa parte dos voluntários sendo idosos, grupos de risco.</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/03/um-olhar-cuidadoso-para-os-detentos-e-a-populacao-em-situacao-de-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/03/um-olhar-cuidadoso-para-os-detentos-e-a-populacao-em-situacao-de-rua.shtml</a></p>	F64
	<p>ONGs diminuem ou interrompem atendimento a moradores de rua no Rio</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/03/um-olhar-cuidadoso-para-os-detentos-e-a-populacao-em-situacao-de-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/03/um-olhar-cuidadoso-para-os-detentos-e-a-populacao-em-situacao-de-rua.shtml</a></p>	F65
	<p>ONGs diminuem ou interrompem atendimento a moradores de rua no Rio</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/03/um-olhar-cuidadoso-para-os-detentos-e-a-populacao-em-situacao-de-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/03/um-olhar-cuidadoso-para-os-detentos-e-a-populacao-em-situacao-de-rua.shtml</a></p>	F66
	<p>ONGs diminuem ou interrompem atendimento a moradores de rua no Rio</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/03/um-olhar-cuidadoso-para-os-detentos-e-a-populacao-em-situacao-de-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/03/um-olhar-cuidadoso-para-os-detentos-e-a-populacao-em-situacao-de-rua.shtml</a></p>	F67
	<p>ONGs diminuem ou interrompem atendimento a moradores de rua no Rio</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/03/um-olhar-cuidadoso-para-os-detentos-e-a-populacao-em-situacao-de-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/03/um-olhar-cuidadoso-para-os-detentos-e-a-populacao-em-situacao-de-rua.shtml</a></p>	F68

	<p>O padre Julio Lancellotti e o xeque Rodrigo Jalloul durante ação assistencial na igreja se São Miguel Arcanjo na Mooca, na zona leste de SP. Eles distribuem café da manhã, kits de alimentação, roupas e higiene pessoal para moradores de rua.</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/10/fui-expulso-com-alegacoes-falsas-e-denuncias-descabidas.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/10/fui-expulso-com-alegacoes-falsas-e-denuncias-descabidas.shtml</a></p>	F69
	<p>O xeque Rodrigo Jalloul durante ação assistencial na igreja se São Miguel Arcanjo na Mooca, na zona leste de SP. Com outros religiosos, ele distribui café da manhã, kits de alimentação, roupas e higiene pessoal para moradores de rua</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/10/fui-expulso-com-alegacoes-falsas-e-denuncias-descabidas.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/10/fui-expulso-com-alegacoes-falsas-e-denuncias-descabidas.shtml</a></p>	F70
	<p>O padre Julio Lancellotti distribui café da manhã, kits de alimentação, roupas e higiene pessoal para moradores de rua na igreja se São Miguel Arcanjo na Mooca, na zona leste de SP</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/10/fui-expulso-com-alegacoes-falsas-e-denuncias-descabidas.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/10/fui-expulso-com-alegacoes-falsas-e-denuncias-descabidas.shtml</a></p>	F71
	<p>O xeque Rodrigo Jalloul durante ação assistencial na igreja se São Miguel Arcanjo na Mooca, na zona leste de SP. Com outros religiosos, ele distribui café da manhã, kits de alimentação, roupas e higiene pessoal para moradores de rua</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/10/fui-expulso-com-alegacoes-falsas-e-denuncias-descabidas.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/10/fui-expulso-com-alegacoes-falsas-e-denuncias-descabidas.shtml</a></p>	F72
	<p>Equipe da secretaria de Assistência Social da Prefeitura aborda a moradora de rua Michele Pereira que aceitou ir para um abrigo na região central de São Paulo 22 maio de 2018</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/01/em-que-cidade-o-prefeito-vive.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/01/em-que-cidade-o-prefeito-vive.shtml</a></p>	F73



	<p>Equipe da secretaria de Assistência Social da Prefeitura aborda a moradora de rua Michele Pereira que aceitou ir para um abrigo na região central de São Paulo 22 maio de 2018</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/01/em-que-cidade-o-prefeito-vive.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/01/em-que-cidade-o-prefeito-vive.shtml</a></p>	F74
	<p>Adriano Diniz (de camisa listrada em vermelho) hoje é agente social do programa Consultório na Rua, mas há pouco mais de dez anos vivia em situação de rua 18 jun 2018</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/01/em-que-cidade-o-prefeito-vive.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/01/em-que-cidade-o-prefeito-vive.shtml</a></p>	F75
	<p>Espaço de igreja na zona oeste de São Paulo atende moradores de rua, que recebem banquete semanal preparado por voluntários 25 jun 2018</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/01/em-que-cidade-o-prefeito-vive.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/01/em-que-cidade-o-prefeito-vive.shtml</a></p>	F76
	<p>Espaço de igreja na zona oeste de São Paulo atende moradores de rua, que recebem banquete semanal preparado por voluntários 25 jun 2018</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/01/em-que-cidade-o-prefeito-vive.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/01/em-que-cidade-o-prefeito-vive.shtml</a></p>	F77
	<p>Augusto Sampaio, 55, é professor do projeto Extramuros. Sediada na Pinacoteca, a iniciativa leva moradores de rua para dentro do museu e também dá oficinas de produção artística 4 jul 2018</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/01/em-que-cidade-o-prefeito-vive.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/01/em-que-cidade-o-prefeito-vive.shtml</a></p>	F78
	<p>Participantes do projeto conversam com moradores de rua</p>	<p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2015/07/1651591-leitor-elogia-reportagem-sobre-acao-que-fez-doacoes-a-moradores-de-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2015/07/1651591-leitor-elogia-reportagem-sobre-acao-que-fez-doacoes-a-moradores-de-rua.shtml</a></p>	F79



Entidades protestam contra veto ao sopão

<http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/1117139-disciplina-nao-resolve-problema-de-morador-de-rua-diz-leitor.shtml>

F80



Fila de pessoas em situação de rua para receber um cartão do Bom Prato

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/09/a-populacao-e-a-rua.shtml>

F81